Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11933 | 143 páginas
Curitiba, Terça-feira, 1º de Julho de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 03
Procuradoria Geral do Estado 04

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 12
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento..... 24
Secretaria das Cidades 24
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 24
Secretaria da Comunicação 28
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 28
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 30
Secretaria da Educação 85
Secretaria do Esporte 95
Secretaria da Fazenda 98
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 116
Secretaria de Infraestrutura e Logística 117
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial.....119
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 119
Secretaria da Saúde..... 120
Secretaria da Segurança Pública..... 128
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 135
Receita Estadual do Paraná 139

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 143
Empresas Públicas 143

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Despacho do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

22.104.868-7/24

1. O procedimento teve seu regular andamento em conformidade com os ditames legais e regulamentares, respeitando os princípios fundamentais que norteiam o processo administrativo, dentre eles a Ampla Defesa e Contraditório, exigidos pelo art. 5º, inc. LV, da Constituição da República. 2. De acordo com as informações constantes no **PROTOCOLADO nº 22.104.868-7**, acolho as proposições contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, as quais integro às razões de decidir, aplicando a empresa **JMF COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 36.953.179/0001-49, as seguintes penalidades, nos termos do art. 150, inc. II e IIII, da Lei Estadual nº 15.608/2007: a) **Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração,** pelo prazo de 02 (dois) anos, e b) **Multa** de R$ 4.524,18 (quatro mil quinhentos e vinte e quatro reais e dezoito centavos), equivalente a 20% (vinte) por cento do valor total do contrato. 3. Destaca-se que nos termos do art. 50, §1º, da Lei Federal nº 9.784/99 a motivação pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato. 4. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Órgão de origem para ciência da empresa e interessados, bem como demais providências cabíveis visando cumprir integralmente as demais recomendações da comissão processante, inclusive registro da penalidade no GMS. EM 10/03/2025. (Enc.Proc. à SESP).

87908/2025

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

24.242.623-1/25

OBJETO Afastamento de servidor convocado pela Confederação Sul-Americana de Atletismo. **DESTINO** Assunção-Paraguai. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** 84, da Lei Federal nº 9.615/1998 (“Lei Pelé”) e art. 205, da Lei Federal nº 14.597/2023 (Lei geral do Esporte) 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.242.623-1**, **AUTORIZO**, o afastamento do servidor **UBIRATAN MARTINS JUNIOR**, RG nº 3.XXX.XXX-4, para atuar como arbitro Internacional de Partida nos Campeonatos Ibero-Americanos U18 de atletismo. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 01/07/2025 (Enc. Prot. SEES)

87914/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1274

Retifica a Resolução CC nº 1265, de 26 de junho de 2025.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. Retifica a Resolução CC nº 1265, de 26 de junho de 2025, onde se lê: “Secretaria de Estado das Cidades – SECID-Regional de Ponta Grossa”, leia-se: “Secretaria de Estado das Cidades – SECID”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

87866/2025

RESOLUÇÃO nº 1275

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. Designa, nos termos do Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 5.866, de 23 de maio de 2024, o servidor EDUARDO LUIZ GABARDO MARTINS, CPF nº 253.XXX.XXX-0X, nomeado pelo Decreto nº 10. 410, de 26 de junho de 2025, na Casa Civil, para desempenhar suas funções junto à Superintendência Geral de Governança de Serviços e Dados – SGSD.

Art. 2º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados para desempenharem suas funções junto aos órgãos que especifica:

I - Departamento de Trânsito do Paraná – Detran:

a) LUANA PONCIANO DE ANDRADE, RG nº 8.XXX.684-X, nomeada pelo Decreto nº 10.387, de 24 de junho de 2025, na Casa Civil;

b) ALEX SANDRO DOS REIS, RG nº 5.XXX.511-X, nomeado pelo Decreto nº 10.396, de 24 de junho de 2025 na Casa Civil.

II - Casa Militar – CM:

a) SILVIO LUÍS COSTA MOREIRA, RG nº 8.XXX.505-X, lotado na Casa Civil.

III - Secretaria de Estado da Educação – SEED:

a) SANDRA REGINA COSTA, RG nº 5.XXX.891-X, nomeada pelo Decreto nº 10.421, de 26 de junho de 2025, na Casa Civil.

IV - Secretaria de Estado das Cidades – SECID:

a) THIAGO HENRIQUE ORTEGA, RG nº XXX.581-X, nomeado pelo Decreto nº 52, de 4 de janeiro de 2023 e reconduzido pelo Decreto nº 4.468 de 18 de dezembro de 2023, na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL.

Art. 3º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 01 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

87868/2025

RESOLUÇÃO nº 1276

Revoga o art. 3º da Resolução CC nº 1222, de 20 de maio de 2025.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. Revoga o art. 3º da Resolução CC nº 1222, de 20 de maio de 2025, que designou a servidora FLAVIA TORRES DOS SANTOS, RG nº 15.XXX.959-X, para exercer suas atividades junto à Casa Civil.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 25 de junho de 2025.

Curitiba, 01 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

87869/2025

RESOLUÇÃO nº 1277

Designa ALEX ADAM VIRGILIO para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado das Cidades – SECID.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor ALEX ADAM VIRGILIO, RG nº 10.XXX.121-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 10.238, de 10 de junho de 2025, para exercerem suas atividades junto à Secretaria de Estado das Cidades – SECID.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Chefe da Casa Civil em exercício

87870/2025

Diário OFICIAL Paraná

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 160/2025-PGE

Aprova Parecer Referencial que objetiva a alteração de minuta padronizada aprovada pela Resolução nº 152/2024-PGE, para ampliação de objeto, com inclusão da possibilidade de cessão de uso de bens móveis.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas na Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos do artigo 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar Parecer Referencial que objetiva a alteração de minuta padronizada aprovada pela Resolução 152/2024-PGE, para ampliação de objeto, com inclusão da possibilidade de cessão de uso de bens móveis, com objeto definido, conforme protocolo nº 23.556.795-4;
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

PARECER REFERENCIAL Nº 18/2025-PGE

ALTERAÇÃO DE MINUTA PADRONIZADA PELA RESOLUÇÃO PGE 152/2024, PARA AMPLIAÇÃO DE OBJETO, COM INCLUSÃO DA POSSIBILIDADE DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS.

1. Relatório
Trata-se de expediente que objetiva permitir a cessão de uso de bens móveis no emprego de serviços de fabricação de artefatos de concreto, blocos, pavers etc, no âmbito das atividades de reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), através de atividades laborativas, quando o COOPERADO for Órgão Público ou Pessoa Jurídica de Direito Público.
Para tanto, após análise do expediente encaminhado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e reunião de trabalho com a equipe da SESP, cotejou-se o objeto padronizado pela Resolução PGE 152/2024 com pretensão em testilha, concluindo a Comissão instituída pela Resolução 166/2024 – PGE, que a alteração da minuta padronizado pela Resolução PGE 152/2024, com a inclusão do objeto pretendido nesses autos, resolve a demanda.
Eis o resumo do necessário.

2. MANIFESTAÇÃO.
2.1. Inicialmente, cumpre ressaltar que este Parecer é restrito à análise das alterações que se fazem necessária na Minuta Padronizada e respectiva Lista de Verificação, aprovadas pela Resolução PGE 152/2024, com vistas a inclusão de permitir a cessão de uso de bens móveis no emprego de serviços de Fabricação de artefatos de concreto, blocos, pavers etc, no âmbito das atividades de reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade, através de atividades laborativas, quando o COOPERADO for Órgão Público ou Pessoa Jurídica de Direito Público, não sendo contemplada Pessoa Jurídica de Direito Privado, por se tratar de solicitação de padronização de cessão gratuita[1].
2.2. Ainda, como a alteração visa deixar expressa a possibilidade de incluir, na cooperação para atividades de reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade, a cessão de bens da SESP para uso gratuito do COOPERADO, a orientação jurídica subjacente a essa possibilidade se faz nesse Parecer Referencial, em acréscimo ao Parecer Referencial nº 18/2024-PGE.
2.3. Registra-se, então, no que concerne à Minuta de Termo de Cooperação, ora apresentada, que o texto do instrumento consolida o já aprovado pela Resolução PGE nº 152/2024, com os acréscimos ora feitos, ampliando o alcance jurídico de seus termos, contemplando a cessão de uso de bens a Órgãos e Pessoa Jurídica de Direito Público, com vistas a orientar e permitir a utilização da referida minuta.
2.3.1. Nesse contexto, as alterações propostas se encontram abaixo especificadas:
a) Inclusão na Nota explicativa 1, do item 4, nos seguintes termos:
"Quando ocorrer a cessão de uso de bens móveis, a Cooperação será restrita com Órgãos ou Entes Públicos"

Objetiva-se, com isso, orientar de forma clara aos que utilizarem do instrumento padronizado que a cessão de uso de bens móveis, porque inexistentes tratativas sobre retribuição econômicas por elas, é limitada a pessoas jurídicas de direito público.
b) Inclusão na Nota explicativa 2, do item 4, nos seguintes termos:
"Quando a execução dos serviços envolver cessão de uso de bem móveis pertencentes à SESP deverá ser incluído o item 1.3, objetivando a descrição dos bens a serem cedidos, e item 1.4., relativo ao prazo de vigência da cessão, nos seguintes termos:
"1.3. A SESP (órgão público ao qual se encontra patrimoniado o bem) é proprietária dos seguintes bens a serem cedidos, gratuitamente, para uso pelo COOPERADO nos serviços descritos na subcláusula 1.2.:
a) (....), patrimônio nº. XXXXXX ;
b) (....), patrimônio nº. XXXXXX;"
"1.4. A vigência da cessão de uso dos bens descritos no item 1.3 acima acompanhará a do próprio instrumento, podendo ser resolvida antes, mediante termo aditivo, consignando a devolução dos bens."

Incorporam-se cláusulas que devem ser empregadas quando a Cooperação envolver a cessão de uso de bens móveis, com vistas a identificação dos bens cedidos e respectivo prazo de vigência.
c) Inclusão da Nota explicativa 2-A, nos seguintes termos:
"Nota explicativa 2-A.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Quando envolver cessão de uso de bens, deverão ser acrescidas as seguintes cláusulas:
3.2.4. Colocar os bens à disposição do COOPERADO em perfeitas condições de uso para retirada no XXXX (especificar o local de retirada);
3.2.5. Assegurar ao COOPERADO a posse mansa e pacífica dos bens móveis, durante o período de vigência do instrumento;"

Acresce-se, aqui, cláusulas inerentes às obrigações da SESP quando pretender ceder bens para uso do COOPERADO.

[1] Em regra, a cessão de uso de bens de forma gratuita é permitida, em regra, apenas para pessoas jurídicas de direito público, consoante disposto no art. 633, do Decreto 10.086/2022, *in verbis*:

Art. 633. Os bens do Estado não podem ser objeto de cessão gratuita de uso, exceto se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público, de qualquer esfera de governo, ou de personalidade jurídica de direito privado desde que organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, ou ainda para fins de assentamentos de caráter social.

d) Inclusão na Nota explicativa 8, do item 2, nos seguintes termos:
"8.2. Quando envolver a cessão de uso de bens, deverão ser acrescidas as seguintes cláusulas, ajustando a numeração sequencial, se preciso:
"3.4.24. Cuidar dos bens ora cedidos, utilizando-os para os fins descritos no Plano de Trabalho;
3.4.25. Executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, necessários para a operação dos equipamentos;
3.4.26. Custear a manutenção das máquinas, inclusive as despesas com combustíveis, óleos lubrificantes e hidráulicos, reposição de peças ou sua recuperação, serviços de revisão e manutenção mecânica e operacional em geral;
3.4.27. Utilizar somente peças originais quando da necessidade de reposição;
3.4.28. Estabelecer normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas à utilização dos equipamentos pelas pessoas privadas de liberdade;
3.4.29. Permitir a fiscalização dos bens;
3.4.30. Ressarcir a SESP, em caso de perda ou dano, pelos prejuízos causados aos bens cedidos, podendo, a critério da SESP, realizar a reposição do bem por item de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;
3.4.31. Devolver os bens, objeto do presente Termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste natural, no mesmo local de retirada ou em outro especificado pela SESP, em até XXXX dias, após resolvida a cessão de uso."

Nela se consignam cláusulas que conferem obrigações ao COOPERADO no manuseio dos bens cedidos.
e) Inclusão da Nota explicativa 8-A, nos seguintes termos:
"Nota explicativa 8-A.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Na hipótese de envolver a cessão de bens móveis, o item 4.1. deverá ter a seguinte redação:
4.1. Para a execução do objeto do presente Termo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os partícipes, ressalvada a cessão de uso de bens, conforme pactuado nesse instrumento.

Por fim, a redação da cláusula 4.1. proposta é mais consentânea com o instrumento quando houver cessão gratuita de uso de bens.
2.3.2. Além disso, a alteração da minuta de Termo de Cooperação instituída pela Resolução PGE 152/2024, para contemplar a cessão de uso de bens foi preciso porque o instrumento padronizado foi delineado para trabalho externo das pessoas privativas de liberdade, ou seja, nas dependências do COOPERADO ou em locais previamente informados.
Quando o labor ocorrer nas dependências da Unidade Penal, trabalho interno, os bens pertencentes à SESP poderão ser utilizados, pelo instituto da permissão de uso, através de ato administrativo emitido pelo titular da Secretaria de Estado ou autoridade delegatária, com base no disposto no art. 637, do Decreto 10.086/2022:
Art. 637. A permissão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual a autoridade máxima do órgão ou entidade consente que se utilize de bem público móvel ou imóvel com exclusividade, por prazo determinado e a título gratuito ou oneroso, em prol de atividades públicas ou de interesse público.
Parágrafo único. A permissão de uso de bem público a título gratuito deve respeitar o disposto no art. 624 deste Regulamento.

Também é dotado de juridicidade, quando o labor ocorrer nas dependências da Unidade Penal, que a utilização dos bens, mediante permissão de uso, seja perfectibilizada no próprio instrumento de cooperação, adotando as regras aplicáveis à cessão de uso de bens móveis, adequando-se o termo "cessão de uso" para "permissão de uso" no instrumento, seguindo, no mais, as orientações contidas nas notas explicativas da minuta.
2.3.3. Por fim, ajustou-se a redação da subcláusula 1.1., da Minuta Padronizada, e item 1, da Nota Explicativa 2, para deixar claro que as dependências previamente informadas podem ser tanto de domínio do Cooperado (propriedade) ou decorrentes de posse, eliminando dúvidas que possam surgir da utilização de espaços advindos de atos de cooperação entre Entes da Federação, bem como para trabalho realizado dentro das dependências da Unidade Penal.
2.4. A minuta padronizada consolidada é acompanhada da respectiva lista de verificação, de observância obrigatória, a qual elenca os requisitos legais necessários à formalização do ato e deverá ser preenchida e assinada pelo agente público competente, o qual, também, deverá certificar a utilização da minuta padronizada, indicando o modelo adotado, a data e o horário em que foi efetuada a sua extração no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, conforme o artigo 4º do Decreto Estadual nº 3.203/2015.
2.5. Assim, considerando que o quadro normativo possibilita e estimula o sistema de padronização de instrumentos, cumpre a essa Comissão, após análise, discussão e conclusão unânime quanto à juridicidade das peças em questão, submeter a sugestão de alterar o modelo padronizado pela Resolução PGE nº 152/2024 à apreciação do Sr. Procurador-Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 41/2016-PGE.

3. CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, essa Comissão encaminha para deliberação do Sr. Procuradora-Geral do Estado a seguinte minuta consolidada, para que, se aprovada, passe a integrar a categoria de instrumentos padronizados, com objeto definido:
Minuta padronizada de Termo de Cooperação para celebração de ajustes visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná.
Caso a proposta em questão seja aprovada, preciso será a alteração da Resolução nº 152/2024-PGE, para contemplar as alterações promovidas, com vistas a permitir também que a cooperação entre SESP e Pessoas Jurídicas de Direito Público possam fazer uso gratuito de bens móveis, procedendo-se com a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilização do instrumento no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado para utilização, nos termos do art. 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE c/c do art. 3º, do Decreto Estadual nº 3.203/2015.
Por fim, ressalta-se que a disponibilização da minuta padronizada e da lista de verificação no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de link de acesso, com habilitação para download, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 41/2016-PGE, c/c artigo 1º da Portaria PGE nº 33/2018.
É o parecer.
Encaminhe-se inicialmente ao Procurador-chefe da CCON, para ciência e, após, ao Gabinete do Sr. Procurador-Geral do Estado.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Adnilton José Caetano
Procurador do Estado do Paraná
Presidente da Comissão

Everson da Silva Biazon
Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues
Renato Andrade Kersten
Ricardo de Mattos Nascimento
Procuradores do Estado do Paraná
Membros da Comissão

ANEXO I
TERMO DE COOPERAÇÃO N.º XXX/ 20XX – SESP / DEPPEN

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Minuta de Termo de Cooperação que entre si celebram o ESTADO DO PARANÁ, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP, pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, pelo FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, e pelo ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXX – ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, e, de outro lado, o (ENTE/ÓRGÃO PÚBLICO OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO), visando à reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), através de atividades laborativas.

Nota explicativa 1:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Para fins do disposto no § 9º do Art. 328 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, os órgãos e entes da Administração Pública Estadual deverão observar que esta minuta padronizada integra a categoria de "INSTRUMENTOS COM OBJETO DEFINIDO" a qual dispensa a remessa para manifestação jurídica do órgão ou setor competente, nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 3.203/2015, e do artigo 8º, §§ 4º e 6º, da Resolução n.º 41/2016-PGE.
O Termo de Cooperação de que trata a presente minuta padronizada poderá ser celebrado com Órgãos ou Entes Públicos e com entidades privadas, excetuadas aquelas reguladas pela Lei Federal n.º 13.019/2014.

A celebração de Termo de Cooperação com entidades privadas deverá ser precedida de chamamento público ou credenciamento, exceto se demonstrada hipótese de dispensa ou inexigibilidade (p.ex. Termo de Cooperação vinculado a contrato prevendo a utilização de mão de obra de pessoas privadas de liberdade).
Quando ocorrer a cessão de uso de bens móveis, a Cooperação será restrita a Órgãos ou Entes Públicos.
Quando o labor ocorrer nas dependências da Unidade Penal, trabalho interno, os bens poderão ser utilizados, pelo instituto da permissão de uso, através de ato administrativo emitido pelo titular da Secretaria de Estado ou autoridade delegatária, com base no disposto no art. 637, do Decreto 10.086/2022, ou adotar as regras aplicáveis à cessão de uso de bens móveis, substituindo o termo "cessão de uso" para "permissão de uso" no instrumento.

O ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pela SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP situada na XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu Secretário, XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG n.º X.XXX.XXX-X/UF, pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL - DEPPEN, situado na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, neste ato representado por seu Diretor-Geral, XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG n.º X.XXX.XXX-X/UF, pelo FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN. situado na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, neste ato representado por seu Presidente, XXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG n.º X.XXX.XXX-X/UF e pelo ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXXX – ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, representado por seu Coordenador, Senhor XXXXXXXXXX, e, de outro lado, o (ENTE OU ÓRGÃO PÚBLICO OU PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO), pessoa jurídica de direito (PÚBLICO/PRIVADO), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX,XXX, Bairro XXXXXXX – CEP XXXXX-XXX – Cidade - Paraná, neste ato representada por XXXXXXXXXXX, Senhor XXXXXXXXXXXX, portador do RG n.º X.XXX.XXX-X/UF, ora denominado(a) COOPERADO(A) com fulcro no artigo 184 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e no artigo 661 do Decreto n.º 10.086/2022, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná, que estejam cumprindo pena (INFORMAR A FORMA DE CUMPRIMENTO DA PENA), como forma de readaptação ao meio social e em conformidade com o disposto no artigo 28 e seguintes da Lei de Execução Penal, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.
1.1. O labor executado pelas pessoas privativas de liberdade deverá ocorrer nas dependências do COOPERADO ou em locais previamente informados à Direção da Unidade Penal, ou ainda dentro das dependências da Unidade Penal.
1.2 Poderão ser executados pelas pessoas privativas de liberdade os seguintes serviços:
a) (...)
b) (...)

Nota explicativa 2.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
1. Poderá ser utilizada a presente minuta padronizada para formalização de Termo de Cooperação para regulamentar a ocupação laborativa de presos independente do regime de cumprimento da pena, realizado nas dependências do Cooperado ou em locais previamente informados de posse do Cooperado, ou ainda dentro das dependências da Unidade Penal, observadas as notas explicativas.
2. No caput da cláusula 1ª, deverá ser informado o regime de cumprimento de pena das PPL's que são objeto do Termo de Cooperação.
3. No item 1.2, deverão ser descritos, em itens, os serviços que serão executados pelas pessoas privadas de liberdade, sendo um item para cada serviço.
4. Quando a execução dos serviços envolver cessão de uso de bem móveis pertencentes à SESP deverá ser incluído o item 1.3, objetivando a descrição dos bens a serem cedidos, e item 1.4., relativo ao prazo de vigência da cessão, nos seguintes termos:
"1.3. A SESP (órgão público ao qual se encontra patrimoniado o bem) é proprietária dos seguintes bens a serem cedidos, gratuitamente, para uso pelo COOPERADO nos serviços descritos na subcláusula 1.2:
a) (....), patrimônio nº. XXXXXX ;
b) (....), patrimônio nº. XXXXXX;"
"1.4. A vigência da cessão de uso dos bens descritos no item 1.3 acima acompanhará a do próprio instrumento, podendo ser resolvida antes, mediante termo aditivo, consignando a devolução dos bens."

5. Quando a execução dos serviços ocorrer nas dependências da Unidade Penal e se permitir o uso de bens móveis pertencentes à SESP, se a permissão de uso for formalizada no instrumento, deve ser substituído o termo "cessão de uso" por "permissão de uso".

a. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram este Termo de Cooperação, independente de transcrição, o plano de trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado nº XXXXXXXXXXX.
2.1 O plano de trabalho aprovado poderá ser alterado pelos partícipes, mediante termo aditivo, desde que não implique alteração do objeto do Termo de Cooperação;
2.2 Qualquer alteração do plano de trabalho deverá ser precedida de manifestação técnica elaborada por servidor ou órgão que possua habilitação para se manifestar sobre a questão e submetida à aprovação da autoridade competente, nos termos do § 2º do art. 706 do Decreto n.º 10.086/2022.
b.

c. CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1. São obrigações aos partícipes deste Termo de Cooperação:
3.1.1. Elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Termo de Cooperação;
3.1.2. Executar as ações objeto deste Termo de Cooperação, assim como monitorar os resultados considerando as metas definidas no Plano de Trabalho;
3.1.3. Designar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Termo de Cooperação, aos quais caberá estabelecer as prioridades, orientar os trabalhos, acompanhar e avaliar a implantação das atividades estipuladas no Plano de Trabalho.
3.1.4. Assegurar que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e nas atividades previstas neste Termo de Cooperação conheçam e explicitamente aceitem todas as condições aqui estabelecidas e nos respectivos aditamentos;

3.1.5. Cada partícipe designará representantes para atuarem nas ações implementadas a partir da celebração do presente Termo de Cooperação, sem prejuízo das relações funcionais e hierárquicas com os órgãos de origem.
3.1.5.1 As designações não implicarão quaisquer adicionais remuneratórios aos servidores ou representantes;
3.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Termo de Cooperação;
3.1.7. Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao alcance do resultado almejado neste Termo de Cooperação e no respectivo Plano de Trabalho;
3.1.8. Cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
3.1.9. Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações que lhes são afetas;
3.1.10. Permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (controle interno e externo) a todos os documentos relacionados ao Termo de Cooperação, assim como aos elementos de sua execução;
3.1.11. Fornecer as informações necessárias para o cumprimento das obrigações acordadas;
3.1.12. Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação), obtidas em razão da execução do Termo de Cooperação, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
3.1.13. Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.
3.2. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP:
3.2.1. Informar e especificar ao DEPPEN, a necessidade de alteração nos procedimentos por ele executados com o COOPERADO;
3.2.2. Autorizar o prosseguimento do presente instrumento, se estiver de acordo com as normas exigidas, para que seja efetivada a ocupação laborativa dos apenados;
3.2.3. Publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, o presente Termo de Cooperação, uma vez assinado, respeitado o prazo constante no art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Nota explicativa 2-A.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
1. Quando envolver cessão de uso de bens, deverão ser acrescidas as seguintes cláusulas:

"3.2.4. Colocar os bens à disposição do COOPERADO em perfeitas condições de uso, para retirada no XXXXX (especificar o local de retirada);
3.2.5. Assegurar ao COOPERADO a posse mansa e pacífica dos bens móveis, durante o período de vigência do instrumento;"

2. Quando a execução dos serviços ocorrer nas dependências da Unidade Penal e se permitir o uso de bens móveis pertencentes à SESP, se a permissão de uso for formalizada no instrumento, deve ser incluída a subcláusula 3.2.4 com a seguinte redação:
"3.2.4. Colocar os bens à disposição do COOPERADO, assegurando-lhe o uso durante a execução dos serviços."

3.3. São de responsabilidade do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN:

3.3.1. Colocar à disposição do(a) COOPERADO(A), por intermédio do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, entre XX (XXX) e até XX (XXX) PPL's, para desenvolver as atividades estipuladas no objeto do Termo de Cooperação;

Nota explicativa 3.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Na cláusula 3.3.1 devem ser indicados, além do Escritório Social responsável, o número mínimo e máximo de pessoas privativas de liberdades que executarão as atividades relacionadas ao Termo de Cooperação.

1.3.2. Comunicar, através do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, a alocação dos presos no canteiro de trabalho externo e o local de prestação de serviços ao Juízo da Execução, com a respectiva juntada dessa informação nos autos da execução da pena, bem como a inclusão de tal informação no relatório SPR;

Nota explicativa 4.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Tratando-se de PPL cumprindo pena em regime fechado, a cláusula 3.3.2 deverá ter a seguinte redação:
"3.3.2. Por se tratar de pessoas privadas de liberdade cumprindo pena em regime fechado, o Estabelecimento Penal, por meio da Comissão Técnica de Classificação (CTC), com o propósito de orientar a individualização da execução penal, realizará uma rigorosa classificação dos PPL's a serem designados, além de conduzir visitas periódicas aos locais de trabalho externo, em conformidade com o estabelecido nos artigos 36 e 37 da Lei de Execução Penal, sem prejuízo da autorização do Juízo de Execução Penal competente."
"3.3.2.1. De acordo com o disposto no 7º da Lei Federal n.º 7.210/1984, a Comissão Técnica de Classificação será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade."

3.3.3. Informar ao Juízo da Execução da Pena, através do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, eventual alteração de canteiro de trabalho ou o desligamento da PPL do programa de readaptação ao meio social pelo trabalho;

Nota explicativa 5.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Tratando-se de PPL cumprindo pena em regime fechado, a cláusula 3.3.3 deverá ter a seguinte redação:
"3.3.3. Comunicar, através do Estabelecimento Penal, o Juízo da Vara de Execuções Penais sobre a implantação e o exercício das atividades laborais das PPL's fora das dependências do Estabelecimento Penal;"

3.3.4. Avaliar por meio de relatório de frequência ou controle de comparecimento, que será encaminhado pelo COOPERADO para a Divisão de Ocupação e Qualificação – DIOQ – do Estabelecimento Penal, o cumprimento do objeto;
3.3.5. Tratando-se de preso monitorado, a Central de Monitoração Eletrônica deverá ser diretamente informada pelo ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL acerca do trajeto realizado pelo monitorado, bem como a área de inclusão em que prestará serviços ao COOPERADO;
3.3.6. Emitir, por meio do DEPPEN, boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pelo COOPERADO até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao trabalho realizado;
3.3.7. Determinar, a qualquer tempo, por intermédio da Direção do Departamento Penitenciário – DEPPEN, a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, com a consequente retirada das PPL's, caso o COOPERADO não efetue os pagamentos devidos ao DEPPEN, nos prazos estabelecidos neste Termo de Cooperação;
3.3.8. Designar gestor encarregado do acompanhamento da cooperação, o qual deverá gerar relatórios detalhados ao DEPPEN, sempre que necessário, informando acerca de ocorrências e demais fatos, visando implementar os ajustes necessários ao bom andamento dos objetivos deste instrumento;

3.3.9. Designar servidor para o acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços constantes do Plano de Trabalho e da fiel execução deste Termo de Cooperação.

3.4. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade do(a) **COOPERADO(A):**
3.4.1. Garantir a fiel execução do objeto deste Termo de Cooperação;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3.4.2. Utilizar efetivamente o quantitativo de mão de obra mencionado no item 3.3.1 da Cláusula Terceira, sob pena de, não o fazendo, operar-se a rescisão do presente instrumento;
3.4.3. Cumprir pontualmente com os pagamentos referentes à prestação do trabalho pelos presos, observado o disposto nos itens 3.3.6 e 3.4.15;
3.4.4. Garantir que os presos tenham condições dignas de trabalho, respeitando os limites mínimos de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas de jornada, com descansos em domingos e feriados, observado, no que couber, dispõe o art. 33 da Lei n.º 7.210/84;
3.4.5. Adotar medidas que propicie a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme estabelece o artigo 7º, inciso XXII, da CF/88;
3.4.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos que as PPL's venham a sofrer no exercício ou em razão das atividades realizadas em cumprimento a este Termo de Cooperação;
3.4.7. Prestar total e imediata assistência aos PPL´s, em caso de acidente do trabalho, comunicando imediatamente o evento à unidade penal;
3.4.7.1 Caso a PPL que venha a sofrer acidente de trabalho deverá ser encaminhada imediatamente para atendimento médico, onde será emitido laudo ou atestado médico indicando o CID e o período de afastamento das atividades laborais;
3.4.7.1.1 durante os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, a PPL permanecerá alocada no canteiro de trabalho onde ocorreu o acidente, para continuar recebendo remuneração, e, caso o afastamento seja superior a esse prazo, será transferida para canteiro específico onde terá apenas o benefício da remição de pena, retornando ao canteiro de origem após a recuperação das lesões;
3.4.8 Observar as Normas Gerais para Canteiros de Trabalho, Portaria nº 121 de 14/12/2023, disponível no endereço eletrônico https://www.deppen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-02/ilovepdf_merged.pdf , ou norma que vier substituí-la, naquilo que lhe for aplicável;
3.4.9. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual necessário à prestação laboral, nos termos definidos pelo órgão encarregado da supervisão e conforme disposto no art. 28, §1º da Lei Federal n.º 7.210/84;
3.4.10. Garantir ao preso intervalo de descanso e higiene mental durante a jornada de trabalho, sendo de 15 (quinze) minutos para jornadas de trabalho superiores a 4 (quatro) horas e inferiores a 6 (seis) horas, e de, no mínimo 1 (uma) hora, para jornadas de trabalho superiores a 8 (oito) horas;
3.4.11. Prestar as orientações técnicas necessárias à realização do objeto descrito na cláusula primeira do presente Termo, realizando o treinamento necessário à operacionalização das tarefas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e demais acessórios necessários à efetivação dos serviços, bem como programando e distribuindo os serviços a serem executados;
3.4.12. Supervisionar o trabalho no que tange à adequação técnica, qualidade e regularidade do serviço prestado;
3.4.13. Solicitar ao ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL a substituição dos presos que não corresponderem com a produção desejada, tanto na quantidade como na qualidade previamente estabelecida, devendo fundamentar e justificar o seu pedido;
3.4.14. Designar servidor para o acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços constantes do Plano de Trabalho, na proporção de 01 (um) para cada 25 (vinte e cinco) PPL's;
3.4.15. Pagar, nos termos da Deliberação 002/2023 –DEPPEN/PR, ou norma que vier substituí-la, ao FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17, o equivalente a XX% (XXXXXXXXXX) do salário-mínimo nacional por PPL implantado, observado o disposto no item 3.4.3, distribuídos da seguinte forma:
3.4.15.1. XX% (XXXXXXXX) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, será destinado ao preso;
3.4.15.2. Os valores destinados ao preso obedecerão ao disposto no § único do art. 29 da Lei de Execuções Penais.
3.4.15.2. XX% (XXXXXXXX) do salário-mínimo nacional será destinado ao FUPEN, que o reverterá para programas de trabalho dos presos;

Nota explicativa 6.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Os itens 3.4.5, 3.4.5.1 e 3.4.5.2 devem ser preenchidos com os percentuais do salário-mínimo respectivos, observado o regime de cumprimento da pena.

3.4.16. O pagamento de que trata o item 3.4.15 será efetuado por boleto de compensação bancária, emitido pelo DEPPEN, conforme disposto no item 3.3.6;
3.4.17. Fica autorizado ao(à) COOPERADO(A) realizar, às suas expensas e dentro do horário de trabalho, palestras mensais, com duração de até 4 horas, que abordem assuntos relativos à profissionalização, educação formal e continuada, prevenção de doenças, prevenção de acidentes, além de outros de interesse dos presos, que tenham relação com o processo educativo e ressocializador da pena;
3.4.18. Indicar gestor próprio, o qual será encarregado de acompanhar a produção acerca do desenvolvimento dos trabalhos, das adequações e ajustes necessários ao regular desempenho das atividades, além de ser responsável pelo diálogo entre os partícipes;
3.4.19. Comunicar, de imediato e por escrito, à direção do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, quaisquer anormalidades no procedimento das PPL's, tais como, inadequação ao trabalho, ineficiência e solicitação de dispensa ou saída antecipada;
3.4.20. Fornecer vale-transporte para as PPL's que lhe prestam serviços em quantitativo suficiente para cobrir o trajeto residência/local de trabalho/residência;

Nota explicativa 7.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Tratando-se de PPL cumprindo pena em regime fechado, a cláusula 3.4.20 deverá ter a seguinte redação:
"3.4.20. Fornecer meio de transporte para os PPL's e, se for o caso, ao servidor, designado para manutenção da ordem, disciplina e da segurança;"

3.4.20. Fornecer alimentação necessária para o cumprimento da jornada de trabalho às PPL's que lhe prestam serviço;
3.4.21. Zelar pela segurança e disciplina nos canteiros de trabalho durante o período da jornada diária;
3.4.22. Comunicar imediatamente à Direção do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL eventual paralisação dos serviços;
3.4.23. Comunicar de imediato à Direção do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL a (s) alteração (ões) no local e no horário de prestação de serviço.

Nota explicativa 8.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
1. Tratando-se de PPL cumprindo pena em regime fechado, inserir a cláusula 3.4.24 com a seguinte redação:
"3.4.24. Respeitar, ao utilizar PPL's do REGIME FECHADO, o limite de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra, conforme disposto no §1º do artigo 36 da Lei de Execução Penal, ou percentual fixado pelo Juiz de Execuções Penais."
"3.4.24.1. O(A) COOPERADO(A) declara que, no ato da celebração do presente, que os quantitativos de PPL's, mínimo e máximo, indicados na cláusula xxxxx, não extrapolam os limites previstos no §1º do artigo 36 da Lei de Execução Penal ou fixados pelo Juiz de Execuções Penais;"

2. Quando envolver a cessão de uso de bens, deverão ser acrescidas as seguintes cláusulas, ajustando a numeração sequencial, se preciso:
"3.4.24. Cuidar dos bens ora cedidos, utilizando-os para os fins descritos no Plano de Trabalho;
3.4.25. Executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, necessários para a operação dos equipamentos;
3.4.26. Custear a manutenção das máquinas, inclusive as despesas com combustíveis, óleos lubrificantes e hidráulicos, reposição de peças ou sua recuperação, serviços de revisão e manutenção mecânica e operacional em geral;
3.4.27. Utilizar somente peças originais quando da necessidade de reposição;
3.4.28. Estabelecer normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas à utilização dos equipamentos pelas pessoas privadas de liberdade;

3.4.29. Permitir a fiscalização dos bens;
3.4.30. Ressarcir a SESP, em caso de perda ou dano, pelos prejuízos causados aos bens cedidos, podendo, a critério da SESP, realizar a reposição do bem por item de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;
3.4.31. Devolver os bens, objeto do presente Termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste natural, no mesmo local da retirada ou em outro especificado pela SESP, em até XXXX dias, após resolvida a cessão de uso."

3. Quando a execução dos serviços ocorrer nas dependências da Unidade Penal e se permitir o uso de bens móveis pertencentes à SESP, se a permissão de uso for formalizada no instrumento, deve ser substituído o termo "cessão de uso" por "permissão de uso", bem como adotar a seguinte redação para a subcláusula 3.4.31:

"3.4.31. Devolver os bens, objeto do presente Termo, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste natural."

3.5. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade das PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, as quais devem os partícipes, dentro de suas esferas de competência previstas neste Termo de Cooperação, zelar pelo cumprimento:
3.5.1. Cumprir jornada de trabalho estabelecida;
3.5.2. Ser assíduo e pontual;
3.5.3. Apresentar-se ao trabalho em condições adequadas no que se refere à higiene pessoal, à vestimenta e à sobriedade;
3.5.4. Zelar pela economia e aproveitamento do material e dos equipamentos sob seus cuidados;
3.5.5. Tratar a todos com cordialidade e respeito;
3.5.6. Cumprir as orientações de segurança e medicina de trabalho, especialmente quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's).

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, PATRIMONIAIS E HUMANOS

4.1. Para a execução do objeto do presente Termo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

Nota explicativa 8-A.
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
1. Na hipótese de envolver a cessão de bens móveis, o item 4.1. deverá ter a seguinte redação:
"4.1. Para a execução do objeto do presente Termo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os partícipes, ressalvada a cessão de uso de bens, conforme pactuado nesse instrumento."
2. Quando a execução dos serviços ocorrer nas dependências da Unidade Penal e se permitir o uso de bens móveis pertencentes à SESP, se a permissão de uso for formalizada no instrumento, deve ser substituído o termo "cessão de uso" por "permissão de uso".

4.2. As despesas eventualmente necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.
4.3. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Termo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão quaisquer ônus aos partícipes

CLÁUSULA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O acompanhamento e fiscalização do termo consistirá na realização de relatórios, inspeções e visitas, a fim de emitir parecer técnico sobre a execução do termo, bem como parecer técnico conclusivo sobre a satisfatória realização do objeto do Termo de Cooperação;
5.2 Designa-se o (a) servidor (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ocupante do cargo de Coordenador(a)/Gestor/Diretor do ESCRITÓRIO SOCIAL DE XXXXXXXX– ES / DEPPEN / ESTABELECIMENTO PRISIONAL, RG. nº XXX.XXX.XXX-XX, para desempenhar a função de gestor(a) do Termo de Cooperação, e o servidor(a) XXXXXXXXX, ocupante do cargo de Coordenador(a) Regional de XXXXXXXXXXXXXXXXX, RG. nº XXX.XXX.XXX-XX, para desempenhar a função de fiscal do Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

6. Na consecução do objeto do presente termo, é vedado ao PARTÍCIPE:
6.1. Desenvolver atividades contrárias ou divergentes àquelas reguladas no presente Termo de Cooperação;
6.2. Utilizar os bens, serviços e/ou pessoal empregado na execução do presente Termo de Cooperação em atividades ou finalidades alheias àquelas previstas neste instrumento;
6.3. Transpassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES DO TERMO DE COOPERAÇÃO

7. O Termo de Cooperação poderá ser alterado mediante termo aditivo, cujo resumo do seu extrato deverá ser publicado pela SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.
7.1. A alteração do Termo de Cooperação dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, observada a compatibilidade com o objeto do ajuste, observadas as cláusulas 2.1 e 2.2.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. Os partícipes se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do Termo de Cooperação, não podendo, depois de recebidas, ser transferidas a terceiros, seja a que título for, ou, de qualquer forma, divulgadas, obedecidas as normas de sigilo previstas na legislação de regência, respeitando, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto Estadual n° 6.474/2020.
8.2. Da proteção de dados pessoais: Lei 13709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e Decreto Estadual n.º 6.474/2020.
8.2.1. Os partícipes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, caso o objeto da parceria implique na manipulação ou acesso a esses dados;
8.2.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria execução da parceria, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação da entidade máxima do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
8.2.3. Eventuais dados tratados pelo COOPERADO, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Termo de Cooperação, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL;
8.2.4. Eventuais registros de tratamento de dados pessoais que O(A) COOPERADO(A) realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
8.2.5. O(A) COOPERADO(A) deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
8.2.6. O(A) COOPERADO(A) dará conhecimento formal aos seus servidores das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, se houver, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais;
8.2.7. O eventual acesso, por quaisquer dos PARTÍCIPES, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para eles e para seus agentes e prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Termo de Cooperação e após o seu encerramento;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

8.2.8. O gestor indicado do(a) COOPERADO(A) informará o Encarregado de Dados do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esse último possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;
8.2.9. A critério do gestor do(a) COOPERADO(A) e do encarregado de Dados do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, o(a) COOPERADO(A) poderá ser provocado(a) para preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Termo de Cooperação, no tocante a dados pessoais;
8.2.10. O(A) COOPERADO(A) responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
8.2.11. Os representantes legais do(a) COOPERADO(A), bem como os servidores que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar Termo de Compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula;
8.2.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do(a) COOPERADO(A), envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas observado o disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018 e, naquilo que couber, o disposto § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020;
8.2.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste Termo de Cooperação serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020;
8.2.14. O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao(à) COOPERADO(A), bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
8.2.15. Encerrada a vigência do Termo de Cooperação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o(a) COOPERADO(A) providenciará o descarte ou devolução, para o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança;
8.2.16. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9. A vigência do presente Termo de Cooperação, será de XX (XXXXXX) meses, com eficácia a partir de sua publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE e no sítio eletrônico oficial do DEPPEN (www.deppen.pr.gov.br), conforme disciplinado no art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – REMUNERAÇÃO / FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

10. Pelas atividades, as PPL's serão remuneradas, ao menos, no equivalente a XX (XXXXXXXX) do salário-mínimo, nos termos do art. 29, caput, da Lei n.º 7.210/84, desde que cumprida a carga horária integral prevista neste instrumento.
10.1. O(A) COOPERADO(A) pagará o equivalente a XXX% (XXXXXXXXXXXXX) do salário-mínimo nacional por PPL implantado, a ser pago por boleto bancário, que será composto da seguinte forma:
10.1.1. XXXX% (XXXXXXXXXX) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso; e
10.1.2. XX% (XXXXXXXXXX) do salário-mínimo nacional destinado ao FUPEN, revertida para programas de trabalho das PPL's.

Nota explicativa 9. (Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado) Os itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.2 devem ser preenchidos com os percentuais do salário-mínimo respectivos, observado o regime de cumprimento da pena. Obs. Atentar para que, no preenchimento, não há divergência com o item 3.4.15 e subitens 3.4.5.1 e 3.4.5.2

10.2. Ocorrendo o inadimplemento de quaisquer das obrigações de que tratam os itens 10.1.1 e 10.1.2, o(a) COOPERADO(A) será imediatamente notificado pelo Gestor e/ou Fiscal deste instrumento para realização dos pagamentos devidos no prazo de 07 (sete) dias.
10.3. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, serão liminarmente suspensos os serviços prestados pelos PPL's, bem como a execução do presente Termo de Cooperação.
10.4. Não regularizados os pagamentos em até XX (XXXXXX) dias da data da suspensão de que trata o item anterior, o presente Termo de Cooperação será rescindido de pleno direito, sem prejuízo da aplicação de penalidades decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas e não cumpridas.

Nota explicativa 10. (Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado) O item 10.4 deve ser preenchido com o prazo de suspensão tratada no item 10.3.

10.5. O DEPPEN emitirá boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pelo COOPERADO até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado.
10.6. Pelo atraso no pagamento caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo FUPEN em um prazo superior a 7 (sete) dias após o vencimento, implicará na suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente, observado o disposto no item 10.4.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

11.1. Este Termo de Cooperação poderá ser:
11.1. Denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito.
11.2. Rescindido nas hipóteses do art. 713 do Decreto n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O(A) COOPERADO(A) responderá integralmente pelos encargos dos servidores que, se for o caso, forem designados para executar ações relacionadas ao cumprimento do objeto de que trata o presente Termo de Cooperação, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, não decorrendo, em nenhuma hipótese, qualquer ônus para o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL;
12.1.1. O presente termo não gera obrigações ou vínculos trabalhistas, previdenciários ou fundiários entre o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL e os agentes designados pelo COOPERADO.
12.2. O COOPERADO se responsabilizará pelos eventuais danos que os seus agentes venham a causar ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL ou a terceiros, por falhas, ações ou omissões, culposas ou dolosas, no exercício das ações relacionadas ao presente Termo de Cooperação.
12.3. O(a) COOPERADO(A) é responsável por quaisquer danos que as PPL's causem a terceiros quando no exercício das atividades relacionadas ao presente Termo de Cooperação.
12.4. O destino dos bens empregados na execução do presente Termo de Cooperação será o previsto no Plano de Trabalho que integra o ajuste.
12.5. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias, em observância da legislação já mencionada e demais diplomas legais aplicados à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICIDADE

13.1. A eficácia deste Termo de Cooperação ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, a quem incumbe essa providência, na forma do art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
13.1.1. O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL e o COOPERADO deverão disponibilizar, por meio de seus sítios eletrônicos oficiais, link para consulta aos dados deste Termo de Cooperação, contendo, pelo menos, os nomes dos partícipes, o objeto, a finalidade;
13.1.2. Eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Cooperação ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Naqueles casos em que as controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Cooperação não puderem ser solucionadas diretamente, por mútuo acordo entre os partícipes, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Cooperação o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Curitiba – PR, _____ de _____ de _____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário de Estado da Segurança Pública

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor-Geral de Polícia Penal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná

REPRESENTANTE DO(A) COOPERADO(A)
Cargo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX[2]
xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

TESTEMUNHAS:

2. Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-xx

Nome: XXXXXXXXXXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-xx

ANEXO II
LISTA DE VERIFICAÇÃO
TERMO DE COOPERAÇÃO

Protocolo n.º
Termo de Cooperação n.º

REQUISITOS GERAIS		
01.	Ofício demandando a celebração do termo de cooperação, acompanhado da justificativa:	Fls.
02.	Comprovação de que as autoridades que assinarão o Termo de Cooperação detêm competência para este fim específico (cópia da ata de posse do Prefeito, do ato de nomeação quando for órgão ou ente público e do estatuto ou contrato social, caso entidade privada):	Fls. _____
03.	Cópias do RG e do CPF dos representantes legais:	Fls. _____
04.	Comprovante de inscrição e de situação cadastral do Partícipe – CNPJ:	Fls. _____
05.	Ato de designação do(s) gestor(es) e fiscal(is) do Termo de Cooperação:	Fls.
06.	Adoção da minuta de Termo de Cooperação previamente aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado:	Fls.
07.	Autorização da autoridade competente:	Fls. _____

PLANO DE TRABALHO Art. 681 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022		
	Plano de trabalho detalhado, nos termos do disposto no art. 681 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, contendo, no mínimo:	Fls. _____
01.	Descrição completa do objeto do Termo de Cooperação a ser formalizado e seus elementos característicos:	Fls.
02.	Razões que justifiquem a celebração do Termo de Cooperação:	Fls.
03.	Estabelecimento de metas a serem alcançadas, objetivamente especificadas, descritas quantitativa e qualitativamente:	Fls. _____
04.	Detalhamento das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada:	Fls. _____
05.	Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:	Fls. _____
06.	Prévia e expressa aprovação do Plano de Trabalho pela autoridade competente.	Fls. _____

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA Art. 679, III, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022

[2] Espaço destinado ao autógrafo do Coordenador do Escritório Social ou do Diretor do Estabelecimento Penal, conforme o caso.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

01.	Certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente:	Fls. _____
02.	Certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos:	Fls. _____
03.	Certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social:	Fls. _____
04.	Certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos:	Fls. _____
05.	Prova de regularidade do convenente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS):	Fls. _____
06.	Certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011:	Fls.
07.	Consulta ao CADIN do Estado do Paraná.	Fls.
08.	Declaração do ordenador de despesas da SESP de que o ajuste não tem movimentação de recurso entre os partícipes.	Fls.

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento]

[Nome e assinatura do chefe do setor competente]

Nota explicativa 1:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Em conformidade com o §2º do Art. 679 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, o termo de cooperação poderá prescindir da documentação prevista no inciso III[3] do referido artigo.
O Acórdão n.º 6.113/15, do Tribunal Pleno/Tribunal de Contas do Estado do Paraná permite a flexibilização na apresentação das certidões de regularidade fiscal nas situações em que os ajustes não envolvem transferência de recursos públicos.
No entanto, para ratificar a ausência de movimentação de recursos financeiros entre os partícipes, é imprescindível a junção de declaração do ordenador de despesas relatando, expressamente, que o instrumento não implicará movimentação de recursos financeiros entre os partícipes, assim como, que eventuais despesas em razão da materialização do termo de cooperação técnica correrão por conta de dotações orçamentárias próprias de cada parte, de modo que, no caso a SESP/DEPPEN, seja demonstrada a fonte de recurso apta a assegurar tais dispêndios, em consonância com as leis orçamentárias e demais normas aplicáveis.

Nota explicativa 2:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação, no termo de cooperação e no respectivo plano de trabalho sejam realizadas por meio eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

[3] **Art. 679.** Os processos administrativos destinados à celebração de convênio e termo de cooperação deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

(...)

III - prova de regularidade do convenente para com as Fazendas Públicas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente;

b) certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos;

c) certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social;

d) certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos;

e) prova de regularidade do convenente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);

f) certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011.

g) consulta ao Cadin-PR.

85903/2025

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 9554 26/06/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
238974992	APARECIDA GOMES SCABORO	56981705	1	SEED	
241555224	GERALDA DE FATIMA LOPES PASCHOAL	49486944	1	SEED	
241461459	INES STEPKA	50814068	1	SEED	
241650235	JAIME EMIR BOGORNI	33606710	1	SEED	
241485641	JEREMIAS NUNES	41487330	1	SEED	
241558320	KATTY ANA MARTINS DOS SANTOS	55493308	1	SEED	
238973694	LEILA CANDIDO DE BONFIM TORRES	39764466	2	SEED	
241449572	MARCIA GIANELLI LAURO	51948238	1	SEED	
241628922	MARIZA CRISTINA TEIXEIRA MARTINS GARCIA	33384238	1	SEED	

85115/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 9555 26/06/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
241289737	VANDERLEI GONCALVES NERI	59513168	1	SESP	

84838/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 9556 26/06/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
INEZ DA PENHA NERI ROCHA	20081333	22	NII11	241756360	30/07/2025	SEED
MARIA LEILA FEITOSA	67072480	2	NII11	241301486	09/06/2025	SEED

85114/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/ADAPAR N.º 784/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR**, no uso das atribuições legais conferidas pela no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual e pela Lei Estadual n.º 21.352 de 01 de janeiro de 2023, e considerando a necessidade de declarar estabilidade dos servidores pertencentes ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, conforme disposto no protocolo n.º 24.134.759-1.

RESOLVEM:

Art. 1º Declarar a estabilidade no serviço público estadual, ao servidor pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, que tece o estágio probatório realizado no período de 14/06/2022 a 14/06/2025, conforme determinado nos artigos 8º e 9° da Lei n.º 13.666/02, conforme segue:

NOME	RG	CARGO	FUNÇÃO	PERÍDO ESTÁGIO PROBATÓRIO
RAFAEL GARRIDO MOREIRA	8XXX667X	AGENTE PROFISSIONAL	ADMINISTRADOR	14/06/2022 a 14/06/2025

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

Otamir Cesar Martins
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

85886/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 781/2025

Resolução retificadora de concessão de progressão por Titulação ao empregado público integrante do Quadro Próprio da Codapar.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.º 23.342.639-3), o contido no Plano de Cargos e Salários/ Plano de Carreira, de julho de 2013, que instituiu o Plano de Carreiras e Salários da CODAPAR, e o disposto no Protocolo n.º 19.651.521-6,

RESOLVEM:

Art. 1º Incluir no Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR nº 127 de 4 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial n.º 11297 de 9 de novembro 2022, que concedeu progressão por Titulação, aos empregados públicos do Quadro Próprio da Codapar, regido pelo Plano de Cargos e Salários/Plano de Carreira, de julho de 2013, o servidor a seguir:

N.	NOME	RG	ID	LF	TIPO DE FUNDO	CARGO	DE		PARA	
							CL	REF.	CL	REF.
1	SERGIO RICARDO BARRABARRA	4.XXX.619-X	7946	1	CLT	AAE	OP03	3	OP03	5

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Diniz Dias Doliveira
Diretor-Presidente Substituto do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR -EMATER

85855/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEDEF N.º 777/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.138.565-5,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder ao servidor estável e ativo do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Rogerio Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
JULIANY SOUZA DOS SANTOS	7.XXX.719-X	1	SEDEF	AGE	VIII	IX
ROBERTA PILATI VENUTI	8.XXX.935-X	1	SEDEF	AGP	II	III
TICYANA PAULA BEGNINI	6.XXX.666-X	1	SEDEF	AGP	VIII	IX

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
JONATHAN COELHO ZANINELLI	6.XXX.358-X	1	SEDEF	AGA	VIII	XIII

85892/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEIL N.º 783/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.134.761-3**,**

RESOLVEM:

.**Art. 1º** Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo Único desta

Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Sandro Alex
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística

ANEXO ÚNICO

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
JOSIL DO ROCIO VOIDELA BAPTISTA	5.XXX116-8	2	SEIL	AGP	VX	VXI

85898/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEJU N.º 780/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Justiça e Cidadania**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo nº 24.019.473-2,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

ANEXO I
PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
AOSTENES MARCIANO DOS SANTOS	1.XXX.714-X	1	SEJU	AGA - Agente de Apoio	VIII	IV
ADEMIR BUSSOLIN	1.XXX.933-X	1	SEJU	AGA - Agente de Apoio	VIII	IV
MARIZA CABRAL NUNES	5.XXX.905-X	1	SEJU	AGE - Agente de Execução	II	III
ESTANISLAU FERREIRA DOS SANTOS	5.XXX.973-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	IV
ANDRE MORONI PEREIRA	7.XXX.109-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
MARCUS VINICIUS GUEDES SCHIAVINI	14.XXX.204-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
ALEXANDRA ANTUNES DE MELLO	6.XXX.222-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	XI	XII
SELMA PEREIRA DA ROCHA	7.XXX.490-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
JOHNNY OLI DEVENS	4.XXX.353-X	8	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
MARCIA CILENE LECHIV	6.XXX.986-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	XIV	XV
MARCELO REGINALDO ALVES	5.XXX.840-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	IX
MARCOS FERRER MARTINS	5.XXX.060-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	XV	XVI
FRANCIEL HEIJI OMURA	9.XXX.815-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GIULIANO RICARDO VIEIRA	4.XXX.744-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	XIV	XV
ANTONIO PRATA NETO	8.XXX.772-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
OSVALDO ADENIR ZINATTO JUNIOR	12.XXX.048-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
MARIANA LOPES PEREIRA	12.XXX.066-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
PAMELA REGINA NISSEN	10.XXX.845-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	III
ANFRISIO FONSECA DE SIQUEIRA NETO	4.XXX.496-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	XIV	XV
JULIO FERNANDES NETO	8.XXX.168-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	XIII	XIV
MARCIO CRISTIANO ALEXANDRE	6.XXX.277-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	VIII
LUIZ ROBERTO DE MACEDO LOPES	2.XXX.366-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIV
CARLOS ALBERTO MARIA	4.XXX.880-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIV
PUREZA DA CONCEICAO LEITE	10.XXX.321-X	2	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	X
FLAVIA BANDEIRA CORDEIRO PORTELA	7.XXX.353-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	III	IV
PATRICIA MARQUES YANO DEZOTI	8.XXX.518-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	III	IV
DEBORAH TOLEDO MARTINS	6.XXX.805-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VII	VIII
JOSE ODENIR VIATROSKI SANT'ANA	7.XXX.100-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	X
ALINE CAMARGO DE SOUSA ROSSETTO	10.XXX.832-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	IX
LYLIANE MORESCO	6.XXX.686-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VII	VIII
HELOISE KURUDZ	7.XXX.874-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	X
LUIZ BELO DE OLIVEIRA	5.XXX.936-X	97	SEJU	AGP - Agente Profissional	IX	X
CRISTINA APARECIDA LUPACK DE ARAUJO	6.XXX.703-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	IX

ANEXO II
PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
RICKYN LUIS DE OLIVEIRA	8.XXX.667-X	1	SEJU	AGA - Agente de Apoio	II	VII
GERALDA APARECIDA DE MENDONCA	5.XXX.650-X	1	SEJU	AGE - Agente de Execução	III	VII
CRISTINA LOHANA ROSA	6.XXX.621-X	1	SEJU	AGE - Agente de Execução	VIII	XIII
EDUARDO DE JESUS MARGONAR	6.XXX.819-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
RICARDO XAVIER DAS CHAGAS	6.XXX.428-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
ERICSSON ANGELI DONADIA	1.XXX.452-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
JOSE ROBERTO BORSATO GONCALVES	4.XXX.968-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
MICHELLE CRISTINE DE CASTRO MELINGER	6.XXX.232-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
ANTONIO MARCOS GOMES NOGUEIRA	7.XXX.543-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JEFERSON DE JESUS ANTUNES RIBEIRO	9.XXX.391-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
ALEXANDRE AUGUSTO DE OLIVEIRA	6.XXX.704-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
GISELLA GRANDER	7.XXX.485-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
JOAO MAURICIO AUTIERI VIEIRA	5.XXX.691-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VIII	XIII
CARLA CANAL DA SILVA SANTOS	8.XXX.465-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
EDUARDO FERREIRA DA SILVA	9.XXX.356-X	2	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	III	VII
RODRIGO DUARTE	8.XXX.595-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	VII	XIII
ROBSON SCHULTZ VALENTIM DOS SANTOS	8.XXX.309-X	90	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
RODRIGO ALONSO DE BRITO	9.XXX.021-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	III	VII
CHRYSTIAN ROBERTO STOCCO	7.XXX.719-X	4	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
CAROLINA CASPREK	9.XXX.545-X	1	SEJU	AS - Agente de Segurança Socioeducativo	II	VII
ILIETE SANSANA GALLOTTI	1.XXX.290-X	1	SEJU	AGP - Agente Profissional	VIII	XIII

86261/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEED N.º 765/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, considerando o contido no art. 13A da Lei Complementar nº 231 de 17 de dezembro de 2020, no Despacho Governamental, publicado do Diário Oficial do Estado nº 11878, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), em atendimento ao contido na Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, Lei Complementar nº 106, de 22 de dezembro de 2004 e Lei Complementar n.º 130, de 14 de julho de 2010, que instituíram o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério, e o contido no Protocolado n.º 23.847.385-3,

RESOLVEM:

Art. 1º Incluir o servidor a seguir especificado no Anexo único da Resolução Conjunta SEAP/SEED n.º 305, de 26 de janeiro de 2017, com vistas à concessão de Progressão:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	CARGO	DE	PARA
SEED	4.XXX.875-X	21	WILSON RODRIGUES MARTINS	QPM	NIII-06	NIII-07

Art. 2º Incluir a servidora a seguir especificada no Anexo único da Resolução Conjunta SEAP/SEED n.º 308, de 26 de janeiro de 2017, com vistas à concessão de Progressão:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	CARGO	DE	PARA
SEED	7.XXX.48-X	01	JOANA AMELIA SANT ANA	QPM	NIII-10	NIII-11
SEED	7.XXX.48-X	02	JOANA AMELIA SANT ANA	QPM	NIII-10	NIII-11

Art. 3º Incluir a servidora a seguir especificada no Anexo único da Resolução Conjunta SEAP/SEED n.º 308, de 26 de janeiro de 2017, com vistas à concessão de Progressão:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	CARGO	DE	PARA
SEED	2.XXX.207-X	02	SOLANGE DO CARMO	QPM	NIII-09	NIII-11

Art. 4º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

86491/2025

Resolução SEAP nº. 9543

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
24.074.942-4	JOSMAR ANTONIO MOREIRA	UEL
24.109.108-2	REGINA APARECIDA CORREIA DA SILVA	UEM
24.046.610-4	LAURINDO ZANCO FURQUIM	UEM
24.124.372-9	IZABEL DA SILVA	UEM
24.123.843-1	WALTER SANTIM	UEM
23.740.808-0	JOSE CARLOS CINTRA	UNIOESTE

Curitiba, 26 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9544

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 124, da Lei 6I74 de 16 de novembro de 1.970, o servidor da UNICENTRO, abaixo relacionado, constante no protocolado nº 23.549.777-8.

NOME	CARGO	A PARTIR
GUSTAVO HENRIQUE TOMASI	Professor de Ensino Superior	18/02/2025

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 9545

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E:

EXONERAR, Ex-Officio, a partir de 19/03/2025, de acordo com o artigo 124, da Lei 6l74 de 16 de novembro de 1.970, BRENO PASCUALOTE LEMOS, RG 14.XXX.921-X, do cargo de Agente Profissional, IPARDES, por não ter tomado exercício no cargo.
Protocolado nº 20.940.629-2

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9546

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

Transferir, Ex-Officio, a partir de 23/05/2025 para a Reserva Não Remunerada, VLAGNER BELLO FELIPE, RG nº 11.XXX.148-X, Soldado 1ª Classe, LF-04, CBMPR, de acordo com o artigo 45, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 167, Letra "a", da Lei Estadual nº 1.943/54.
Protocolo nº 23.988.815-1

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9547

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o artigo 124, da Lei 6l74 de 16 de novembro de 1.970, o servidor da UNICENTRO, abaixo relacionado, constante no protocolado nº 23.851.455-0.

NOME	CARGO	A PARTIR
REGINA MAURA DINIZ	Professor de Ensino Superior	14/04/2025

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9548

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a GLAUCO MARCELO ANTUNES, R.G n° 3.XXX.739-X, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário Execução, UEL, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc.

I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II. Valor dos proventos R$ 12.072,78 (Doze mil e setenta e dois reais e setenta e oito centavos). Cálculos de fls. 39 – PRPREV.
Protocolo nº 23.865.525-0

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9549

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a ANTONIO TIBURCIO RODRIGUES, R.G n° 3.XXX.440-X, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário Apoio, UEPG, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e 171 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II. Valor dos proventos R$ 6.458,58 (Seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Cálculos de fls. 66 – PRPREV.
Protocolo nº 23.829.764-8

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9550

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a JOSE GERALDO MARQUES, RG. nº 15.XXX.680-X, LF 01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UNICENTRO, de acordo com o art. 35, §1º, inciso III da Constituição Estadual, com a redação da EC n° 45/2019 e o art. 13 da Lei Complementar nº 233/2021; art. 10 da Emenda Constitucional nº 45/2019 c/c art. 26 da EC nº 103/2019. Valor dos proventos R$ 10.719,74 (Dez mil, setecentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos). Cálculos de fls. 58 – PRPREV.
Protocolo nº 23.815.444-8

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9551

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de REGINALDO OSORIO MOREIRA, RG. nº 4.XXX.304-X, LF 01, Agente Universitário Execução, UEL, conforme cálculos de fls. 101 – PRPREV em cumprimento de ordem judicial autos nº 0002413-20.2022.8.16.0090 do Juizado Especial da Fazenda Pública de Ibiporã/PR. Valor dos proventos R$ 5.764,27 (Cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos).
Protocolo nº 21.807.478-2

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 9552

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de EDSON GATTO, R. G. nº 3.XXX.832-X, LF 03, Professor, SEED, conforme cálculos de fls. 66 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 3.458,71 (Três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos). Efeitos financeiros a partir de 01/06/2025.
Protocolo nº 23.614.903-0
.

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 9553

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 8938 de 05/05/2025, na parte que concedeu aposentadoria a APARECIDA DOS SANTOS AMBROSIO PEREIRA, RG 5.XXX.836-X, Promotor de Saúde Fundamental, LF 01, FUNSAÚDE, em razão do falecimento ocorrido em 16/04/2025.
Protocolo nº 16.412.974-8

Curitiba, 25 de junho de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

85171/2025

Resolução SEAP N.º 9.516/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.753.966-6.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR, os servidores nomeados pelo Decreto nº 9308/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 9.516/2025

Nome	RG	Função
Karina Scalia Alves Kulig	620xxx231xx	Administrador
Matheus José Gonçalez Da Silva	10xxx495x	Administrador
Karin Rosário Carneiro Van Helvoort	7xxx833-x	Administrador
Lucinéia Martins De Almeida	4xxx360- SC	Administrador
Débora Gonçalves Rodrigues	9XXX666X	Administrador

85899/2025

Resolução SEAP N.º 9.517/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.364.543-7.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, os servidores nomeados, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 9.517/2025

Nome	RG	Função	Decreto nº
Tiago Henrique Palheta Nery da Silva	2xxx650- MS	Eng. Ambiental	8051/2024
Ronaldo Collatusso	9xxx617x-PR	Eng. Ambiental	8924/2025

85906/2025

Resolução SEAP N.º 9.518/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.753.380-3.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, no Paraná Esporte - PRESP, os servidores nomeados pelo Decreto nº 9308/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 9.518/2025

NOME	RG	FUNÇÃO
DANIEL DIOGO OLIVEIRA SANTOS	1XXX871X	ADMINISTRADOR
JONATHAN WILKERSOM BERTUSSO	9XXX779X	ADMINISTRADOR
GABRIEL DA SILVA GOLINELI	12XXX187X	CONTADOR

85957/2025

Resolução SEAP N.º 9.519/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.754.356-6.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Secretaria de Estado do Esporte, os servidores nomeados pelo Decreto nº 9308/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 9.519/2025

NOME	RG	Função
Andrea Silva de Sousa	31xxx826x	Administrador
Daniele dos Santos Lopes Ewald	3xxx654x	Administrador
Sirlene Aparecida Coelho	114xxx269x	Administrador
Tcheyse Ramos dos Santos	8xxx193x	Administrador
Cristiano Grzegorek dos Santos Vilantt	10xxx407x	Administrador
Angela de Vargas Brondani da Fontoura	16xxx209x	Contador
Joice da Silva Chaves	12xxx782x	Contador

85960/2025

Resolução SEAP N.º 9.520/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.753.837-6.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU, os servidores nomeados pelo Decreto nº 9308/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 9.520/2025

NOME	RG	Função
CLÁUDIO ANDRÉ DA SILVA JÚNIOR	14xxx809x	Administrador
ELISANGELA SILVA DE OLIVEIRA	1xxx322x	Administrador

85968/2025

Resolução SEAP N.º 9.521/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.753.767-1.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SEIC, os servidores nomeados pelo Decreto nº 9308/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem o cargo de Agente Profissional nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 9.521/2025

NOME	CPF	Função
Leonardo Menoncin Pacheco	100XXX879XX	Administrador
Matheus Antonio Lezan Kuyava	114XXX519XX	Administrador
Mariane Satie Honda Padilha	079XXX159XX	Administrador
Luidgi Scaini	007XXX309XX	Administrador
Paulo Vagner Ferreira	978XXX489XX	Economista
William Douglas Barros Simões	013XXX042XX	Economista
Ademar Do Carmo Moreira	643XXX539XX	Economista

85972/2025

Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº: 983/2025
Protocolo nº: 23.976.148-8
Interessado: Município de Moreira Sales
Assunto: Doação de Veículo automotor à Município do Paraná
Data: 23/06/2025

1. O presente expediente trata da solicitação formal do Município de Moreira Sales, que pleiteia doação de veículo, atualmente vinculado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

2. O bem possui as seguintes características:

Placa	Modelo	Ano	Renavam	Patrimônio
AVC4322	I/RENAULT FLUENCE DYN20M	2012/2013	455810460	100001374008

3. Considerando:

a) Parecer nº 255/2025 – DETO (mov.28), do Departamento de Gestão do Transporte Oficial – SEAP/DETO/DDV, atestando a inexistência de impedimentos técnicos quanto à doação do(s) veículo(s) indicado(s);

b) Declaração de Inservibilidade/Desnecessidade de veículo (mov.25);

4. Assim, **RECONHEÇO** a situação de dispensa de licitação, nos termos do art. 76 da Lei 14.133/2021, do art. 610 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como **AUTORIZO**, com fundamento nos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto n° 4.336/2009 e no art. 1º da Lei Estadual nº 20.790/2021, a doação respectivo veículo.

Restitua-se ao Departamento de Gestão do Transporte Oficial – DETO/SEAP demais gestões que o caso requer.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
86050/2025

Extrato de Termo de Doação de Bens Móveis

Doador:	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Donatário:	Prefeitura Municipal de Alto Paraná
Descrição do Bem:	GM/CHEVROLET A20
Placa:	AIR8211
Chassi:	9BG258NFHGC005919
Renavam:	520140729
Ano:	1986/1987
Cor:	BRANCA
Termo de Doação:	2904696
Eprotocolo	22.060.267-2

Extrato de Termo de Doação de Bens Móveis

Doador:	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Donatário:	Prefeitura Municipal de Alto Paraná
Descrição do Bem:	IMP/FORD ESCORT 1.8I GL
Placa:	AGO7630
Chassi:	8AFZZZ54ATJ053895
Renavam:	664102662
Ano:	1996 / 1996
Cor:	BRANCA
Termo de Doação:	2904705
Eprotocolo	22.060.267-2

86177/2025

RESOLUÇÃO SEAP Nº 9.565/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.352, art. 4º, de 01 de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9.327 de 24 de março de 2025, além dos arts. 116 e 124, ambos da Lei nº 20.656/2021, com fulcro na Resolução SEAP nº 6.671/2024, art. 8º,

RESOLVE:

Art. 1º - Diante do contido no protocolo de nº 23.724.465-6, determinar a instauração de Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada em sinistro envolvendo o veículo Renault Duster, placa BDQ7A62, de propriedade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e em uso pela Divisão de Gestão de Veículos - DGV/DETO/SEAP.

Art. 2º - Designar os servidores públicos: Sr. Ilton Ferreira Mendes Júnior RG 5.684.785-5, como Presidente e como demais membros, o Sr. Sullevan Farias de Souza RG 6.582.361-1 e a Sra. Maria Isabel Gomes da Silva RG 5.339.599-6 para comporem a Comissão de Sindicância.

Art. 3º - Após os trâmites e apuração dos fatos, o Presidente da Comissão deverá apresentar um Relatório Final direcionado ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
85967/2025

DESPACHO Nº: 1022/2025
Protocolo nº: 24.171.935-9
Interessado: EGP/SEAP
Assunto: Inexigibilidade de Licitação – Autorização
Data: 27/06/2025

Tendo em vista a solicitação apresentada pela Escola de Gestão do

Paraná, por meio do Memorando nº 23/2025 EGP/SEAP (mov. 2), que trata da autorização de inexigibilidade de licitação, referente a Contratação de Serviço Técnico Especializado de natureza predominantemente intelectual – Palestrante, com notória especialização, para realização de palestra motivacional presencial, para os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência em decorrência do Curso de Integração Funcional a novos servidores – edição 2025.

Considerando a regular instrução processual, ratificada pela Diretora da Escola de Gestão do Paraná – SEAP/EGP, bem como a validação da análise técnica pelo Departamento de Logística para Contratações Públicas, que se manifesta no sentido de que o processo se encontra apto a ser autorizado.

AUTORIZO a Contratação Direta mediante inexigibilidade de Licitação, fundamentada no art. 74, III, "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, para a Contratação de Serviço Técnico Especializado de natureza predominantemente intelectual – Palestrante.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

85858/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 20.952.135-0
Termo de Doação nº: 17/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Marumbi.
Fundamento legal: Decreto nº 4394 de 14/12/2023, publicada no DIOE n° 11562 de 14/12/2023
Descrição: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná objeto da Matrícula n.° 10.939 do 2° Ofício de Registro de Imóveis de Jandaia do Sul. Imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, n° 360, Centro, no Município de Marumbi, referente a área edificada de 3.320,03m², área do terreno de 6.600,00m², destinado ao funcionamento da Escola Municipal Padre Luciano Ambrozini e gravado com cláusula de inalienabilidade.
Valor do imóvel: R$ 2.092.061,00 (dois milhões e noventa e dois mil e sessenta e um reais).

85989/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciários - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.142560/25, Pensão por morte, Protocolo 24.115.576-5. Segurado: ALVACIR DOS SANTOS BAHLS, CPF 17288061949 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ELVIRA MARIA ALVES LEITÃO BAHLS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 10114.79. Total do Benefício R$ 10114.79

Ato n.142552/25, Pensão por morte, Protocolo 24.182.092-0. Segurado: PEDRO IRENO MIZERET, CPF 21065381972 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LUZIA BRUGNARI MIZERET, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1394.30. Total do Benefício R$ 1394.30

Ato n.142588/25, Pensão por morte, Protocolo 24.180.578-6. Segurado: EDUARDO MEARDI NETTO, CPF 01633279987 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: EUNICE ISRAEL MEARDI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 7662.91. Total do Benefício R$ 7662.91

Ato n.142589/25, Pensão por morte, Protocolo 24.188.203-9. Segurado: APPOLONIA BURAKOSKY MACZUGA, CPF 01570104905 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ESTANISLAU MACZUGA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1220.51. Total do Benefício R$ 1220.51

Ato n.142569/25, Pensão por morte, Protocolo 24.165.136-3. Segurado: LOGONILSE ITAMAR LOPES, CPF 47123451953 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LIAMAR FIORI LOPES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 32387.14. Total do Benefício R$ 32387.14

Ato n.142554/25, Pensão por morte, Protocolo 24.066.117-9. Segurado: ALZIRA MARCHI RAMPELOTTI, CPF 20617747920 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: DURVAL RAMPELOTTI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1062.76. Total do Benefício R$ 1062.76

Ato n.142540/25, Pensão por morte, Protocolo 24.173.029-8. Segurado: FRANCISCO ANTONIO MARTINS, CPF 00461520915 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: APPARECIDA FECCHIO MARTINS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 4279.87. Total do Benefício R$ 4279.87

Ato n.142558/25, Pensão por morte, Protocolo 24.009.713-3. Segurado: ALCIDES RODRIGUES DE ALMEIDA, CPF 01567071953 - LF 21. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LUCIA APARECIDA TOTSKI, Convivente, Cota 100%, Valor R$ 3654.84. Total do Benefício R$ 3654.84

Ato n.142535/25, Pensão por morte, Protocolo 24.138.395-4. Segurado: AMILTON JOSE DE MOURA JORGE, CPF 17805805920 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiários: DENIL BUENO JORGE, Cônjuge, Cota 50%, Valor R$ 2603.52; RAISSA VITORIA MOURA JORGE, Filho(a) Menor, Cota 50%, Valor R$ 2603.52. Total do Benefício R$ 5207.04

Ato n.142536/25, Pensão por morte, Protocolo 24.124.039-8. Segurado: AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA, CPF 15567214987 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: GENÍ GONÇALVES DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 7094.07. Total do Benefício R$ 7094.07

Ato n.142570/25, Pensão por morte, Protocolo 24.123.469-0. Segurado: ALCEU CARDOSO, CPF 24059277991 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: EVANDA HELENA CARDOSO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 6621.13. Total do Benefício R$ 6621.13

Ato n.142585/25, Pensão por morte, Protocolo 24.181.353-3. Segurado: ORLANDO ROCHA, CPF 45291012900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: ANA ROCHA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 21864.57. Total do Benefício R$ 21864.57

Curitiba, 30 de junho de 2025

86181/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciários - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.142594/25, Pensão por morte, Protocolo 24.162.931-7. Segurado: DANIEL VICENTIM, CPF 23274743968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: MARIA APARECIDA DOMINGUES VICENTIM, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 6277.84. Total do Benefício R$ 6277.84

Ato n.142606/25, Pensão por morte, Protocolo 24.135.468-7. Segurado: AUREA LUCIA MILARE MARCOS, CPF 67727050920 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: NILTON CESAR MARCOS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1570.72. Total do Benefício R$ 1570.72

Ato n.142620/25, Pensão por morte, Protocolo 24.205.851-8. Segurado: ANTONIO CARLOS FONSECA, CPF 01665464968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: HELIENE DAVINA NEVES FONSECA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 5733.37. Total do Benefício R$ 5733.37

Ato n.142605/25, Pensão por morte, Protocolo 23.726.272-7. Segurado: MAGDA APARECIDA DA SILVA, CPF 95839216968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LUIZ CARLOS MARTINS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 754.68. Total do Benefício R$ 754.68

Ato n.142611/25, Pensão por morte, Protocolo 24.140.625-3. Segurado: SERGIO PARAGUASSU LOPES DA SILVA, CPF 17743559068 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: EVA ABREU DA SILVA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3435.37. Total do Benefício R$ 3435.37

Ato n.142595/25, Pensão por morte, Protocolo 23.883.467-8. Segurado: JULIO KAUST, CPF 06180000972 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA KAUST, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 8784.42. Total do Benefício R$ 8784.42

Ato n.142602/25, Pensão por morte, Protocolo 24.097.582-3. Segurado: APARECIDO OLIMPIO ANTONIO, CPF 39561283972 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: MARTA MOREIRA DA SILVA ANTONIO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3639.90. Total do Benefício R$ 3639.90

Ato n.142596/25, Pensão por morte, Protocolo 24.204.971-3. Segurado: LAURO LIMA DE MACEDO, CPF 10941096904 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ANTONIA ROSA DE JESUS MACEDO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 28704.67. Total do Benefício R$ 28704.67

Ato n.142610/25, Pensão por morte, Protocolo 24.177.125-3. Segurado: BENEDITO AURELIO GONCALVES, CPF 20152787968 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LAILE BELLO GONÇALVES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 20320.43. Total do Benefício R$ 20320.43

Ato n.142599/25, Pensão por morte, Protocolo 22.801.231-9. Segurado: MARCILENE CLEMENTINO LOPES, CPF 03348264979 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ADENIR PINTO LOPES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1052.50. Total do Benefício R$ 1052.50

Ato n.142612/25, Pensão por morte, Protocolo 24.118.887-6. Segurado: ROSALVO ORESTINO IZIDORO, CPF 06131204934 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: EVA DE FATIMA FERREIRA DO NASCIMENTO, Convivente, Cota 100%, Valor R$ 8279.70. Total do Benefício R$ 8279.70

Ato n.142613/25, Pensão por morte, Protocolo 24.073.842-2. Segurado: JOSE PEDRO PINHEIRO, CPF 37477978904 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: MARLENE DE FÁTIMA MAYER, Credor de Alimentos, Cota 20%, Valor R$ 443.78. Total do Benefício R$ 443.78

Curitiba, 30 de junho de 2025

86183/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

PORTARIA Nº 15, de 30 de junho de 2025.

Concede Licença Capacitação à servidora da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII, do artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no art. 1º, inc. VI, da Resolução Seab nº 30, de 02 de abril de 2025, e

CONSIDERANDO o estabelecido no Decreto nº 4.634, de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 217 de 22 de outubro de 2019,

CONSIDERANDO os preceitos da Resolução Seap nº 11.094, de 26 de maio de 2021, que estabelece as normas gerais da concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, e nos termos do protocolado nº 24.176.763-9,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **ELIZA FERREIRA BALDUINO DA SILVA**, RG nº 4.XXX.200-X, ocupante do cargo Agente de Execução, Licença Capacitação de 90 dias, para fruição no período de 14/07/2025 a 12/10/2025, referente ao período aquisitivo de 21/12/2017 a 22/07/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão,
Diretora-Geral.

86562/2025

Secretaria das Cidades

AMEP

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DO ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
PORTARIA N° 53/2025/AMEP

EMENTA: **Altera as portarias de n° 13/2024 e nº 14/2024 para a substituição de servidores membros dos Grupos de Trabalho com objetivo de estruturação das Regiões Metropolitanas de Maringá e de Londrina, respectivamente.**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ - AMEP, nomeado pelo Decreto n° 4468/2023, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV do Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (ANEXO I do Decreto nº 698/1995), em atendimento ao contido no protocolo n° 21.646.039-1.

RESOLVE:

Art. 1° Altera o inciso IV do art. 2° da Portaria n° 13/2024, de 9 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IV. Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners, *matrícula funcional n° 222794, membro titular.*

Art. 2° Revoga os incisos V, VII e VIII do art. 2° da Portaria n° 13/2024, de 9 de fevereiro de 2024.

Art. 3° Altera o inciso IV do art. 2° da Portaria n° 14/2024, de 9 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IV. Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners, *matrícula funcional n° 222794, membro titular.*

Art. 4° Revoga os incisos V, VII e VIII do art. 2° da Portaria n° 14/2024, de 9 de fevereiro de 2024.

Art. 5º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 26 de junho de 2025.

Gilson de Jesus dos Santos
Diretor-Presidente da AMEP

86281/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
PORTARIA N° 54/2025/AMEP

EMENTA: **Altera a Portaria n° 33/2025 para a substituição de servidor para atuar como membro da Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA, da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP.**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ - AMEP, nomeado pelo Decreto n° 4468/2023, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV do Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (ANEXO I do Decreto nº 698/1995), em atendimento ao contido no protocolo n° 24.130.316-0.

RESOLVE:

Art. 1° Altera o inciso III do art. 1° da Portaria n° 33/2025, de 25 de março de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

III. **José Guilherme Sikorski Van Der Neut**, matrícula funcional nº 889323, membro.

Art. 2° Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 24 de junho de 2025.

Gilson de Jesus dos Santos
Diretor-Presidente da AMEP

86259/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 135/2025-SETI, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Designa servidora substituta para responder pela função de Diretora de Ensino Superior durante a fruição de férias do servidor titular.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e da Resolução n.º 207, de 16 de setembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar Maria Aparecida Crissi Knuppel, CPF n.º 390.XXX.XXX-68, para responder, sem prejuízo de suas atribuições, pela função de Diretora de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti, no período de 7 de julho de 2025 a 18 de julho de 2025, em virtude das férias do titular da função, Michel Jorge Samaha, CPF n.º 616.XXX.XXX-04.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

86406/2025

RESOLUÇÃO N.º 137/2025-SETI, DE 26 DE JUNHO DE 2025

Autoriza o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Big Data no Agronegócio, tecnólogo, ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, no campus Cedeteg, por três entradas, a partir do ano letivo de 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e considerando a delegação de competência contida no Decreto n.º 4.245, de 17 de março de 2020, que alterou a redação do Decreto Estadual n.º 1.419, de 23 de maio de 2019, nos termos da Deliberação n.º 006/2020-CEE/PR, e o contido no protocolo n.º 24.099.789-4,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Big Data no Agronegócio, tecnólogo, com quarenta vagas anuais, no período noturno, por três entradas, a partir do ano letivo de 2026, no campus Cedeteg, ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, com sede no município de Guarapuava, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º A Instituição deverá assegurar a oferta do curso autorizado no artigo anterior dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Estadual n.º 20.933, de 17 de dezembro de 2021, sem ampliação do quantitativo de pessoal.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, não se aplica ao presente caso o previsto no art. 25 da mencionada Lei Estadual.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

86400/2025

UEM

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:

R E S O L V E

Tornar pública a Portaria n° 528/PRH, de 26 de junho de 2025, que **ATRIBUI** o **Adicional de Insalubridade** GRAU MÉDIO (20%), sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	RG	Função	Data
VALDENIR CATAPAN	CCA-DAG	6XXX674X/PR	ENGENHEIRO AGRONOMO	20/05/2025 a 19/05/2027
GISELLY FIGUEIREDO LACANALLO	CCA-DAG	6XXX399X/PR	BIOLOGO	08/05/2025 a 07/05/2027
DANIEL TADEU SANCHES XAVIER	CCS-DAB	7XXX671X/PR	BIOQUIMICO	03/06/2025 a 02/12/2025
LAIS DE FATIMA CONTESSOTTO	CCS-DAB-LEPAC	10XXX005X/PR	BIOQUIMICO	26/04/2025 a 20/11/2025
RENATO CECONI LEONE MOREIRA	CCE-DQI	37XXX665X/SP	TECNICO EM LABORATORIO	04/06/2025 a 01/12/2025

Tornar pública a Portaria n° 529/PRH, de 26 de junho de 2025, que **ATRIBUI** o **Adicional de Insalubridade** GRAU MÉDIO (20%), aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	RG	Função	Período
MARIA FERNANDA DO PRADO TOSTES	CCS-DEN	8XXX622X/PR	PROF.ADJUNTO	09/06/2025 a 12/12/2025
GABRIEL PAVINATI	CCS-DEN	10XXX493X/PR	PROF.ASSISTENTE	06/05/2025 a 16/08/2025
EDILEUZA DE FATIMA ROSINA NARDI	CCS-DEN	3XXX186X/PR	PROF.ADJUNTO	06/05/2025 a 10/12/2025
DEBORA REGINA DE OLIVEIRA MOURA	CCS-DEN	1XXX660X/MT	PROF.ADJUNTO	08/05/2025 a 10/12/2025
GABRIELI PATRICIO RISSI	CCS-DEN	10XXX208X/PR	PROF.ASSISTENTE	08/05/2025 a 21/06/2025
LUANA CRISTINA BELLINI	CCS-DEN	1XX164X/MS	PROF.ADJUNTO	15/05/2025 a 02/07/2025
LARISSA CAROLINA SEGANTINI FELIPIN	CCS-DEN	10XXX230X/PR	PROF.ADJUNTO	06/05/2025 a 16/08/2025
IVEN GIOVANNA TRINDADE LINO	CCS-DEN	1XX728X/MS	PROF.ADJUNTO	08/05/2025 a 16/08/2025
ANDRE ESTEVAM JAQUES	CCS-DEN	5XXX751X/PR	PROF.ASSOCIADO	05/06/2025 a 23/07/2025
CLAUDIA REGINA MARCHIORI ANTUNES ARAUJO	CCS-DEN	8XXX581X/PR	PROF.ADJUNTO	21/05/2025 a 16/08/2025
GISLENE APARECIDA XAVIER DOS REIS	CCS-DEN	4XXX349X/SC	PROF.ADJUNTO	22/05, 29/05, 05/06, 12/06, 26/06, 03/07 e 10/07/2025
IVI RIBEIRO BACK	CCS-DEN	5XXX083X/SC	PROF.ADJUNTO	21/05/2025 a 14/06/2025 25/06/2025 a 08/07/2025
ROBERTA TOGNOLLO BOROTTA UEMA	CCS-DEN	8XXX961X/PR	PROF.ADJUNTO	09/06/2025 a 24/06/2025 02/09/2025 a 15/09/2025 30/09/2025 a 13/10/2025 25/10/2025 a 12/12/2025
MARCIA MOROSKOSKI	CCS-DEN	10XXX940X/PR	PROF.ASSISTENTE	21/05/2025 a 31/07/2025
THAMIRES FERNANDES CARDOSO DA SILVA RODRIGUES	CCS-DEN	2XXX58X/MS	PROF.ADJUNTO	05/06/2025 a 30/06/2025
PEDRO AUGUSTO BOSSONARIO	CCS-DEN	49XXX375X/SP	PROF.ADJUNTO	23/05/2025 a 16/08/2025
ALINE ZULIN	CCS-DEN	9XXX194X/PR	PROF.ASSISTENTE	28/05/2025 a 30/07/2025
SERGIO PINTER GARCIA FILHO	CCA-DMV	41XXX313X/SP	PROF.ADJUNTO	20/05/2025 a 19/05/2026
NELSON YOSHIO UESU	CCS-DFA	4XXX456X/PR	PROF.ASSOCIADO	16/05/2025 a 15/05/2026
VIVIANE CAZETTA DE LIMA VIEIRA	CCS-DEN	7XXX012X/PR	PROF.ADJUNTO	28/05/2025 a 10/12/2025
GABRIELA TAVARES MAGNABOSCO	CCS-DEN	1XXX540X/MG	PROF.ADJUNTO	06/05/2025 a 27/11/2025

Tornar pública a Portaria n° 530/PRH, de 26 de junho de 2025, que **ATRIBUI** o **Adicional de Insalubridade** GRAU MÁXIMO (40%), sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	RG	Função	Data
ELIANE APARECIDA XAVIER	PCU-DSM-COZ	9XXX625X/PR	AUXILIAR OPERACIONAL	01/06/2025 a 30/06/2027

Tornar pública a Portaria n° 531/PRH, de 26 de junho de 2025, que **ALTERA** o Regime de Trabalho do(a) servidor(a) **JULIANA DE OLIVEIRA GOMES COSTA PAULO**, lotado(a) no(a) Departamento de Engenharia Civil, função de Professor Assistente, de 40 para 20 horas semanais. Esta Portaria entra em vigor a partir de 19/05/2025, revogadas as disposições em contrário.

Tornar pública a Portaria n° 533/PRH, de 26 de junho de 2025, que **ATRIBUI** a **Gratificação de Atividade de Saúde (GAS)**, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Data
VALDECIR MAXIMO DA HORA	CCA-HVU	5XXX111X	PR	TECNICO EM MANUT. EM EQUIPAM.	A partir de 26/05/2025
RAFAEL ADRIAN FRATTA MEDEIROS	CCS-DAB-LEPAC	6XXX743X	PR	TECNICO ADMINISTRATIVO	A partir de 21/05/2025
JEFERSON SAUCEDO SALES	CCA-FEI	30XXX765X	SP	OFICIAL DE MANUTENCAO	A partir de 05/06/2025
ANELISE CARDOSO RAMOS	CCB-DCM	9XXX341X	PR	TECNICO EM LABORATORIO	A partir de 10/04/2025

Tornar pública a Portaria n° 540/PRH, de 26 de junho de 2025, que **ATRIBUI** ao(a) servidor(a) **PAULO LOPES**, lotado(a) no(a) Departamento de Música, a Função Acadêmica (FA3), no período de **05/05/2025 a 04/06/2025**, por exercer a função de Coordenador(a) do Curso de Graduação em Música, tendo em vista a exoneração solicitada pelo(a) titular.

Tornar pública a Portaria n° 537/GRE, de 26 de junho de 2025, que **ALTERA** o Regime de Trabalho do(a) servidor(a) docente(s) abaixo relacionado(s) de T-40 para TIDE (Tempo Integral e Dedicação Exclusiva), concedendo a remuneração equivalente ao novo regime.

Nome	RG	UF	Função	Lotação
SUZANA PINGUELLO MORGADO	13XXX160X	PR	PROF.ASSOCIADO	DTP

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N. 129/2025-CAD

Aprova a remoção da servidora docente Luciane Guimarães Batistella Bianchini do DTP/UEM para o CECA/UEL.

Considerando o conteúdo do e-Protocolo n.º 23.705.370-2;
considerando os fundamentos apresentados no Relato de fls. 63, mov. 30, adotados como motivação para decidir,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVOU E EU, REITOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprovar a remoção da servidora docente Luciane Guimarães Batistella Bianchini do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá (DTP/UEM) para o Departamento de Educação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina (CECA/UEL), com a disponibilização do código de vaga DOC 00880-1-0-40-1-0, a ser devolvido à DTP/CCH/UEM.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 16 de junho de 2025.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

86374/2025

UENP

PORTARIA/GR Nº 205/2025
SÚMULA: Concede licença especial à Servidora Erika Cosendey Toledo de Mello Peixoto, do Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de novembro de 2025.
O Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.426.070-7,
RESOLVE
Art. 1º Conceder, a pedido, licença especial à Servidora Erika Cosendey Toledo de Mello Peixoto, RG nº 9.XXX.757-X-PR, lotada no Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de novembro de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 27 de junho de 2025.
Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos
Vice-Reitor

PORTARIA/GR Nº 206/2025
SÚMULA: Concede licença especial à Servidora Suédina Brizola Rafael Rogato, do Campus de Jacarezinho, no período de 21 de julho de 2025 a 17 de dezembro de 2025.
O Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.065.045-4,
RESOLVE
Art. 1º Conceder, a pedido, licença especial à Servidora Suédina Brizola Rafael Rogato, RG nº 6.XXX.015-X, lotada no Campus de Jacarezinho, no período de 21 de julho de 2025 a 17 de dezembro de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 27 de junho de 2025.
Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos
Vice-Reitor

PORTARIA/GR Nº 207/2025
SÚMULA: Concede Gratificação de Atividade de Saúde (GAS) à Servidora Karla Jacqueline da Silva.
O Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.994.579-1,
RESOLVE
Art. 1º Conceder, a partir de 06/06/2025, Gratificação de Atividade de Saúde (GAS), à Servidora Karla Jacqueline da Silva, RG n° 8.XXX.835-X, lotada na Clínica Universitária de Enfermagem e Multiprofissional do Campus Luiz Meneghel – Bandeirantes.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 27 de junho de 2025.
Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos
Vice-Reitor

PORTARIA/GR Nº 208/2025
SÚMULA: Concede Gratificação de Atividade de Saúde (GAS) ao Servidor Pedro Henrique Silva Gomes Ferreira.
O Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 24.010.028-2,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), ao servidor Pedro Henrique Silva Gomes Ferreira, RG nº 15.XXX.251-X, lotado na Clínica de Odontologia no Campus de Jacarezinho, a partir de 19 de maio de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 27 de junho de 2025.
Prof. Dr. Ricardo Aparecido Campos
Vice-Reitor

86189/2025

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
A Reitora, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte PORTARIA:

Portaria n.º 861 de 27 de junho de 2025.
Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior da docente **Cassiana Baptista Metri,** portadora do RG 6.XXX.637-X, do *Campus* de Paranaguá, no período de 19 (dezenove) a 29 (vinte e nove) de julho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), para participar do evento "*ATA 2024 Songham Taekowndo World Expo*", que acontecerá na cidade de Phoenix/EUA.
Art. 2º O presente pedido de afastamento para o exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 006/2015 – REITORIA/UNESPAR.
Art. 3º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salete Paulina Machado Sirino
REITORA

86316/2025

UNICENTRO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, PROGESP, UNICENTRO
PORTARIA N.º 216-PROGESP/UNICENTRO, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Designa, *pro tempore*, membro da Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, da UNICENTRO, e dá outras providências.

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais,

considerando a Portaria nº 140-GR/UNICENTRO, de 12 de março de 2021, que delega competência ao titular da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNICENTRO;

considerando o contido nas Portarias nº 558-PRORH/UNICENTRO, de 19 de dezembro de 2023, nº 51-PRORH/UNICENTRO, de 16 de fevereiro de 2024, nº 101-PRORH/UNICENTRO, de 1º de abril de 2024, e nº 208-PRORH/UNICENTRO, de 16 de julho de 2024;

considerando o contido no Regulamento da Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, CESCAD, aprovado por meio da Resolução nº 27-CEPE/UNICENTRO, de 18 de setembro de 2013;

considerando o contido no Memorando nº 019-SEHLA/G, de 30 junho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, *pro tempore*, ELIZANDRA FERNANDES ALVES, RG nº 8.019.788-8, Professor Adjunto, nível A, LF 01, lotada no Departamento de Letras, Câmpus Santa Cruz, Unidade Universitária de Guarapuava, UNICENTRO, Graduada em Letras - Português/Inglês, Mestre em Letras e Doutora em Letras, como representante do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Unidade Universitária de Guarapuava, SEHLA/G.

§ 1º Essa designação é para substituição temporária de CINDY MERY GAVIOLI PRESTES.

§ 2º Essa designação é para o período de 30 de junho de 2025 a 20 de dezembro de 2025.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras,
Pró-Reitor.

86516/2025

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de julho de 2025:
217-PROGESP, de 1º-7-2025: Concede ascensão de nível à docente Daiane Solange Stoeberl da Cunha, RG nº 7.XXX.273-X, para o nível C, da classe de Professor Adjunto, a partir da publicação desta Portaria.
218-PROGESP, de 1º-7-2025: Concede ascensão de nível ao docente Gustavo Zambenedetti, RG nº 703XXX062X RS, para o nível B, da classe de Professor Associado, a partir da publicação desta Portaria.
219-PROGESP, de 1º-7-2025: Concede ascensão de nível à docente Verônica Suzuki Kemmelmeier, RG nº 7.XXX.084-X, para o nível D, da classe de Professor Adjunto, a partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

86550/2025

UNIOESTE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*campus* de Toledo-PR
PORTARIA Nº 037/2025 – DG: Art. 1º Designar, com fundamento na Instrução de serviço n.º 003/2022-PRAF, a servidora Marcilene Aparecida Gomes da Cruz, RG n.º 5.xx.159-x, desempenhar a função de fiscal e o servidor Moisés Cordeiro Muniz, RG n.º 5.xx.276-x, desempenhar a função de gestor, no Acordo de Cooperação n.º 006/2025, celebrado pelo Campus de Toledo com a Fundação de Apoio ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – FUNDEP, tendo por objeto o apoio ao desenvolvimento de atividades de gestão administrativa e financeira de recursos oriundos do Fundo das Destinações Legais da unidade Campus de Toledo, previstos nos projetos gerenciados pela Fundep, de acordo com a Resolução n.º 004/2024-CCT. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, com efeitos a partir de 01 de julho de 2025.
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2025: PARTES: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, inscrita no CNPJ 78.680.337/0005-08, e a Fundação de Apoio ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.453.459/0001-51. OBJETO: Apoio ao desenvolvimento de atividades de gestão administrativa e financeira de recursos oriundos do Fundo das Destinações Legais da unidade Campus de Toledo, previstos nos projetos gerenciados pela Fundep, de acordo com a Resolução nº 004/2024-CCT. VIGÊNCIA: 01 de julho de 2025 a 01 de julho de 2030. Assinatura: 30.06.2025.
Patrícia Stafusa Sala Battisti - Diretora Geral do Campus de Toledo

86196/2025

Portaria n° 039/2025 – CCA, de 23 de junho de 2025. Autoriza o afastamento para o exterior, do docente RICARDO VIANNA NUNES, CPF nº 158.XXX.XXX-73, lotado no Centro de Ciências Agrárias da Unioeste - *Campus* de Marechal Cândido Rondon, no período de 05 a 19 de julho de 2025, para participar do evento: 2025 PSA Annual Meeting, em Raleigh Durham / Carolina do Norte / Estados Unidos. As despesas serão custeadas com recursos próprios.

86151/2025

PORTARIA N° 0105, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

O Diretor geral do Hospital Universitário Do Oeste Do Paraná – HUOP, no uso de suas atribuições:

Considerando o Código Disciplinar da Unioeste, aprovado pela Resolução nº 099/2023-COU de 13 de julho de 2023 e alterado pela Resolução nº 086/2024-COU de 09 de maio de 2024;/

Considerando a Lei Complementar 108/05-PR;

Considerando a Lei 6174/70-PR (artigos 279 e 285);

Considerando a Lei 8080/90 (Lei do SUS) e

Considerando o Decreto Estadual nº 5792/2012, de 30 de agosto de 2012, o qual regulamentou o trâmite do processo de sindicância;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar os fatos e eventuais responsabilidades documentadas no Processo nº 24.208.545-0, envolvendo a agente pública Maria Isabel Cardoso, CPF 646.XXX.XXX-00, vínculo: PSS - Processo Seletivo Simplificado - com o HUOP, com fundamento no artigo 1º §1º ; da Resolução nº 099/2023-COU (Código de Ética e Disciplinar da Unioeste) e suposta infração aos artigos 10 incisos I e III; artigo 11 incisos II, V, VII e XIX, todos da Resolução nº 099/2023-COU, aos artigos 12 e 13, ambos da Lei Complementar 108/05-PR e ao artigo 7º inciso IV da Lei 8080/90, estando sujeita às penalidades previstas nas legislações em vigor e a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Complementar 108/05-PR, e artigo 12 da Resolução nº 099/2023-COU, resguardado o direito de contraditório e ampla defesa.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a presente Comissão: CARLA OLIVEIRA DE CASTRO CHEMELLO, CPF 021.XXX.XXX-38, RG 10.XXX.596-X, como PRESIDENTE; SUZANA LUIZA DA SILVA MENNA BARRETO, CPF 432.XXX.XXX-20, RG 9.XXX.433-X, como MEMBRO e FRANCIELLE DE MORAIS LENSER, CPF: 046.XXX.XXX-80, RG: 9.XXX.080-X como MEMBRO;

Art. 3º Conforme dispõe o Art. 60 § 1º da Resolução nº 099/2023-COU de 13 de julho de 2023 e alterado pela Resolução nº 086/2024-COU de 09 de maio de 2024, e a Lei nº 20656/2021, fica determinado que a Sindicância inicia no prazo de 03 (três) dias, após a publicação do respectivo ato de instauração no DIOE;

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP. Publique-se. Rafael Muniz de Oliveira - Diretor Geral – HUOP -Portaria nº0028-2024-GRE.

86227/2025

PORTARIA Nº 2357/2025-GRE, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, ao Professor LUÍS FRANCISCO ANGELI ALVES, RG nº 8.XXX.672-X, lotado no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 13-03-1998 a 12-03-2005, a ser usufruída no período de 16 de junho a 15 de dezembro de 2025.

PORTARIA Nº 2368/2025-GRE, DE 25 DE JUNHO DE 2025.

Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, ao Professor VICTOR FRANCISCO ARAYA SANTANDER, RG nº 9.XXX.945-X, lotado no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas do Campus de Cascavel, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 30-07-2004 a 29-07-2011, a ser usufruída no período de 08 de setembro de 2025 a 07 de março de 2026.

PORTARIA Nº 2370/2025-GRE, DE 25 DE JUNHO DE 2025.

Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, ao Professor ANDRÉ LUIZ BRUN, RG nº 6.XXX.801-X, lotado no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas do Campus de Cascavel, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 31-03-2008 a 30-03-2015, a ser usufruída no período de 01 de setembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

PORTARIA Nº 2373/2025-GRE, DE 25 DE JUNHO DE 2025.

Alterar a composição dos Gestores de Acesso do sistema eProtocolo da Unioeste, instituída pela Portaria nº 2441/2022-GRE, em cumprimento ao decreto Estadual nº 7304/2021, conforme segue: **Incluir:** SILVIA DE ALMEIDA BOFFI – CPF n° 038.XXX.XXX-09.

PORTARIA Nº 2397/2025-GRE, DE 26 DE JUNHO DE 2025.

Conceder adicionais por serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná, aos vencimentos da Professora INEIVA TEREZINHA KREUTZ, RG nº 1.XXX.023-X, admitida na Unioeste em data de 20 de agosto de 2007, no cargo de Professor de Ensino Superior, Linha Funcional 01, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Toledo, conforme segue: **5% (cinco por cento)**, referente aos períodos aquisitivos 25-08-1993 a 28-02-1994; 20-08-2007 a 14-02-2012, a contar de 15 de fevereiro de 2012. **10% (dez por cento)**, referente ao período aquisitivo 15-02-2012 a 14-02-2017, a contar de 15 de fevereiro de 2017. **15% (quinze por cento)**, referente aos períodos aquisitivos 15-02-2017 a 27-05-2020; 01-01-2022 a 17-09-2023, a contar de 18 de setembro de 2023.

PORTARIA Nº 2407/2025-GRE, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

Conceder Licença Especial – 03(três) meses, a Professora CAROLINA SPACK KEMMELMEIER, RG nº 6.XXX.843-X, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Foz do Iguaçu, referente ao quinquênio – 01-11-2014 a 31-10-2019, a serem usufruídos no período de 20 de setembro a 19 de dezembro de 2025.

PORTARIA Nº 2422/2025-GRE, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

Conceder Licença Capacitação – 03(três) meses, a Professora ROSELI SILMA SCHEFFEL, RG nº 1.XXX.270-X, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Marechal Cândido Rondon, referente ao quinquênio – 21-12-2017 a 20-12-2022, a serem usufruídos no período de 04 de julho a 03 de outubro de 2025.

PORTARIA Nº 2425/2025-GRE, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

Conceder Licença Especial – 06(seis) meses, a Professora MARIDELMA LAPERUTA MARTINS, RG nº 6.XXX.534-X, lotada no Centro de Educação, Letras e Saúde do Campus de Foz do Iguaçu, referente ao decênio – 15-07-2008 a 14-07-2018, a serem usufruídos no período de 01 de agosto de 2025 a 31 de janeiro de 2026.

PORTARIA Nº 2435/2025-GRE, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

Conceder progressão de nível ao Professor GERALDO CARVALHO BRITO JÚNIOR, RG nº 8.XXX.764-X, RT-40, lotado no Centro de Engenharias e Ciências Exatas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Adjunto – nível C para nível D, por avaliação de desempenho.

PORTARIA Nº 2436/2025-GRE, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

Conceder progressão de nível a Professora IVANETE TEREZINHA SCHUMANN, RG nº 3.XXX.085-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Adjunto – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

PORTARIA Nº 2437/2025-GRE, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Declarar a contagem de tempo, para fins de aposentadoria e disponibilidade, da Servidora SOLANGE VIANA DA COSTA OLIVEIRA, RG nº 6.XXX.433-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, conforme segue: 08 anos e 172 dias; períodos: 24-09-1990 a 28-02-1993; 04-06-2004 a 19-10-2005; 20-10-2005 a 17-02-2007; 18-02-2007 a 23-06-2010 – INSS.

PORTARIA Nº 2438/2025-GRE, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Instituir a **Subcomissão Permanente de Avaliação de documentos – CPAD da Unioeste/HUOP,** em conformidade com a Portaria nº 1719/2025-GRE, conforme segue: KARINE DANIELE BYHAIN DE SOUZA – Presidente; FRANCIELLY VANESSA CORRÊA – membro; JOSELINE PATRÍCIA LEHR – membro; SÉRGIO NASCIMENTO PEREIRA – membro; SILVIA APARECIDA VILVVOCK DÓRO – membro; VALDIRENE SOARES DA SILVA - membro.

86371/2025

Secretaria da Comunicação

RESOLUÇÃO Nº 027/2025 – SECOM

Súmula: Delega competências ao Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação.

O **Secretário de Estado da Comunicação**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Parágrafo único do Art. 90 da Constituição do Estado do Paraná, de 5 de outubro de 1989, pelo Art. 4.º, inciso IV da Lei nº Lei nº 21.352/2023, e considerando o contido no Decreto Estadual nº 4276 de 01 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Delegar ao Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação, para exercer as seguintes competências:

I – ordenar, fiscalizar e impugnar as despesas públicas desta Secretaria de Estado da Comunicação;

II – assinar Contratos, Convênios, os Termos de Cooperação, os Técnico-Financeiros e os Termos de Execução Descentralizada em que esta Secretaria seja parte integrante, bem como aditivos e apostilamentos desses instrumentos;

III – autorizar a instauração e homologar processos de licitação, chamamentos públicos e contratações diretas, nos termos da legislação aplicável à matéria, bem como autorizar todos os atos necessários para sua concretização, inclusive aprovar Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência, Planos de Trabalho entre outros;

IV – autorizar a manifestação de interesse desta Secretaria na participação de Sistemas de Registro de Preços ou a adesão as atas destas licitações;

V – expedir atos referentes à vida funcional dos servidores lotados nesta Secretaria, como licenças sem vencimentos, remoções, afastamentos de funcionários, dispensas, designações de servidores, frequências.

VI – autorizar horários de funcionamento das dependências da Secretaria;

VII – participar de Conselhos e Comissões e designar representantes desta Secretaria para tanto.

VIII – realizar a supervisão das unidades que integram a Pasta e das entidades vinculadas;

IX – manter a interlocução com os órgãos de controle interno e externo;

X – propor, planejar, coordenar e sugerir a adoção de medidas de desburocratização e eficiência na gestão, observadas as diretrizes estaduais;

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação ficando revogadas disposições contrárias.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Cleber Mata
Secretário de Estado da Comunicação

86593/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO Nº 162/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora Sibele Marqueze Ribas Cecon RG nº *.894.394-*, para responder pela Coordenação dos Núcleos Regionais, em substituição a servidora Alda Célia Gonçalves, por motivo de fruição de férias no período de 21/07/2025 a 06/08/2025.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

86162/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 245/2025

Protocolo nº 23.158.637-7

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto “PROJETO CONSOLIDAR”, com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JESUÍTAS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 0080 aprovada pela Lei Estadual nº 21.862/2023, com alterações da Lei nº 22.109/2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JESUÍTAS, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 27 de junho de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

86180/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 246/2025

Protocolo nº 23.084.322-8

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto “QUALIDADE NO ÂMBITO PEDAGÓGICO”, com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1761 aprovada pela Lei Estadual nº 21.862/2023, com alterações da Lei nº 22.109/2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 27 de junho de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

86184/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 247/2025

Protocolo nº 24.161.693-2
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "FAMILIAS SOCIAIS FFB", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – FUNDAÇÃO FRANCISCO BERTONCELLO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 0198 aprovada pela Lei Estadual nº 21.862/2023, com alterações da Lei nº 22.109/2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da FUNDAÇÃO FRANCISCO BERTONCELLO, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

86195/2025

RESOLUÇÃO Nº 167/2025 – SEDEF

Súmula: *Designar servidoras para comporem a Comissão Especial de Credenciamento para atendimento das demandas provenientes do Edital de Credenciamento n° 001/2025*

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03 de 1º de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023, com fulcro no disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar os(as) servidores(a)s abaixo, para comporem a **Comissão de Credenciamento** de instituições e/ou entidades privadas, sem fins lucrativos, casas de acolhimento ou outros prestadores que realizem serviços de acolhimento residencial, de caráter transitório, com adesão e permanência exclusivamente voluntárias de pessoas em situação de uso prejudicial de álcool e outras drogas, para atendimento das demandas provenientes do Edital de Credenciamento nº 001/2025:

I – VANIA MUNHOZ, RG nº *.119.092-*

II – TATIANE CRISTIANI, RG nº **.375.440-*

III – GILMAR FRANCO DE OLIVEIRA, RG nº *.439.845-*

IV – JHESY FERNANDA PINTO MARTINS, RG nº *.959.027-*

V – SAMANTA KREVORUCZKA, RG nº *.847.662-*
Art. 2° Compete a Comissão, designada no artigo anterior, a análise dos critérios para o credenciamento de entidades, conforme exigências do Edital n° 001/2025.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

86359/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Estabelece normas e critérios para o licenciamento ambiental de Armazenadores de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, tais como Centros de Distribuição, Armazéns Comerciais em Distribuidores ou Cooperativas, Estabelecimentos Comerciais sem armazenamento, Estabelecimentos Comerciais com armazenamento, Depósitos para uso final, Armazéns para tratamento de semente com fins comerciais e Armazéns para tratamento de sementes para uso próprio.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022;
Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado no Princípio nº 15, da Declaração do Rio de Janeiro de 1992, bem como no artigo 2º, incisos I, IV e IX, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sob nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;
Considerando o § 2º do art. 3º da Lei 19.857, de 29 de maio de 2019, que institui o Programa de Integridade e *Compliance* da Administração Pública Estadual, cujos mecanismos visam proteger o órgão e a entidade, bem como impor aos agentes públicos e políticos o compromisso com a ética, o respeito, a integridade e a eficiência na prestação do serviço público;
Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;
Considerando o Decreto Estadual nº 9.541 de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná;
Considerando que cabe ao Poder Público Estadual regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares, nos termos do Art. 207, § 1º, VIII, da Constituição Estadual do Paraná;
Considerando que compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do Art. 23, incisos VI, VII e VIII e Art. 24, da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;
Considerando a Lei Federal nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer requisitos e condições técnicas para o Licenciamento ambiental de empreendimentos Armazenadores de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins, tais como Centros de Distribuição, Armazenamento Comercial em Distribuidores ou Cooperativas, Depósitos para Uso Próprio, Armazéns destinados ao tratamento de semente com e sem fins comerciais e Estabelecimentos comerciais com e sem armazenamento.

CAPÍTULO I
DOS EMPREENDIMENTOS

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, consideram-se todos os armazéns de agrotóxicos, localizados em:
I – área urbana: centros de distribuição, armazéns gerais, armazéns industriais, armazéns para comercialização, depósitos para uso próprio (tratamento de semente, prestadores de serviço de tratamento sanitário e fitossanitário);
II – área rural: centros de distribuição, armazéns gerais, armazéns para comercialização, depósito para uso próprio (tratamento de semente, prestadores de serviço de tratamento sanitário e fitossanitário) - exceto armazéns localizados em propriedades agrícolas, que não cabem licenciamento, quando destinados ao uso próprio para controle de pragas e doenças em culturas anuais e/ou perenes cultivadas em áreas próprias e/ou arrendadas.

§ 1º Não estão enquadrados nesta Instrução Normativa os armazéns de fertilizantes, grãos ou sementes não tratadas, aditivos tecnológicos destinados à alimentação animal ou medicamentos de uso veterinário.

§ 2º Estabelecimentos rurais que realizam o tratamento de semente para uso próprio (tratamento "*on farm*"), sem fins comerciais, podem obter a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM, desde que o volume de produtos agrotóxicos armazenados não ultrapasse 10 m³ (Porte Micro).

§ 3º É proibido o armazenamento de quantidade superior 500 m³ para uso próprio, tanto para tratamento de semente quanto para utilização do produto durante a safra de culturas anuais e/ou perenes cultivadas em áreas próprias e/ou arrendadas.

§ 4º Os armazéns de agrotóxicos considerados produtos acabados, originados do processo de fabricação industrial, serão devidamente licenciados na Instrução Normativa referente ao licenciamento de empreendimentos industriais.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa consideram-se as seguintes definições:
I – aglomerado populacional: localidade sem a categoria de sede administrativa, podendo ou não estarem inseridas dentro de Plano Diretor do município, com densidade superior a 50 edificações;
II – agrotóxicos e afins: produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, culturas de interesse comercial ou não, sazonais e perenes, incluindo florestas, podendo ser nativas ou exóticas, plantadas ou de surgimento espontâneo, localizados em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da fauna ou flora, visando o controle da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, reguladores e inibidores de crescimento;
III – área urbana consolidada: de acordo com a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, são áreas urbanas consolidadas as regiões que estão inseridas no perímetro urbano de um município, assim definido por lei ou plano diretor, contendo sistema viário implementado, organização em lotes contemplando edificações, cujo uso se destine a indústrias, comércios, habitações (tanto coletivas quanto individuais), instituições ou direcionadas à prestação de serviços e, devem possuir, obrigatoriamente, no mínimo dois dos seguintes equipamentos urbanos instalados: drenagem de águas pluviais; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável; distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;
IV – área rural consolidada: de acordo com a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, são áreas rurais consolidadas os imóveis rurais com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, contendo benfeitorias ou atividades;
V – Área Diretamente Afetada (ADA): local com alteração paisagística ou mudanças na dinâmica ambiental decorrente das atividades do empreendimento, isto é, potencial de alteração da qualidade do ar, água, solo, geração de ruído e odor;
VI – Área de Influência Direta (AID): local que possui alteração antropogênica influenciadas diretamente pelo empreendimento, tais como alterações na dinâmica populacional do entorno em razão do possível aumento de fluxo de veículos, alteração dos níveis de pressão sonora, odor e qualidade do ar e das águas superficiais e subterrâneas;

VII – Área de Influência Indireta (AII): local com potencial de alteração antropogênica em razão de influência indireta do empreendimento sobre recursos naturais e sobre o meio socioeconômico;
VIII – armazéns de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins: todas as pessoas jurídicas ou físicas que armazenem produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, com ou sem finalidade comercial, para prestação de serviços fitossanitários, para uso final ou para armazenagem logística;
IX – centro de distribuição: espaço físico para guardar, estocar e manter produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, contratado para prestação de serviços de armazenamento e expedição, mediante remuneração pela indústria e/ou outro contratante, em condições que garantam a saúde e segurança do trabalhador, segurança ambiental e a integridade e segurança dos produtos, onde o contratante abre uma filial fiscal;
X – depósito sem fins comerciais: espaço físico sem fins comerciais, utilizado para guardar, estocar, conter e manter produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, em condições que garantam a saúde e segurança do trabalhador, segurança ambiental e a integridade e segurança dos produtos, destinados para uso próprio. Pode estar localizado em propriedades rurais ou área urbana;
XI – estabelecimento para comércio de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins: local vinculado a uma pessoa jurídica, que comercializa produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, podendo contemplar a armazenagem em local próprio ou não, sendo que, neste caso, ocorre somente a operação de compra e venda, redirecionando a retirada do produto de outro local, que pode ser um armazém terceiro ou o próprio fabricante;
XII – edificação de armazenamento: estrutura física, composta por piso, paredes e cobertura, construída dentro de padrões normativos que seja destinada somente ao armazenamento de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins tratados nesta Instrução Normativa;
XIII – estudos ambientais: todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais, incluindo para avaliação da configuração locacional, instalação, operação e ampliação de um empreendimento, atividade ou obra, apresentado como subsídio para a análise da licença ou autorização requerida, tais como: Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, Relatório Ambiental Preliminar - RAP, Projeto Básico Ambiental - PBA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, Análise de Risco - AR, Projeto de Controle de Poluição Ambiental - PCPA, Avaliação Ambiental Integrada ou Estratégica - AAI ou AAE e outros;
XIV – local de reunião de público: espaço público ou privado, onde ocorre o agrupamento de pessoas de forma habitual e permanente, isto é, quando a presença de pessoas seja indissociável ao funcionamento do estabelecimento, tais como: estabelecimentos de ensino de todos os níveis (berçários, creches, pré-escola, ensino fundamental, médio, superior, técnico/profissionalizante), estabelecimentos de saúde devidamente cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, casas de repouso, asilos, igrejas, restaurantes, bares, casas de show e postos de combustíveis;
XV – profissional legalmente habilitado: é o trabalhador previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe;
XVI – responsável legal: pessoa física designada em instrumento jurídico oficial e comprobatório (estatuto, contrato social ou ata) para representar legalmente, de forma ativa ou passiva, a pessoa jurídica em processos judiciais e/ou extrajudiciais;
XVII – responsável técnico: profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho de classe, incumbido pela pessoa jurídica, por meio de contrato pré-estabelecido, de elaborar, conduzir, orientar e/ou instruir a elaboração de projetos, procedimentos, processos, documentações e responder às interpelações formais relacionadas às questões técnicas de interesse ambiental, citadas nesta Instrução Normativa;
XVIII – semente: semente botânica, destinado à semeadura ou plantio. Poderá ser considerada semente toda estrutura vegetal, inclusive plantas de viveiro ou mudas, com o mesmo destino;
XIX – semente botânica: órgão dos vegetais superiores, derivado de óvulo, que abriga o embrião e que pode gerar uma nova planta;
XX – semente tratada: semente na qual agrotóxicos, seus componentes e afins, corantes, películas ou outros aditivos tenham sido aplicados sem alteração significativa do seu peso, do seu tamanho ou do seu formato original;
XXI – sistema de impermeabilização: de acordo com a ABNT NBR 9575 ou outra que venha a substituí-la, são as operações ou técnicas construtivas, que têm por objetivo a proteção das construções contra a ação deletéria de elementos fluídos. Dentro de áreas de armazenamento de produtos agrotóxicos, é o conjunto de técnicas ou estruturas destinadas ao impedimento total do contato de resíduos sólidos e/ou líquidos com o solo natural do ambiente por ação de infiltração, percolação ou lixiviação de águas pluviais, águas de lavagem ou contaminantes gerados no processo operacional padrão ou na ocorrência de eventos acidentais;
XXII – sistema de isolamento: são barreiras que podem ser compostas unicamente ou conjuntamente por elementos estruturais físicos, dispositivos optoeletrônicos ou qualquer outro dispositivo tecnológico que garanta a limitação, controle ou impedimento de acesso de pessoas não autorizadas e animais ao empreendimento. Também podem promover a redução e controle de ruído, poeiras e odores no entorno do empreendimento;
XXIII – Sistema de Gestão Ambiental - SGA: módulo licenciamento, sistema informatizado para emissão de licenças ambientais, permitindo aos usuários a requisição de licenças pela internet, além de disponibilizar consultas e outras informações. É integrada com uma base de dados georreferenciados que serve de apoio à tomada de decisão na emissão de pareceres e laudos técnicos, bem como na decisão administrativa, além de dar suporte aos módulos de monitoramento e fiscalização;
XXIV – Termo de Ajustamento de Conduta: instrumento que tem por finalidade estabelecer obrigações do compromissário, em decorrência de sua responsabilidade civil, de forma a ajustar a sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;
XXV – Termo de Compromisso: instrumento pelo qual o causador de infração administrativa ambiental compromete-se a adotar medidas específicas determinadas pelo órgão ambiental de forma a reparar e fazer cessar os danos causados ao meio ambiente;
XXVI – tratamento de semente: processo que utiliza técnicas, produtos, máquinas e equipamentos específicos para a obtenção de sementes tratadas, com a preservação da sua qualidade física e fisiológica;
XXVII – usuário final: pessoa física ou jurídica que faz uso de agrotóxicos, seus componentes e afins.

CAPÍTULO III
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS ARMAZENADORES DE AGROTÓXICOS

Art. 4º O órgão licenciador competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos de armazenadores de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins os seguintes atos administrativos:
I – Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM: concedida de forma automática para os empreendimentos e/ou atividades que são dispensados do licenciamento por parte do órgão licenciador competente em função de seu baixo potencial poluidor/degradador - nível I, conforme os critérios estabelecidos em normativas específicas, sem prejuízo ao Licenciamento Ambiental Municipal
II – Licenciamento por Adesão e Compromisso - LAC: autoriza a instalação e a operação empreendimentos e/ou atividades de baixo potencial poluidor/degradador do meio ambiente - nível II, passíveis de licenciamento por procedimento automático, mediante Declaração de Adesão e Compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pelo órgão licenciador competente, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais do empreendimento e/ou atividade, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação;
III – Licença Ambiental Simplificada - LAS: aprova a localização e a concepção de empreendimentos e/ou atividades de médio potencial poluidor/degradador do meio ambiente, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
IV – Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA: aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada - LAS, desde que a somatória do porte da estrutura existente acrescida da estrutura a ser licenciada não ultrapasse o limite estabelecido para a referida licença em normas específicas, caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA;
V – Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR: concedida para empreendimentos e/ou atividades enquadrados como LAS e que estejam operando sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
VI – Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e/ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VII – Licença Prévia de Ampliação - LPA: concedida na fase preliminar do planejamento de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS, que necessitam de licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VIII – Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
IX – Licença de Instalação de Ampliação - LIA: autoriza a instalação de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Prévia de Ampliação - LPA, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
X – Licença de Instalação de Regularização - LIR: concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam em instalação de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental, bem como autorizando sua implantação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos para a Licença de Operação - LO;
XI – Licença de Operação - LO: autoriza a operação de empreendimentos e/ou atividades após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XII – Licença de Operação de Ampliação - LOA: autoriza a operação das ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades, conforme estabelecidas em Licença Prévia de Ampliação - LPA e/ou Licença de Instalação de Ampliação - LIA, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XIII – Licença de Operação de Regularização - LOR: concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam operando de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
XIV – Autorização Ambiental - AA: autoriza a execução de obras que proporcionem ganhos e melhorias ambientais, que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como autoriza a execução de atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, instalações permanentes que não caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, expedida de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
XV – Autorização Florestal - AF: ato administrativo que regulamenta a exploração, corte ou supressão de vegetação nativa, emitido em conformidade com a legislação ambiental vigente, visando assegurar o uso sustentável dos recursos florestais e a preservação ambiental;
XVI – Outorga: ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante declara a disponibilidade de água para os usos requeridos e faculta ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.

CAPÍTULO IV
DAS MODALIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 5º Para fins desta Instrução constituem modalidades de licenciamento ambiental:
I – Licenciamento Ambiental Trifásico: licenciamento no qual a Licença Prévia - LP, a Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas;
II – Licenciamento Ambiental Bifásico: licenciamento no qual o empreendimento e/ou atividade não estarão sujeitos a todas as etapas, podendo ser:
a) licenciamento de ampliações e/ou diversificações do empreendimento e/ou atividade que não impliquem no aumento do seu potencial poluidor e/ou degradador do meio ambiente, no qual a Licença Prévia de Ampliação - LPA e a Licença de Operação de Ampliação - LOA são concedidas em etapas sucessivas, sem a necessidade de Licença de Instalação de Ampliação - LIA;
b) licenciamento no qual a Licença Prévia - LP e a Licença de Instalação - LI do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas, sempre que não houver necessidade de Licença de Operação - LO;
III – Licenciamento Ambiental Monofásico, podendo ser:
a) Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS;
IV – Licenciamento Ambiental de Regularização: licenciamento visando à regularização ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, que se enquadrem em uma das hipóteses seguintes:
a) nunca obtiveram licenciamento;
b) estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida;
c) estar em implantação ou operação com a respectiva licença vencida.
V – Licenciamento Ambiental de Ampliação: licenciamento para ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS que necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte ampliada ou alterada;
VI – Autorização: procedimento que gera o ato administrativo discricionário a ser emitido para execução de obras, atividades, pesquisas e serviços não enquadrados nas outras modalidades.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Definição do Porte e Enquadramento

Art. 6º Para os efeitos desta Instrução, o porte de empreendimentos armazenadores de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, considera-se a máxima capacidade estática de armazenamento de acordo com o estabelecido no ANEXO I.

Art. 7º Para efeitos desta Instrução, os estudos ambientais requeridos para o licenciamento consideram as atividades executadas e o porte do empreendimento.

Parágrafo único. No caso de o empreendimento executar atividades diversas, os estudos mínimos necessários serão aqueles que levem em consideração a maior restrição, não dispensando a exigência do conteúdo dos estudos para as atividades menos limitantes.
Art. 8º Havendo qualquer alteração nas características do porte nos empreendimentos e/ou atividades que implique na mudança da modalidade de licenciamento, deverá ser requerido novo procedimento de licenciamento ambiental pelo empreendedor.

CAPÍTULO VI
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM

Art. 9º A Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM aplica-se, única e exclusivamente, ao empreendimento localizado em área rural consolidada, enquadrado como porte micro, com armazenamento de até 10 m³ de agrotóxicos, seus componentes e afins, com destinação ao tratamento de sementes apenas para uso próprio, sem qualquer comercialização da semente tratada.

Art. 10. Os requerimentos de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – Croqui de localização do empreendimento, considerando os seguintes aspectos:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento;

d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – Declaração de veracidade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO V;
V – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VIII – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável.

Parágrafo único. A efetiva operação do empreendimento deve ser condicionada à emissão da(s) respectiva(s) Portaria(s) de Outorga de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, se aplicável.

Seção II
Do Licenciamento por Adesão e Compromisso

Art. 11. A emissão de Licença por Adesão e Compromisso – LAC poderá ser emitida, única e exclusivamente, aos empreendimentos caracterizados abaixo:
I – estabelecimentos de comércio de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, onde são executadas apenas atividades de compra e venda dos produtos, sem armazenamento de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, a qualquer tempo ou quantidade.
II – não são passíveis de Licenciamento por Adesão e Compromisso - LAC, os empreendimentos:
a) localizados em áreas ambientalmente frágeis ou protegidas, tais como Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Áreas Úmidas e Unidades de Conservação;
b) que necessitem de supressão e/ou corte de vegetação nativa.

Art. 12. Os requerimentos de Licença por Adesão e Compromisso - LAC deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – Declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO V;
XI – Declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VI;
XII – Declaração do responsável técnico pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VI;
XIII – Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO III, acompanhado da respectiva ART;
XIV – registro fotográfico da área do empreendimento e/ou atividade;
XV – Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XVI – extrato de publicação de requerimento de Licença por Adesão e Compromisso - LAC no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção III
Da Licença Ambiental Simplificada – LAS

Art. 13. O licenciamento ambiental simplificado se aplica somente aos seguintes critérios:
I – possuam capacidade máxima estática até 50 m³ para o armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins, conforme estabelecido no ANEXO I;
II – sejam empreendimentos como:
a) Estabelecimentos comerciais com armazenamento;
b) Centros de Distribuição;
c) Armazéns Comerciais em Distribuidoras e/ou Cooperativas;
d) Depósitos para Uso Próprio, sem fins comerciais (destinados à prestação de serviço de tratamento quarentenário, sanitário e/ou fitossanitário);
e) Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes com fins comerciais.

Art. 14. Os requerimentos para Licença Ambiental Simplificada - LAS deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento;
d) corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa;
XI – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO III, acompanhado da respectiva ART;
XII – Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO VIII, acompanhado da respectiva ART;
XIII – Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIV – Portaria(s) de Outorga Prévia e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XV – Projeto de instalação, com ênfase nos aspectos construtivos elaborados com base na ABNT NBR 9843 (drenagem, contenções, etc.);
XVI – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;
XVII – Avaliação da necessidade de Plano de Gerenciamento de Riscos conforme Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015 ou outra que venha a substituí-la, conforme ANEXO XI;
XVIII – extrato de publicação de requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 15. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada - LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LAS contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Art. 16. Para a efetiva operação do empreendimento, posteriormente à emissão da Licença Ambiental Simplificada - LAS, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – Laudo de conclusão de obra com ART, conforme ANEXO IV;

II – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
III – Portaria(as) de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para utilização de recursos hídricos (para fins de captação e/ou lançamento de efluentes e/ou intervenções de obras), quando aplicável.

Seção IV
Do Licenciamento Trifásico

Art. 17. Os empreendimentos definidos no Capítulo I desta Instrução Normativa, que necessitam de Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, deverão requerê-las sucessivamente.

Parágrafo único. Este procedimento se aplica a novos empreendimentos.

Subseção I
Da Licença Prévia - LP

Art. 18. Os requerimentos para Licença Prévia - LP, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento;
d) corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
VIII – Relatório de caracterização da flora, de acordo com norma vigente, quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa;
IX – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
X – Portaria(s) de Outorga Prévia e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XI – Avaliação da necessidade de Plano de Gerenciamento de Riscos conforme Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015 ou outra que venha a substituí-la, conforme ANEXO XI;
XII – extrato de publicação de requerimento de Licença Prévia - LP no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 19. Nos procedimentos de Licença Prévia - LP, quando necessária a supressão de vegetação, esta somente poderá ser emitida após a manifestação sobre a tipologia florestal e sua viabilidade de supressão, visando análise integrada do licenciamento.

Art. 20. A Licença Prévia não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Subseção II
Da Licença de Instalação – LI

Art. 21. Os requerimentos para Licença de Instalação - LI, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – número do registro do cadastro ou protocolo junto ao sistema informatizado (SINAFLOR ou SGA), no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa ou Autorização Florestal;
VI – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
VII – Projeto de instalação, com ênfase nos aspectos construtivos elaborados com base na ABNT NBR 9843 (drenagem, contenções, etc.)
VIII – Se constatada a exigência de Programa de Gerenciamento de Riscos, apresentar proposta inicial do Programa de Gerenciamento de Riscos, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), com a(s) devida(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s);
IX – extrato de publicação de requerimento de Licença de Instalação - LI no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
X – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 22. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação - LI, somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LI contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Art. 23. A Licença de Instalação não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Subseção III
Da Licença de Operação - LO

Art. 24. Os requerimentos para Licença de Operação - LO, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;
X – laudo de conclusão de obra de acordo com Termo de Referência do ANEXO IV com ART;
XI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros – CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – CSCIP;
XII – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes;
XIII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Operação - LO no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIV – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XV – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

CAPÍTULO VII
DOS PRAZOS DE VALIDADE DAS LICENÇAS

Art. 25. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:
I – o prazo de validade da Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovada desde que mantidas as características da declaração de dispensa já emitida;
II – o prazo de validade da Licença por Adesão e Compromisso - LAC será:
a) 02 (dois) anos para a primeira licença;
b) 05 (cinco) anos a partir da primeira renovação, desde que mantidas as características da licença já emitida.
III – o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS será de, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 10 (dez) anos, podendo variar em decorrência de peculiaridades excepcionais, tais como a natureza do empreendimento e/ou atividade, a existência de Termo de Ajustamento de Conduta ou necessidade de maior acompanhamento das condicionantes, respeitado o prazo máximo estabelecido neste inciso;
IV – o prazo de validade da Licença Prévia - LP será de 05 (cinco) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
V – o prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
VI – o prazo de validade da Licença de Instalação de Regularização - LIR será de 2 (dois) anos para a primeira licença e, prorrogável por, no máximo, 4 (quatro) anos, a critério do órgão licenciador;
VII – o prazo de validade da Licença de Operação - LO será de no mínimo 4 anos e no máximo 10 (dez) anos, renovável a critério do Órgão Licenciador;
VIII – o prazo de validade da Licença de Operação de Regularização - LOR será de 2 (dois) anos para a primeira licença e, quando da sua renovação, renovável por no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo 10 (dez) anos, a critério do órgão licenciador;
IX – o prazo de validade da Autorização Ambiental - AA será de no máximo 02 (dois) anos.

§ 1º As renovações e prorrogações se aplicam aos empreendimentos que não estejam vinculados aos outros empreendimentos.

§ 2º O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade diferenciados para a Licença Ambiental Simplificado - LAS e para Licença de Operação - LO de empreendimentos ou atividades, considerando sua natureza e peculiaridades excepcionais, respeitado o prazo máximo estabelecido nesta Instrução.

CAPÍTULO VIII
DA RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Renovação da Licença por Adesão e Compromisso

Art. 26. Os requerimentos para Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;

IV – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
V – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VI – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VII – Declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO V;
VIII – Declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VI;
IX – Declaração do responsável técnico pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO VI;
X – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
XI – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XII – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
XIII – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO VII, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XIV – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XV – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença anterior;
XVI – extrato de publicação de requerimento de Renovação de Licença por Adesão e Compromisso - RLAC no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVII – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção II
Da Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS

Art. 27. Os requerimentos para Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
X – relatório anual da medição de vazão para utilização de recurso hídrico outorgado, quando aplicável;
XI – comprovante de declaração dos automonitoramentos de emissões atmosféricas no sistema DEA, realizados durante a vigência da Licença Ambiental Simplificada, se aplicável;
XII – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO VII, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XIII – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XIV – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença de Ambiental Simplificada;
XV – Auditoria do Plano de Gerenciamento de Risco, conforme artigo 7º da Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015, se aplicável PGR ao empreendimento;
XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XVII - Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes.
XVIII – Alvará de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal;
XIX – extrato de publicação de requerimento de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XXI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção III
Da Renovação da Licença de Operação - RLO

Art. 28. Os requerimentos para Renovação de Licença de Operação - RLO, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
X – relatório anual da medição de vazão para utilização de recurso hídrico outorgado, quando aplicável;
XI – comprovante de declaração dos automonitoramentos de emissões atmosféricas no sistema DEA, realizados durante a vigência da Licença de Operação, se aplicável;
XII – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO VII, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XIII – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XIV – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença de Operação;
XV – Auditoria do Plano de Gerenciamento de Risco, conforme artigo 7º da Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015, se aplicável PGR ao empreendimento;
XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XVII – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes;
XVIII – Alvará de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal;
XIX – extrato de publicação de requerimento de Renovação de Licença de Operação - RLO no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XXI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

CAPÍTULO IX
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE AMPLIAÇÃO

Art. 29. Para as ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS e que acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, deve ser requerido o licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada.

Parágrafo único. No caso de ampliações e/ou alterações que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, tampouco aumento do potencial poluidor/degradador do meio ambiente, poderá ser requerida Autorização Ambiental.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA

Art. 30. A Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada - LAS, somente nos casos em que a somatória do porte da estrutura existente acrescida da estrutura a ser licenciada não ultrapasse o limite estabelecido para a referida licença em normas específicas, caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA.

Art. 31. Os requerimentos para Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas das áreas existentes e da parte a ser ampliada;
d) corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
IV – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
V – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
VI – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
VII – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VIII – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;

IX – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
X – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
XI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
XII – número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa;
XIII – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO III, acompanhado da respectiva ART;
XIV – Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO VIII, acompanhado da respectiva ART;
XV – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XVI – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XVII – projeto de instalação, com ênfase nos aspectos construtivos elaborados com base na ABNT NBR 9843 (drenagem, contenções, etc.);
XVIII – avaliação da necessidade de Plano de Gerenciamento de Riscos conforme Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015 ou outra que venha a substituí-la, conforme ANEXO XI;
XIX – extrato de publicação de requerimento de Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XXI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 32. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LASA contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Art. 33. Para a efetiva operação do empreendimento, posteriormente à emissão da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – laudo de conclusão de obra com ART, conforme ANEXO IV;
II – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
III – Portaria(as) de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para utilização de recursos hídricos (para fins de captação e/ou lançamento de efluentes e/ou intervenções de obras), quando aplicável.

Seção II
Da Licença Prévia de Ampliação - LPA

Art. 34. Os requerimentos para Licença Prévia de Ampliação – LPA, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento da parte existente e da parte a ser ampliada;
d) corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
IV – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
V – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
VI – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
VII – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VIII – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
IX – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
X – Relatório de caracterização da flora, de acordo com norma vigente, quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa;
XI – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
XII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XIII – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XIV – avaliação da necessidade de Plano de Gerenciamento de Riscos conforme Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015 ou outra que venha a substituí-la, conforme ANEXO XI;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

XV – extrato de publicação de requerimento de Licença Prévia de Ampliação - LPA no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVI – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 35. Nos procedimentos de Licença Prévia de Ampliação - LPA, quando necessária a supressão de vegetação, esta somente poderá ser emitida após a manifestação sobre a tipologia florestal e sua viabilidade de supressão, visando análise integrada do licenciamento.

Art. 36. A Licença Prévia não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Seção III
Da Licença de Instalação de Ampliação - LIA

Art. 37. Os requerimentos para Licença de Instalação de Ampliação - LIA, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – número do registro do cadastro ou protocolo junto ao sistema informatizado (SINAFLOR ou SGA), no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa ou Autorização Florestal;
VI – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – projeto de instalação, com ênfase nos aspectos construtivos elaborados com base na ABNT NBR 9843 (drenagem, contenções, etc.);
IX – se constatada a exigência de Programa de Gerenciamento de Riscos, apresentar proposta inicial do Programa de Gerenciamento de Riscos, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), com a(s) devida(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART(s);
X – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, observada a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida por profissional habilitado(a), responsável pelo PGRCC;
XI – extrato de publicação de requerimento de Licença de Instalação de Ampliação - LIA no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XII – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 38. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação de Ampliação - LIA, somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LIA contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Seção IV
Da Licença de Operação de Ampliação - LOA

Art. 39. Os requerimentos para Licença de Operação de Ampliação - LOA, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – comprovante de Declaração de Carga Poluidora - DCP, conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
X – comprovante de declaração dos automonitoramentos de emissões atmosféricas no sistema DEA, realizados durante a vigência da Licença anterior, se aplicável;
XI – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO VII, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XII – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XIII – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença anterior;
XIV – laudo de conclusão de obra, com ART, conforme ANEXO IV;
XV – auditoria do Plano de Gerenciamento de Risco, conforme artigo 7º da Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015, se aplicável PGR ao empreendimento;
XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XVII – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes, independentemente do porte do empreendimento;
XVIII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Operação de Ampliação no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção V
Da Autorização Ambiental - AA

Art. 40. Para melhorias nas estruturas físicas de armazenamento ou execução de obras diversas deverá ser solicitada Autorização Ambiental específica, desde que não haja qualquer alteração nas características do porte no empreendimento e/ou atividades que implique na mudança da modalidade de licenciamento.

Art. 41. A Autorização Ambiental - AA, deverá ser requerida por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
II – Cadastro de Obras Diversas - COD;
III – croqui da área de intervenção;
IV – memorial descritivo das intervenções a serem realizadas, com anotação de responsabilidade técnica do profissional responsável pelo projeto e execução das intervenções;
V – em caso de readequação dos sistemas de controle ambiental já implantados, deverá conter o estudo anterior e o relatório com a situação atual do sistema, justificando o motivo de readequação;
VI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

CAPÍTULO X
DA REGULARIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 42. A Regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, deverá ser requerida nos seguintes casos:
I – nunca obtiveram licenciamento;
II – estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida;
III – estar em implantação ou operação com a respectiva licença vencida.

Art. 43. Para o licenciamento de regularização devem ser adotados os critérios estabelecidos em normas específicas do órgão licenciador competente, devendo observar os seguintes requisitos:
I – somente serão emitidas quando da viabilidade locacional, técnica e jurídica do empreendimento e/ou atividade;
II – caso não haja viabilidade de regularização, deverá ser firmado Termo de Ajustamento e Conduta - TAC junto ao empreendedor, com o estabelecimento das condições de mudança de local e/ou encerramento das atividades, não eximindo a apuração da responsabilidade civil, criminal e administrativa;
III – o licenciamento de regularização não exime o empreendedor da incidência das sanções legalmente aplicáveis e a responsabilidade pelos danos causados;
IV – nos licenciamentos de regularização, o empreendedor estará sujeito à formalização de Termo de Ajustamento e Conduta - TAC para fins de fixar a obrigatoriedade de reparação de dano decorrente do período de ausência de licença ambiental legalmente exigível, que deverá ser condicionante obrigatória para a emissão da licença;
V – nos licenciamentos de regularização de empreendimentos e/ou atividades que estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida, estarão sujeitos à formalização de Termo de Ajustamento e Conduta - TAC, no qual serão fixadas as medidas de reparação de dano, e que deverá ser condicionante obrigatória para a emissão da licença.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR

Art. 44. Os requerimentos para Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo e se aplicam à empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras em operação:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento da parte existente e da parte a ser ampliada;
d) corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO III, acompanhado da respectiva ART;
XI – Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO VIII, acompanhado

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

da respectiva ART;
XII – Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XIV – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XV – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;
XVI – projeto de instalação, com ênfase nos aspectos construtivos elaborados com base na ABNT NBR 9843 (drenagem, contenções, etc.);
XVII – avaliação da necessidade de Plano de Gerenciamento de Riscos conforme Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015 ou outra que venha a substituí-la, conforme ANEXO XI;
XVIII – extrato de publicação de requerimento de Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Parágrafo único. A Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR somente poderá ser emitida acompanhada da(s) respectiva(s) Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos ou a Declaração(ões) de Uso Independente de Outorga ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga.

Seção II
Da Licença de Instalação de Regularização - LIR

Art. 45. Os requerimentos para Licença de Instalação de Regularização - LIR, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo, e se aplicam à empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras em instalação:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta, conforme Quadro 3 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de armazenamento da parte existente e da parte a ser ampliada;
d) corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
i) pontos de referência;
j) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
VIII – Portaria(s) de Outorga Prévia e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – Estudo(s) Ambiental(is) conforme diretrizes estabelecidas pelo IAT, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
X – projeto de instalação, com ênfase nos aspectos construtivos elaborados com base na ABNT NBR 9843 (drenagem, contenções, etc.);
XI – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, observada a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida por profissional habilitado(a), responsável pelo PGRCC;
XII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Instalação de Regularização - LIR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção III
Da Licença de Operação de Regularização - LOR

Art. 46. Os requerimentos para Licença de Operação de Regularização - LOR, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo e se aplicam à empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras em operação:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) estruturas físicas;
c) corpos hídricos;
d) áreas de preservação permanente;
e) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
f) vias de acesso principais;
g) locais de reunião de público, assim definidos no inciso XIV do artigo 3º, dentro do raio de relevância, conforme o porte;
h) pontos de referência;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica de operação, com vínculo de cargo/função, expedida pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado ou conforme modelo do ANEXO XV;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – Estudo Ambiental conforme diretrizes estabelecidas pelo IAT, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
XI – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XII – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XIII – Projeto *as built* do empreendimento;
XIV – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;
XV – Alvará de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal;
XVI – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes, independentemente do porte do empreendimento;
XVII – proposta de Plano de Gerenciamento de Risco, conforme artigo 7º da Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015, se aplicável PGR ao empreendimento;
XVIII – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XIX – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO VII, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XX – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XXI – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença anterior;
XXII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Operação de Regularização - LOR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XXIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Parágrafo único. A Licença de Operação de Regularização - LOR somente poderá ser emitida acompanhada da(s) respectiva(s) Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos ou a Declaração(ões) de Uso Independente de Outorga ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga.

CAPÍTULO XI
ASPECTOS TÉCNICOS

Seção I
Quanto aos Efluentes Líquidos

Art. 47. Os efluentes líquidos, para fins de lançamento, devem atender, minimamente as condições previstas abaixo:
I – pH entre 5 e 9;
II – temperatura inferior a 40ºC, sendo que a elevação máxima de temperatura do corpo receptor não poderá ultrapassar 3ºC;
III – materiais sedimentáveis até 1 ml/l em teste de uma hora em Cone Imhoff;
IV – óleos vegetais e gorduras animais de até 50 mg/l;
V – ausência de materiais flutuantes;
VI – a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO): até 100 mg/l ou o limite outorgado;
VII – a Demanda Química de Oxigênio (DQO): até 350 mg/l ou o limite outorgado.

Art. 48. É proibido o lançamento de efluentes líquidos brutos, inclusive da tríplice lavagem, em corpos hídricos, bem como sua infiltração no solo.

Art. 49. A área de armazenamento deve ser dotada de mecanismos que contenham eventuais efluentes gerados ou águas pluviais incidentes que possam contaminar corpos hídricos por meio do fluxo de drenagem natural do terreno.

Seção II
Quanto aos Resíduos Sólidos

Art. 50. Produtos vencidos, em desuso ou impróprias para o uso devem ser colocadas em área segregada e identificada fisicamente e eletronicamente, para ser devolvida ao fabricante.

Art. 51. A destinação final de embalagens vazias, produtos vencidos, em desuso, produtos impróprios, fora de fabricação ou proibidos pela legislação vigente devem ser destinados por meio de logística reversa, conforme previsto no inciso I, artigo 5º da Resolução Conjunta SEDEST nº 22, de 27 de julho de 2021, ou outra que venha a substituí-la, para proceder com a destinação ambientalmente adequada.

§ 1º A destinação ambientalmente adequada de que trata o *caput* deste artigo é a incineração, sendo terminantemente proibido o envio para aterros sanitários

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ou qualquer outra destinação distinta.

§ 2º A destinação de resíduos gerados deverá ser realizada mediante o regramento da Portaria IAP nº 212, de 12 de setembro de 2019 ou outra que venha a substituí-la;

§ 3º Caberá ao empreendimento fazer a efetiva comprovação de destinação de resíduos na plataforma SINIR, bem como realizar o inventário de resíduos sólidos, conforme exigência na Portaria MMA nº 280, de 29 de junho de 2020 e Decreto Estadual nº 6.674, de 04 de dezembro de 2002.

Seção III
Quanto às Emissões Atmosféricas

Art. 52. As emissões atmosféricas deverão atender os critérios e padrões de emissões atmosféricas estabelecidos na Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025 ou outra que venha a substituí-la.

Seção IV
Quanto à segurança das instalações

Art. 53. A estrutura de armazenamento deverá dispor de medidas efetivas para contenção de vazamentos, bem como garanta a segurança dos colaboradores para aspectos relacionados a potenciais incompatibilidades químicas entre os produtos armazenados.
I – o empreendedor deverá manter atualizada a listagem de produtos armazenados, sua tipologia de uso (herbicida, fungicida, acaricidas, inseticida, aditivos, etc.), sua respectiva classificação quanto sua periculosidade, definida nos termos da Portaria IBAMA nº 84, de 15 de outubro de 1996, assim como informar quanto sua inflamabilidade, combustão e toxicidade referente à geração de gases tóxicos e nocivos cujas informações estão presentes na Ficha de Dados de Segurança - FDS do produto;
II – o Plano de Atendimento a Emergência deverá atender, majoritariamente, aos critérios da NPT 016 e ABNT NBR 15219, contemplando análise de risco, as hipóteses acidentais ocupacionais, emergências ambientais ou qualquer situação que acarrete risco à vida e ao meio ambiente, bem como detalhar as estruturas, procedimentos e recursos disponíveis para controle da situação. Para fins orientativos, consultar o ANEXO XIV;
III – as edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins devem atender à ABNT NBR 9843, à ABNT NBR 9575, às Normas de Procedimentos Técnicos do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná e outras normas pertinentes quanto ao acesso de viaturas de emergência, sinalização de emergência, estruturas gerais das edificações (ventilação, drenagem, pavimentação, cobertura, instalações elétricas, contenções, chuveiros de emergência, etc.), sistemas de alarme, equipamentos de proteção individual e dispositivos de combate a emergências, cuja comprovação de atendimento será dada mediante emissão de Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, cabendo ao técnico licenciador avaliar quanto à coerência entre o documento expedido pelo órgão interveniente e a área construída/atividades executadas no escopo de licenciamento junto ao Instituto Água e Terra;
IV – as Fichas de Dados de Segurança - FDS (antigas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ) devem ser elaboradas em conformidade à ABNT NBR 14725, em língua portuguesa brasileira, entregues pelos fabricantes dos produtos no momento da compra e armazenadas em local de fácil acesso em toda a instalação armazenadora de produto agrotóxico;
V – o empreendedor deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego sob todos os aspectos pertinentes ao armazenamento, acondicionamento, transporte, uso e descarte de produtos químicos relacionados a esta Instrução Normativa;
VI – a edificação de armazenamento de agrotóxicos não poderá ser destinada ao armazenamento de sementes tratadas e não tratadas, grãos, mudas, rações, alimentos, medicamentos ou fertilizantes, sob qualquer hipótese.

Art. 54. O armazenamento de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins em contêineres é permitido, desde que o contêiner seja devidamente adaptado para atender aos critérios de segurança ocupacional e ambiental, relativos às contenções, controle de ventilação, temperatura, umidade, distância de paredes, teto e instalações elétricas, sinalizações, entre outros, e o projeto técnico da estrutura esteja inserido no processo de licenciamento junto ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, condicionado à emissão do CLCB e/ou CVCB.

Seção V
Quanto ao gerenciamento de áreas contaminadas

Art. 55. Em caso de constatação de ausência e/ou falhas nos controles ambientais que possam causar contaminação do solo e da água subterrânea, o responsável legal deverá executar as etapas do gerenciamento de áreas contaminadas, em conformidade com a Resolução CEMA n° 129, de 23 de novembro de 2023 ou outra que venha a substituí-la.

CAPÍTULO XII
QUANTO AOS ASPECTOS LOCACIONAIS

Art. 56. Consideram–se como não passíveis de licenciamento ambiental as armazenadoras de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, quando estiverem localizadas:
I – em zonas estritamente residenciais, atendendo ao Plano Diretor do município;
II – em áreas de preservação permanente;
III – em áreas com lençol freático aflorante ou com solos alagadiços;
IV – em Unidades de Conservação, de acordo com o plano de manejo, se existente;
V – em áreas onde as condições geológicas não oferecem condições para a construção de obras civis;
VI – em áreas de manancial de abastecimento público, numa distância inferior a 300 (trezentos) metros adjacentes de mananciais de captação de água.
VII – quando as edificações de armazenamento de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins sejam conjugadas e contíguas a residências destinadas a habitações uni e/ou multifamiliares.

Art. 57. As distâncias de afastamento das edificações de armazenamento de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins para locais de reunião de público devem atender aos critérios abaixo, definidos em função de seu porte:
I – para o porte micro: permitido a instalação em área contígua/geminada a outros estabelecimentos, desde que:
a) a parede da edificação armazenadora de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins seja independente, preferencialmente do tipo corta-fogo, não sendo permitido imóveis que compartilhem a mesma estrutura divisória (parede única);
b) a edificação armazenadora de produto agrotóxico possua sistema de exaustão, controle de temperatura e umidade;
c) os produtos armazenados estejam localizados a, no mínimo, 0,5 metros de quaisquer paredes e distantes, no mínimo, 1 metro de estruturas elétricas e do teto;
d) a residência conjugada não seja destinada ao uso habitacional uni ou multifamiliar;
e) possuir distância mínima de 30 metros de postos de combustíveis ou estabelecimentos de qualquer tipo que armazenem produtos inflamáveis e/ou combustíveis.
II – para o porte pequeno: distância mínima de 30 metros;
III – para o porte médio: distância mínima de 75 metros;
IV – para o porte grande: distância mínima de 150 metros;
V – para o porte excepcional: distância mínima de 300 metros.

§ 1º Para o porte micro, a verificação da distância entre a edificação armazenadora e postos de combustíveis/estabelecimentos que armazenem produtos inflamáveis deverá ser considerada por meio da medição obtida da divisa real da edificação armazenadora de agrotóxicos, seus componentes e afins e a divisa real do lote em que está localizado o posto de combustível ou estabelecimento de qualquer tipo que armazene produto inflamável e/ou combustível,

ressalvados o disposto no inciso I.

§ 2º Para os demais portes, não será permitido edificações armazenadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins contíguas/geminadas a outras edificações. Deste modo, a medição de que trata os incisos II, III, IV e V referem-se à medida da divisa real do lote que contemple edificação de local de reunião de público e a divisa real da edificação armazenadora de agrotóxicos, seus componentes e afins.

§ 3º Considera–se divisa real aquela definida por meio do georreferenciamento do imóvel/lote e edificação destinados às ocupações previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 58. No caso de empreendimentos já licenciados que não atendam aos requisitos estabelecidos na presente Instrução Normativa, quando da Renovação da Licença Ambiental, deverão ser verificadas as possibilidades de adequações ou proposição de medidas compensatórias, devidamente formalizadas, contendo as exigências necessárias para a adequação ambiental do empreendimento e os respectivos prazos para seu cumprimento.

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. Caso seja constatada e comprovada alguma irregularidade do responsável técnico pela elaboração de um ou mais estudos técnicos previstos nesta Instrução Normativa, ou apresentar algum procedimento de licenciamento, estudo, laudo ou relatório ambiental, parcial ou totalmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, a denúncia será encaminhada ao respectivo conselho de classe para as devidas providências, sendo automaticamente suspenso o trâmite do procedimento de licenciamento ambiental até os devidos esclarecimentos, sem prejuízo das apurações de responsabilidade civil e criminal.

§ 1º Considera-se irregularidade intencional a omissão e/ou distorção de dados relevantes ao licenciamento, inclusive laudos laboratoriais, projetos, fotos, mapas e croquis, que venham a ser verificados pelos técnicos do órgão ambiental licenciador após a análise e vistoria.

§ 2º As situações contempladas acima são passíveis de autuação e demais sanções.

Art. 60. A declaração de responsabilidade técnica exigida no licenciamento refere-se à anotação de responsabilidade técnica de cargo/função ou contrato de trabalho vinculando o responsável técnico ao empreendimento.

§ 1º Quando o vínculo empregatício entre empregado e empregador for centralizado, ou seja, vinculado a uma unidade matriz, mas a execução de atividades incluírem uma ou mais unidades, inclusive aquela na qual tramita o requerimento, poderão ser aceitas declarações indicando as atividades exercidas pelo respectivo profissional e suas efetivas unidades de atuação, vinculadas ao contrato de trabalho, conforme modelo do ANEXO XV.

§ 2º Cabe ao empreendedor consultar o respectivo conselho de classe para validação das atribuições do referido profissional e sua habilitação técnica para assumir o vínculo de responsabilidade técnica, assumindo a responsabilidade pela designação de profissionais que, porventura.

Art. 61. O armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins obedecerá à legislação vigente e as instruções fornecidas pelo fabricante, em especial, às especificações a serem adotadas no caso de acidentes, derramamento ou vazamento de produtos, incêndio, às normas municipais aplicáveis, inclusive quanto à edificação e a localização, bem como orientações técnicas de agências reguladoras e instituições de pesquisas oficiais.

Art. 62. Quando do encerramento da atividade, este órgão ambiental deverá ser informado por meio de requerimento de Autorização Ambiental, em conformidade com a Resolução CEMA n° 129, de 23 de novembro de 2023, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 63. O Instituto Água e Terra poderá solicitar, em qualquer fase do licenciamento, outros documentos que, conforme avaliação técnica, sejam pertinentes para determinar a viabilidade do licenciamento, conforme previsto no artigo 25 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024.

Art. 64. O órgão ambiental competente deverá compor equipe técnica para avaliação de critérios e procedimentos técnicos remediativos em acidentes que resultem em contaminação ambiental, em especial derramamentos de grandes proporções e explosões.

Art. 65. Os estudos ambientais deverão estar devidamente acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, exceto nos casos informados explicitamente nesta Instrução Normativa.

Art. 66. Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente.

Art. 67. Esta Instrução Normativa deverá ser reavaliada a cada 05 (cinco) anos ou a qualquer tempo, quando o órgão ambiental considerar necessário.

Art. 68. O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará o(s) infrator(es) às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e seus decretos regulamentadores, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do §3º, Art. 225 da Constituição Federal, e do § 1°, Art. 14 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 69. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, **tornando sem efeito a Instrução Normativa nº 28, de 28 de abril de 2025, publicada no DIOE nº 11892, de 29 de abril de 2025.**

Republique-se e registre-se.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I	ENQUADRAMENTO DE PORTE, DEFINIÇÃO DE LICENCIAMENTO E ÁREAS DE INFLUÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO III	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS – MCE
ANEXO IV	TERMO DE REFERÊNCIA DE LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRA
ANEXO V	DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR/RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO
ANEXO VII	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO VIII	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL – PCA
ANEXO IX	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR – RAP
ANEXO X	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL – PCPA
ANEXO XI	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DA NECESSIDADE DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
ANEXO XII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMBARGO
ANEXO XIII	DESCRITIVO DE MEDIÇÃO DAS DISTÂNCIAS DE LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO
ANEXO XIV	MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PLANO DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS
ANEXO XV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

ANEXO I
ENQUADRAMENTO DE PORTE, DEFINIÇÃO DE LICENCIAMENTO E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

QUADRO 1 – Enquadramento de porte com base em volume de produto armazenado

PORTE	VOLUME MÁXIMO ARMAZENADO (V)[1]
Micro (Mi)	V ≤ 10 m³
Pequeno (P)	10 m³ < V ≤ 50 m³
Médio(M)	50 m³ < V ≤ 500 m³
Grande (G)	500 m³ < V ≤ 2000 m³
Excepcional (E)	V > 2000 m³

[1]O volume (V) deverá considerar a máxima capacidade estática dos produtos armazenados, conforme orientação abaixo.
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

QUADRO 2 – Atividades, portes, modalidade de licença e respectivo estudo ambiental requerido

ATIVIDADES	PORTE	MODALIDADE DE LICENÇA	ESTUDO REQUERIDO
1. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de semente para uso próprio (*on farm*).	Micro	DLAM	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE
1. Estabelecimento Comercial destinado somente a operações comerciais de compra, venda de produtos ou fechamento de contratos para prestação de serviços, sem armazenamento.	N.A.	LAC	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE
1. Centro de Distribuição; 2. Estabelecimentos comerciais com armazenamento 3. Armazéns Comerciais em Distribuidores ou Cooperativas; 4. Depósitos para Uso Próprio, sem fins comerciais (destinados à prestação de serviço de tratamento quarentenário, sanitário e/ou fitossanitário); 5. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes com fins comerciais.	Micro	LAS	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE Plano de Controle Ambiental – PCA
1. Centro de Distribuição; 2. Estabelecimentos comerciais com armazenamento; 3. Armazéns Comerciais em Distribuidores ou Cooperativas; 4. Depósitos para Uso Próprio, sem fins comerciais (destinados à prestação de serviço de tratamento quarentenário, sanitário e/ou fitossanitário); 5. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes para uso próprio; 6. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes com fins comerciais.	Pequeno	LAS	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE Plano de Controle Ambiental – PCA
1. Centro de Distribuição; 2. Estabelecimentos comerciais com armazenamento; 3. Armazéns Comerciais em Distribuidores ou Cooperativas; 4. Depósitos para Uso Próprio, sem fins comerciais (destinados à prestação de serviço de tratamento quarentenário, sanitário e/ou fitossanitário); 5. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes para uso próprio; 6. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes com fins comerciais.	Médio	LP	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE
		LI	Plano de Controle Ambiental – PCA
		LO	–
1. Centro de Distribuição; 2. Estabelecimentos comerciais com armazenamento; 3. Armazéns Comerciais em Distribuidores ou Cooperativas; 4. Depósitos para Uso Próprio, sem fins comerciais (destinados à prestação de serviço de tratamento quarentenário, sanitário e/ou fitossanitário); 5. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes para uso próprio; 6. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes com fins comerciais.	Grande	LP	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE
		LI	Plano de Controle Ambiental – PCA
		LO	–
1. Centro de Distribuição; 2. Armazéns Comerciais em Distribuidores ou Cooperativas; 3. Armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins para tratamento de sementes com fins comerciais.	Excepcional	LP	Relatório Ambiental Preliminar – RAP
		LI	Plano de Controle de Poluição Ambiental – PCPA
		LO	–

QUADRO 3 – Áreas de influência conforme porte dos empreendimentos

PORTE	ADA	AID	AII
Micro (Mi)	Divisas reais do imóvel, conforme matricula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 50 metros a partir da ADA	Buffer de 300 metros a partir da ADA

PORTE	ADA	AID	AII
Pequeno (P)	Divisas reais do imóvel, conforme matricula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 100 metros a partir da ADA	Buffer de 1000 metros a partir da ADA
Médio(M)	Divisas reais do imóvel, conforme matricula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 300 metros a partir da ADA	Sub–bacia hidrográfica da região
Grande (G)	Divisas reais do imóvel, conforme matricula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 500 metros a partir da ADA	Sub–bacia hidrográfica da região
Excepcional (E)	Divisas reais do imóvel, conforme matricula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 1000 metros a partir da ADA	Bacia hidrográfica da região

ANEXO II
MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CERTIDÃO DO MUNICÍPIO DE (NOME DO MUNICÍPIO)

Declaramos ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA, que o empreendimento abaixo descrito está localizado neste Município e que o Local, o Tipo de Empreendimento e Atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo, incluindo distanciamentos de vias públicas (no do diploma legal pertinente), bem como, atende às demais exigências legais e administrativas relacionadas ao Município.

EMPREENDEDOR	
CPF/CNPJ	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO Nº	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE (PERMITIDA/PERMISSÍVEL)	

Local e Data.

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal ou do Secretário de área.

ANEXO III
DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS – MCE

O MCE deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme as diretrizes listadas a seguir.

1 INFORMAÇÕES CADASTRAIS

a) Razão social;
b) Nome Fantasia;
c) CNPJ e Inscrição Estadual;
d) Endereço completo da unidade a ser licenciada;
e) Endereço para correspondência;
f) Nome do responsável legal, telefone;
g) E–mail.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

a) Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
b) Zoneamentos de acordo com as diretrizes municipais;
c) Coordenadas Geográficas em *Datum* SIRGAS 2000, projeção UTM;
d) Caracterização edafoclimática;
e) Topografia;
f) Recursos Hídricos (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc.);
g) Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
h) Cobertura Vegetal;
i) Acessos (alternativas, condições de tráfego);
j) Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc.).

3 CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM IMAGEM AÉREA E CONTENDO NO MÍNIMO

a) Distância dos recursos hídricos (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc.);
b) Áreas de preservação permanente;
c) Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais;
d) Cobertura florestal;
e) Vias de acesso principais e pontos de referências;
f) Planta de implantação sobreposta ao mapa.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS

a) Descritivo das obras e intervenções previstas, tais como supressão de vegetação, intervenções em corpos hídricos, movimentação de terra, entre outros.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

a) Descritivo e fluxograma do processo;
b) Principais matérias primas e produtos a serem elaborados e quantitativo previsto;
c) Relação completa dos produtos químicos manuseados em sua atividade e respectivas quantidades estocadas (inclusive em equipamentos de processo);
d) Principais instalações e unidades de apoio, tais como pátio de estacionamento de veículos leves, pátio de estacionamento de veículos pesados, escritório administrativo, utilidades, etc;
e) No caso de unidades de tratamento de sementes, informar o processo de tratamento (uso de inseticidas, fungicidas ou ambos), quais espécies de sementes serão tratadas, além do respectivo Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM da unidade.

6 ASPECTOS AMBIENTAIS

a) <u>Recursos hídricos</u>
   i. Balanço hídrico previsto de utilização de água indicando no mínimo:
   - Fontes de captação de água;
   - Vazões utilizadas em cada etapa do processo industrial, consumo humano, higienização de máquinas, equipamentos e instalações;
   - Portarias de Outorga Prévia ou Declaração de Uso Independente de Outorga referente as fontes de captação de água.

   ii. Balanço hídrico previsto da geração de efluentes líquidos indicando no mínimo:
   - Fontes de geração de efluentes líquidos (sanitário, processo industrial, lavagem de máquinas, equipamentos e instalações, entre outros);

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- Vazões previstas de cada fonte identificada;
- Proposta do sistema de tratamento previsto;
- Destinação final dos efluentes gerados.

iii. Drenagem pluvial
- Área impermeabilizada e sistema de drenagem pluvial previsto, indicando as formas de tratamento e destinação final das águas incidentes nas áreas impermeabilizadas.

b) Resíduos Sólidos:
i. Estimativa da geração de resíduos sólidos indicando no mínimo: (i) código IBAMA, (ii) Resíduos Específico, (iii) Origem do resíduo, (iv) Quantificação diária estimada, (v) Tratamento e destinação final.

c) Emissões atmosféricas e sistemas de controle.
i. Fontes de geração de emissões atmosféricas e sistemas de tratamento propostos.
ii.

ANEXO IV
TERMO DE REFERÊNCIA DE LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRA

1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nome do Empreendimento:
Localização:
CNPJ/CPF:
Responsável Técnico:
CREA:

2 OBJETO DO LAUDO

Este laudo visa atestar a conclusão da obra em conformidade ambiental, conforme estabelecido no projeto aprovado, no processo de licenciamento ambiental, bem como em conformidade com as legislações vigentes pertinentes, incluindo medidas de mitigação e controle de impactos ambientais.

3 DESCRIÇÃO DA OBRA

Tipo de Obra: Construção/Reforma ou ampliações
Área Total Construída: Área em m² total e/ou ampliações
Data de Início: Data de início da obra
Data de Conclusão: Data de conclusão da obra

4 ANÁLISE TÉCNICA

Análise sobre a estrutura, sistemas de tratamentos de efluentes, resíduos sólidos, equipamentos instalados, drenagem pluvial, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS
6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ANEXO V
DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

_____(Nome Completo em negrito da parte),_____(Nacionalidade),_____(Estado Civil),_____(Profissão), portador do CPF/MF ou CNPJ nº _____, com Documento de Identidade de n°_____, residente e domiciliado na Rua_____, n°_____, _____(Bairro), CEP:____, _____–____(Município – UF), DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época).

FATOS DECLARADOS: _____
DOCUMENTOS APRESENTADOS: _____

Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de má–fé.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (Município – UF), ____ (dia) de_____ (mês) de _____ (ano).

(Nome do Declarante Completo)
DECLARANTE
CPF ou CNPJ: _____

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR/RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

Eu, [*nome completo conforme documento oficial*], [*nacionalidade*], [*estado civil*] residente e domiciliado(a) na [*endereço completo, com rua, número e, apartamento (se aplicável), bairro, cidade e unidade federativa*], portador(a) do CPF n°[*número do CPF*], carteira de identidade n° [*número do RG e órgão emissor*], como responsável legal ou proprietário da [*razão social do empreendimento*], CNPJ nº [*número do CNPJ*]

Pelo presente instrumento, formalizo adesão e compromisso aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental competente, assumindo responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes e condicionantes estabelecidas na licença, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade de [*operações comerciais de compra e venda de produtos ou fechamento de contratos para prestação de serviços*] através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

Local e data.

(Nome do Declarante Completo)
DECLARANTE
CPF ou CNPJ: _____

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos para empreendimentos enquadrados nesta Instrução Normativa deverão ser elaborados por técnico habilitado, apresentados para análise do Instituto Água e Terra, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme dispõe a Lei no 6.496/1977.

1 OBJETIVO

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS tem como objetivo comprovar a capacidade de gestão do empreendimento, de todos os resíduos sólidos gerados por suas atividades principais e/ou auxiliares.

2 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- Razão Social;
- CNPJ;
- Nome Fantasia;
- Endereço;
- Município/UF;
- CEP;
- Telefone;
- Fax;
- E–mail;
- Área total (construída, impermeável e permeável);
- Número total de funcionários;
- Responsável legal;
- Responsável técnico pelo PGRS (pela elaboração do documento e pela execução do plano).

3 INFORMAÇÕES GERAIS

- Planta baixa de localização e de implantação da área física e vizinhança do empreendimento, indicando a área construída e área total do terreno;
- Tipologia do empreendimento;
- Descrição sucinta da atividade, indicando a existência de operações auxiliares ao abastecimento, como lavagem e manutenção de veículos;
- Número de funcionários;
- Horário de funcionamento;
- Informações sobre a perspectiva de reformas e ampliações no empreendimento;
- Indicação dos responsáveis técnicos: pelo estabelecimento, pela elaboração e aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Outras informações importantes, que caracterizem o estabelecimento, relacionadas à geração dos resíduos sólidos.

4 ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Deverão ser descritos os procedimentos adotados quanto à segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final dos resíduos gerados, identificando os pontos de desperdício, perdas, não segregação, formas não adequadas de acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, conforme orientações abaixo:

- Caracterização dos resíduos: Identificar e quantificar os pontos de geração, levantar as quantidades e tipos de resíduos gerados pelo empreendimento, sendo que sua classificação deve estar conforme ABNT NBR 10004 – Resíduos sólidos – Classificação;
- Acondicionamento: Especificar o tipo e a capacidade dos recipientes utilizados para o acondicionamento. Definir procedimentos para o correto fechamento, vedação e manuseio dos recipientes, de forma a evitar vazamentos e/ou ruptura dos mesmos e portar símbolo de identificação compatível com o tipo de resíduo acondicionado;
- Armazenamento: Apresentar planta baixa ou croqui da central de resíduos do empreendimento, descrevendo os recipientes utilizados para o acondicionamento, especificando a capacidade;
- Coleta/Transporte externo: Especificar por grupo de resíduo, a frequência e o tipo de veículo transportador. Indicar as empresas responsáveis pela coleta externa (próprio gerador, empresa contratada etc.), fornecendo nome, endereço, telefone/fax e os dados do responsável técnico e cópia da respectiva licença de operação vigente dos responsáveis por esta etapa. Indicar resíduos que sejam de responsabilidade do Sistema de Coleta Seletiva. Anexar cópia de autorização de transporte de resíduos perigosos, se for o caso. Ações a serem adotadas pela empresa para os casos de acidentes ou incidentes causados por manuseio incorreto;
- Tratamento/Destino final/Disposição Final: Indicar as alternativas de tratamento/destinação final/disposição final adotadas para cada tipo de resíduo;
- Deverão ainda ser anexadas cópias de todas as autorizações ambientais de destinação de resíduos sólidos emitidas por este órgão ao longo da licença de operação vigente do empreendimento. Também deverão ser anexadas cópias de todos os Manifestos de Transporte de Resíduos – MTR e Certificados de Disposição Final – CDF, emitidos pela plataforma SINIR.

5 PROPOSTA DO PGRS

O planejamento das atividades de gerenciamento e manejo dos resíduos deverá ser desenvolvido tendo por base o diagnóstico da situação atual do gerenciamento dos resíduos sólidos, como também as legislações vigentes, tais como, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Resoluções e Decretos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA e do Instituto Água e Terra, leis e decretos estaduais pertinentes ao gerenciamento dos resíduos sólidos, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relativas às atividades de gerenciamento de resíduos. Também devem ser verificadas as possibilidades de melhoria, soluções disponíveis no mercado e tecnologias já adotadas para o gerenciamento de resíduos sólidos.

Este planejamento deverá contemplar metas a serem atingidas, proposta de melhoria do sistema atual, contendo a descrição dos procedimentos que estão sendo previstos para a implementação do Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos, abordando os aspectos organizacionais, técnico operacionais e de recursos humanos, segundo as seguintes diretrizes gerais para implementação:

- Descrição das técnicas e procedimentos a serem adotados em cada fase do manejo dos resíduos, relacionados à: segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final, identificando as possibilidades de minimização dos resíduos, através da redução da quantidade e/ou redução de periculosidade e as possibilidades de reaproveitamento e/ou reciclagem dos Resíduos;
- Caracterização, identificação e distribuição dos equipamentos de coleta interna dos resíduos sólidos;
- Descrição dos recursos humanos e das equipes necessários à implantação, operação, monitoramento e implementação do PGRS;
- Descrição dos equipamentos de proteção individual;
- Descrição das ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto e/ou acidentais (procedimentos emergenciais de controle);
- Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação;
- Cronograma físico de implantação, execução e operação das medidas e das ações propostas pelo Plano, de sua revisão e de atualização.

6 ATUALIZAÇÃO DO PGRS

Deverão ser disponibilizadas informações acerca do acompanhamento da evolução do sistema de gerenciamento implantado, através do monitoramento das ações e metas planejadas e proposição de ações corretivas.

Deverão ser elaborados relatórios de avaliação do PGRS, que serão apresentados quando da renovação da licença ambiental, contendo o acompanhamento e avaliação das atividades como meio de aferição das ações planejadas e implementadas.

O empreendimento deverá estabelecer metas progressivas para respeitar a hierarquia prevista no artigo 9º da Lei Federal nº 12.305/2010, isto é, comprovando tecnicamente a inviabilidade da não geração do resíduo, para então buscar a redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

7 ANEXOS

Juntamente com as informações citadas neste anexo, deverão ser anexados ao processo os seguintes itens:

- Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela elaboração do PGRS;
- Registros fotográficos dos locais de acondicionamento e armazenamento temporário dos resíduos;
- Cópia das Autorizações Ambientais de Destinação Final de Resíduos;
- Cópia dos Manifestos de Transporte de Resíduos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF;
- Comprovante(s) de treinamento de pessoal e capacitação para segregação de resíduos;
- Cópia das Licenças de Operação vigentes dos empreendimentos envolvidos no gerenciamento dos resíduos sólidos do empreendimento.

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL – PCA

O Projeto de Controle de Poluição Ambiental deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme as diretrizes listadas a seguir.

1 INFORMAÇÕES CADASTRAIS

a) Razão social;
b) Nome Fantasia;
c) CNPJ e Inscrição Estadual;
d) Endereço completo da unidade a ser licenciada;
e) Endereço para correspondência;
f) Nome do responsável legal, telefone;
g) E–mail;
h) Número de funcionários;
i) Período de funcionamento.

2 TIPO (NATUREZA) DO ESTABELECIMENTO

Indicar a tipologia do empreendimento e atividades a serem executadas conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

3 SITUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Indicar a situação atual do empreendimento (empreendimento novo, ampliação e(ou) reforma).

Em caso de ampliação, apresentar o diagnóstico da situação atual do empreendimento indicando as áreas e sistemas que passarão por modificações e melhorias.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Apresentar a caracterização das áreas atuais do empreendimento, bem como das áreas previstas para as ampliações e(ou) reformas contendo no mínimo:

a) Para empreendimentos novos:
i. Área total;
ii. Área a ser construída;
iii. Área livre;
iv. Áreas destinadas a ampliações futuras
v. Área destinada ao sistema de controle de poluição ambiental (central de resíduos sólidos, áreas de armazenamento temporário de resíduos, efluentes, estações de tratamento de efluentes e sistemas de controle de emissões atmosféricas);
b) Zoneamentos de acordo com as diretrizes municipais;
c) Coordenadas em UTM;
d) Tipo e característica do solo considerando o Sistema Brasileiro de Classificação de Solo da Embrapa, em sua versão mais atualizada;
e) Topografia;
f) Recursos Hídricos (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc.);
g) Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
h) Cobertura Vegetal;
i) Acessos (alternativas, condições de tráfego);
j) Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc.).

5 MAPA DE SITUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, COM IMAGEM ATUALIZADA, EM *DATUM* SIRGAS 2000, PROJEÇÃO UTM E CONTENDO, NO MÍNIMO

a) Limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta;
c) Unidades de Conservação e Mananciais nas áreas de influência;
d) Estruturas físicas;
e) Corpos hídricos;
f) Áreas de preservação permanente;
g) Áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
h) Vias de acesso principais;
i) Pontos de referência;
j) Arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

6 CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS

a) Descritivo das obras e intervenções previstas, tais como supressão de vegetação, intervenções em corpos hídricos, movimentação de terra, entre outros;
b) Comprovação de contenções conforme ABNT NBR 9843, impermeabilização do pavimento conforme ABNT NBR 9575 e outras normas aplicáveis para a estrutura do empreendimento.

7 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

a) Descritivo e fluxograma do processo indicando no mínimo:
vi. Todas as operações que compõem os processos ou linhas de produção;
vii. Processos de utilização de água;
viii. Todos os pontos de origem de efluentes líquidos, de emissões gasosas e resíduos sólidos.
b) Principais matérias primas e produtos a serem elaborados, quantitativo previsto e as formas de armazenamento e estocagem;
c) Relação completa dos produtos químicos manuseados em sua atividade e respectivas quantidades estocadas (inclusive em equipamentos de processo);
d) Principais instalações e unidades de apoio, tais como área industrial, pátio de estacionamento de veículos leves, pátio de estacionamento de veículos pesados, utilidades, estações de tratamento de água e efluentes, entre outros.

8 ASPECTOS AMBIENTAIS

a) <u>Recursos hídricos</u>
i. Balanço hídrico previsto de utilização de água indicando no mínimo:
- Fontes de captação de água;
- Vazões utilizadas em cada etapa do processo industrial, consumo humano, higienização de máquinas, equipamentos e instalações, e indicar o período de utilização para cada uso;
- Portarias de Outorga Prévia ou Declaração de Uso Independente de Outorga referente as fontes de captação de água.

ii. Balanço hídrico previsto da geração de efluentes líquidos indicando no mínimo:
- Fontes de geração de efluentes líquidos (sanitário, processo industrial, lavagem de máquinas, equipamentos e instalações, entre outros);

- Vazões previstas de cada fonte identificada;
- Sistema de tratamento previsto, indicando as etapas do tratamento e produtos químicos utilizados;
- Destinação final dos efluentes gerados, indicando o ponto de lançamento do efluente industrial tratado em rede coletiva, se for o caso, e ponto do emissário no corpo hídrico.
- Em caso de reutilização do efluente, apresentar descritivo do quantitativo e qualitativo do efluente tratado necessários para o reuso, bem como pontos de reuso e em caso de lançamento em corpo hídrico, apresentar informações quanto ao ponto de lançamento, indicando se há interligação com o efluente industrial tratado ou se o lançamento do efluente sanitário tratado possui um ponto de lançamento independente.

iii. Drenagem pluvial
- Área impermeabilizada e sistema de drenagem pluvial previsto, indicando as formas de tratamento e destinação final das águas incidentes nas áreas impermeabilizadas.
- Descrição detalhada do sistema de captação, transporte e disposição das águas pluviais incidentes em áreas impermeabilizadas do empreendimento.

b) Resíduos Sólidos:

iv. Estimativa da geração de resíduos sólidos indicando no mínimo: código IBAMA, Resíduos Específico, Origem do resíduo, Quantificação diária estimada, Tratamento e Destinação final;

v. Especificar a área de armazenamento de resíduos não perigosos e perigosos.

c) Emissões atmosféricas e sistemas de controle.

vi. Fontes de geração de emissões atmosféricas e sistemas de tratamento propostos;

vii. Especificar detalhadamente todos os processos geradores de poluição do ar seja através de dutos, chaminés ou emissões fugitivas;

viii. Especificar o período de funcionamento previsto para cada processo, o número e altura das chaminés ou dutos em relação ao nível do solo e os combustíveis a serem utilizados;

ix. Especificar o sistema de tratamento das emissões atmosféricas existentes para cada uma das fontes identificadas, tais como filtros, ciclones, lavadores de gases, etc., com indicação da eficiência de projeto;

x. Apresentar o enquadramento de cada processo e os padrões de emissão e de condicionamento a serem atendidos, bem como a frequência de amostragem de emissões e metodologias de análise e amostragem a serem utilizadas, com as respectivas justificativas, em conformidade com o estabelecido na Resolução SEDEST nº 02/2025.

ANEXO IX
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR

1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR
- Nome do Responsável Legal
- Profissão do Responsável Legal;
- CPF do Responsável Legal;
- Registro junto ao Conselho de Classe;

2 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO
- Razão Social;
- CNPJ;
- Nome Fantasia;
- Endereço;
- Município/UF;
- CEP;
- Telefone;
- Fax;
- E-mail;
- Responsável legal.

3 IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

3.1. Nome do empreendimento

3.2. Modalidade do empreendimento e porte

3.3. Mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *Datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:

a) Limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta;
c) Estruturas físicas;
d) Distância dos corpos hídricos;
e) Áreas de preservação permanente;
f) Áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) Vias de acesso principais;
h) Pontos de referências e áreas de restrição, considerando as disposições desta Instrução Normativa;
i) Arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

3.4. Relatório fotográfico contendo no mínimo 10 fotografias da área do empreendimento, com vários ângulos do terreno e respectiva localização, em planta, com suas respectivas coordenadas geográficas, do local onde foram tiradas (apresentar o sistema de projeção das coordenadas geográficas).

3.5. Informação relativa ao histórico de uso do imóvel com enfoque na identificação de atividades potencialmente geradoras de áreas contaminadas.

4 IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS DECORRENTES DO EMPREENDIMENTO

4.1. MATÉRIAS–PRIMAS

Apresentar listagem preliminar das classes de produtos conforme estabelecido na Portaria IBAMA nº 84/1996, bem, como sua aplicabilidade (herbicida, inseticida, fungicida, acaricida, etc.) e quantidades máximas estáticas.

4.2. EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
- Projeção de impactos relacionados à qualidade do ar, com descritivo das possíveis fontes geradoras e suas características de funcionamento (potência nominal, horas de funcionamento, localização prevista, etc.)

4.3. GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- Previsão de geração de resíduos sólidos, informando, minimamente:
  - Código IBAMA;
  - Resíduo Específico;
  - Local de Geração;
  - Quantidade gerada por dia;
  - Local de acondicionamento;
  - Tratamento (Se houver);
  - Destinação e programa de logística reversa;

4.4. IMPACTO NO TERRENO
- Projeto básico de terraplenagem, se houver movimentação de solo;
- Layout preliminar do empreendimento, inclusive com disponibilização de informações dos arquivos vetoriais;
- Informações referentes à topografia do local de implantação do empreendimento;
- Alterações paisagísticas gerais do empreendimento.

4.5. IMPACTO EM CURSOS HÍDRICOS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- Informação a respeito de captação de água subterrânea ou superficial, com vazão estimada e a respectiva outorga prévia ou declaração de uso independente;
- Informação a respeito de lançamento de efluente em corpos hídricos, com vazão estimada e respectiva outorga prévia ou declaração de uso independente;
- Citar possíveis fontes de contaminação ou alteração da qualidade da água resultante do processo do empreendimento.

4.6. IMPACTO EM FLORA E FAUNA

- Laudo Florestal para caracterização de flora conforme Resolução CONAMA nº 02/1994 para o Bioma Mata Atlântica. Se for área localizada em Bioma Cerrado, apresentar caracterização da vegetação existente;
- Se necessitar de supressão vegetal, apresentar estimativa de volume de lenha, torete e tora (em m³), além da caracterização quanto a presença de espécies ameaçadas de acordo com a Lista Vermelha do Instituto Água e Terra e do Ministério do Meio Ambiente;
- Levantamento de fauna em conformidade à Portaria IAT nº 012/2024 ou outra que vier substituí-la.

4.7. IMPACTO NA GERAÇÃO DE RUÍDO

- Levantamento preliminar dos impactos à poluição sonora, informando as principais fontes de emissão e fontes receptoras.

4.8. IMPACTO SOCIOECONÔMICO

Estudos do meio socioeconômico da região onde o lote encontra–se localizado, abrangendo os seguintes pontos de vistas e seus respectivos conteúdos:

- Condições sociais e econômicas da população;
- Principais atividades econômicas;
- Saneamento básico;
- Equipamentos urbanos;
- Sistema viário e de transporte;
- Uso e ocupação do solo no entorno.

5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Elaboração de matriz de Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais, contemplando os seguintes parâmetros:

- Fonte geradora;
- Severidade;
- Probabilidade;
- Frequência;
- Tipologia da interferência;
- Temporalidade da interferência;
- Abrangência
- Legislação pertinente a cada aspecto;
- Medidas de controle de danos e compensação do impacto.

A probabilidade de ocorrência de eventos deve levar em conta dados estatísticos ou, na ausência destes, conhecimento técnico de profissionais especializados no assunto, de forma que o Relatório Ambiental Preliminar deve ser realizado por equipe multidisciplinar.

Qualquer impacto que prospecte óbito de qualquer espécie animal deverá ser considerado “catastrófico” ou a nomenclatura que identifique a maior severidade.

6 CONCLUSÕES

Apresentar as conclusões do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), com base nos resultados obtidos na avaliação dos impactos ambientais, devendo esclarecer, sob o aspecto ambiental, a viabilidade ou não do empreendimento.

7 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados, junto aos respectivos conselhos de classe.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso, segundo as normas de publicação de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

ANEXO X
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL – PCPA

1 OBJETIVO

O Plano de Controle de Poluição Ambiental – PCPA deverá apresentar os detalhamentos e programas de controle ambiental considerando a análise preliminar apresentada no Relatório Ambiental Preliminar.

2 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

- Nome do Responsável Legal
- Profissão do Responsável Legal;
- CPF do Responsável Legal;
- Registro junto ao Conselho de Classe.

3 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

- Razão Social;
- CNPJ;
- Nome Fantasia;
- Endereço;
- Município/UF;
- CEP;
- Telefone;
- Fax;
- E-mail;
- Responsável legal.

4 PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS

Apresentar os projetos, programas e planos para mitigar e/ou compensar o impacto ambiental, conforme levantamento preliminar do RAP. São documentos pertinentes, se cabíveis ao licenciamento:

- Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas;
- Programa de Automonitoramento de Ruído;
- Projetos de Terraplenagem;
- Planos de Compensação Florestal;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
- Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas;
- Programa de Monitoramento de Corpos Hídricos, no caso do lançamento de efluentes;

- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (incluindo resíduos da construção civil);
- Projetos de Drenagem de Águas Pluviais;
- Projetos de Estação de Tratamento de Efluentes, se houver;

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS
6 CONCLUSÕES
7 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
8 REFERÊNCIAS DE LITERATURA

ANEXO XI
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DA NECESSIDADE DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1 MAPEAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS

O levantamento das substâncias químicas deverá ser realizado com base na Ficha de Dados de Segurança (FDS), elaborada em conformidade com a ABNT NBR 14725. Esta atualização alterou a formatação da antiga Ficha de Dados de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e deve ser informada pelos fabricantes do produto, sempre em língua portuguesa (brasileira) e atendendo aos requerimentos mínimos dos 16 itens explanados no anexo da norma.

Para análise do PGR e/ou avaliação técnica quanto a dispensa de apresentação do mesmo ao IAT, é fundamental o levantamento das informações presentes nas seções 2, 3, 7, 9, 10 e 14, cujos detalhes são apresentados abaixo:

Tabela 1 – Fatores de relevância para análise da FISPQ

Seção	Itens de Observação
2 – Identificação de Perigos	Avaliar os pictogramas e as frases de perigo que estão vinculadas ao produto
3 – Composição e informação sobre os ingredientes	Identificação do produto Número do CAS Concentração da substância
7 – Manuseio e Armazenamento	Itens referentes às condições que devem ser evitadas, especialmente quanto à incompatibilidade química
9 – Propriedades Físicas e Químicas	Estado físico Densidade Ponto de Fulgor Limites de explosividade Temperatura de autoignição
10 – Estabilidade e Reatividade	Verificação das condições que possam interferir no armazenamento
14 – Informações sobre Transporte	Número da ONU

2 LEVANTAMENTO DA QUANTIDADE MÁXIMA ESTOCADA

A despeito da sazonalidade que, em geral, interfere na logística de armazéns e na variação da quantidade estocada, todo levantamento de risco deve considerar o pior cenário existente, isto é, a estimativa de armazenamento de cada componente deve projetar a quantidade máxima do armazém, tomando por base a estrutura física disponível (volume do silo ou tanques para produtos a granel), a quantidade máxima de bombonas ou embalagens certificadas empilháveis dentro da unidade de armazenamento e/ou quantidades estocadas em equipamentos de processo como, por exemplo, o resfriamento utilizando amônia (NH_3) como fluido refrigerante.

Define–se como "unidade de armazenamento" a edificação ou setor do empreendimento que abriga os produtos químicos, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 – Exemplo de croqui orientativo
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

Diante do exemplo acima, verifica–se a existência de 3(três) locais de armazenamento, que possuem clara segregação espacial e diferentes estruturas físicas para estocagem dos materiais. Para estes locais, é necessário informar a estrutura e descrever a capacidade máxima.

Tabela 2 – Exemplo de caracterização dos locais de armazenamento

Local	Capacidade Máxima Estática	Situação Hipotética	Estrutura
Barracão de armazenamento de bombonas	50 bombonas de 200 litros	Até 50 bombonas de Orthene Até 50 bombonas de Round–Up Até 50 bombonas de Ativum Diversificação de produtos, totalizando 50 bombonas no máximo	Porta paletes
Tanques de combustíveis	2 tanques de 15 m³, totalizando 30 m³	15 m³ de etanol 15 m³ de diesel	Tanques aéreos horizontais metálicos, em formato cilíndrico
Silos Verticais	2 silos de 20 m³, totalizando 40 m³	20 m³ de Nitrato de Amônio 20 m³ de Cal Virgem Empreendimento pode optar por escolher armazenar outro produto	Silos metálicos verticais, em formato cilíndrico

3 VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS MASSAS DE REFERÊNCIA

Em face ao levantamento de produtos armazenados e seus componentes, é necessário correlacionar com a quantidade máxima estática possível estabelecida no Anexo I da Portaria IAP nº 159, de 10 de agosto de 2015, ou outra que venha a substituí-la.

Na tabela 3 é apresentado um exemplo de levantamento do quantitativo de produtos armazenados, cujo resultado de análise demanda a elaboração do PGR em virtude da ultrapassagem da massa de referência de 2 produtos. Reitera–se que o levantamento de riscos que pautam a Portaria IAP nº 159, de 2015, devem estar vinculados ao(s) produto(s) que ultrapassam a massa de referência, analisando as etapas de armazenamento, operação padrão e cenários emergenciais relacionados a este(s) produto(s).

Tabela 3 – Exemplo de avaliação de enquadramento na Portaria IAP nº 159/2015

Local de armazenamento	Produto Comercial	Componentes	Concentração	CAS	Nº ONU	Enquadramento	Volume Máximo (m³)	Valor de Comparação (Total Armazenado x Concentração do Produto)	Massa de Referência	Exige PGR
Barracão de armazenamento de bombonas	Orthene (NOTA 1)	O,S–Dimetilacetilfosforamidotioatoa	75%	030560–19–1	N.A.	Não consta no Anexo I	50 x 0,2 = 10	10 x 75% = 7,5(NOTA 4)	Não existente	Não

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

		midothioate								
		Silicato Hidratado de Alumínio	22,55%	1332–58–7	N.A.	Não consta no Anexo I	50 x 0,2 = 10	10 x 22,55% = 2,255(NOTA 4)	Não existente	Não
Barracão de armazenamento de bombonas	Round – Up(NOTA 1)	Glifosato	36%	1071–83–6	N.A.	Não consta no Anexo I	50 x 0,2 = 10	10 x 36% = 3,6(NOTA 4)	Não existente	Não
Barracão de armazenamento de bombonas	Ativum (NOTA 1)	Epoxiconazol	5%	133855–98–8	N.A.	Não consta no Anexo I	50 x 0,2 = 10	10 x 5% = 0,5(NOTA 4)	Não existente	Não
		Fluxapiroxade	5%	907204–31–3	N.A.	Não consta no Anexo I	50 x 0,2 = 10	10 x 5% = 0,5(NOTA 4)	Não existente	Não
		Piraclostrobina	7,7	175013–18–0	N.A.	Não consta no Anexo I	50 x 0,2 = 10	10 x 7,7% = 0,77 (NOTA 4)	Não existente	Não
Silos Verticais	Cal Virgem	Óxido de Cálcio	100%	1305–78–8	N.A.	Não consta no Anexo I	20 m³	20 x 100% = 20(NOTA 4)	Não existente	Não
	Nitrato de Amônio	Nitrato de Amônio	100%	6484–52–2	0222	Explosivo	Densidade de 1,72 g/cm³ e 20 m³ de volume(NOTA 3)	1,72 g/cm³ x 20.000.000 cm³ = 34.000 kg	50 kg	Sim
Tanques de Combustível	Etanol	Etanol	100%	64–17–5	1170	Tóxico Inflamável(NOTA 2)	Densidade de 0,789 g/cm³ e 15 m³ de volume(NOTA 3)	0,789 g/cm³ x 15.000.000 cm³ = 11.835 kg	25.000 kg	Não
	Diesel	Diesel	100%	68334–30–5	1203	Inflamável	Densidade de 0,85 g/cm³ e 15 m³ de volume(NOTA 3)	0,85 g/cm³ x 15.000.000 cm³ = 12.750 kg	10.000 kg	Sim

NOTA 1: Nomes comerciais dos produtos. Utilizados aleatoriamente, apenas como fonte de dados para exemplificar uma análise em um cenário hipotético;
NOTA 2: Produtos que possam estar contemplados em mais de um enquadramento (tóxico, inflamável ou explosivo), devem ser avaliados em ambos os casos;
NOTA 3: Para produtos que estejam em sua forma líquida, deverá ser realizada a conversão para quilograma (kg) utilizando a densidade informada na respectiva Ficha de Dados de Segurança;
NOTA 4: Por não possuir massa de referência, não houve necessidade de conversão da quantidade de m³ para kg.

4 AVALIAÇÃO DE RISCO

No exemplo apresentado, observa-se que somente os produtos “nitrato de amônio” e “óleo diesel” ultrapassaram a massa de referência e que, portanto, toda a avaliação de risco exigida na Portaria IAP nº 159, de 2015, vincula-se as probabilidades acidentais que resultem em eventos (vazamentos, explosões, etc.), com consequências (óbito, contaminação de cursos hídricos, contaminação de ar, etc.) e severidades (magnitude) restritas a estes produtos.

Neste caso, será exigido, nas etapas de licenciamento, a proposta referente ao Plano de Gerenciamento de Riscos, se aplicável e, em casos de renovações, a devida auditoria do plano.

5 DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES MÍNIMAS NECESSÁRIAS A SEREM APRESENTADAS JUNTO AOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Conforme Inciso I do Art. 3º da Portaria IAP nº 159, de 2015, para a obtenção da Licença Prévia os empreendimentos deverão fornecer a relação de produtos químicos manuseados em suas atividades e respectivas FDS ou FISPQ’s.

Quando do requerimento de Licença Prévia, os empreendimentos que se consideram dispensados de apresentar o Plano de Gerenciamento de Riscos conforme previsto no Art. 2º da Portaria IAP nº 159, de 2015, deverão apresentar ao Instituto Água e Terra a relação dos produtos químicos armazenados, bem como previsão da área de armazenamento em conformidade com as tabelas exemplificadas nesta Instrução Técnica.

Ressalta–se que a presente instrução técnica trata exclusivamente da necessidade de apresentação do Programa de Gerenciamento de Riscos ao Instituto Água e Terra conforme estabelecido na Portaria IAP nº 159, de 2015.

Independentemente do atendimento à Portaria IAP nº 159, de 2015, o empreendimento deverá atender às demais exigências de outros órgãos e entidades como Corpo de Bombeiros, Exército, Polícia Federal, Vigilância Sanitária, Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal, entre outros.

6 ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

A avaliação de risco referente ao item 4, exigida quando ocorre a ultrapassagem das massas de referência, deve ser realizada por profissional legalmente habilitado (Engenheiro de Segurança do Trabalho, com qualquer outra formação e/ou Engenheiro Químico) e apresentada ao Órgão Ambiental acompanhada das assinaturas do profissional responsável pela avaliação e do representante legal do empreendimento.

7 FLUXO ORIENTATIVO PARA A NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DOCUMENTAL
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMBARGO

A [*razão social*], empresa de direito [*público/privado*] vinculada ao CNPJ nº [*número do CNPJ*], situada a Rua [*endereço completo*] atesta, para os devidos fins de licenciamento [*inserir a modalidade de licença e etapa*] que não possui nenhum embargo junto ao Ministério do Trabalho, IBAMA, Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Instituto Água e Terra, Defesa Civil, Prefeitura ou qualquer outra entidade/órgão público que tenha autonomia para tal, de modo que não vê óbices neste aspecto para a continuidade do licenciamento em questão.
Sem mais,
[*Cidade*], dia [*XX*] de [*mês*] de 20__

_____
Nome e Assinatura Resp. Legal

ANEXO XIII
DESCRITIVO DE MEDIÇÃO DAS DISTÂNCIAS DE REUNIÃO DE PÚBLICO
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

FIGURA 2 – Desenho orientativo para verificação das distâncias em imóveis geminados e outros estabelecimentos, para o porte micro
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

FIGURA 3 – Desenho orientativo para verificação das distâncias dos empreendimentos de porte pequeno, médio, grande e excepcional aos locais de reunião de público.
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

FIGURA 4 – Desenho orientativo em layout **inviável** ao licenciamento em razão da existência de edificações geminadas à edificação armazenadora, a despeito do atendimento da distância para locais de reunião de público.
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

FIGURA 5 – Desenho orientativo em layout **inviável** ao licenciamento em razão do não cumprimento da distância mínima em relação aos locais de reunião de público.
(Consultar Anexo da Instrução Normativa – Imagem não é aprovada no DIOE)

ANEXO XIV
MODELO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS

Este modelo de Plano de Atendimento a Emergência - PAE tem suas diretrizes embasadas na ABNT NBR 15219/2020 e NPT CBPM-PR nº 016/2014. A exigência do PAE pode ser determinada pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, com base no Código de Segurança contra Incêndio e Pânico – CSCIP, mas é obrigação de todos os empreendimentos que demandem a elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos previsto na Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme explícito no item 1.5.6 e subitens 1.5.6.1 e 1.5.6.2.
Deste modo, não compete ao Instituto Água e Terra a avaliação técnica do documento, mas constar em licenciamento a existência, devidamente formalizada, de mecanismos para neutralização de fontes de poluição ambiental decorrentes de eventos súbitos, tais como: vazamentos, explosões, incêndios, etc.
Caberá ao empreendimento se responsabilizar pelas informações prestadas, bem como revisar seus documentos e informações condizentes àquilo exigido pela legislação trabalhista e pelo CBPM-PR.
Este Termo de Referência tem sua função de orientar na estruturação de um documento em conformidade às normas citadas anteriormente e não deverá ser empecilho à concessão da licença ambiental

1. INTRODUÇÃO
   Definição do escopo do plano e abrangência
2. IDENTIFICAÇÃO
   Identificação do empreendimento e dos responsáveis
3. LEGISLAÇÃO APLICADA
   Legislação aplicada para a elaboração do plano de emergência, correlacionando normas nacionais e internacionais
4. TELEFONES ÚTEIS
   Telefones de órgãos públicos, serviços de emergência, concessionárias de rodovias, responsável do empreendimento
5. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
   Tipologia das atividades desenvolvidas no local, hospitais nas proximidades, caracterização do entorno (comunidades, vegetação, corpos hídricos)
6. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS GERAL E POR ÁREA
   Características dos setores e das atividades, número de pessoas capacitadas para executar as medidas de emergência, considerando a necessidade de brigadistas, estruturas de combate (sprinklers, extintores, hidrantes, kits de emergência, etc.)
7. REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ESTRUTURAS
   Fotografias das estruturas e suas localizações.
8. CARGA DE INCÊNDIO
   Carga de incêndio conforme projeto técnico da estrutura
9. PROCEDIMENTOS
   Procedimentos para cada etapa de ocorrência de uma situação emergencial, considerando as atividades executadas e a capacitação dos profissionais existentes.
   a. ACIDENTE
   b. RECONHECIMENTO DA SITUAÇÃO
   c. ABANDONO DE ÁREA
   d. ISOLAMENTO
   e. ACIONAMENTO DE APOIO EXTERNO
   f. PRIMEIROS SOCORROS
   g. ELIMINAÇÃO DOS RISCOS EXISTENTES
   h. ANÁLISE DE RISCO DO EMPREENDIMENTO
   i. CONFINAMENTO E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
   j. INVESTIGAÇÃO E RETOMADA DAS ATIVIDADES APÓS A OCORRÊNCIA
   k. FLUXOGRAMA DO PLANO DE EMERGÊNCIA
   l. HIPÓTESES ACIDENTAIS
   m. ANEXOS

ANEXO XV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Declaro, para os devidos fins, que a empresa de direito [*público/privado*] vinculada ao CNPJ nº [*número do CNPJ*], situada a Rua [*endereço completo*], município de [*nome do município*] possui vínculo contratual com o profissional [*nome do profissional*], [*formação*], [*nº conselho*] para exercer as atividades de responsabilidade técnica nas unidades:

i. [*nome ou localização da unidade*], CNPJ nº [*número do CNPJ*];
ii. [*nome ou localização da unidade*], CNPJ nº [*número do CNPJ*];
iii. [*nome ou localização da unidade*], CNPJ nº [*número do CNPJ*];
iv. [*nome ou localização da unidade*], CNPJ nº [*número do CNPJ*];
v. (...)

Este profissional é responsável pela operação e execução das seguintes atividades, que estão sob contrato formal [*se do interesse, vincular o número do contrato*] com a devida assinatura das partes:
[*Listar o rol de atividades exercidas*]

85984/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para a compensação de Reserva Legal nas modalidades de Servidão Ambiental, Cadastramento de Área Equivalente, e doação de área no interior de Unidade de Conservação Estadual.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o art. 225 e 207 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, que dispõem que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e é direito das presentes e futuras gerações;
Considerando a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
Considerando a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, instituindo o novo código florestal, e que no § 5º, do art. 66, estabelece a compensação de Reserva Legal, mediante arrendamento de área sob regime de servidão ambiental, doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, ou cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal;
Considerando a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
Considerando a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e regulamenta em seu artigo 21, a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN;
Considerando o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, o Cadastro Ambiental Rural - CAR e estabelece normas gerais sobre o Programa de Regularização Ambiental PRA;
Considerando o Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013, que institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná;
Considerando o inciso II, do art. 16, do Decreto Federal nº 8.235, de 05 de maio de 2014, que estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados;
Considerando a Lei Estadual nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, que institui o Programa de Regularização Ambiental no Estado do Paraná.
Considerando o Decreto Estadual nº 11.515, de 29 de outubro de 2018, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 18.295, de 10 de novembro de 2014.
Considerando o Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que "Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário".
Considerando o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o SICAR, CAR e PRA, e que determina em seu Art. 6º, § 3º que as informações do CAR serão atualizadas periodicamente ou sempre que houver alteração de natureza dominial ou possessória;
Considerando a Resolução CONAMA nº 2, de 18 de março de 1994, que define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná;
Considerando a Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º § 1º da Lei Federal nº 11.428, de 2006;
Considerando a Resolução CONAMA nº 417, de 23 de novembro de 2009, que dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de restinga da Mata Atlântica e dá outras providências;
Considerando a Resolução CONAMA nº 447, de 30 de dezembro de 2011, que aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado do Paraná, de acordo com a Resolução CONAMA nº 417, de 2009;
Considerando a Resolução CONAMA nº 423, de 12 de abril de 2010, que dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude, associados ou abrangidos pela Mata Atlântica;

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer, para o Estado do Paraná, os procedimentos e critérios técnicos para a compensação de Reserva Legal para as seguintes alternativas:
I - arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;
II - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;
III - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Considera-se para efeitos desta Instrução Normativa:
I - Áreas estratégicas e prioritárias para a conservação da biodiversidade: áreas cujos remanescentes florestais nativos ou outros atributos físicos ou biológicos determinem fragilidade ambiental. São consideradas de relevância, sendo sua conservação necessária para a garantia da manutenção da biodiversidade no Paraná, assim definida em legislação específica, especialmente as inseridas em Unidades de Conservação de qualquer ente público.
II - Áreas estratégicas e prioritárias para a recuperação da biodiversidade: são aquelas essenciais para a manutenção dos fluxos biológicos, para a formação de corredores ecológicos e manutenção da estabilidade física do ambiente, assim definida em legislação específica.
III - Arrendamento de área: o contrato pela qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo do imóvel rural, ou parte do mesmo, pelo regime de servidão ambiental.
IV - Cadastramento de área equivalente: é uma modalidade de compensação de Reserva Legal em que o proprietário utiliza excedente de Reserva Legal de outro imóvel rural de sua titularidade, ou de excedente adquirido de imóvel de terceiro, conforme definido no inciso IV § 5º, art. 66 da Lei nº 12.651/2012.
V - Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação - UC: consiste na doação de áreas situadas no interior de Unidades de Conservação de domínio público, pendentes de regularização fundiária, ao órgão ambiental competente, para fins de averbá-la como Reserva Legal de imóvel situado fora dos limites da unidade de conservação regularizando assim o seu passivo ambiental, nos termos do inciso III, § 5º, art. 66 da Lei nº 12.651/2012 .
VI - Imóvel cedente: é o imóvel rural que possui remanescente de vegetação nativa excedente ao percentual mínimo exigido em Lei para Reserva Legal.
VII - Imóvel receptor: aquele que não possui vegetação suficiente para compor o mínimo exigido em Lei para Reserva Legal.
VIII - Propriedade: é o direito real do proprietário, pessoa física ou jurídica, de usar, gozar e dispor do bem imóvel, bem como reivindicá-lo de quem injustamente o detenha, nos termos do art. 1.228 do Código Civil.
IX- Recomposição ou recuperação: restituição de ecossistema ou de comunidade biológica nativa degradada ou alterada à condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.
X - Regeneração natural da vegetação - processo pelo qual espécies nativas se estabelecem em área alterada ou degradada a ser recuperada ou em recuperação, sem que este processo tenha ocorrido deliberadamente por meio de intervenção humana.
XI - Reserva Legal - RL: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 da Lei nº 12.651/2012 , com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
XII - Servidão Ambiental: instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente no qual ocorre a renúncia voluntária do proprietário rural ao direito de uso, exploração ou supressão dos recursos naturais existentes em sua propriedade.
XIII - SICAR: Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural, sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais criado pelo Decreto federal 7.830/2012.

Continua

XIV - Unidade de Conservação - UC: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
XV – **Vegetação primária**: toda comunidade vegetal, de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos antrópicos mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécie, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA 02/1994.
XVI – **Vegetação secundária**: formação vegetal que surge após a supressão total ou parcial da vegetação original, seja por causas naturais ou por ações antrópicas, como resultado de processos de sucessão natural e ocupa o espaço que antes era da vegetação primária.

Art. 3º A compensação do déficit de Reserva Legal deverá ser feita preferencialmente na mesma formação fitogeográfica do imóvel receptor.

Art. 4º A aprovação definitiva da compensação de Reserva Legal, integral ou complementar à área existente, a fim de atingir a área mínima de Reserva Legal exigida pela Lei Federal nº 12.651/2012, por quaisquer das formas definidas na legislação, estará condicionada, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
I - Ter o CAR analisado e validado até a etapa de regularidade ambiental, tanto do imóvel receptor como do imóvel cedente;
II - Todas as áreas no interior do imóvel receptor cobertas com vegetação nativa ou em regeneração, sejam incluídas na Reserva Legal até o limite de 20% da área do imóvel;
III - Os imóveis não tenham passivo ambiental, nos termos do Art. 30 do Decreto 11.515/2018.

§ 1º Não será exigido o CAR analisado e validado para o imóvel cedente que estiver localizado no interior de Unidade de Conservação de Domínio Público.

§ 2º No caso do Inciso II, não serão consideradas as áreas de preservação permanente - APP, exceto nos casos previstos pela Lei 12.651/2012, se o proprietário assim o declarar no CAR.

Art. 5º É vedada a alteração da destinação da área, para os casos de compensação de Reserva Legal previstos nesta Instrução Normativa, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

Art. 6º A área cedida a título de compensação de Reserva Legal seguirá o regime de proteção da Reserva Legal previsto no art. 17 da Lei Federal nº 12.651/2012 e neste regulamento.

§ 1º No caso de desmatamento ou degradação da área cedida por meio de compensação de Reserva Legal, o proprietário do imóvel rural cedente deverá oficializar o Instituto Água e Terra e promover a sua recomposição, em prazo a ser estabelecido pelo Instituto Água e Terra.

§ 2º Verificada a infração ambiental decorrente do desmatamento, solidariamente o adquirente e o proprietário rural do imóvel cedente estarão sujeitos às sanções e infrações administrativas ambientais previstas no art. 51 do Decreto Federal 6.514/2008.

§ 3º A área de Reserva Legal com excedente compensado, em nenhuma hipótese poderá ter sua destinação alterada.

Art. 7º Caso não seja aprovada a compensação de Reserva Legal na forma proposta pelo interessado, após análise dos técnicos no ambiente SICAR, poderá apresentar nova proposta, no prazo fixado na notificação, gerada pelo SICAR.

Parágrafo único. Indeferida a segunda proposta, o proprietário será obrigado a instituir a Reserva Legal por meio de recomposição de áreas no próprio imóvel.

Art. 8º Entende-se como concluído o procedimento da compensação realizada no SICAR, após análise e aprovação por este instituto, formalizada através da averbação na matrícula dos imóveis.

CAPÍTULO II
DA COMPENSAÇÃO POR SERVIDÃO AMBIENTAL

Art. 9º O proprietário de imóvel rural, pessoa física ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante o Instituto Água e Terra, limitar o uso de parte de sua propriedade para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental, na forma da Lei Federal nº 12.651/2012, e da Lei Federal nº 6.938/1981.

§ 1º Para fins de compensação da Reserva Legal, a servidão ambiental poderá incidir sobre áreas em recuperação, com PRAD aprovado pelo Instituto Água e Terra, conforme a portaria IAT 170/20, ou a que vier a substituí-la.

§ 2º A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente - APP e à Reserva Legal mínima exigida.

§ 3º A área de Reserva Legal, com vegetação nativa e excedente ao mínimo exigido, poderá ser utilizada como servidão ambiental.

§ 4º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

§ 5º É vedada a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

§ 6º As áreas que tenham sido instituídas na forma de servidão florestal, nos termos do Art. 44-A da Lei Federal nº 4.771/1965, passam a ser consideradas, pelo efeito desta Lei, como de servidão ambiental.

§ 7º Para os efeitos de compensação de Reserva Legal instituídas por esta Instrução Normativa, apenas serão aceitas propostas de Servidão Ambiental Temporária com área cedente de vegetação primária, atestada por laudo técnico acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

§ 8º A compensação poderá ser computada no interior de RPPN, desde que a área de servidão não se sobreponha à Reserva Legal do próprio imóvel e a RPPN mantenha seu regime de proteção.

Art. 10. O instrumento que instituirá a servidão ambiental terá, no mínimo, os seguintes itens:
I - Memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo, pelo menos, um ponto de amarração georreferenciado;
II - Objeto da servidão ambiental;
III - Direitos e deveres das partes envolvidas;
IV - Prazo da servidão.

Art. 11. A servidão ambiental, poderá ser onerosa ou gratuita.

§ 1º A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, definida no art. 21 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 2º O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferí-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenham a conservação ambiental como fim social.

Art. 12. O proprietário que apresentar proposta de compensação ambiental por instrumento público, na modalidade de servidão ambiental, deverá submetê-la ao Instituto Água e Terra no ambiente SICAR.

Art. 13. A área proposta para compensação de reserva legal pelo proprietário do imóvel cedente, deve estar livre de quaisquer compromissos anteriores, relativos a quaisquer outras modalidades de compensação previstas na legislação.

Art. 14. O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel e deve conter, os requisitos exigidos no art. 9-C da Lei federal 6.938/81.

Art. 15. São deveres do proprietário do imóvel cedente, entre outras obrigações estipuladas no contrato:
I - Manter a área sob servidão ambiental;
II - Permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo detentor da servidão ambiental;
III - Defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.

Art. 16. São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato:
I - Monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida;
II - Prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade;
III - Determinar a previsão legal para garantir o seu cumprimento, inclusive medidas judiciais necessárias, em caso de descumprimento;
IV - Para os casos previstos no § 7º do art. 9º da presente Instrução Normativa, deverá estabelecer o prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.

CAPÍTULO III
DA COMPENSAÇÃO POR CADASTRAMENTO DE ÁREA

Art. 17. O proprietário de imóvel rural, pessoa natural ou jurídica, que desejar cadastrar imóvel de mesma titularidade ou área com vegetação nativa adquirida de terceiros, a fim de compensar o déficit de Reserva Legal em sua propriedade, na forma da Lei Federal nº 12.651/2012, e da Lei Federal nº 6.938/1981, poderá fazê-lo diretamente no SICAR, de acordo com o caput do art. 66 da Lei Federal 12.651/2012.
I - Será admitida a compensação de Reserva Legal por cadastramento de outra área equivalente em extensão, excedente à Reserva Legal em imóvel de mesma titularidade ou de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em recuperação/recomposição ou regeneração;
II - Para fins de compensação da Reserva Legal, o cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, poderá incidir sobre áreas com vegetação nativa em recuperação/recomposição, segundo os parâmetros da Portaria IAT n° 170/20 ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo único. A aprovação definitiva da compensação se dará na conferência das averbações nas matrículas dos imóveis envolvidos em consonância com as análises aprovada destes imóveis.

CAPÍTULO IV
DA COMPENSAÇÃO EM ÁREA LOCALIZADA NO INTERIOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL

Seção I
Do Imóvel Cedente

Art. 18. A doação de imóvel, localizado no interior de Unidade de Conservação Estadual de domínio público, pendente de regularização fundiária, poderá ser realizada por parte da pessoa física ou pessoa jurídica ao Instituto Água e Terra.

Art. 19. Poderão ser admitidos os imóveis que estejam localizados total ou parcialmente, nos limites internos da UC de domínio público pendente de regularização fundiária.

§ 1º Em caso de imóveis parcialmente inseridos nos limites da UC, o IAT se manifestará sobre a possibilidade de aceitar a doação da parte que esteja fora dos limites da Unidade, para fins de ampliação da mesma.

§ 2º Para os imóveis cuja doação será feita apenas da parte que estiver dentro da Unidade de Conservação, esta parte deverá ser desmembrada do restante do imóvel que estiver fora da Unidade.

§ 3º No caso da área remanescente do imóvel, parcialmente inserido na Unidade de Conservação, ser menor que a fração mínima de parcelamento, o imóvel, então, deve ser considerado na sua totalidade.

Art. 20. Poderão ser aceitos, mediante análise e aprovação pelo IAT, a habilitação como imóveis cedentes, os limítrofes a Unidades de Conservação estaduais, previsto no Artigo 41 da Lei Estadual nº 18.295/2014.

Art. 21. A doação de imóvel localizado no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, garante ao doador a utilização de mesma extensão doada, como excedente de Reserva Legal a ser utilizada para compensação da Reserva Legal entre o(s) imóvel(is) receptor(es) e o imóvel cedente, e desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa e na Portaria IAT nº 404/21 ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo único. O imóvel cedente poderá ser adquirido em regime de condomínio para a compensação de Reserva Legal de mais de um imóvel receptor.

Art. 22. As áreas a serem doadas em compensação, denominadas cedentes, deverão estar inscritas no SICAR e serem certificadas por meio da "Certidão de Habilitação de Imóvel para fins de Compensação de Reserva Legal", a ser emitida pela Diretoria do Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra.

Parágrafo único. O Instituto Água e Terra não expedirá certidão quando for identificada a judicialização envolvendo o imóvel cedente, ou o Estado compor um dos polos da demanda judicial, casos em que deverá aguardar trânsito em julgado.

Art. 23. Para obter a certificação na modalidade cedente através da emissão da Certidão de Habilitação de Imóvel para fins de compensação de Reserva Legal, o proprietário de imóvel no interior de Unidade de Conservação de domínio público, deverá seguir os procedimentos descritos em Portaria IAT nº 404/21 ou a que vier a substituí-la.

Art. 24. Para a emissão da Certidão de Habilitação de Imóvel para fins de compensação de Reserva Legal, o protocolo do imóvel cedente deverá ser instruído com a manifestação das seguintes Diretorias/Gerências:
I - A Diretoria de Gestão Territorial deverá apresentar a manifestação técnica;
II - A Assessoria Técnica Jurídica emitirá a informação recomendativa;
III - A Diretoria do Patrimônio Natural emitirá a certidão de habilitação.

§ 1º A certidão tem por objetivo informar que a área está sobreposta a uma Unidade de Conservação específica, e que o imóvel está apto a participar do processo de compensação de Reserva Legal na condição de cedente.

§ 2º As certidões de habilitação emitidas não implicam reconhecimento do domínio e do direito de propriedade sobre o imóvel certificado, e não eximem o interessado, bem como o seu Responsável Técnico, sobre a responsabilidade pelas informações prestadas.

Art. 25. A compensação de déficit de Reserva Legal na modalidade de compensação em Unidade de Conservação de domínio público deverá ser feita preferencialmente em Unidade de Conservação Estadual.

Parágrafo único. Para a compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação Federais e Municipais deverão ser atendidos os requisitos estabelecidos em normativas próprias do ICMBio e do órgão ambiental Municipal respectivamente, posteriormente analisados e validados pelo órgão ambiental estadual.

Seção II
Do Imóvel Receptor

Art. 26. O imóvel com déficit de Reserva Legal, imóvel receptor, deverá ter o CAR analisado pelo Instituto Água e Terra, no âmbito do SICAR, para poder compensar a Reserva Legal em Unidades de Conservação estaduais.
Parágrafo único. Os processos que forem protocolados sem ter o CAR analisado pelo Instituto Água e Terra terão prioridade na análise, sendo necessário fazer protocolo de requerimento na Diretoria do Patrimônio Natural, a qual solicitará a análise ao setor do CAR.

Art. 27. Após concluída a análise do CAR, o proprietário do imóvel receptor deverá providenciar a doação e registro do imóvel cedente em nome do Instituto Água e Terra, para fins de efetivar a doação, oportunidade em que também deverá ser providenciada a averbação da doação no registro do imóvel receptor e do imóvel cedente.

§ 1º Para as Unidades de Conservação estaduais, após o registro da área em nome do Instituto Água e Terra, o requerente deverá encaminhar ao Instituto Água e Terra a cópia autenticada por Tabelião em meio digital ou em papel, do Registro do Imóvel doado e certidão atualizada do imóvel receptor, comprovando a devida averbação da compensação da Reserva Legal.

§ 2º A averbação nas matrículas dos imóveis envolvidos deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
I - Número das matrículas e do CAR dos imóveis envolvidos (receptor e cedente);
II - Nome da Unidade de Conservação beneficiada;
III - Área total envolvida na transação.

Art. 28. Concluída a doação, o proprietário do imóvel receptor deverá formalizar no SICAR a regularização ambiental do imóvel.

Art. 29. Após a efetivação da compensação da Reserva Legal com a doação da área total do imóvel cedente ao Instituto Água e Terra, este deverá cancelar o registro CAR específico.

Art. 30. O Instituto Água e Terra não arcará com nenhum custo dos processos de compensação de Reserva Legal, ficando por conta dos proprietários envolvidos.

Art. 31. Os documentos necessários para a habilitação à compensação tanto do imóvel cedente, bem como do receptor e os relativos à certidão de habilitação para compensação de Reserva Legal serão regulamentados em portaria específica.
Parágrafo único: Até a publicação da nova portaria referida no *caput*, os documentos estão relacionados nos anexos da presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa IAT nº 01/20, a Instrução Normativa IAT nº 04/20 e demais disposições em contrário.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ANEXOS (PARA A MODALIDADE DE COMPENSAÇÃO DE RL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DE DOMÍNIO PÚBLICO COM PENDÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA)

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE IDENTIFICAM O REQUERENTE

I - quando este for pessoa física:
a) RG e CPF;
b) comprovante de residência;
c) certidão de casamento expedida há no máximo 90 (noventa) dias, se o requerente for casado;
d) declaração de existência de união estável, quando for o caso;
e) autorização do cônjuge ou companheiro para doar bem imóvel que possa vir a integrar o patrimônio comum do casal, se o requerente mantiver vínculo com aquele sob o regime de comunhão de bens;
f) instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o requerente for representado por procurador;

II - quando este for pessoa jurídica de direito privado:
a) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas - CNPJ;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de comprovante de diretoria em exercício;
d) cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de endereço do representante legal;
e) registro comercial, no caso de empresa individual;
f) instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o requerente for representado por procurador;
g) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
h) registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;
i) comprovante de regularidade de tributos federais e ausência de inscrição em dívida ativa da União;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

l) comprovante de regularidade perante a Fazenda Estadual do Paraná;

III - quando este for pessoa jurídica de direito público:
a) lei autorizativa;
b) termo de posse do prefeito municipal, ou de quem seja competente para alienar imóvel pertencente ao patrimônio do requerente;
c) instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o requerente for representado por procurador;
d) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
e) comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
f) comprovante de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

ANEXO II

DOCUMENTOS QUE IDENTIFICAM O IMÓVEL CEDENTE

a) recibo de Inscrição do Imóvel no CAR;
b) apresentação de certidão de inteiro teor comprobatória da existência de cadeia dominial trintenária ininterrupta ou com prazo inferior a trinta anos, quando iniciada por título expedido pelo Poder Público ou oriundo de decisão judicial, transitada em julgado, relativa à titularidade do domínio;
c) planta do imóvel, contendo os limites, em escala compatíveis atendendo à NBR 8196/1999-Desenho Técnico, ou suas posteriores revisões, assinados por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART junto ao seu Conselho de Classe, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e certificado pelo INCRA quando exigido por Lei e legenda compatível com o SICAR. Deve constar na planta, no memorial e na ART o(s) número(s) da(s) matrícula(s) do imóvel;
d) prova de quitação do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR junto ao INCRA, correspondentes aos últimos quatro anos;
e) certidão negativa de débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
f) certidões comprobatórias da inexistência de ônus, gravames e ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias;
g) comprovação da inexistência de débitos perante o INSTITUTO ÁGUA E TERRA.

ANEXO III

CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Rua Engenheiros Rebouças 1206, CEP 80215-100, Curitiba - PR
Telefone 41 3213/3700 - Fax 41 3333-6161

CERTIFICO, conforme disposto no inciso III do § 5º do art. 66 da Lei Federal nº 12.651/2012 que, conforme o Processo nº XXXXXXXXX, o imóvel abaixo caracterizado, está apto a participar do procedimento de compensação de Reserva Legal em unidade de conservação, na condição de cedente.

<table>
<tr><td colspan="4">1. DADOS DO PROCESSO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nº DO PROCESSO:</td><td colspan="2">BIOMA:</td></tr>
<tr><td colspan="4">UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="4">2. DADOS DO INTERESSADO</td></tr>
<tr><td colspan="2">NOME:</td><td colspan="2">CPF:</td></tr>
<tr><td colspan="4">3. DADOS DO IMÓVEL</td></tr>
<tr><td colspan="2">DENOMINAÇÃO:</td><td colspan="2">Nº DO IMÓVEL NOINCRA (CCIR):</td></tr>
<tr><td>MATRÍCULA:</td><td>LIVRO:</td><td>FOLHA:</td><td>COMARCA:</td></tr>
<tr><td colspan="4">Nº DO IMÓVEL NA RECEITA FEDERAL (NIRF):</td></tr>
<tr><td colspan="4">ÁREA DO IMÓVEL (ha):</td></tr>
<tr><td colspan="4">ÁREA PASSÍVEL DE RECEBIMENTOEM DOAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO (ha):</td></tr>
<tr><td colspan="4">4. DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL</td></tr>
<tr><td colspan="4">4.1. CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR ATUALIZADO.</td></tr>
<tr><td colspan="4">4.2. CERTIDÃO COMPROBATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS, GRAVAMES E AÇÕES REAIS E PESSOAIS REIPERSECUTÓRIAS SOBRE O IMÓVEL.</td></tr>
<tr><td colspan="4">4.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IMÓVEL RURAL EMITIDA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.</td></tr>
<tr><td colspan="4">4.4. COMPROVANTE DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PERANTE O INSTITUTO ÁGUA E TERRA.</td></tr>
<tr><td colspan="4">-ESTA CERTIDÃO NÃO IMPLICA EM RECONHECIMENTO DO DOMÍNIO E DO DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE O IMÓVEL CERTIFICADO E NÃO EXIME O INTERESSADO, BEM COMO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.
-A ANÁLISE CONCLUSIVA SOBRE O DOMÍNIO E A PROPRIEDADE DO IMÓVEL PELO INTERESSADO SERÁ REALIZADA NA ETAPA FINAL DO PROCESSO DE DOAÇÃO, SENDO REQUISITO PARA A TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL AO INSTITUTO ÁGUA E TERRA.
-PARA REALIZAR A DOAÇÃO, O IMÓVEL DEVERÁ ESTAR DESOCUPADO, CONFORME CONSTADO EM LAUDO DE VISTORIA DO IMÓVEL, A SER LAVRADO POR EQUIPE TÉCNICA DESTE INSTITUTO.</td></tr>
<tr><td colspan="2">CURITIBA/PR
DATA:___/___/_____</td><td colspan="2">IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</td></tr>
</table>

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE OFERTA DO IMÓVEL PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL

Autorizo(amos) o INSTITUTO ÁGUA E TERRA a divulgação no mercado de terras para fins de venda do meu imóvel como compensação de Reserva Legal, as informações abaixo, em atenção ao disposto no inciso III do § 5º do art. 66 da Lei Federal 12.651/2012.

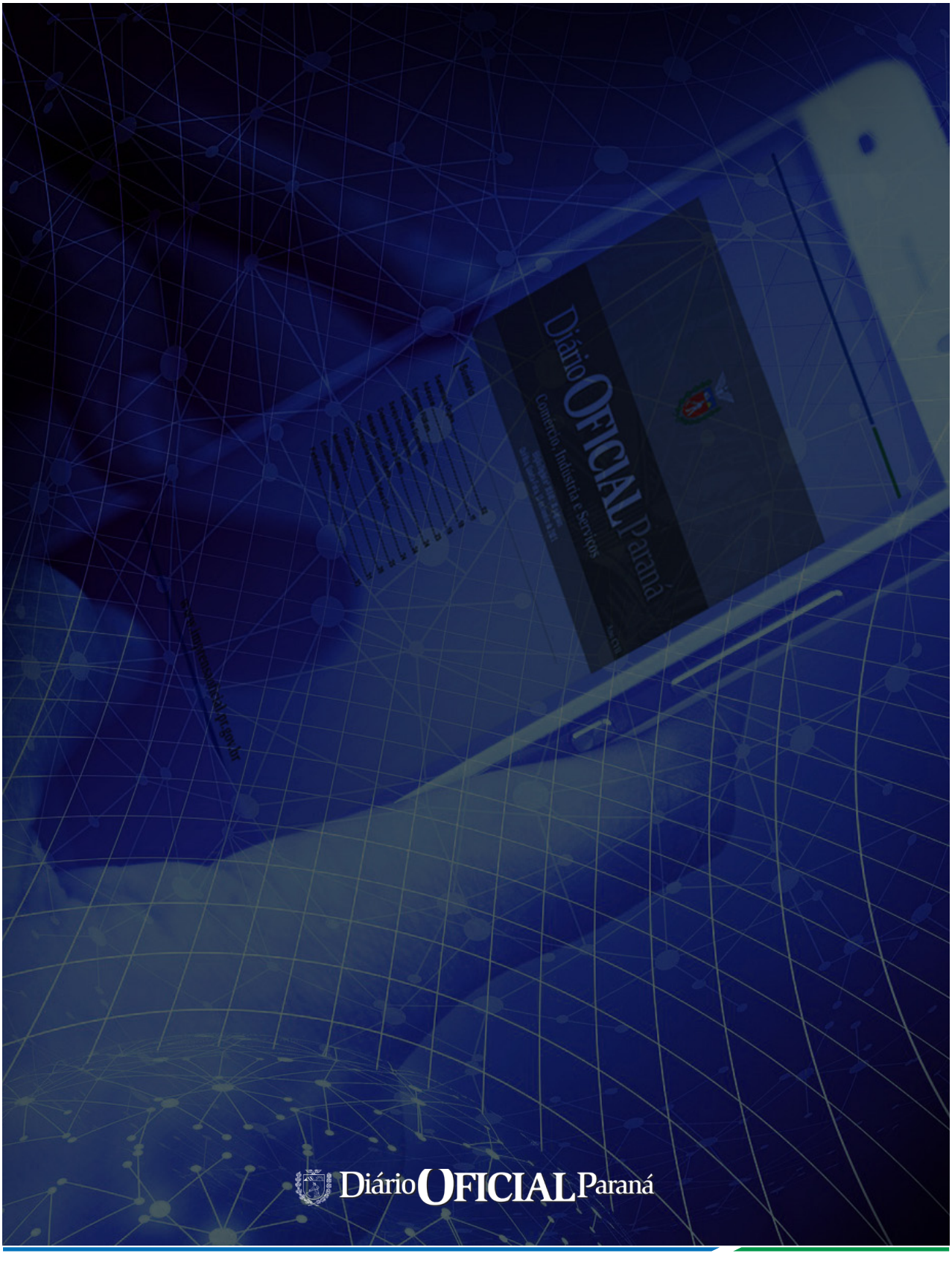
- Unidade de Conservação Estadual: _____
- Processo SID nº _____
- Bioma_____
- Área do Imóvel (ha) _____

- Área passível de compensação _____
- Matrícula (s) _____
- Comarca _____
- Nº do imóvel na Receita Federal (NIRF) _____
- Contato: Proprietário ( ) Procurador ( )
- Nome _____
- Telefone _____
- E-mail _____

Curitiba,___/_____/___

_____
NOME/CPF

86270/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre procedimentos e critérios técnicos a serem adotados para realocação de Reserva Legal, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos de utilidade pública e/ou interesse social.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o art. 225 e 207 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, que dispõem que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e é direito das presentes e futuras gerações;
Considerando a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
Considerando a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, instituindo o novo código florestal, e que no § 5º, do art. 66, estabelece a compensação de Reserva Legal, mediante arrendamento de área sob regime de servidão ambiental, doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, ou cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal.
Considerando a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
Considerando a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e regulamenta em seu artigo 21, a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN;
Considerando o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, o Cadastro Ambiental Rural - CAR e estabelece normas gerais sobre o Programa de Regularização Ambiental PRA;
Considerando o Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013, que institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná;
Considerando o inciso II, do art. 16, do Decreto Federal nº 8.235, de 05 de maio de 2014, que estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados;
Considerando a Lei Estadual nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, que institui o Programa de Regularização Ambiental no Estado do Paraná.
Considerando o Decreto Estadual nº 11.515, de 29 de outubro de 2018, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 18.295, de 10 de novembro de 2014.
Considerando o Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que "Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário".
Considerando a Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 05, de 29 de setembro de 2009, que Estabelece e define o mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade no Estado do Paraná bem como a Portaria IAT Nº 151, de 02 de maio de 2024, que estabelece a Plataforma digital Áreas Estratégicas para a Conservação e Restauração da Biodiversidade (Plataforma AECR) como instrumento público de consulta para planejamento de políticas e ações que visam a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Paraná.
Considerando o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o SICAR, CAR e PRA, e que determina em seu Art. 6º, § 3º que as informações do CAR serão atualizadas periodicamente ou sempre que houver alteração de natureza dominial ou possessória;

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer os procedimentos e critérios técnicos para a realocação de Reserva Legal no Estado do Paraná, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos de utilidade pública e/ou interesse social.

CAPÍTULO I
DOS CONCEITOS

Art. 2º Considera-se para efeitos desta Instrução Normativa:
I - Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade: referem-se às áreas cujos remanescentes florestais nativos, ou outros atributos físicos ou biológicos, que determinem fragilidade ambiental, são consideradas de relevância, sendo sua conservação necessária para a garantia da manutenção da biodiversidade no Paraná, definidas por mapeamento do Instituto Água e Terra.
II - Áreas Estratégicas para Recuperação: são aquelas essenciais para a manutenção dos fluxos biológicos, para a formação de corredores ecológicos e manutenção da estabilidade física do ambiente.
III – Corredor ecológico - porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.
IV - Ganho Ambiental: é toda prática, atividade ou ação associada com a conservação e restauração ecológica, que promova uma melhoria qualitativa e quantitativa do meio ambiente e que resulte em um ambiente ecológico saudável e equilibrado para abrigar a vida em todas as suas formas.
V - Reserva Legal - RL: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 da Lei nº 12.651/2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
VI - Realocação de Reserva Legal: alteração da localização da Reserva Legal para outro imóvel, entendida como a substituição da área originalmente designada, compensada em área com excedente de Remanescente de vegetação Nativa - RVN e com ganho ambiental.
VII - Servidão Ambiental Perpétua: consiste em uma restrição voluntária e permanente, total ou parcial, do uso de recursos naturais de um imóvel, com a finalidade de preservação, conservação ou recuperação das características ambientais do local, conforme estabelecido em contrato firmado entre as partes e devidamente registrado em cartório de registro de imóveis, conforme previsto no Art. 9º-A, §2º da Lei nº 6.938/1981.
VIII – Imóvel rural: é a extensão contínua de terras com destinação (efetiva ou potencial) agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, localizada em zona rural ou em perímetro urbano, conforme Instrução Normativa INCRA nº 82 de 27 de março de 2015.
IX - Imóvel cedente: é o imóvel rural que possui remanescente de vegetação nativa excedente ao percentual mínimo exigido em Lei para Reserva Legal.
X - Imóvel receptor: aquele que não possui vegetação suficiente para compor o mínimo exigido em Lei para compor a Reserva Legal.
XI - Unidade de Conservação - UC: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
XII - Utilidade pública e interesse social, conforme definido através da Lei n° 12.651 de 25 de maio de 2012.

CAPÍTULO II
DO REQUERIMENTO PARA REALOCAÇÃO DE RESERVA LEGAL

Art. 3º Nos procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos de utilidade pública e/ou interesse social, em que for necessária a realocação de Reserva legal, o interessado deverá efetuar solicitação via e-protocolo, ou sistema que venha a substituí-lo, com as documentações descritas nos Anexos da presente Instrução Normativa.

§ 1º O requerimento deverá ocorrer em um único protocolo, para os casos de empreendimentos que afetem mais de um imóvel, sendo instruído com todas as informações e documentos exigíveis dos imóveis afetados, bem como dos imóveis onde se está propondo a realocação da Reserva Legal.

§ 2º A avaliação deverá ocorrer conjuntamente para todos os imóveis afetados pelo empreendimento, respeitadas as proporcionalidades de 20% de Reserva Legal estabelecidas para cada imóvel.

§ 3º Caso o IAT identifique que o requerimento não foi adequadamente instruído ou necessite de outros documentos e/ou informações adicionais, o órgão ambiental solicitará a complementação, uma única vez, no prazo estipulado, a contar do respectivo recebimento ou ciência. O não cumprimento do prazo estabelecido, sujeitará ao indeferimento do pedido e arquivamento.

§ 4º Os documentos a instruir o processo administrativo, devem ser apresentados digitalmente, podendo o órgão ambiental requerer fisicamente os documentos originais ou cópias autenticadas.

Art. 4º Caso não seja aprovada a realocação de Reserva Legal na forma proposta pelo interessado, este deverá apresentar nova proposta no prazo fixado na notificação do indeferimento emitido pelo Instituto Água e Terra.

CAPÍTULO III
DAS PROPOSTAS DE REALOCAÇÃO

Art. 5º A realocação de Reserva Legal de que trata esta Instrução Normativa poderá ser proposta nas seguintes modalidades, observados o § 5º do art. 66 da Lei Federal 12.651/2012:
I - Em outra área excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou em imóveis de terceiro em Servidão Ambiental Perpétua, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma, no Estado do Paraná, constituindo imóvel cedente.
II - No interior de Unidade de Conservação no Estado do Paraná, de Domínio Público, com pendência de regularização fundiária.

Parágrafo único. Havendo remanescente de vegetação nativa suficiente e acima de 20% no imóvel onde a Reserva Legal será suprimida, poderá ser remanejada no mesmo imóvel.

Art. 6º. A proposta de realocação de Reserva Legal deverá representar ganho ambiental, entendido como uma das seguintes situações:
I - área com vegetação nativa com no mínimo o dobro da extensão da área da Reserva Legal afetada, desde que, com as mesmas características ecológicas, localizada na mesma Bacia Hidrográfica e em Área Estratégica para Conservação, conforme legislação vigente, ou;
II – área em restauração em, no mínimo, área equivalente e que integre corredor ecológico, desde que na mesma Bacia Hidrográfica e Região Fitogeográfica, ou;
III – área com no mínimo o dobro da extensão da área da Reserva Legal afetada, localizada em Unidade de Conservação de Domínio Público no Estado do Paraná, com pendência de regularização fundiária.

§ 1º No caso da impossibilidade da área cedente apresentar as mesmas características sucessionais, poderão ser aceitos projetos para enriquecimento de remanescentes existentes na área cedente, observados os demais requisitos da presente Instrução Normativa.

§ 2º Em áreas em recomposição, deverá ser aprovado o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas – PRAD, nos termos da Portaria IAT Nº 170/2020 ou de norma que venha a substituí-la.

CAPÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS E DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Art. 7º A análise dos processos que se enquadrarem nas modalidades definidas na presente Instrução Normativa será realizada, preferencialmente, pelos escritórios regionais do Instituto Água e Terra.

§ 1º Os processos de licenciamento deliberados pela sede do Instituto Água e Terra, serão recepcionados e deliberados pela Divisão de Fauna e Flora (DLF), da Diretoria de Licenciamento e Outorga (DILIO).

§ 2º Quando se tratar de modalidade de doação de área no interior de Unidade de Conservação de Domínio Público Estadual, deverá ser solicitado parecer técnico da Diretoria do Patrimônio Natural (DIPAN) do Instituto Água e Terra.

§ 3º Quando se tratar de modalidade de doação de área no interior de Unidade de Conservação de Domínio Público de gestão federal ou municipal, deverão ser atendidos os requisitos estabelecidos em normativas próprias do ICMBio ou do órgão ambiental municipal, para posterior analise e validação pelo do Instituto Água e Terra.

Art. 8º Durante a análise dos imóveis afetados pelo empreendimento, todos os remanescentes de vegetação nativa existentes, independentemente do estágio sucessional, deverão ser considerados como Reserva Legal do imóvel, excluídas as Áreas de Preservação Permanente (APP), até o limite de 20% da área total.

§ 1º Para o cálculo da área de Reserva Legal dos imóveis rurais afetados, deverão ser excluídas as áreas declaradas de utilidade pública e/ou servidão administrativa declaradas pelo Poder Público.

§ 2º Caso o imóvel possua acima de 20% de remanescente de vegetação nativa, a localização da Reserva Legal deverá ser identificada e indicada em mapa, com anuência do proprietário, e em consonância com a declaração no CAR.

Art. 9º A aprovação definitiva da realocação de Reserva Legal, por quaisquer das formas definidas na legislação estará condicionada, cumulativamente, aos seguintes requisitos a serem exigidos para os imóveis cedentes:
I - Não tenha passivo ambiental nos termos do Art. 30 do Decreto Estadual 11.515/2018 e esteja regularizada conforme dispõe Capítulo XIV da Instrução Normativa IAT n° 07/2023.
II - Todas as áreas de preservação permanente do imóvel estarem cobertas com vegetação nativa ou em processo de recuperação;

§ 1º Caberá ao IAT verificar a existência de excedente de remanescente de vegetação nativa suficiente para a realocação da Reserva Legal.

§ 2º Após a aprovação, caberá ao empreendedor ou proprietário/possuidor retificar as informações relativas à Reserva Legal no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), vinculando-as no(s) imóvel(is) cedente(s) e no(s) imóvel(is) afetado(s).

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Após a aprovação da realocação da Reserva Legal, é vedada a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

Art. 11. A área cedida a título de realocação de Reserva Legal seguirá o regime de proteção da Reserva Legal previsto no art. 12 da Lei Federal nº 12.651/2012 e desta Instrução Normativa.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 1º No caso de supressão de vegetação nativa ou degradação da área de Reserva Legal realocada no imóvel cedente, o proprietário do imóvel rural cedente deverá oficiar o Instituto Água e Terra e promover a sua recomposição, em prazo a ser estabelecido pelo Instituto Água e Terra.

§ 2º Verificada a infração ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa ou degradação, solidariamente o adquirente e o proprietário rural do imóvel cedente estarão sujeitos às sanções e infrações administrativas ambientais previstas no art. 51 do Decreto Federal n° 6.514/2008.

Art. 12. No procedimento de realocação deverá constar, obrigatoriamente, a certidão atualizada da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º Imóvel com cláusula de usufruto vitalício averbado na matrícula, o requerimento será assinado pelo usufrutuário com anuência do proprietário.

§ 2º No caso de imóvel registrado em nome de ambos os cônjuges, o requerimento deverá ser por eles assinados.

Art. 13. Entende-se como concluído o procedimento, após a aprovação da proposta de realocação por este instituto, com a apresentação das averbações nas matrículas dos imóveis envolvidos ou doação da área no interior de Unidades de Conservação, quando for a modalidade escolhida.

Parágrafo único. Para os casos de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas – PRAD, deverão ser apresentados ao IAT os relatórios de monitoramento nos termos da Portaria IAT nº 170/2020 ou de norma que venha a substituí-la.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa IAT nº 01/20, a Instrução Normativa IAT nº 04/20 e demais disposições em contrário.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ANEXO I

Relação das documentações para instrução de Protocolo de Realocação de Reserva Legal

Para a instrução do Protocolo de Realocação de Reserva Legal, o conceito de imóvel rural e as legendas dos mapeamentos deverá ser o mesmo utilizado no Sistema SICAR, que estabelece: Para efeitos de inscrição no CAR, o imóvel rural é definido como de área contínua, do mesmo detentor ou detentores, podendo ser constituído por uma ou mais matrículas, localizado em zona rural ou urbana, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, conforme disposto no inciso I do art. 4º da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

1. Documentações
a) do empreendimento;

1. Requerimento e justificativa que motiva a solicitação de realocação, conforme Modelo Anexo XXX;
2. Comprovação de que o empreendimento se enquadra como de utilidade pública e/ou interesse social.
3. Número do protocolo do pedido do licenciamento ambiental;
4. Documentos do responsável pelo empreendimento (CNPJ e Contrato Social);
5. Documentos do responsável pela assinatura do termo de compromisso (RG e CPF).

b) **Dos (s) imóveis(s) afetado(s) pelo empreendimento**

1. Matricula atualizada do(s) imóvel(is) (90 dias);
2. Número do CAR do(s) imóvel(is) afetado(s) pelo empreendimento;
3. Cópia da autorização de ASV/UAS ou número do recibo SINAFLOR.

c) Da(s) área(s) proposta(s) para realocação

1. Matricula atualizada do(s) imóvel(is) (90 dias);
2. Número do CAR do(s) imóvel(is);
3. Anuência do(s) proprietário(s) ou documentação que comprove a aquisição da(s) área(s) para realocação.
4. Documento Técnico conforme Modelo – Anexo IV

ANEXO II

Relação Das Informações Georreferenciadas e Mapeamentos Para Instrução De Protocolo De Realocação De Reserva Legal

a) Do empreendimento
Shape da área do empreendimento demonstrando:

1. a localização do empreendimento, município, bacia hidrográfica, a região fitogeográfica bem como a existência de Unidades de Conservação incidentes ou próximas;
2. a área de vegetação nativa existente;
3. a área de vegetação nativa que será afetada pelo empreendimento com a classificação quanto aos estágios sucessionais e formação fitogeográfica incidente;
4. apresentação dos (s) perímetro(s) de cada imóvel que será afetado pelo empreendimento com respectivos números do CAR;

b) Da(s) área(s) afetada(s) pelo empreendimento

Mapas de uso do solo em PDF, com arquivos vetoriais em formato shapefile, .kmlou .json, em anexo, indicando:

1. O uso do solo (com legenda do CAR – RL, APP, áreas de uso restrito);
2. a área de remanescente de vegetação nativa objeto da supressão;
3. a localização das áreas de reserva legal e App e Áreas de Uso Restrito de cada imóvel afetado pelo empreendimento;

c) Da(s) área(s) proposta(s) para realocação

Mapas de uso do solo em PDF, com arquivos vetoriais em formato shapefile, .kml ou .json, em anexo, indicando:

1. O uso do solo (com legenda do CAR – RL, APP, áreas de uso restrito);
2. Área proposta para realocação da Reserva Legal;
3. Mapa e memoriais descritivos da Reserva Legal a ser cedida (3 vias) para averbação em matrícula.

4. Apresentação do PRAD, quando for o caso.
5. O mapa mencionado no artigo anterior deverá ser georreferenciado, em formato A4 (ABNT), utilizando-se Datum horizontal SIRGAS 2000 como referência, no Sistema de Coordenadas UTM em metros e apresentar, no mínimo:

I - Escala;
II - Medida em metros (m) de todas as linhas que definam o perímetro do imóvel;
III - Dimensionamento e localização de todas as áreas que estejam cobertas por vegetação nativa, identificando os remanescentes de vegetação nativa, as áreas consolidadas, a Reserva Legal do imóvel cedente e a ceder, as Áreas de Preservação Permanentes existentes e, quando for o caso, a restaurar e áreas cedentes a recompor quando for essa opção
IV - Identificação dos confrontantes;
V - Registro de todos os cursos hídricos.

d) ART dos profissionais responsáveis pelo empreendimento

ART de todos os profissionais que se responsabilizarem pelo empreendimento, dentro de suas atribuições legais perante seu Conselho de Classe.

ANEXO III

III – Modelo de Requerimento para Realocação de Reserva Legal

1. Requerimento de solicitação de realocação

REQUERIMENTO DE REALOCAÇÃO DE RESERVA LEGAL DOCUMENTO DESTINADO À FORMALIZAÇÃO DO REQUERIMENTO PARA REALOCAÇÃO DE RESERVA LEGAL		RRL
	DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E OUTORGA	01 – USO DO IAT 01 - PROTOCOLO SID

1 – IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSOA FÍSICA)		
CNPJ OU CPF/MF	INSCRIÇÃO ESTADUAL PESSOA JURÍDICA OU RG PESSOA FÍSICA	
ENDEREÇO COMPLETO	BAIRRO	
MUNICÍPIO/UF	CEP	TELEFONE PARA CONTATO

2 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA SOLICITAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA (TIPO DE EMPREENDIMENTO)

3 – REQUERIMENTO
AO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA CURITIBA - PARANÁ O REQUERENTE SUPRA CITADO, VEM MUI RESPEITOSAMENTE À PRESENÇA DE V.S., REQUERER EXPEDIÇÃO DE(A):

4 – MODALIDADE DA REALOCAÇÃO DA RESERVA LEGAL (RL)
☐ SERVIDÃO
☐ CADASTRAMENTO
☐ DOAÇÃO DE ÁREA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO

ÁREA TOTAL DA RL:		N° DA MATRÍCULA - RESERVA LEGAL SUPRIMIDA:		N° DA MATRÍCULA - RESERVA LEGAL REALOCADA:	

5 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL			
NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO FLORESTAL:		NÚMERO DO PROTOCOLO SGA:	

CONFORME ELEMENTOS CONSTANTES DAS INFORMAÇÕES CADASTRADAS E DOCUMENTOS EM ANEXO. DECLARA, OUTROSSIM, QUE CONHECE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E DEMAIS NORMAS PERTINENTES AO LICENCIAMENTO REQUERIDO, COMPROMETENDO-SE A RESPEITÁ-LA. NESTES TERMOS PEDE DEFERIMENTO
LOCAL E DATA
ASSINATURA DO REQUERENTE

6 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO						
NOME DO TÉCNICO RESPONSÁVEL				QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		
Nº REGISTRO NO CREA	REGIÃO	POSSUI PENDÊNCIAS TÉCNICAS OU LEGAIS?				
		SIM		NÃO		TIPO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos que a área objeto do presente, registrada na Matrícula n xxxxxxxxx e declarada no CAR sob n xxxx, situada no Município de xxxxxx, caracterizado como área potencialmente cedente de Reserva Legal, não possui sobreposição de Compensação de Reserva legal ou compensação ambiental em qualquer modalidade, estando livre de qualquer compromisso anterior referente a cessão da área de vegetação nativa que é apresentada

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

como passível de ser cedida para composição de Reserva Legal a ser compensada.

_____
Proprietário do Imóvel

_____
Responsável Técnico

ANEXO V

Modelo de Termo de Compromisso para Realocação de Reserva Legal

TERMO DE COMPROMISSO
QUE FIRMAM O INSTITUTO ÁGUA E TERRA E XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/MF sob n.º 68.596.162/0001-78, com sede na Rua Engenheiros Rebouças, 1206, bairro Rebouças, Curitiba - PR, neste ato representada por seu Diretor-presidente, senhor XXXXXXXXXXXXXXX portador da Cédula de Identidade XXXXXXXX e inscrito no CPF XXXXXXXX, nomeado pelo Decreto XXXXXXXX$_T$ doravante denominado de **COMPROMITENTE**, e do outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, município de XXXXXXXXX– PR, neste ato representado pelo Sócio Administrador, senhor XXXXXXXXX, brasileiro, casado, empresário, portador da célula de identidade nº XXXXXXXX SSP/PR e CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de **COMPROMISSÁRIO**, e os proprietários do imóvel, senhores **XXXXXX**, brasileiro, casado, empresário, portador da célula de identidade nº XXXXXXX e CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX representante da XXXXXXXXXX, doravante denominados de **ANUENTES**, nos termos do artigo 784, XII do Código de Processo Civil, e artigo 10 da Lei Federal nº 6.938/81 e, artigo 17 do Decreto Federal nº 99.274/90, celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO (TC) , em caráter irrevogável e com força de Título Extrajudicial, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem o presente TC como objeto a conduta do **COMPROMISSÁRIO** relativo **à realocação de Reserva Legal** para cumprimento da Lei Federal nº 12.651/2012 e de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 11.515/2018, e da Instrução Normativa IAT nº XXX/XXX, decorrente do empreendimento XXXXXXX, referente a uma área objeto de autorização de supressão de vegetação nativa em Reserva Legal de XXXX hectares (ha), cuja realocação será de xxx hectares (escrever por extenso os hectares) do imóvel receptor, para o imóvel cedente de Reserva Legal, conforme especificado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

A fim de regularizar-se ambientalmente, o **COMPROMISSÁRIO** assume perante a **COMPROMITENTE** as seguintes obrigações:

OBRIGAÇÃO Nº 1: conservação de XXXX hectares (hectares) de floresta nativa no imóvel rural denominado "XXXX", situado no Município e Comarca de XXXX - PR, matrícula nº XXXX do CRI de XXXX, denominado de imóvel rural cedente de Reserva Legal, nos termos do projeto de realocação de Reserva Legal do imóvel situado no Município e Comarca de XXXX - PR, matrícula nº XXXX do CRI de XXXX, denominado de imóvel rural Receptor, cuja Reserva Legal foi afetada pelo empreendimento XXXX, conforme apresentado no sistema e-Protocolo nº XXXX.
OBRIGAÇÃO Nº 2: manter a integridade física e biológica das áreas do imóvel.
OBRIGAÇÃO Nº 3: averbar à margem da matrícula nº XXXX do imóvel rural cedente denominado "XXXX", situado no Município e Comarca de XXXX-PR, nos termos das OBRIGAÇÕES n° 01 e 02, constando que as áreas utilizadas foram designadas para a realocação de Reserva Legal, através da conservação de áreas, devendo possuir finalidade específica exclusiva para fins de conservação de florestas, nos termos do protocolo nº XXXX do Instituto Água e Terra.
OBRIGAÇÃO Nº 4: apresentar o laudo comprobatório da implantação do projeto, contendo o relatório descritivo e as imagens fotográficas georreferenciadas do(s) local(is), junto com a ART do(s) responsável(is) pela execução.

(SE ÁREAS REALOCADA EM RESTAURAÇÃO (PRAD) ADICIONAR OBRIGAÇÃO 5 – INCISO II DO ART. 6)

OBRIGAÇÃO Nº 5: quando se tratar de áreas em restauração, conforme inciso II do Art. 6, deverá ser apresentado PRAD bem como relatórios de acompanhamento do(s) plantio(s) pelo período previsto, com a apresentação do primeiro relatório em até 6 (seis) meses após a assinatura do Termo de Compromisso.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos dois anos iniciais após a assinatura do presente Termo de Compromisso, deverão ser apresentados relatórios de monitoramento semestralmente, sendo que a partir do terceiro ano os relatórios serão anuais.
PARÁGRAFO SEGUNDO: o relatório deverá contemplar o conjunto de imagens e descrição dos tratos silviculturais quando necessário, para que se possa verificar a efetividade do projeto e ser acompanhado de ART do responsável técnico pela execução e monitoramento.
OBRIGAÇÃO N° 6: apresentar ao Instituto Água e Terra a cópia da matrícula nº XXXX do imóvel rural **cedente** denominado "XXXXXX", situado no Município e Comarca de XXXXXX- PR, onde deverá constar a averbação da compensação ambiental de XX hectares (hectares) pertinente ao objeto descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, constando expressamente que a referida área possui finalidade específica e exclusiva para Reserva Legal do imóvel receptor, devendo ser mantida/conservada de forma perpétua.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

Os prazos para cumprimento das obrigações assumidas na cláusula segunda deverão atender o cronograma abaixo:
OBRIGAÇÃO Nº 1: a contar da data de assinatura do presente Termo de Compromisso.
OBRIGAÇÃO Nº2: a contar da data de assinatura do presente Termo de Compromisso.
OBRIGAÇÃO Nº 3: 90 dias a contar da data de assinatura do presente Termo de Compromisso (protocolo do pedido no Registro de Imóveis).
OBRIGAÇÃO Nº 4: 180 dias a contar da data de assinatura do presente Termo de Compromisso.
OBRIGAÇÃO Nº 5: período definido pelo técnico, mediante cronograma aprovado, de acordo com as peculiaridades locais.
OBRIGAÇÃO Nº 6: 180 dias a contar da data de assinatura do presente Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DA IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DENTRO DO PRAZO

Quando da impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, estes deverão ser prorrogados sempre que indispensável ao cumprimento das obrigações pactuadas, desde que requerido e devidamente justificado pelo **COMPROMISSÁRIO**, por escrito e protocolado junto ao Instituto Água e Terra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de vencimento estabelecida para cumprimento do Termo ora firmado. Inexistindo manifestação do **COMPROMITENTE**, no prazo de 15 (quinze) dias, considerar-se-á automaticamente aceita a justificativa apresentada, prorrogando-se o prazo para cumprimento das obrigações com a consequente retificação do cronograma de atividades.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Fica assegurado ao **COMPROMITENTE** o direito de monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula segunda, sem prejuízo das prerrogativas do poder de polícia a ser por ele exercido, como decorrência da aplicação da legislação ambiental federal e estadual vigentes.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Independente da atividade de monitoramento e fiscalização a ser exercida pelo **COMPROMITENTE,** obriga-se o

COMPROMISSÁRIO a apresentar relatórios instruídos com ilustração fotográfica e demais elementos adequados para comprovar que as obrigações assumidas estão sendo cumpridas conforme cronograma de execução aprovado.

CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO

O não cumprimento parcial ou integral das obrigações assumidas na **CLÁUSULA SEGUNDA,** dentro do prazo estabelecido na **CLÁUSULA TERCEIRA**, sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** à aplicação das penalidades e sanções cabíveis nos termos da Lei Federal nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais e de seu Decreto nº 6.514/08, sem prejuízo da reparação do dano ambiental causado.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A celebração deste Termo de Compromisso, não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas e judiciais frente a futuro descumprimento pelo **COMPROMISSÁRIO** das normas ambientais vigentes.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Não constitui inadimplemento total ou parcial o descumprimento das obrigações previstas no instrumento, quando este for decorrente de caso fortuito ou força maior, na forma do art. 393, do Código Civil, justificados por motivo técnico ou ato de terceiro.
CLÁUSULA SÉTIMA- DA EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO
O presente Termo de Compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 79-A, caput da Lei Federal n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
PARÁGRAFO ÚNICO: qualquer alteração no presente Termo de Compromisso visando termo aditivo, somente poderá ser requerida através do e-Protocolo, devidamente justificada, e durante a vigência do TC.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O Termo de Compromisso somente produzirá quaisquer efeitos após a assinatura do COMPROMITENTE e do COMPROMISSÁRIO.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: o término de vigência do presente Termo de Compromisso está condicionado a emissão do Laudo de Verificação do Cumprimento do Termo de Compromisso.
PARÁGRAFO SEGUNDO: a emissão do Laudo de Verificação do Cumprimento do Termo de Compromisso, onde conste que as obrigações da Cláusula Segunda foram integralmente adimplidas, corresponde a comprovação da quitação ampla, irrestrita e irrevogável do presente Termo de Compromisso, o qual após os convencionais atos administrativos deverá ser arquivado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro Regional da Comarca de XXXXXXXXX-PR, com exclusividade, para dirimir quaisquer questões provenientes do presente Termo.
O presente **TERMO DE COMPROMISSO** depois de lido e acatado, é assinado em 03 (três) vias de igual teor, perante duas testemunhas, para que surta os devidos efeitos legais.

(data)Xxxxxx__de_____de__

_____
COMPROMITENTE:
xxxxxxxxx
DIRETOR PRESIDENTE DO IAT/CHEFE REGIONAL IAT
RG N.º
CPF N.º

_____
1ª TESTEMUNHA:
NOME
RG N.º XXXXXXX
CPF N.ºXXXXXXX

_____
COMPROMISSÁRIO:
NOME
ADMINISTRADOR DA XXXXX
RG N.º XXXXXXX
CPF N.ºXXXXXXX

_____
2ª TESTEMUNHA:
NOME
RG N.º XXXXXXX
CPF N.ºXXXXXXX

_____
ANUENTE:
NOME
RG N.º XXXXXXX
CPF N.ºXXXXXXX

ANEXO VI

MODELO DE EXTRATO PARA AVERBAÇÃO NA MATRICULA DOS IMOVEIS PARA CASOS DE REALOCAÇÃO DE RESERVA LEGAL

Extrato para Averbação junto à Matrícula nº XX.XXX do Município e Comarca de XXXXXXX - PR

Para atendimento as exigências da Lei 12.651/2012 e demais normativas vigentes, averba-se a área de **XX (XXXX) hectares** para Conservação (ou recuperação) de vegetação nativa, localizados no imóvel objeto da Matrícula nº **XX.XXX** do Município e Comarca de **XXXXXX/PR,** caracterizado como imóvel cedente de Reserva Legal que passa a computar, de forma perpétua, a Reserva Legal realocada do imóvel receptor, objeto da Matrícula nº **XX.XXX** do Município e Comarca de **XXXXXX/PR.**

Inserir o memorial descrito das áreas.

86271/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre procedimentos e normas para o estabelecimento de Áreas Verdes Urbanas no Estado do Paraná, a partir de Reserva Legal de imóveis rurais e de imóveis descaracterizados para urbanos, localizados em área urbana ou de expansão urbana.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando as disposições da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências;
Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências;
Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.938, de 13 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
Considerando as disposições da Instrução Normativa INCRA nº 82, de 27 de março de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências;
Considerando as disposições do Decreto Estadual nº 11.515, de 29 de outubro de 2018, que regulamenta a Lei nº 18.295, de 10 de novembro de 2014, que dispõe sobre as formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais no Estado do Paraná;
Considerando a Resolução SEDEST nº 50, de 26 de agosto de 2022, que estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários urbanos no território paranaense;
Considerando a Portaria IAT nº 82, de 27 de fevereiro de 2023, que estabelece procedimentos para o cancelamento administrativo do Cadastro Ambiental Rural - CAR visando correções junto ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR;
Considerando a Portaria IAT nº 344, de 26 de julho de 2023, que estabelece a plataforma digital Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração da Biodiversidade (Plataforma AECR) como instrumento público de consulta para planejamento de políticas e ações que visam a Conservação e a restauração da biodiversidade no Paraná;
Considerando a Portaria IAT nº 104, de 20 de março de 2024, que estabelece critérios e procedimentos para o requerimento de Uso Alternativo do Solo – UAS – para solicitação de supressão de vegetação nativa em formações florestais em estágio médio e avançado, de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica no Estado do Paraná, em conformidade aos Art. 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428/2006, bem como o Decreto Federal nº 6.660/2008;
Considerando as Convenções de Biodiversidade e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
Considerando a Resolução Sedest 018/2020;

RESOLVE

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre procedimentos e normas para o estabelecimento de Áreas Verdes Urbanas no Estado do Paraná, a partir de Reserva Legal de imóveis rurais e de imóveis descaracterizados para urbanos, localizados em área urbana ou de expansão urbana.
.
Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:
I - Imóvel rural: Imóvel rural é a extensão contínua de terras com destinação (efetiva ou potencial) agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, localizada em zona rural ou em perímetro urbano, conforme Instrução Normativa INCRA nº 82, de 27 de março de 2015;
II - Imóvel descaracterizado para urbano: quando a área do imóvel está inserida no perímetro urbano definido em Lei Municipal ou Plano Diretor, e perdeu a destinação que o caracterizava como imóvel rural, com a baixa do CCIR na matrícula, conforme IN INCRA 082/15, art. 11, inc. III, alínea "a)";
III - Reserva Legal – RL: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do Art. 12 da Lei Federal nº 12.651/2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;
IV - Área verde urbana – AVU: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais, em conformidade ao Art. 3º da Lei Federal nº 12.651/2012;
V - Remanescente de vegetação nativa – RVN: área de vegetação que mantém, total ou parcialmente, características da vegetação original de um ecossistema, mesmo após intervenções humanas, além de desempenhar funções ecológicas essenciais, como a manutenção do ciclo hidrológico, a proteção do solo contra erosão e a preservação de polinizadores e outras espécies. Inclui formações florestais, savânicas, campestres e demais tipos de vegetação que, apesar de modificações ou degradações, ainda preservam aspectos significativos da biodiversidade, da estrutura e das funções ecológicas originais;
VI. Cadastro Ambiental Rural - CAR: registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento;
VII - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR: Certificado emitido pelo Incra que constitui uma comprovação sobre a existência do imóvel rural junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Art. 3º A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de Reserva Legal (RL), que só será extinta concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos aprovados segundo a legislação específica e consoante as diretrizes do plano diretor.

§ 1º A Reserva Legal de imóveis rurais situados em perímetro urbano ou de expansão urbana com remanescente de vegetação nativa será transformada em Área Verde Urbana (AVU).

§ 2º Somente após a emissão da Licença de Instalação (LI) ou da Licença Ambiental Simplificada (LAS), será instituído o parcelamento do solo a que se refere o Caput.

§ 3º Para os imóveis rurais tratados neste artigo, deverá ser apresentado o Cadastro Ambiental Rural no requerimento de Licença Prévia (LP) ou LAS.

§ 4° Para a transformação de RL em AVU, deverá ser apresentada, no requerimento de LI ou LAS, a baixa do CCIR na matrícula junto ao INCRA e o ato do poder executivo municipal que inseriu o imóvel em área urbana ou perímetro urbano.

§ 5º O cancelamento da inscrição do imóvel rural no CAR será realizado conforme disposto na Portaria IAT nº 82/2023, ou em norma que vier a substituí-la.

Art. 4º Caberá ao poder público municipal transformar em AVU, as RL ou os Remanescentes de Vegetação Nativa (RVN) existentes nos imóveis rurais ou imóveis descaracterizados para urbanos, localizados em área urbana ou de expansão urbana, conforme o Plano Diretor e Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município.

Parágrafo único. A omissão de Legislação Municipal quanto à destinação de RL ou dos RVN, não desobriga o interessado em atender aos dispositivos desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I
DOS IMÓVEIS RURAIS EM ÁREAS URBANAS OU DE EXPANSÃO URBANA, COM CCIR

Art. 5º Para fins de atendimento do Art. 3º da presente Instrução Normativa, será considerada RL qualquer área de RVN, conforme os artigos 12 e 67 da Lei Federal 12.651/12.

Parágrafo único. Havendo supressão irregular de vegetação nativa no imóvel rural a partir de 22 de julho de 2008, o imóvel deverá ser regularizado conforme as normas vigentes.

Art. 6º A RL ou o RVN dos imóveis rurais, com CCIR, em área urbana ou de expansão urbana, que tenham vegetação nativa, deverão cumprir as mesmas normas dos imóveis rurais inscritos no CAR, conforme a Lei Federal nº 12.651/2012 e demais legislações pertinentes.

§ 1º Os imóveis rurais com área superior a 04 (quatro) módulos fiscais, em 22 de julho de 2008, devem manter o RVN com no mínimo 20% ou, caso inferior ou inexistente, recompor ou compensar em outro imóvel dentro do município em área rural, urbana ou de expansão urbana.

§ 2º Os imóveis rurais com área de até 04 (quatro) módulos fiscais, em 22 de julho de 2008, com RL averbada na matrícula e com RVN, deverão ser mantidas no imóvel.

§ 3º Os imóveis rurais com área de até 04 (quatro) módulos fiscais, em 22 de julho de 2008, com averbação da RL na matrícula do imóvel, mas sem RVN, deverão regularizar-se pelos instrumentos previstos na Lei Federal nº 12.651/2012 e demais legislações pertinentes.

§ 4º Para os imóveis rurais com área até 04 (quatro) módulos fiscais, em 22 de julho de 2008, sem averbação da RL e sem RVN, aplica-se o Art. 13 do Decreto Estadual nº 11.515/2018.

CAPÍTULO II
DOS IMÓVEIS DESCARACTERIZADOS PARA URBANOS, SEM CCIR, EM ÁREAS URBANAS OU DE EXPANSÃO URBANA

Art. 7º A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de RL e de RVN.

Art. 8º Para os imóveis descaracterizados, sem CCIR, com averbação do mínimo de 20% de RL, mas sem remanescente de vegetação nativa ou insuficiente, será exigida a regularização ambiental da RL por meio da compensação no mesmo município, em área rural, urbana ou de expansão urbana, ou através da recomposição no próprio imóvel descaracterizado.

Art. 9º Para os imóveis descaracterizados, sem CCIR, sem averbação da RL, mas com RVN, será exigida sua manutenção em até 20% da área total.

Art. 10. Para os imóveis descaracterizados sem CCIR, sem averbação da RL e sem RVN, a AVU deverá ser definida pelo município.

CAPÍTULO III
DA COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL

Art. 11. A análise e a deliberação da solicitação da compensação da RL averbada em imóveis rurais, com CCIR, situados em perímetro urbano ou de área de expansão urbana, estarão condicionadas a análise do CAR do imóvel cedente.

Parágrafo único. Quando a área sugerida para compensação estiver em área urbana ou de expansão urbana, o Setor de Licenciamento Florestal fará a análise e deliberação da solicitação.

Art. 12. As compensações em perímetro urbano ou em área de expansão urbana deverão ocorrer, preferencialmente, em áreas de risco ambiental de qualquer natureza, áreas degradadas, áreas estratégicas para conservação, planos de arborização urbana, paisagismo ou áreas permeáveis, considerando medidas de adaptação às mudanças climáticas, desde que devidamente aprovados pelo órgão ambiental.

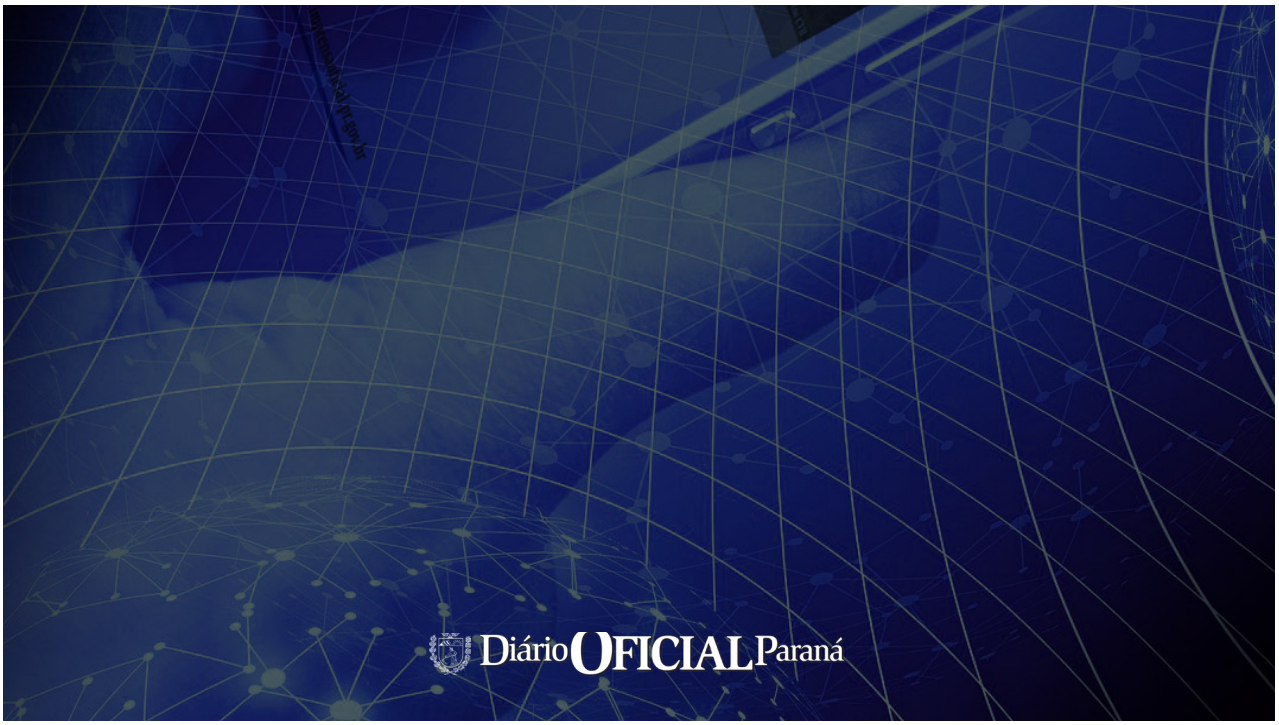
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Para o atendimento às disposições desta Instrução Normativa, a vegetação cuja conservação for exigida será averbada em matrícula como AVU ou outro instrumento protetivo adequado.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições da Instrução Normativa IAT nº 01/2020, Instrução Normativa IAT nº 04/2020 e demais disposições normativas contrárias.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86273/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre a regulamentação da coleta de material biológico de fauna silvestre nativa e exótica para fins de pesquisa científica no âmbito do Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e
Considerando a Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 225 e 23, que tratam da proteção ao meio ambiente e da competência comum entre os entes federativos;
Considerando a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e seu Decreto Regulamentador nº 6.514/2008;
Considerando a Lei nº 11.794/2008 (Lei Arouca), que regula o uso de animais em atividades de ensino e pesquisa científica;
Considerando a Resolução CONCEA nº 23/2023, que estabelece diretrizes para atividades de ensino ou pesquisa com animais;
Considerando a Lei Complementar 140 de 2011, em especial o inciso XVIII do Artigo 8º, que delegou a competência aos Estados de controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica, ressalvado o disposto no inciso XX do art. 7º;
Considerando a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
Considerando a necessidade de regulamentar a coleta, o transporte e o uso de material biológico de origem animal para pesquisa científica no Estado do Paraná, assegurando o bem-estar animal, a conservação da fauna e o controle sanitário e ambiental;

RESOLVE

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta, no âmbito do Estado do Paraná, os procedimentos para autorização, coleta, transporte e uso de material biológico de origem animal, silvestre, nativo ou exótico, vivo ou morto, com finalidade de pesquisa científica.

§ 1º Esta norma aplica-se apenas a pesquisa científica no âmbito dos estabelecimentos de ensino superior.

§ 2º São consideradas como atividades de pesquisa científica todas aquelas relacionadas com ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, imunobiológicos, instrumentos, ou quaisquer outros testados em animais, conforme definido em regulamento próprio.

§ 3º Esta norma não se aplica a coleta de material biológico para tratamento veterinário e para formação de plantel.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, entende-se por material biológico animal:
I – tecidos, sangue, fezes, urina, saliva, pelos, ossos, ovos, esperma, DNA, RNA, entre outros materiais orgânicos provenientes de animais;
II – espécimes inteiros ou partes de animais, vivos ou mortos, oriundos de coleta direta na natureza.

Art. 3º A coleta de material biológico de animais no território do Paraná dependerá de autorização prévia do Instituto Água e Terra (IAT), mediante requerimento formal via sistema e-protocolo que contenha:
I – Projeto de pesquisa completo, com objetivos, metodologia, local de coleta e cronograma;
II – Registro no Conselho de Ética no Uso de Animais (CEUA) da instituição proponente, conforme a Lei nº 11.794/2008;
III – Identificação da equipe técnica responsável pela coleta, com formação e capacitação comprovada;
IV – Indicação dos locais de armazenamento temporário e destinação final do material biológico.

§ 1° Somente as pessoas cadastradas como membro da equipe realizarão as atividades autorizadas.

§ 2° A solicitação deve ser devolvida para correção sempre que os dados e informações requeridos no formulário não permitam embasar a decisão dos técnicos ao realizarem a análise da solicitação, não havendo limite para o número de devoluções.

§ 3° Se a análise técnica considerar que os métodos propostos poderão causar dor ou sofrimento aos animais, pode solicitar a substituição do método ou a manifestação do Comitê de Ética no Uso de Animais da instituição, à qual estão vinculados o(a) pesquisador(a) e o projeto, para então emitir seu parecer.

§ 4° As solicitações para realização das atividades podem ser autorizadas integralmente, quando todas as atividades, métodos, táxons e quantidades solicitados são aprovados pelos envolvidos na análise; ou parcialmente, quando parte das atividades, métodos, locais, táxons ou quantidades não é autorizada.

§ 5° As autorizações abrangem o transporte de material biológico, com finalidade científica, entre as localidades de coleta e as instituições destinatárias informadas na solicitação, no território do estado do Paraná; e, quando aplicável, destas para o local de onde o animal foi originalmente removido ou para o ambiente de destino dos animais quando se tratar de ações de manejo.

§ 6° As amostras biológicas e os espécimes coletados, quando for o caso, devem ser depositados em coleção biológica científica ou didática.

§ 7° O envio de material biológico para o exterior obedece à legislação específica, não sendo autorizado por meio desta Instrução Normativa.

Art. 4° O relatório final de atividades deve ser apresentado para análise e aprovação técnica no prazo de até 30 dias úteis depois de expirado o primeiro ano de vigência da autorização.

Parágrafo único. O técnico responsável pela análise pode solicitar ao pesquisador titular da autorização ou licença ajustes e complementações no relatório de atividades.

Art. 5º A coleta de animais em Unidades de Conservação estaduais dependerá de anuência específica da gestão da unidade e deverá observar restrições locais, conforme Plano de Manejo vigente.

Art. 6º É vedada a coleta de animais ou de seu material biológico:
I – de espécies ameaçadas de extinção, salvo mediante autorização específica e justificada por relevância científica;
II – sem as devidas licenças ambientais e autorizações éticas e legais;
III – em locais privados sem autorização do proprietário ou responsável legal.

Art. 7º A coleta, transporte e uso de material biológico de espécies da fauna ameaçadas de extinção dependerá de autorização específica:
I – Pelo SISBIO, quando constantes de listas federais;
II – Pela Diretoria do Patrimônio Natural do IAT, quando constantes de listas estaduais.
III – Pelo órgão municipal competente, quando constantes em listas municipais, se houver.

Art. 8º As instituições de pesquisa deverão:

I – manter registros atualizados de todas as coletas realizadas, com relatórios anuais encaminhados ao IAT;
II – garantir o bem-estar animal nas práticas de coleta, transporte e contenção, respeitando os princípios éticos vigentes;
III – providenciar a destinação adequada de resíduos ou carcaças, conforme legislação sanitária e ambiental;

Art. 9º Esta Portaria não autoriza a coleta, transporte e uso de material biológico de origem animal, silvestre nativo ou exótico, vivo ou morto, com finalidade de pesquisa científica nos seguintes casos:
I – Fora dos limites do Estado do Paraná;
II – Em áreas de domínio da União situadas no Paraná;
III – Em Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais sem a anuência do gestor da unidade;
IV – Em cavidades naturais;
V – Envolvendo espécies constantes das listas federais, estaduais ou municipais de fauna ameaçadas (sem autorização específica);
VI – Quando a pesquisa abranger mais de uma unidade federativa. Neste caso, aplicar-se-á a competência federal.

Art. 10. A coleta e uso de material biológico de fauna silvestre exótica dependerá de manifestação técnica da Diretoria do Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra.

Art. 11. O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa sujeitará os responsáveis às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação ambiental vigente.

Art. 12. As autorizações não podem ser utilizadas para fins comerciais, industriais, controle populacional de espécies, esportivos ou para realização de atividades inerentes ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

Art. 13. As autorizações previstas nesta Instrução Normativa não eximem o interessado de cumprir as obrigações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade.

Art. 14. O Instituto Água e Terra poderá expedir normas complementares a qualquer momento para o detalhamento técnico dos procedimentos de coleta e análise do material biológico, bem como promover fiscalizações periódicas;

Art. 15. O Instituto Água e Terra poderá formalizar convênios e parcerias com outros órgãos públicos para ter acesso a sistemas informatizados para emissão das autorizações ambientais de coleta para fins de pesquisa.

Art. 16. As autorizações emitidas com base nesta Instrução Normativa terão validade máxima de 2 (dois) anos.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86275/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 57, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre as normas e diretrizes para elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o art. 225 e art. 207 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, que dispõem que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e é direito das presentes e futuras gerações;
Considerando o disposto no § 3º do art. 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 - SNUC que prevê a autorização do órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação quando houver empreendimentos em sua área ou zona de amortecimento;
Considerando a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981;
Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que estabelece o dever do Poder Público e da sociedade em proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações;
Considerando a Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 02/1994 e promulgada pelo Decreto n° 2.519/1998, que ratifica a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e grupos atuantes interessados na implantação e gestão de Unidades de Conservação;
Considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002;
Considerando a Convenção n° 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;
Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que estabelece a participação social como uma das estratégias para a sua implementação;
Considerando a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/2007;
Considerando a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instituída pelo Decreto n° 7.747/2012;
Considerando a Lei Estadual nº 17.425/2012, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, e dá outras previdências;
Considerando a Lei Estadual nº 15.673/2007, que dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme especifica;
Considerando o Decreto Estadual nº 3.446/97 que regulamenta as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR;
Considerando a Portaria IAT nº 297, de 27 de maio de 2025, que de disciplina a criação, implementação e composição de Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais no Estado do Paraná;
Considerando o contido no protocolo nº 23.607.576-1;

RESOLVE

Art. 1º Instituir normas e diretrizes para elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação Estaduais administradas pelo Instituto Água e Terra.

Parágrafo único. As normas apresentadas nesta Instrução Normativa estão em consonância com o Decreto Federal nº 4340/2002, que regulamenta a Lei Federal n° 9.985, de 18 de julho de 2000, e a Portaria IAT nº 297/2025.

CAPÍTULO I
DOS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 2º O conjunto de conteúdo de um Regimento Interno deve iniciar constando a criação da Unidade de Conservação Estadual, conforme a categoria, com características específicas, a saber:
I. Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural, e Refugio de Vida Silvestre;
II. Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Estadual, Reserva extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

§ 1º As categorias de Unidade de Conservação: reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável terão conselhos deliberativos, que serão regulamentados em normativa própria.

§ 2º As demais categorias de Unidade de Conservação terão, obrigatoriamente, conselhos consultivos.

§ 3º Os regimentos internos dos conselhos em atividade devem serem readequados nos ditames dessa Instrução Normativa.

CAPÍTULO II
DA NATUREZA

Art. 3º A composição do Conselho Consultivo será homologada, por Portaria do Instituto Água e Terra, obedecendo as diretrizes dispostas na Portaria IAT nº 297/2025.

§ 1º O Conselho Consultivo da Unidade de Conservação de referência é um órgão consultivo, integrante da atual gestão desta unidade, em conformidade com a Lei nº 9.985/2000 e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2022, que institui e regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

§ 2º O Conselho Consultivo tem a finalidade de contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos Unidade de Conservação de referência, conforme Decreto Estadual de criação da UC.

CAPÍTULO III
OBJETIVOS

Art. 4º O Conselho Consultivo da Unidade de Conservação de referência tem por objetivos:
I. Articular apoio institucional e técnico visando à manutenção da Unidade de Conservação de referência;
II. Buscar condições para a igualdade, o respeito e a integração do ser humano junto à conservação da natureza;
III. Contribuir para a divulgação de ações e resultados desenvolvidos na Unidade de Conservação de referência, em especial junto com as instituições participantes e de grupos atuantes que o compõem;
IV. Acompanhar e participar quando da revisão do Plano de Manejo;
V. Promover, em conjunto com os demais integrantes do Conselho, a aplicação dos eixos e diretrizes do Plano de Manejo.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º O Conselho Consultivo da Unidade de Conservação tem por atribuições:
I. Garantir o processo de apoio à gestão participativa da Unidade de Conservação de referência propondo o envolvimento dos representantes das Instituições participantes e dos grupos atuantes;
II. Promover junto com a gestão da Unidade de Conservação de referência a capacitação dos membros do Conselho, no mínimo uma vez por ano, nos temas de relevante importância;
III. Incentivar as pesquisas científicas, os estudos e o monitoramento ambiental, e o uso sustentável dos recursos naturais, bem como a avaliação, o controle e o monitoramento destas atividades;
IV. Reunir-se, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente e/ou por metade mais um dos membros do Conselho Consultivo, oficializado e recebido pelos membros titulares e/ou respectivos suplentes;
V. Se posicionar em outros assuntos relevantes e relativos ao apoio da gestão da Unidade de Conservação de referência;
VI. Acompanhar o processo de revisão e zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo da Unidade de Conservação de referência;
VII. Propor e/ou requisitar, a quem couber, as providências cabíveis necessárias às soluções para os possíveis problemas existentes.

Parágrafo único. Os entendimentos acordados do Conselho Consultivo deverão estar em consonância com as normas e leis que regulamentam as Unidades de Conservação, o Meio Ambiente e as Políticas Ambientais e, as normas específicas da Unidade de Conservação de referência, tal como o Plano de Manejo.

CAPÍTULO V
DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Conselho Consultivo da Unidade de Conservação será composto pelos representantes e respectivos suplentes, devidamente habilitados, de Instituições participantes e de grupos atuantes, nos termos da Portaria IAT nº 297 de 2025.

§ 1º O mandato de conselheiro é a de dois anos, contados a partir da homologação da Portaria para tal fim, podendo ser renovado por igual período.

§ 2º O mandato de conselheiro de Unidades de Conservação é de caráter voluntário e não remunerado, sendo ainda considerado de relevante interesse público, conforme o art. 17, § 5º, do Decreto Federal n° 4.340/2002.

§ 3º A ausência de membros deste Conselho em duas reuniões ordinárias consecutivas ou em três reuniões alternadas quaisquer, em um biênio, sem justificativa aceita pelo Conselho, implicará na sua exclusão, cabendo as instituições indicar novos membros, titular e suplente.

§ 4º A saída das instituições participantes e/ou dos grupos atuantes das representações deste Conselho se dará por automotivação, consenso ou por maioria simples dos presentes em reunião com pauta prevista para tal.

§ 5° A entrada de novos integrantes no Conselho se dará por escolha da maioria simples dos presentes em reunião, convocada para tal fim e poderá ser motivada pelo próprio Conselho ou pelos interessados, encaminhando-se carta de intenção ao Conselho, respeitando os critérios de legitimidade, representatividade e participação.

CAPÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º A estrutura organizacional deste Conselho é composta de:
I. Plenária;
II. Presidência;
III. Secretaria;
IV. Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

Seção I
Da Plenária

Art. 8º A plenária é a instância maior de entendimentos do Conselho.

Art. 9º Os membros da plenária poderão ser representados por suplentes previamente designados, conforme consta neste regimento interno, parágrafo 3º do art. 6º, em suas faltas ou impedimentos.

Art. 10. Os assuntos a serem submetidos à apreciação da plenária em conformidade com o estabelecido nos objetivos e atribuições deste Regimento serão apresentados por membros do Conselho.

Art. 11. À plenária compete:
I. Acolher, analisar, opinar e encaminhar sobre assuntos pertinentes ao conselho;
II. Discutir e escolher matérias relacionadas à consecução das atribuições do Conselho previstas neste Regimento Interno;
III. Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e à Secretaria.

Parágrafo Único. Todas as conclusões da Plenária somente serão externadas após manifestação favorável da maioria simples dos presentes.

Seção II
Da Presidência

Art. 12. A Presidência do Conselho será exercida pelo Chefe da Unidade da Unidade de Conservação.

Parágrafo único. Na ausência da Presidência, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Secretaria.

Art. 13. São atribuições da Presidência:
I. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho nos termos deste Regimento;
II. Aprovar a pauta das reuniões;
III. Submeter à Plenária o expediente oriundo da Secretaria;
IV. Solicitar auxílio aos membros do Conselho para a execução das atividades relacionadas a este Conselho;
V. Constituir e extinguir Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, ouvidos os demais membros do Conselho;
VI. Representar o Conselho ou delegar sua representação;
VII. Assinar as memórias das reuniões;
VIII. Tomar decisões, de caráter urgente, *ad-referendum* do Conselho desde que em consonância com o Plano de Manejo;
IX. Dispor sobre o funcionamento da Secretaria e resolver os casos não previstos neste Regimento.

Seção III
Da Secretaria do Conselho:

Art. 14. A Secretaria do Conselho será exercida por membro escolhido pela Plenária.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 15. Os serviços da Secretaria serão desenvolvidos com apoio (técnico, operacional e administrativo) da UC e das instituições participantes do Conselho.

Art. 16. Os documentos enviados ao Conselho serão recebidos e registrados pela Secretaria.

Art. 17. Os documentos de que trata o Art. 16 serão completados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados à Presidência do Conselho para exame, e encaminhados às Câmaras Técnicas, aos Grupos de Trabalho e à Plenária se for o caso.

Parágrafo único. A Presidência do Conselho poderá mandar devolver ao interessado documentos recebidos que tratem de assuntos que podem ser solucionados pela rotina técnica-administrativa da Unidade de Conservação de referência.

Art. 18. O(a) Secretário(a) do Conselho deverá participar de todas as reuniões da Plenária incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões, no seu impedimento o Presidente solicitará a indicativa por parte da Plenária o seu substituto para aquela Reunião.

Art. 19. São atribuições da Secretaria:
I. Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Secretaria;
II. Apoiar técnica e administrativamente a Presidência do Conselho Consultivo;
III. Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho Consulto;
IV. Organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do Conselho;
V. Colher dados e informações necessárias à complementação das atividades do Conselho Consultivo e enviar previamente aos Conselheiros, com a pauta, para auxiliar nos entendimentos;
VI. Receber dos membros do Conselho, sugestões de pauta de reunião;
VII. Solicitar à Presidência do Conselho a pauta das reuniões;
VIII. Convidar para as reuniões os representantes do Conselho, por iniciativa da Presidência, e secretariar seus trabalhos;
IX. Distribuir com antecedência mínima de 07 dias para as Reuniões Extraordinárias e 15 dias para as Reuniões Ordinárias, a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões para os membros do Conselho;
X. Elaborar as memórias das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho;
XI. Efetuar controle sobre documentos de que trata o Art. 15, mantendo a Presidência do Conselho informada dos prazos de análise e complementação dos trabalhos das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho;
XII. Disponibilizar, quando solicitada as documentações relativas às atividades do Conselho;
XIII. Receber e aceitar com antecedência mínima de 10 dias para as reuniões extraordinárias e 20 dias para as reuniões ordinárias, os itens de pauta e se for o caso os documentos e anexos.

Seção IV
Das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho

Art. 20. A Presidência do Conselho poderá, ouvidos os demais membros, constituir Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho em conformidade com este Regimento.
I. A Câmara Técnica dará apoio as discussões de assuntos específicos às proposições do Conselho, em geral, com caráter permanente;
II. O Grupo de Trabalho dará de apoio as discussões de assuntos específicos à implantação do Plano de Manejo, em geral, com caráter temporário.

§ 1º O Conselho poderá constituir tantas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho quantos forem necessários.

§ 2º As Câmaras Técnicas e os Grupos de Trabalho têm por finalidade estudar, analisar e oferecer recomendações concernentes aos assuntos que forem discutidos em reuniões do Conselho, encaminhando-os previamente em conformidade com a Secretaria.

§ 3º As Câmaras Técnicas e Os Grupos de Trabalho serão formados por, no mínimo, dois membros do Conselho, titulares ou suplentes, além de Especialistas de reconhecida competência. A composição será sugerida pela Presidência ou pelos Conselheiros e escolhidos pela Plenária.

§ 4º Na composição das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho deverá ser considerada a competência e a afinidade das representações com o assunto a ser estudado.

Art. 21. As proposições das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho serão tomadas por consenso ou escolha da maioria simples dos membros do Conselho.

Art. 22. As Câmaras Técnicas e os Grupos de Trabalho poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que acordadas pela maioria de seus membros, segundo o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. As recomendações apresentadas pela Câmara Técnica e Grupo de Trabalho deverão estar em consonância com as normas e leis que regulamentam as Unidades de Conservação, o Meio Ambiente e as Políticas Ambientais e, as normas específicas da Unidade de Conservação de referência, tal como o Plano de Manejo.

CAPÍTULO VII
DAS REUNIÕES

Art. 23. A Plenária realizará reuniões ordinárias, presencial ou por vídeo chamada, a cada três meses e reuniões extraordinárias a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho, ou por maioria simples dos membros do Conselho, mediante exposição de motivos, em um prazo máximo de dez dias.

Art. 24. Os entendimentos do Conselho Consultivo serão tomados de forma de Consenso, na sua impossibilidade por maioria simples. Parágrafo único. Para a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias será necessária a presença da maioria simples dos membros do Conselho.

Art. 25. A reunião do Conselho será redigida a memória de reunião que, após lida e acordada, em reunião subsequente, será assinada pelo Presidente, pelo(a) Secretário(a) e pelos demais membros presentes e ou acordada em reunião remota, sendo também enviada aos membros do Conselho.

Art. 26. As reuniões do Conselho deverão, preferencialmente, seguir ordem de temas prioritários estabelecido pelo Conselho, em apoio ao Plano de Manejo existente e ou por um Plano de Ação elaborado prevendo as ações prioritárias para a Unidade de Conservação de referência.

Art. 27. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:
I. Instalação da Plenária;
II. Abertura da reunião e início dos trabalhos pela Presidência do Conselho;
III. Leitura e aprovação da Memória da reunião anterior;
IV. Apresentação e encaminhamento da pauta do dia;
V. Assuntos Gerais, a critério da Plenária do Conselho, para serem discutidos, ou levados ao conhecimento dos presentes os assuntos de interesse geral;
VI. Encerramento da reunião.

Art. 28. As recomendações das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho a serem apresentados durante as reuniões deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria, com 20 (vinte) dias de antecedência à data da realização da reunião para fins de inclusão na pauta, apreciação e manifestação da Plenária.

Art. 29. Durante as exposições dos assuntos contidos nas recomendações das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho não serão admitidos apartes.

§ 1º Os membros do Conselho, nas discussões sobre o teor das manifestações das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho terão uso da palavra que será concedida pela Presidência na ordem em que for solicitado.

§ 2º Terminada a exposição da manifestação das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho será o assunto posto em discussão, sendo assegurado o tempo máximo de 05 minutos para cada membro da Plenária, podendo ser prorrogado este prazo, a critério da Presidência.

§ 3º Cabe às Câmaras Técnicas e aos Grupos de Trabalho realizar uma exposição sobre as suas manifestações, em linguagem acessível e de fácil entendimento a todos os presentes nas reuniões do Conselho.

Art. 30. Após as discussões das proposições, as manifestações serão acatadas ou não na forma de consenso e na sua impossibilidade por maioria simples.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os membros do Conselho previstos no Art. 6º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento, sempre que houver necessidade de atualizá-lo, encaminhando-as à Secretaria.

§ 1º A Secretaria submeterá à Presidência do Conselho as propostas de alteração deste Regimento, as quais serão encaminhadas para acordo em Plenária.

§ 2º A alteração proposta será considerada se obtiver o consenso favorável ou por maioria simples dos membros do Conselho.

Art. 32. A participação dos membros no Conselho é considerada serviço de natureza relevante e não remunerada.

Art. 33. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência, ouvido a Plenária.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86276/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 58, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Súmula: Atribuições dos gestores das Unidades de Conservação.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando o contido no protocolo 24.148.345-2;

RESOLVE

Art. 1º Os gestores das Unidades de Conservação estaduais possuem as seguintes atribuições:

I – Coordenar e implementar as atividades relacionadas à gestão da Unidade de Conservação para a qual forem designados, garantindo o cumprimento de seus objetivos de conservação e sustentabilidade;

II – Manter atualizados os registros das atividades realizadas na Unidade de Conservação, incluindo controle de visitantes e demais informações pertinentes, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a Gerência de Áreas Protegidas;

III – Coordenar equipes de colaboradores, incluindo voluntários e profissionais contratados temporariamente, para execução das atividades da Unidade de Conservação;

IV – Planejar e executar atividades de educação ambiental e sensibilização da comunidade sobre a importância da conservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais;

V – Incentivar e monitorar o ordenamento das atividades de visitação e turismo na Unidade de Conservação, assegurando que sejam realizadas de maneira sustentável e compatível com seus objetivos de proteção;

VI – Identificar oportunidades de captação de recursos e desenvolvimento de projetos que contribuam para a manutenção e melhoria da Unidade de Conservação;

VII – Executar as demandas operacionais relacionadas ao funcionamento dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação;

VIII – Acompanhar e apoiar a realização de pesquisas e atividades de monitoramento ambiental na Unidade de Conservação, garantindo o cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas;

IX – Acompanhar e organizar a realização de eventos autorizados na Unidade de Conservação, assegurando sua compatibilidade com os objetivos de gestão da área protegida;

X – Os chefes das unidades deverão encaminhar os pedidos de autorização para pesquisas e realização de eventos, além de enviar mensalmente relatórios referentes às atividades de pesquisa, uso de alojamento e demais ações desenvolvidas na unidade.

XI – Seguir e orientar-se pelos objetivos do SAMGe, que consistem em diagnosticar a efetividade da gestão das unidades de conservação e disponibilizar produtos e serviços que auxiliem os gestores na identificação dos desafios territoriais, fornecendo subsídios para o planejamento e aprimoramento das ações de manejo.

XII – Zelar pelas estruturas físicas da Unidade de Conservação, planejar e solicitar ações de manutenção, reforma e novas implantações em conjunto com a Gerência de Áreas Protegidas.

XIII – A responsabilidade pela designação de servidores para exercerem a função de chefe de Unidade de Conservação cabe à Diretoria de Patrimônio Natural, em conjunto com o chefe do respectivo Escritório Regional.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86277/2025

INSTITUTO AGUA E TERRA
PORTARIA Nº 347, DE 30 DE JUNHO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando a necessidade de continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Portaria IAT nº 270, de 19 de maio de 2025, que instaura processo de verificação preliminar dos fatos apontados no protocolo nº 22.824.231-4, com a emissão de relatório técnico, em vista de possível falta grave cometida por servidores do IAT, em virtude do alegado atraso na entrega da cópia integral do processo de licenciamento ambiental da Usina Termelétrica de Figueira;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por mais 15 (quinze) dias úteis, o prazo estabelecido na Portaria IAT nº 270/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 30 de junho de 2025.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86438/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 348, DE 30 DE JUNHO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.828.802-9,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a servidora Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca, RG nº 8.xxx.500-x, para exercer a função de Chefe de Divisão de Análises Laboratoriais-DAL, no período de 30 de junho à 17 de julho de 2025, por motivo de férias do titular Nilson Roberto Woellner, RG nº 4.xxx.776-x.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86490/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 349, DE 30 DE JUNHO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.851.051-1,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor Helison Daniel Paczun, RG nº 9.xxx.757-x, para exercer a função de Chefe de Núcleo Local – Escritório de Ivaiporã - ERIVA, no período de 23 de junho à 02 de julho de 2025, por motivo de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

férias da titular Maurilio Villa, RG 6.xxx.002-x.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

86509/2025

EDITAL TC Nº 051/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado*:*

AIA 162134/2023-SID 20.710.106-0/Marlici Gestberger - CPF/CNPJ: 815.290.409-06 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 165944/2024-SID 22.955.429-8/José Cavalheiro de Meira Sobrinho - CPF/CNPJ: 363.953.409-30 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 150276/2024-SID 21.551.577-0/Plinio Fontana - CPF/CNPJ: 577.614.779-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 154160/2024-SID 22.954.947-2/Wagner Kreb - CPF/CNPJ: 705.189.129-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 154161/2024-SID 22.955.005-5/S.K Coleta de Entulhos - CPF/CNPJ: 05.108.649/0001-44 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 153147/2024-SID 22.610.690-1/Oseias Siqueira Vilas Boas - CPF/CNPJ: 026.527.809-05 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 153650/2024-SID 22.821.734-4/Flavio Hemrique Pereira - CPF/CNPJ: 725.723.619-49 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.572-2;

AIA 165310/2023-SID 21.284.397-0/MGM Lima Comercio Atacadista - CPF/CNPJ: 09.175.457/0001-01 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.484-0;

AIA 139758/2020-SID 16.935.525-8/Mariluz da Aparecida Rosa - CPF/CNPJ: 056.824.209-26 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 139760/2020-SID 16935.532-0/Mariluz da Aparecida Rosa - CPF/CNPJ: 056.824.209-26 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 135667/2019-SID 15.821.220-6/Mario de Souza Junior - CPF/CNPJ: 464.615.749-72 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 163244/2023-SID 21.502.892-5/Antonio Carlos Lovato - CPF/CNPJ: 537.228.689-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 163245/2023-SID 21.502.555-1/Antonio Carlos Lovato - CPF/CNPJ: 537.228.689-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 163360/2024-SID 22.942.872-1/Municipio de Cambará - CPF/CNPJ: 75.442.756/0001-90 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 135668/2019-SID 15.824.325-3/Condominio Pousada do Paranapanema - CPF/CNPJ: 03.549.328/0001-50 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 154148/2024-SID 22.952.339-2/Silvana Maria Rabassi Parpinelli - CPF/CNPJ: 042.861.109-58 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 163358/2024-SID 22.932.857-3/Laticinio Carolina Ltda - CPF/CNPJ: 77.655.009/0001-65 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 166601/2024-SID 23.202.583-2/Fernando Scinskas Camilo - CPF/CNPJ: 063.370.779-11 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.572-2;

AIA 168775/2024-SID 22.885.059-4/Luisa Bernadete Basso de Macedo - CPF/CNPJ: 445.177.699-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.47.976-6;

AIA 169915/2024-SID 23.002.286-0/M. A de Oliveira Bertoncelo - CPF/CNPJ: 18.091.324/0003-00 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

Curitiba,30 de junho de 2.025
86480/2025

EDITAL TC Nº 052/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
José Cavalheiro de Meira Sobrinho	Cruzmaltina	165944	22.955.429-8
Oseias Siqueira Vilas Boas	Jaboti	153147	22.610.690-1
Plinio Fontana	Chopinzinho	150276	21.551.577-0

Curitiba,30 de junho de 2.025.
86481/2025

NOTIFICAÇÃO 00365/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 14/04/2025 às 08:53 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200316** (protocolo SID 23.852.091-6) em desfavor do CPF 06.25.043/0001-80/**UPA COUROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00366/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/04/2025 às 08:26 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200113** (protocolo SID 23.871.878-3) em desfavor do CPF 371.372.679-04/**Luciano Silveira**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00367/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 17/03/2025 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170293** (protocolo SID 23.693.740-2) em desfavor do CPF 033.375.339-90/**Jocenildo Accordi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00368/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/02/2025 às 09:50 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **165747** (protocolo SID 23.565.844-5) em desfavor do CPF 079.939.209-06/**Sidenei Jose Burak**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00369/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/06/2023 às 11:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **163991** (protocolo SID 20.701.361-7) em desfavor do CPF 759.847.509-10/**Silvestre Fernando Julio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00370/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/06/2023 às 11:45 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **163992** (protocolo SID 20.701.389-7) em desfavor do CPF 759.847.509-10/**Silvestre Fernando Julio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00371/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 10/03/2025 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **171021** (protocolo SID 23.628.810-2) em desfavor do CPF 688.701.79-68/**Nelson Antonio Fornal**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00372/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 13/06/2024 às 15:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 62 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **165271** (protocolo SID 24.002.762-3) em desfavor do CPF 042.181.109-99/**Odair Luis Possemai**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00373/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 05/02/2025 às 15:40 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **171066** (protocolo SID 23.461.902-0) em desfavor do CPF 34.337.418/0001-00/**Gcc Transportes Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00374/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 18/02/2025 às 14:40 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **171079** (protocolo SID 23.527.846-4) em desfavor do CPF 041.844.129-47/**Suzana Antunes Lopes Gaiovi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00375/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 08/12/2023 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de Infração Ambiental **149978** (protocolo SID 21.451.062-6) em desfavor do CPF 706.187.639-53/**Sinval Guadalin da Motta**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00376/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 14/01/2020 às 11:05 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **127726** (protocolo SID 16.326.298-3) em desfavor do CPF 025.759.099-45/**Adriano Prestes Calixto**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00377/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 02/12/2024 às 15:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170883** (protocolo SID 23.141.466-5) em desfavor do CPF 049.477.239-55/**Joilso Di Domenico**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00378/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 02/12/2024 às 15:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170881** (protocolo SID 23.171.377-4) em desfavor do CPF 049.477.239-55/**Joilso Di Domenico**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00379/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 02/12/2024 às 15:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170882** (protocolo SID 23.141.414-2) em desfavor do CPF 049.477.239-55/**Joilso Di Domenico**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00380/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 16/01/2023 às 15:19 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **132629** (protocolo SID 19.944.129-9) em desfavor do CPF 29.078.393/0001-38/**Premodag Industria e Comercio de Pré-moldados em Concreto**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

86484/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELLO ASSISTENCIAL LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347489 com validade até 21/05/2030, para Comércio e Serviço - Atividades funerárias e serviços relacionados a ser implantada na Rodovia Carlos João Strass, 06 no município de Londrina/PR.

86140/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NOVA DO BRASIL LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347491 com validade até 21/05/2030, para Comércio e Serviço - Pesquisa e desenvolvimento científico a ser implantada na Rua Damaris Rosa de Menezes Monteiro, 00 no município de Londrina/PR.

86141/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350074 com validade até 27/06/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na VILA RURAL FRANCISCO JARDIM, S/N no município de Lunardelli/PR.

85943/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EVERTON VIEIRA AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350049 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios a ser implantada na Rua Argentina, 400 no município de Marmeleiro/PR.

85937/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FERTYBIO FERTILIZANTES LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347413 com validade até 21/05/2029, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de insumos agropecuários, exceto agrotóxicos a ser implantada na RUA SANTA MARIANA, 85 no município de Ibiporã/PR.

86113/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KAISER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347425 com validade até 21/05/2028, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Almirante Barroso, 2528 no município de Toledo/PR.

86118/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J.M TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350034 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Alípio de Souza Leal, 181 no município de Cascavel/PR.

85933/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOYSÉS LUPION NETO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347400 com validade até 22/05/2030, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Fazenda Canaã, SN ? Zona Rural, S/N no município de Sengés/PR.

86108/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à O. ANTONIOLLI E FILHO LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347268 com validade até 20/05/2035, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Avenida República Argentina, 2048 no município de Foz do Iguaçu/PR.

86065/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JANIO MARLON SCHEK, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 188681 com validade até 13/08/2026, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LOTE RURAL Nº 27, 4º POLÍGONO, LINHA SAÚDE, S/N no município de Medianeira/PR.

86132/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MATIAS GOMES LISBOA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347255 com validade até 20/05/2030, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na ASSENTAMENTO PA RIBEIRINHO - LOTE 07, S/N no município de Icaraíma/PR.

86061/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMERCIO DE CHAPAS DE MDF LAMINIL LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347418 com validade até 21/05/2030, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Estrada Guaiapó, 6565 no município de Maringá/PR.

86116/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à A. M. R. COMPENSADOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 349783 com validade até 27/06/2030, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na R AMANDO CYPRIANO DA CUNHA, 562 no município de Imbituva/PR.

85914/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 350081 com validade até 27/06/2029, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Estrada Bufadeira da Fonte, 0 no município de Faxinal/PR.

85946/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ETHOS ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA S/A, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347408 com validade até 21/05/2031, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rodovia BR-476, Fazenda Passo do Iguaçu, s/n no município de Paula Freitas/PR.

86111/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LLAR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347397 com validade até 21/05/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na ESTRADA ALIANÇA, SEM no município de Arapongas/PR.

86106/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISMA - DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347313 com validade até 21/05/2030, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças a ser implantada na ROD PRC, 466, S/N no município de Jardim Alegre/PR.

86073/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POHLOD LOCAÇÕES E ESTRUTURAS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 349030 com validade até 27/06/2035, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Guairaca, 741 no município de Pitanga/PR.

86014/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347433 com validade até 21/05/2035, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Avenida Piratinin, Quadra 248, matricula 29.497, - no município de Cidade Gaúcha/PR.

86121/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DESENTUPIDORA BATEL LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 347393 com validade até 23/05/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na RUA FRANCISCO PORTES, 439 no município de Mandirituba/PR.

86104/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PROGRESSO ADMINISTRACAO E INVESTIMENTOS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 298137 com validade até 20/06/2026, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na ROD 467 KM 8,5, SN no município de Cascavel/PR.

86112/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COLGEMAS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 347243 com validade até 20/05/2027, para Comércio e Serviço - Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente a ser implantada na Avenida das Cataratas, 6025 no município de Foz do Iguaçu/PR.

86054/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGRICOLA ANDREIS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 347245 com validade até 20/05/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Av. Santos Dumont, 3998 no município de Laranjeiras do Sul/PR.

86056/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 349988 com validade até 27/06/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na RODOVIA 317 KM 615, S/N no município de Assis Chateaubriand/PR.

85924/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA CAROLINI ALEIXO DA SILVA FONSECA, a Licença de Instalação - LI nº 347274 com validade até 20/05/2029, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Estrada do Rocio, 0 no município de Guarapuava/PR.

86067/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NADIR COLLA, a Licença de Instalação - LI nº 347317 com validade até 20/05/2027, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Avenida das Cataratas, S/N no município de Foz do Iguaçu/PR.

86075/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SAMEK LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 347326 com validade até 20/05/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rua do Semeador, S/N no município de Foz do Iguaçu/PR.

86079/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROGÉRIO BECKER, a Licença de Instalação - LI nº 347330 com validade até 20/05/2027, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Linha são Jose dos pinhais, S/N no município de Missal/PR.

86082/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNIPAL DE MANDAGUARI, a Licença de Instalação - LI nº 350043 com validade até 27/06/2030, para Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - Lei Estadual Nº 10.671/93 a ser implantada na ESTRADA RURAL MUNICIPAL PROMESSA, S/N no município de Mandaguari/PR.

85934/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MFC COMERCIO DE APARAS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 350069 com validade até 27/06/2026, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Rua João XXIII, 22 no município de Cascavel/PR.

86017/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MULTILOG BRASIL S.A., a Licença de Instalação - LI nº 350095 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na BR-277 | KM-723, km 723 no município de Foz do Iguaçu/PR.

86018/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ENERGETICA RODAO LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 350112 com validade até 28/06/2028, para Geração e Transmissão de Energia - Geração Hidrelétrica a ser implantada na RIO CAVERNOSO, SN no município de Guarapuava/PR.

86020/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS, a Licença de Instalação - LI nº 350087 com validade até 27/06/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Rua Apucarana, s/n no município de Manoel Ribas/PR.

85949/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BASE E FUNDAÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 347457 com validade até 26/05/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na PR-493, km 14, S/N no município de Bom Sucesso do Sul/PR.

86129/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HAWP BIER - CERVEJARIA E RESTAURANTE LTDA - ME, a Licença de Instalação - LI nº 347390 com validade até 22/05/2027, para Industrial - Bebidas a ser implantada na Rua José de Alencar, 26 no município de Ivaiporã/PR.

86101/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IDEAL CAÇAMBAS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 347405 com validade até 21/05/2026, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Rua Santa Edwirges, 305 no município de Maringá/PR.

86110/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 347481 com validade até 22/05/2027, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Av. Brasília, 1220 no município de Medianeira/PR.

86136/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUAN ANTONIO GRECHINSKI, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 347377 com validade até 20/11/2025, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Linha Rio Preto, s/n no município de Prudentópolis/PR.

86098/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSE LUIZ SATIN INÁCIO, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 347423 com validade até 21/05/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada Nossa Senhora das Graças - Lote 319-A, . no município de Floraí/PR.

86117/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J8 COMPENSADOS LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 349825 com validade até 27/06/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na ESTRADA IMBITUVA - TEIXEIRA SOARES, S/N no município de Imbituva/PR.

85917/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALLTECH DO BRASIL AGRO INDUSTRIAL LTDA., a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 347441 com validade até 22/05/2027, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Estrada Marisa, km03 no município de São Pedro do Ivaí/PR.

86125/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANTENOR JOSE FUMAGALLI, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 350048 com validade até 27/07/2026, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LOTE TURAL N° 34-A, S/N no município de Palotina/PR.

85936/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ACCO - ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE AGROQUIMICOS DA COSTA OESTE, a Licença de Operação - LO nº 350044 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Unidade de recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins instalada na Rodovia BR 277, Saída para Vera Cruz, S/N no município de Céu Azul/PR.

86016/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M.V.C. COMPONENTES PLÁSTICOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 349951 com validade até 27/06/2029, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Rua Maria Isabel Zen Zagonel, 205 no município de São José dos Pinhais/PR.

86015/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SHPX LOGISTICA LTDA., a Licença de Operação - LO nº 347396 com validade até 22/05/2029, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Rodovia BR 158, KM 222., S/N no município de Campo Mourão/PR.

86105/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A, a Licença de Operação - LO nº 347238 com validade até 19/05/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na Estrada da Usina, s/n no município de Toledo/PR.

86051/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRATE TRATAMENTO TÉRMICO LTDA, a Licença de Operação - LO nº 347334 com validade até 22/05/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Av Rio de Janeiro, 73 no município de Assaí/PR.

86083/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SALTINHO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A, a Licença de Operação - LO nº 347458 com validade até 22/05/2029, para Geração e Transmissão de Energia - Geração Hidrelétrica instalada na Rio Mourão, 0 no município de Campo Mourão/PR.

86130/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, a Licença de Operação - LO nº 347455 com validade até 21/05/2035, para Geração e Transmissão de Energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia instalada na Rod. do Xisto - Ronda, Lapa, s/n no município de Lapa/PR.

86131/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINAMEL AGROINDUSTRIA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 350067 com validade até 27/06/2030, para Industrial - Alimentos instalada na Rua Pioneiro José Jacinto Maia, 150 no município de Maringá/PR.

85942/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KOSTURAR INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 347342 com validade até 29/05/2030, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos instalada na RUA ALBERTO DIEDRICHS, 818 no município de Imbituva/PR.

86087/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MULTI PUXADORES ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 349868 com validade até 26/06/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Soledade (Esq. com Av. Luiz Macanhão 7135), 170 no município de Cascavel/PR.

85918/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GMS INDUSTRIAL - EIRELI, a Licença de Operação - LO nº 347316 com validade até 20/05/2030, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Stévia, 48 no município de Maringá/PR.

86074/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KADESH COMPONENTES DE CALÇADOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 347894 com validade até 27/06/2030, para Industrial - Ind. do couro e peles instalada na Rodovia PR 438, s/n no município de Teixeira Soares/PR.

85913/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GRESPAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 349949 com validade até 26/06/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo instalada na Rua Anápolis, S/N no município de Toledo/PR.

85921/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANA SA, a Licença de Operação - LO nº 350012 com validade até 27/06/2030, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente instalada na Rod PR 317, km 6,5, sn no município de Maringá/PR.

85929/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NORTEVILLE COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA, a Licença de Operação - LO nº 347493 com validade até 22/05/2030, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Avenida Prefeito Sincler Sambatti, 4.876 no município de Maringá/PR.

86143/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BOSS IMPORT EXPORT EIRELI, a Licença de Operação - LO nº 347310 com validade até 20/05/2030, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Rua Rodolfo Cremm, 11126 no município de Maringá/PR.

86071/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FS INDUSTRIA DE BIOCOMBUSTIVEIS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 344285 com validade até 24/03/2030, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na LOT LOTE RURAL, 251-A no município de Santa Tereza do Oeste/PR.

86109/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONSÓRCIO CONSTRUTOR LOGÍSTICO ARAUCÁRIA, a Licença de Operação - LO nº 349893 com validade até 27/06/2030, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Rua César Hasselmann, 1109 no município de Araucária/PR.

85920/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MECANICA AGRICOLA GERVASIO LTDA, a Licença de Operação - LO nº 350101 com validade até 27/06/2029, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças instalada na Rua Paraguai, 243 no município de Cascavel/PR.

86019/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROTESMA INDUSTRIA DE PRE-FABRICADOS DE CONCRETO LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 254207 com validade até 23/09/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na ROD PR 455 KM 2,5, S/Nº no município de Marialva/PR.

85948/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRONCCA & CIA LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 230855 com validade até 23/04/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rodovia PR-487 Saída Serra Dourada, 3935 no município de Umuarama/PR.

86078/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 346727 com validade até 12/05/2029, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia BR-277 KM 359, s/nº no município de Guarapuava/PR.

86072/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VILMA APARECIDA ROSA & CIA LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 336603 com validade até 25/11/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Doutor Otto Rickli, 791 no município de Turvo/PR.

86135/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAGIUS METALURGICA INDUSTRIAL LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 272520 com validade até 25/04/2026, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Estrada Vereador Júlio Ferreira Filho, 299 no município de Campina Grande do Sul/PR.

86063/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PROJETO COMPOSTAR CURITIBA INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPOSTAGEM LTDA., a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 287282 com validade até 20/01/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes instalada na Rua Presidente Castelo Branco, 0 no município de Araucária/PR.

86053/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SIDNEI APARECIDO CIRINO FRANCO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350088 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na SITIO SÃO BENEDITO, 00 no município de Santana do Itararé/PR.

85950/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSE CLAUDEMIR MAZETTE, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350103 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LR 72-A, GL. FRANKLIN, S/N no município de Jesuítas/PR.

85954/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VILSSON FERRONATO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350077 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Linha Tancredo Benghi, S/N no município de Manfrinópolis/PR.

85944/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à APARECIDO RUIZ TEIXEIRA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350104 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LOTEAMENTO IRACEMA, CHACARA 45, LOT. IRACEMA, S/N no município de Iracema do Oeste/PR.

85955/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCELINO BERTOLDO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350105 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Lote Rural nº 39, s/n no município de Santa Helena/PR.

85956/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRUNO BLAU, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350080 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na LINHA PALMITAL, S/N no município de Boa Esperança do Iguaçu/PR.

85945/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JULIO RODOLFO ROEHRIG, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 347329 com validade até 20/05/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na SITIO RANCHO FUNDO, S/N no município de Jataizinho/PR.

86081/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DJHEICI MAKELY DAMKE DA CUNHA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 347391 com validade até 20/05/2035, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LOTE RURAL 82, ESTRADA LINHA CHAPEU DE COURO, S/N no município de Ramilândia/PR.

86102/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LARISSA APARECIDA PRONKO DE ANDRADE MIGUEL DA SILVA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350045 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Sitio Esplanada, 00 no município de Tomazina/PR.

85935/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BIANCA DE SOUZA DO PRADO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 347501 com validade até 22/05/2026, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Albano Drumond dos Reis, 128 no município de União da Vitória/PR.

86146/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUTHER WILLIAM MARCOMINI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350051 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na SITIO NOSSA SENHORA APARECIDA - MATRICULAS 667 E 7.393, S/N no município de Rosário do Ivaí/PR.

85938/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SERGIO PAULO MARSCHNER, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350090 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINHA DOIS VIZINHOS, S/N no município de Pato Bragado/PR.

85952/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CLAUDEMIRO FRANCELINO DA SILVA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 350089 com validade até 27/06/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na ESTRADA RIBEIRAO DAS POMBAS, 00 no município de Santana do Itararé/PR.

85951/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONCESSIONARIA DE LIMPEZA PUBLICA BRASIL SPE LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347348 com validade até 23/05/2026, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Tenente Djalma Dutra, 1742 no município de São José dos Pinhais/PR.

86090/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CESAR BOBINAS, COMERCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347351 com validade até 23/05/2027, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Rua Mário Strapasson, 28 no município de Colombo/PR.

86091/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EORA BRASIL LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347428 com validade até 21/05/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Pioneira Laura Sordi Leonardo, 431 no município de Maringá/PR.

86119/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TROPICAL INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 350009 com validade até 26/06/2027, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Castanheira, S/N no município de Fazenda Rio Grande/PR.

85928/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C.M INDÚSTRIA DE CAIXAS DE PAPELÃO PERSONALIZADAS EIRELI - EPP, a Licença Prévia - LP nº 347339 com validade até 20/05/2026, para Industrial - Ind. de papel e celulose a ser implantada na RODOVIA 317, 000 no município de Floresta/PR.

86086/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ABIB INCORPORAÇÕES LTDA, a Licença Prévia - LP nº 349883 com validade até 27/06/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Av. Manoel Ribas, s/n no município de Rio Azul/PR.

85919/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOTA ELE CLARITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347322 com validade até 20/05/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Avenida das Pombas, 1668 no município de Cascavel/PR.

86077/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LATINA AGRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347343 com validade até 24/07/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rodovia PR 317, Lote 222-A-1., s/n° no município de Floresta/PR.

86088/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PRATA TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347483 com validade até 23/05/2027, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Avenida Jacob Macanhan, 3807 no município de Pinhais/PR.

86137/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARLI TERESINHA NEUMANN 92627218972, a Licença Prévia - LP nº 347355 com validade até 20/05/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Rua Professora Leni M. Jacob, 152 no município de Guarapuava/PR.

86094/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGRO PORTEIRA BENEFICIAMENTO DE GRAOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347239 com validade até 20/05/2026, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Estrada Caetano Mendes a Tibagi, km 2, s/n no município de Tibagi/PR.

86052/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TECH CHILLER CLIMATIZAÇÃO REFRIGERAÇÃO INDUSTRIAL E COMPRESSORES LTDA., a Licença Prévia - LP nº 347470 com validade até 23/05/2027, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Rua Apucarana, 1350 no município de Pinhais/PR.

86134/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE IVAIPORA, a Licença Prévia - LP nº 347445 com validade até 21/05/2027, para Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - Lei Estadual Nº 10.671/93 a ser implantada na Rua Ascânio Mendonça esquina com a Rua Tico Tico, s/n no município de Ivaiporã/PR.

86127/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WAEL LOGISTICA EXPRESS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347336 com validade até 20/05/2026, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Marieta Costa Teixeira, sn no município de Ponta Grossa/PR.

86085/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAZURECHEN CONSTRUCOES CIVIS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347282 com validade até 20/05/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Rua Doutor Hélcio Silva Orane, S/N no município de Ponta Grossa/PR.

86069/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO AGROPECUARIA - CODEPA, a Licença Prévia - LP nº 347436 com validade até 21/05/2027, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de insumos agropecuários, exceto agrotóxicos a ser implantada na PR-459, KM 49, SN no município de Reserva do Iguaçu/PR.

86122/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MESURE DESIGN DE MOVEIS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347430 com validade até 23/05/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Ernesto Juliatto, 400 no município de São José dos Pinhais/PR.

86120/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EORA BRASIL LTDA, a Licença Prévia - LP nº 347428 com validade até 21/05/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Pioneira Laura Sordi Leonardo, 431 no município de Maringá/PR.

86119/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OXITEC S AMBIENTAL LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 347335 com validade até 20/05/2026, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Quinhão, 14 no município de Ortigueira/PR.

86084/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS EDUARDO RAMOS DINIES, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 347208 com validade até 20/05/2026, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Agropecuária 4D, Estrada Castro - Abapã, S/N no município de Castro/PR.

86080/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DOUGLAS MICHALCZESCZEN, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 349962 com validade até 27/06/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Localidade de terra Cortada, s/n no município de Prudentópolis/PR.

85922/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à QUALITY DESCONTAMINACAO E MANUTENCAO EM TANQUES LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 347262 com validade até 23/05/2027, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Rua Luiz Franceschi, 2353 no município de Araucária/PR.

86064/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MADEIRAS NILE LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 347319 com validade até 20/05/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rodovia BR 277, s/n no município de Virmond/PR.

86076/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 347492 com validade até 22/05/2026, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Saída para Ramilândia, S/N no município de Matelândia/PR.

86142/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARILETE MACIEJESKI ZAMPAR, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 349968-R1 com validade até 27/06/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LR 117 E 118 'A', GL. MELHORANÇA, S/N no município de Nova Aurora/PR.

85923/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOACIR QUIQUETO CASAQUI, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 350001-R1 com validade até 27/06/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Lote rural 91-B, s/n no município de Tupãssi/PR.

85926/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 350065-R1 com validade até 27/06/2031, para Geração e Transmissão de Energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia a ser implantada na Avenida Tio Ribas, sn no município de Marialva/PR.

85941/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ZERO RESÍDUOS LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 349992-R1 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Estrada Otília Cunha Guimarães, s/nº no município de Teixeira Soares/PR.

85925/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SCBP COMERCIO DE COMPRESSORES LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 347465-R1 com validade até 21/05/2029, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente a ser implantada na Rua Paraguai, 139 no município de Cascavel/PR.

86133/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GISELA ADRIANA SIQUEIRA DE QUADROS XAVIER, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 347352-R1 com validade até 29/05/2030, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na Rodovia Loanda a Br 376, km 5, SN no município de Loanda/PR.

86092/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ATERRA TERRAPLANAGEM E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 347392-R2 com validade até 23/05/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos classe I e II a ser implantada na Rua Luís Américo Tetti, 48 no município de São José dos Pinhais/PR.

86103/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FÁBRICA DE CARROCERIAS RAINHA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 347250-R2 com validade até 20/05/2030, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Avenida Souza Naves, 4338 no município de Ponta Grossa/PR.

86059/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MADEIREIRA TERESKA LTDA - ME, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 347500-R1 com validade até 22/05/2031, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Marechal Deodoro, 2222 no município de União da Vitória/PR.

86145/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GICEL - FABRICAÇÃO E SERVIÇOS EM PRODUTOS DE METAL LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 347399-R2 com validade até 23/05/2031, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Rua Benevenuto Rattmann, 66 no município de Pinhais/PR.

86107/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ENEAS JUNG, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 350020-R1 com validade até 27/06/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LR 04/B 04/B-B, 04/B-A-A E 05/A, 19° PER. DA FAZ. BRITÂNIA, s/n no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

85932/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PLASTILIT PRODUTOS PLÁSTICOS DO PARANÁ S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347416-R1 com validade até 23/05/2031, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos instalada na Avenida das Américas, 1321 no município de Fazenda Rio Grande/PR.

86115/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DEBORAH CRISTINA SEVERGNINI & CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347484-R2 com validade até 21/05/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Batuirinha, 72 no município de Arapongas/PR.

86138/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TS PHARMA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347488-R1 com validade até 23/05/2030, para Industrial - Ind. química instalada na Rua João Goulart, 226 no município de Pinhais/PR.

86139/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347251-R2 com validade até 23/05/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Doutor Mário Jorge, 191 no município de Curitiba/PR.

86060/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LM INSUMOS AGRICOLAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 310803-R3 com validade até 01/12/2027, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na av. Paraná, 730 no município de Iretama/PR.

86058/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RIOLE ELETRONICA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347496-R2 com validade até 23/05/2030, para Industrial - Ind. de material elétrico, eletrônicos e de comunicação instalada na Rua Luíz Andreta, 209 no município de Colombo/PR.

86144/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISAM - DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347248-R2 com validade até 19/05/2029, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na Rua Padre Anchieta, 923 no município de Cascavel/PR.

86057/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRASIL MINERACAO E TRANSPORTES LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347244-R1 com validade até 23/05/2029, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Raphael Francisco Greca, 1330 no município de Colombo/PR.

86055/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS ROBERTO PASQUALINI ALVES, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 106783-R3 com validade até 14/07/2027, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rua Albino Casali, SN no município de Peabiru/PR.

86128/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HIDRAULICOS E FREIOS TREVO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347444-R1 com validade até 21/05/2029, para Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios instalada na Rua Francisco Ignacio Fernandes, 381 no município de Cascavel/PR.

86126/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 348736-R2 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na Prolongamento da Rua Alexandre Kordiaki, s/nº no município de Santa Maria do Oeste/PR.

86013/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POSTO VT TRUCCOLLO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 343737-R3 com validade até 17/03/2030, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Doutor Paula Xavier, 370 no município de Ponta Grossa/PR.

86124/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUAN FELIPE CORREA TERRAPLANAGEM, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 339715-R5 com validade até 17/01/2033, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos instalada na R Rolandia, s/n no município de Santa Mônica/PR.

86123/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MATRIK SANDESKI E CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347414-R3 com validade até 23/05/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Tavares de Lyra, 4771 no município de São José dos Pinhais/PR.

86114/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BONARDI INDUSTRIA QUIMICA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347389-R2 com validade até 23/05/2029, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Olímpio Cardoso, 765 no município de Colombo/PR.

86100/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RONDOPAR ENERGIA ACUMULADA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347380-R3 com validade até 20/05/2028, para Industrial - Ind. de material elétrico, eletrônicos e de comunicação instalada na Rua João-de-barro, 15 no município de Londrina/PR.

86099/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GUARATU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS E COMPENSADO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347373-R2 com validade até 20/05/2029, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Rua vereador Sebastião de Camargo Ribas, 420 no município de Guarapuava/PR.

86097/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REDE 77 DE POSTOS DA JOSÉ MOZER LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 331176-R5 com validade até 23/09/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua José Mozer, 904 no município de Peabiru/PR.

86096/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350098-R1 com validade até 27/06/2030, para Geração e Transmissão de Energia - Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia instalada na Estrada Faxinalzinho, sn no município de Faxinal/PR.

85953/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO LISBOA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347358-R1 com validade até 23/05/2031, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na R MAXIMILIANO VICENTIN, 1284 no município de Palmital/PR.

86095/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GILBERTO BECKER, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 349791-R2 com validade até 27/06/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na LOTE RURAL Nº11/B, S/N no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

85915/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BASE FORTE COMPENSADOS E LAMINADOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 349813-R2 com validade até 27/06/2030, para Industrial - Ind. da madeira instalada na RUA BENEDITO PERRETTI, 323 no município de Imbituva/PR.

85916/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS BAU LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347353-R2 com validade até 20/05/2031, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Rua João Merlin, 1416 no município de Cascavel/PR.

86093/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDUSTRIA DE MADEIRAS PRUDENTOPOLIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347346-R3 com validade até 20/05/2029, para Industrial - Ind. da madeira instalada na ESTRADA LINHA IGUAÇU, S/N no município de Prudentópolis/PR.

86089/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350004-R2 com validade até 27/06/2029, para Industrial - Alimentos instalada na rua senador souza naves, 1321 no município de Sertanópolis/PR.

85927/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COFAMA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350016-R3 com validade até 27/06/2031, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos instalada na Rodovia Bento Fernandes Dias, s/n no município de Araruna/PR.

85931/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARTINS E AROLDI LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350064-R1 com validade até 27/06/2031, para Comércio e Serviço - Atividades funerárias e serviços relacionados instalada na Rua Souza Naves, 88 no município de Toledo/PR.

85940/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ARLINDO KONING, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347280-R4 com validade até 20/05/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na LOTE RURAL N° 57, S/N no município de Toledo/PR.

86068/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CEREALSUL COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 347309-R2 com validade até 20/05/2029, para Industrial - Alimentos instalada na Rua Diogo Pinto, 990 no município de Laranjeiras do Sul/PR.

86070/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JAMIR JOSÉ MIOLA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 346536-R1 com validade até 12/05/2027, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Vila Iolópolis, Sede Progresso, s/n no município de São Jorge do Oeste/PR.

86066/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LEONILDO LUIZ CENEDESE, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 350082 com validade até 27/06/2030, para Agropecuária - Irrigação instalada na Lote Rural nº 32, da Gleba nº 26, s/n no município de Santa Helena/PR.

85947/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HERMENSON LUIS WEBER, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 347260 com validade até 19/05/2035, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Parte Nordeste do Lote Rural 105, Boa Vista, s/n no município de Toledo/PR.

86062/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELISANE BERTUSSI CAMILLO, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 350057 com validade até 27/06/2030, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Linha 14 de Dezembro, s/n no município de Toledo/PR.

85939/2025

Portaria n° 11325/2025/OD-GOUT. Prot. 19.505.362-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) MAIS FISH- FRIGORIFICO DE PEIXES LTDA - CPF/CNPJ 34.776.394/0001-96. Ivaí. Coordenadas UTM 7.347.863,46 N 425.314,62 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 9.00 m³/h 11:06 horas/dia 23 dias/mês. Município São João do Ivaí.

85966/2025

Portaria n° 11314/2025/OD-GOUT. Prot. 21.203.642-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Copel Geração e Transmissão S/A - CPF/CNPJ 04.370.282/0001-70. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.186.298,99 N 666.925,70 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 5.50 m³/h 16:54 horas/dia 30 dias/mês. Município Curitiba.

86003/2025

Portaria n° 11321/2025/OP-GOUT. Prot. 23.211.729-0. Captação superficial. Outorgado(s) MARIA VIGNE CENTENARO - CPF/CNPJ 660.829.519-72. Rio São Camilo. Piquiri. Coordenadas UTM 7.319.101,41 N 206.447,21 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Palotina.

85998/2025

Portaria n° 10045/2025/REV-GOUT. Prot. 24.229.455-6. Captação superficial. Outorgado(s) PACAEMBU ASSIS CHATEAUBRIAND - 357 E 358 - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA - CPF/CNPJ 46.798.976/0001-52. Córrego Baiano. Piquiri. Coordenadas UTM 7.300.734,99 N 243.255,00 E. Validade 35 anos. Finalidade Controle de emissão de partículas. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 05:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand. Esta portaria revoga a portaria n° 13299/2024/OD-GOUT.

86004/2025

Portaria n° 11304/2025/OD-GOUT. Prot. 23.385.921-4. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Alisson Schach - CPF/CNPJ 024.281.579-06. Córrego Coati. Piquiri. Coordenadas UTM 7.315.260,39 N 220.849,41 E. Validade 11/02/2031. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 63.00 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina.

85965/2025

Portaria n° 11341/2025/OP-GOUT. Prot. 19.243.558-7. Canalização. Outorgado(s) Prefeitura Municipal de Campo Mourão - CPF/CNPJ 75.904.524/0001-06. Rio Campo. Ivaí. Coordenadas UTM 7.339.159,97 N 361.629,43 E. Validade 2 anos. Finalidade Adequação urbanística. Município Campo Mourão.

85964/2025

Portaria n° 11320/2025/OD-GOUT. Prot. 19.695.173-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Silvane Calgaro Santos e outros - CPF/CNPJ 048.843.689-32. Piquiri. Coordenadas UTM 7.328.754,68 N 224.428,68 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 13.00 m³/h 03:34 horas/dia 31 dias/mês. Município Iporã.

85982/2025

Portaria n° 11344/2025/OD-GOUT. Prot. 20.211.983-2. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) LEANDRO RODRIGUES DE PAULA - CPF/CNPJ 081.831.869-47. Rio Branco. Ivaí. Coordenadas UTM 7.310.413,13 N 468.549,98 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Rio Branco do Ivaí.

86405/2025



Secretaria da Educação

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4807 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1160
Nome do Município: IVAIPORA
Código do Estabelecimento: 12032
Nome do Estabelecimento: BARBOSA FERRAZ, C E-E M N PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
AMANDA VICENTE DA MOTTA SIMOES	05662266182PR	36	116012032C001	2	28/05/2025	2021
ANA CLAUDIA SATIN FALCO	06889136950PR	37	116012032C001	2	28/05/2025	2021
ARIELE DEMGENSKI DA SILVA RIBEIRO	06003778903PR	38	116012032C001	2	29/05/2025	2021
BRUNA CAROLINI SILVA ARAUJO	09039205906PR	39	116012032C001	2	30/05/2025	2021
FRANCIELI CRISTINA BERICA	09410182964PR	40	116012032C001	2	30/05/2025	2021
HIARA APARECIDA MESSIAS DE ALMEIDA	08429435956PR	41	116012032C001	3	30/05/2025	2021
INGRAT FERNANDA DA SILVA SANTOS	07177452958PR	42	116012032C001	3	30/05/2025	2021
LUCIANA GUIMARÃES DOS SANTOS	06297427909PR	43	116012032C001	3	30/05/2025	2021
MARIELE DEMGENSKI DA SILVA	06003722940PR	49	116012032C001	4	12/06/2025	2021
MEIRY CUNHA DA SILVA	06429249964PR	45	116012032C001	3	30/05/2025	2021
PRISCILA FERNANDES GUAITA	04110419913PR	46	116012032C001	4	30/05/2025	2021
RIAN FERREIRA GONCALVES	07172020979PR	47	116012032C001	4	30/05/2025	2021
RODRIGO DA SILVA PRADO	07966317943PR	48	116012032C001	4	30/05/2025	2021

IVAIPORA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARCOS ALEXANDRE DE QUADROS
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 02529
Nome do(a) Diretor(a): IVAN LOPES MENDES
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01225

86286/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4923 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: E T N M-ENFERM DO TRAB ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GIOVANNA MAYER MONTEIRO	2059188MS	242	069025617C006	46	11/06/2025	2025

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2021 Data Ato: 08/12/2021

86402/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4920 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1980
Nome do Município: PITANGA
Código do Estabelecimento: 17774
Nome do Estabelecimento: PEDRO I, C E C-M D-EF M PROFIS N
Nome do Curso: NEM EPT IF TEC DESE SIST-ET IC

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
KAUÃ DELGADO	16.085.735-8PR	7	198017774D001	2	26/06/2025	2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

KAUAN FERREIRA SILVA	15.636.631-5PR	8	198017774D001	2	26/06/2025	2024
LARICE JULIA DOS SANTOS PADILHA	15.177.559-4PR	9	198017774D001	2	26/06/2025	2024
LUIZ EZIQUIEL DE LARA	14.757.649-8PR	10	198017774D001	2	26/06/2025	2024
MARCELA STADLER MATOS	15.163.642-0PR	11	198017774D001	3	26/06/2025	2024
MARIA CLARA POTERIKO MARQUES	15.982.195-1PR	12	198017774D001	3	26/06/2025	2024
MARIA FERNANDA ALENSKI	15.966.763-4PR	13	198017774D001	3	26/06/2025	2024
MARIA FERNANDA ASSIS DOS SANTOS	16.144.626-2PR	14	198017774D001	3	26/06/2025	2024
MARIA JULIA CORDEIRO ZEGLAN	15.847.343-7PR	15	198017774D001	3	26/06/2025	2024
THOMAS HENRIQUE DOS SANTOS	15.613.763-4PR	16	198017774D001	4	26/06/2025	2024

PITANGA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ROSINEI DE LURDES BESUCHKO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 07682
Nome do(a) Diretor(a): MIGUEL ANGELO VIEIRA MAZUR
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00130

86330/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4915 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2570
Nome do Município: SAO JOSE DOS PINHAIS
Código do Estabelecimento: 28883
Nome do Estabelecimento: CENTRO DE ENSINO GRAU TECNICO - SPJ
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JOYCE RIBEIRO SILVA	158617560PR	386	257028883D001	8	24/06/2025	2024

SAO JOSE DOS PINHAIS, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ADRIANA MUNDEL ROSA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº ATO: 03/2024 DATA: 20/12/2024
Nome do(a) Diretor(a): CARLOS AUGUSTO BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): 02/2019 Data Ato :14/11/2019

86289/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4913 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1160
Nome do Município: IVAIPORA
Código do Estabelecimento: 12032
Nome do Estabelecimento: BARBOSA FERRAZ, C E-E M N PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
HIARA APARECIDA MESSIAS DE ALMEIDA	08429435956PR	255	116012032D001	2	24/06/2025	2021
INGRAT FERNANDA DA SILVA SANTOS	07177452958PR	256	116012032D001	3	24/06/2025	2021
LUCIANA GUIMARÃES DOS SANTOS	06297427909PR	257	116012032D001	3	24/06/2025	2021
MARIELE DEMGENSKI DA SILVA	06003722940PR	258	116012032D001	3	24/06/2025	2021
MEIRY CUNHA DA SILVA	06429249964PR	259	116012032D001	3	24/06/2025	2021
PRISCILA FERNANDES GUAITA	04110419913PR	260	116012032D001	3	24/06/2025	2021
RIAN FERREIRA GONCALVES	07172020979PR	261	116012032D001	4	24/06/2025	2021
RODRIGO DA SILVA PRADO	07966317943PR	262	116012032D001	4	24/06/2025	2021

IVAIPORA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARCOS ALEXANDRE DE QUADROS
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 02529
Nome do(a) Diretor(a): IVAN LOPES MENDES
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 01225

86210/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4925 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690

Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 26002
Nome do Estabelecimento: CENTRO ENS GRAU TECNICO-UNID CTBA 7 SETE
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ARIELE RIBEIRO NAZIAZENO	130540570	14	069026002D002	3	26/06/2025	2025
BRUNA PAULA MOREIRA	111560951PR	15	069026002D002	3	26/06/2025	2025
BRUNA YARA RODRIGUES GIL	138465411PR	16	069026002D002	4	26/06/2025	2025
DEBORA DO ROCIO MARTINS	81763461PR	17	069026002D002	4	26/06/2025	2025

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): LUCAS DE OLIVEIRA VIEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): N 01/2024 Data Ato:12/07/2024
Nome do(a) Diretor(a): JULIO CESAR BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 01/2021 Data Ato :18/03/2021

86412/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4916 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1380
Nome do Município: LONDRINA
Código do Estabelecimento: 13867
Nome do Estabelecimento: REENSINO, C-E PROFIS NORMAL
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBSEQUENTE

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ELIS REGINA DE SOUZA	51198131PR	5	138013867D001	1	26/06/2025	2002

LONDRINA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): JEFERSON BATISTA DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 4401/2011 - DOE DE 28/10/2011
Nome do(a) Diretor(a): JULIANA SOARES SELLA DE GODOY BUENO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Decreto 7141/2024 - DOE 22/08/2024

86298/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4921 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANA SANTOS LEINECKER	63715077PR	1007	069025617D005	105	23/06/2025	2025
BRENA RODRIGUES MOURA	147364377PR	1008	069025617D005	105	23/06/2025	2025
BRENDA EDUARDA ROCHA	135540013PR	1009	069025617D005	105	23/06/2025	2025
DANIELE APARECIDA DE SOUSA	98825509PR	1010	069025617D005	105	23/06/2025	2025
DANIÉLE FAVILE	90265415PR	1045	069025617D005	112	25/06/2025	2025
DANIELE OLIVEIRA DA FONSECA	77261001PR	1011	069025617D005	106	23/06/2025	2025
EDNA APARECIDA DE LIMA RODRIGUES	92667111PR	1012	069025617D005	106	23/06/2025	2025
ELIANE DE BONFIM	111559813PR	1013	069025617D005	106	23/06/2025	2025
EMANUELLE DOS SANTOS	10374414947PR	1015	069025617D005	106	24/06/2025	2025
EVA DE JESUS MARTINS VALENTE DO PRADO	88520351PR	1016	069025617D005	107	24/06/2025	2025
HANIELE DOS SANTOS CAVALCANTE DE SOUZA	147785275PR	1017	069025617D005	107	24/06/2025	2025
HELEN CRISTINE DE OLIVEIRA BERBECKI	150481945PR	1018	069025617D005	107	24/06/2025	2025
IRIS DE CÁSSIA OLIVEIRA ALEXANDRINO HORLAT	137305542PR	1019	069025617D005	107	24/06/2025	2025
ISABELLE LOPES DE OLIVEIRA	133979360PR	1020	069025617D005	107	24/06/2025	2025
JANE ADRIANA MACHADO PEREIRA	05440662944PR	1021	069025617D005	108	24/06/2025	2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JOANA ESTEFANI MARTINS CAMPOS	98641068PR	1022	069025617D005	108	24/06/2025	2025
JOICE SANTOS DA SILVA DOS SANTOS	161400351PR	1023	069025617D005	108	24/06/2025	2025
JORACI DE FÁTIMA VIEIRA	77353488PR	1024	069025617D005	108	24/06/2025	2025
KAMYLLE DE SOUZA OLIVEIRA BERENHAUSER	145703670PR	1028	069025617D005	109	24/06/2025	2025
KAREN GABRIELA SANTOS DA SILVA	2353257593BA	1025	069025617D005	108	24/06/2025	2025
KARLA CRISTINA THEODORO ROMANOW	97909016PR	1026	069025617D005	109	24/06/2025	2025
KELI CAROLINE PAIM VALCANAIA	138993469PR	1027	069025617D005	109	24/06/2025	2025
LILIANE PEDRO LEITE DE JESUS	136042165PR	1029	069025617D005	109	24/06/2025	2025
LIU DHIÉVERLY RODRIGUES FRANK	09232551926PR	1030	069025617D005	109	24/06/2025	2025
LUAN GUSTAVO SOUZA OLIVEIRA	01824703260PR	1031	069025617D005	110	24/06/2025	2025
MARIA EDUARDA MORAIS KULA	135527742PR	1032	069025617D005	110	24/06/2025	2025
MARIA SELMA GOMES FERREIRA	83308940PR	1033	069025617D005	110	24/06/2025	2025
NATALINA DA SILVA CORAIOLA	103479452PR	1034	069025617D005	110	24/06/2025	2025
PIETRO MATHEUS ANTONIASSI VELOSO	132570892PR	1035	069025617D005	110	24/06/2025	2025
RAFAELA BATISTA ALVES	88581717PR	1036	069025617D005	111	24/06/2025	2025
ROSILDA APARECIDA MENDES	98589813PR	1037	069025617D005	111	25/06/2025	2025
ROSIMEIRE FERREIRA LIMA DOS SANTOS	126025653PR	1038	069025617D005	111	25/06/2025	2025
SABRYNA DOS SANTOS ROMERO	136997769PR	1039	069025617D005	111	25/06/2025	2025
SANDRA MEIRE VENANCIO DE LIMA DOS SANTOS	713805901RS	1040	069025617D005	111	25/06/2025	2025
TEREZINHA DE FÁTIMA CAETANO	67993276PR	1041	069025617D005	112	25/06/2025	2025
TIAGO DE OLIVEIRA MOURA	06386893921PR	1042	069025617D005	112	25/06/2025	2025
VANESSA CORDOVA DA SILVA	88139062PR	1043	069025617D005	112	25/06/2025	2025
VANUSA CRISTINA DE MOURA SCHANAN	158094452PR	1044	069025617D005	112	25/06/2025	2025

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2021 Data Ato: 08/12/2021

86333/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4919 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1430
Nome do Município: MANDAGUARI
Código do Estabelecimento: 14612
Nome do Estabelecimento: VERA CRUZ, C E-EF M PROFIS N
Nome do Curso: TEC EM LOGISTICA-SUBS ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA BEATRIZ DE PAULA VIEIRA DA SILVA	152139195PR	43	143014612D001	5	23/05/2025	2024
BEATRIZ GONÇALVES GOMES	152065809PR	24	143014612D001	1	12/05/2025	2023
BRUNA CAROLINA MACHADO	110579438PR	25	143014612D001	1	12/05/2025	2023
BRUNO LOHAN QUINTILHANO DA SILVA	140849782PR	44	143014612D001	5	23/05/2025	2024
CARLA BEATRIZ ABRAMOSKI MEDINA	151002633PR	26	143014612D001	2	12/05/2025	2023
CARLOS DANIEL DE ANDRADE NUNES	150193613PR	27	143014612D001	2	12/05/2025	2023

CARLOS EDUARDO DE ANDRADE PONCI	138678822PR	28	143014612D001	2	12/05/2025	2023
CELIO PEREIRA MACHADO	89151244PR	45	143014612D001	5	23/05/2025	2024
CLERIS VIVIANA REIS	96613342PR	46	143014612D001	6	23/05/2025	2024
DANIELA CRISTINA DA SILVA	89564883PR	29	143014612D001	2	12/05/2025	2023
DAYANE AUGUSTA DE FREITAS	129585153PR	30	143014612D001	2	19/05/2025	2023
DIONY MARIANO DE MATTOS	100310457PR	47	143014612D001	6	23/05/2025	2024
DULCELINA DE SA GRELLA	0287292220050CE	127	143014612D001	22	24/06/2025	2023
EDUARDO NEVES LIMA	149760261PR	48	143014612D001	6	23/05/2025	2024
ÉRIC GABRIEL LUIZ PONCI	146145876PR	31	143014612D001	3	20/05/2025	2023
FERNANDO MANFRE DOS SANTOS	135087769PR	49	143014612D001	6	23/05/2025	2024
GABRIEL LOPES DA SILVA	15546408-9PR	32	143014612D001	3	20/05/2025	2023
JOSNEI HAVRELUK	98257659PR	50	143014612D001	6	23/05/2025	2024
KAUÃ GUILHERME NUNES PEREIRA	150014468PR	33	143014612D001	3	22/05/2025	2023
LEONARDO RIBEIRO DA SILVA	143395200PR	51	143014612D001	7	23/05/2025	2024
LUCIANO CAMARGO	123673697PR	52	143014612D001	7	23/05/2025	2024
LUIZ FELIPE DA SILVA SANTOS	15987891-0PR	34	143014612D001	3	22/05/2025	2023
LUIZ GUILHERME BRENSIS	148108579PR	53	143014612D001	7	23/05/2025	2024
MARESSA GABRIELLY DA SILVA	150893747PR	35	143014612D001	3	22/05/2025	2023
MAYCON PHELIPE RISSI PETTA	127199930PR	54	143014612D001	7	23/05/2025	2024
MURILO BORGES PEDROSO	159827780PR	36	143014612D001	4	22/05/2025	2023
NICOLLI DE OLIVEIRA REIS	157359355PR	37	143014612D001	4	22/05/2025	2023
RAFAEL RIBEIRO RODRIGUES	129242060PR	38	143014612D001	4	22/05/2025	2023
REGINALDO DIAS DA SILVA JUNIOR	149266062PR	39	143014612D001	4	22/05/2025	2023
THIAGO AUGUSTO SILVA DE FREITAS	144383001PR	40	143014612D001	4	22/05/2025	2023
VITORIA MOREIRA CHAVES	135962643PR	41	143014612D001	5	22/05/2025	2023
WESLEY RODRIGUES PEREIRA	152382200PR	55	143014612D001	7	23/05/2025	2024
YASMIN AUGUSTA SILVA DE FREITAS	160075074PR	42	143014612D001	5	22/05/2025	2023

MANDAGUARI, 30 de Junho de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): NEIDE COSTA ORNAGHI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01123
Nome do(a) Diretor(a): TANIA MARA SOTTI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00137

86322/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4918 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1430
Nome do Município: MANDAGUARI
Código do Estabelecimento: 14612
Nome do Estabelecimento: VERA CRUZ, C E-EF M PROFIS N
Nome do Curso: TEC EM REC HUMANOS-SUBS ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALESSANDRA DA SILVA FERREIRA	129367229PR	56	143014612D001	8	27/05/2025	2024
ALINE APARECIDA DA SILVA FERREIRA	155207140PR	57	143014612D001	8	27/05/2025	2024
BRUNA VENUS CORDEIRO MAUTA	152949545PR	58	143014612D001	8	27/05/2025	2024
CLAUDINEIA DE FATIMA FLORENTINO PONTARA	82829857PR	59	143014612D001	8	27/05/2025	2024
FRANCIELI SOARES DA SILVA	137739860PR	60	143014612D001	8	27/05/2025	2024
GABRIELA GOMES CLEMENTINO SILVA	158806924PR	61	143014612D001	9	27/05/2025	2024
JOÃO PEDRO DIAS MEDEIROS	144726391PR	62	143014612D001	9	27/05/2025	2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LENNON HENRIQUE RIBEIRO GOMES	126334931PR	63	143014612D001	9	27/05/2025	2024
LUANA SANTOS ARAUJO	154291075PR	64	143014612D001	9	28/05/2025	2024
LUDIMILA BEATRIZ RODRIGUES GONCALVES	149897275PR	65	143014612D001	9	28/05/2025	2024
MARCOS RODRIGO FORTUNATO	328673249SP	66	143014612D001	10	28/05/2025	2024
MEIRE ELLEN DA SILVA OLIVEIRA	462669063SP	67	143014612D001	10	28/05/2025	2024
PATRICIA CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA	89282721PR	68	143014612D001	10	28/05/2025	2024
REGIANE RADAELLI	104507964PR	69	143014612D001	10	28/05/2025	2024
RENATA APARECIDA DE JESUS	95891020PR	70	143014612D001	10	28/05/2025	2024
SHARILAINE GABIANE DE SOUZA TOSTA	124717787PR	71	143014612D001	11	28/05/2025	2024
TAYNARA GRAZIELE DA SILVA CORREA	153967440PR	72	143014612D001	11	28/05/2025	2024
WILKER PERASSOLI CHAVES	123987268PR	73	143014612D001	11	28/05/2025	2024

MANDAGUARI, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): NEIDE COSTA ORNAGHI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01123
Nome do(a) Diretor(a): TANIA MARA SOTTI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 00137

86310/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4917 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14924
Nome do Estabelecimento: EFICAZ - CEM, C-EI EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM SEG DO TRABALHO-S ET S

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JANDERSON DA SILVA PAIVA	3.557.113-ESES	290	153014924D001	13	25/06/2025	2024

MARINGA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ROSEMAR APARECIDA ROMÃO
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO Nº 03/2025 DATA: 02/06/2025
Nome do(a) Diretor(a): AMANDA CEZAR DE CASTRO CHAVES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 07/16 Data Ato :18/04/2016

86303/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4926 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 6374
Nome do Estabelecimento: PEDRO MACEDO, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANGEL VICTORIA DE ANDRADE	141911082	291	06900014D009	91	25/06/2025	2022

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): GRAZIELY DOS SANTOS
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01055
Nome do(a) Diretor(a): ELISABETE MOREIRA BATISTA DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 07302

86435/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4929 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 6382
Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA
Nome do Curso: TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão

DIANA GABRIELE DE ARAUJO	13018771907	137	06900022D018	53	18/06/2025	2021

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MIRIA ROSA BOIKO MALISAK
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 02283
Nome do(a) Diretor(a): ANDREY KLEBER MIGLIORINI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 03198

86466/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4927 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 640
Nome do Município: CORNELIO PROCOPIO
Código do Estabelecimento: 5812
Nome do Estabelecimento: CASTRO ALVES, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GISLAINE APARECIDA MARTINS FERNANDES	96119828	433	06400003C001	67	25/06/2025	2020

CORNELIO PROCOPIO, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ANA PAULA CLAUDINO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01398
Nome do(a) Diretor(a): EDWARD SOARES SILVA SOBRINHO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 04033

86453/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4931 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 29808
Nome do Estabelecimento: CENT EDUC PROF INC-INST NEUROL CURITIBA
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
SIMONE FERREIRA DE SOUZA	9288084-2PR	29	069029808D001	1	21/02/2024	2023

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): FERNANDA FÁTIMA RICCI
Nº Ato do(a) Secretário(a): 12/03/2019
Nome do(a) Diretor(a): REGINA RAMINA MONTIBELLER
Nº Ato do(a) Diretor(a): 12/03/2019

86488/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4922 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24376
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DEMOCRATA
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALFREDO MESSIAS FALCAO	105988788PR	53	069024376D007	11	18/06/2025	2025
ANA CAROLINA RIBEIRO BARCELOS DE CASTRO	637634TO	74	069024376D007	15	23/06/2025	2025
ANGELICA MARCIAO CAMPEAU	136710133PR	54	069024376D007	11	18/06/2025	2025
BIANCA STAICHOK CORREA	129070986PR	52	069024376D007	11	18/06/2025	2025
CAÍQUE PEREIRA MEIRA DE MIRANDA	147919395PR	61	069024376D007	13	18/06/2025	2025
CAMILA CAMARGO ORSI BELOTI	129019891PR	60	069024376D007	12	18/06/2025	2025
CAROLINE DOS SANTOS RIBEIRO	89035600PR	71	069024376D007	15	23/06/2025	2024
CLARICE APARECIDA RAMOS	130554717PR	55	069024376D007	11	18/06/2025	2025
DOUGLAS VINHARSKI LEAL	100638320PR	57	069024376D007	12	18/06/2025	2025
ELLEN LUZIA SILVA DE ARAUJO	69418180PR	75	069024376D007	15	23/06/2025	2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FELIPE DE OLIVEIRA ROZENDO	5186477PA	72	069024376D007	15	23/06/2025	2025
FRANCIELY SANTANA GRANADO	95763421PR	66	069024376D007	14	18/06/2025	2024
GILSON LAUREANO	33405693PR	69	069024376D007	14	23/06/2025	2025
GUILHERME LUCAS SILVA	130457177PR	83	069024376D007	17	24/06/2025	2025
INACIO GABARRON BORNIA	140074500PR	73	069024376D007	15	23/06/2025	2025
ITALA CLAUDIA MARQUES DA SILVA	132115109PR	82	069024376D007	17	24/06/2025	2025
JULIO CESAR CUCOLOTTO ORIZZI	72756584PR	58	069024376D007	12	18/06/2025	2025
KEMELLY SUZEN CORREA	147635591PR	59	069024376D007	12	18/06/2025	2024
LUIS RAPHAEL SOARES DE SOUZA MONTEIRO	149945520PR	76	069024376D007	16	23/06/2025	2025
MARCELA FERNANDA POLETTO	105426208PR	65	069024376D007	13	18/06/2025	2025
MARCELO ALUIR FERREIRA	72818750PR	77	069024376D007	16	23/06/2025	2025
MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES	107580310PR	70	069024376D007	14	23/06/2025	2025
MARINA ZANIOLO KARAM	63227439PR	63	069024376D007	13	18/06/2025	2025
MICHELE SCARSI	101094510PR	56	069024376D007	12	18/06/2025	2025
NATHAN KRUGER BIRK	7134565899RS	64	069024376D007	13	18/06/2025	2025
ODAIR PIRES PEREIRA	55509204PR	62	069024376D007	13	18/06/2025	2025
PABLO JUNIOR BRAGA DA SILVA	96459980PR	51	069024376D007	11	18/06/2025	2025
PAULO CEZAR DA COSTA	59440950PR	78	069024376D007	16	23/06/2025	2025
PEDRO HENRIQUE LEONI MICHELS	100647974PR	68	069024376D007	14	23/06/2025	2021
RAFAEL LOURENCO FERREIRA	132181756PR	81	069024376D007	17	24/06/2025	2025
RIVERSON CARLOS DA SILVA LEITE	87891461PR	79	069024376D007	16	24/06/2025	2025
ROSA MARIA CORDEIRO	42540714PR	84	069024376D007	17	24/06/2025	2024
SUZANA ELISA BRIZOLA	79692441PR	67	069024376D007	14	23/06/2025	2023
THAYANE ALVES DE SOUZA	145470765PR	80	069024376D007	16	24/06/2025	2025

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 006/2013 Data Ato: 07/11/2013
Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSÁRIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 05/2014 Data Ato: 12/02/2014

86395/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4930 - 30/06/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23869
Nome do Estabelecimento: INSTITUTO MONITOR
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
AIRTON VARCHAKI JÚNIOR	97973431PR	224	069023869D002	1	17/06/2025	2025
BRUNO HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA	130023193PR	222	069023869D002	1	17/06/2025	2025
CLEONILDA CARVALHO DE FREITAS	79815586PR	225	069023869D002	1	17/06/2025	2025
DAIANA DE OLIVEIRA VOIGT	04152920939SC	226	069023869D002	2	17/06/2025	2025
DELVAIR BATISTA LEMONIE	57641959PR	227	069023869D002	2	21/06/2025	2025
DIONÉIA GABRIELI VALK	5110755625RS	228	069023869D002	2	21/06/2025	2025
EMANUEL VITOR CORDEIRO MOTA	152087861PR	229	069023869D002	2	21/06/2025	2025
FABIANA DO ESPIRITO SANTO	76190950PR	230	069023869D002	2	21/06/2025	2025
FABIO PEREIRA KOSTYCHA	11R2420439SC	231	069023869D002	3	21/06/2025	2025
IRONICE TEREZINHA CONTI PAETZOLD	60146039PR	232	069023869D002	3	21/06/2025	2025
JOÃO FELIPE TEIXEIRA DA SILVA	144595882PR	233	069023869D002	3	21/06/2025	2025
JOÃO PEDRO BRAGA COSTA PEREIRA	131180381PR	234	069023869D002	3	21/06/2025	2025
JOÃO PEDRO RAZALKIEWICZ ALVES	144861272PR	235	069023869D002	3	21/06/2025	2025

JOCEMAR CELINGA	2641197SC	236	069023869D002	4	21/06/2025	2025
LAURYN DA CRUZ BRIZOLA	150949823PR	237	069023869D002	4	21/06/2025	2025
LEANDRO GENTIL LEMONIE	92719502PR	238	069023869D002	4	21/06/2025	2025
LUÍS FELIPE FRANCELINO FERREIRA	130052983PR	239	069023869D002	4	21/06/2025	2025
MARCEL GEORGES KAMFONAS	15771143880PR	240	069023869D002	4	21/06/2025	2025
MICHELLE MARTINS BRAGA	93011202915PR	241	069023869D002	5	21/06/2025	2025
NÁZARA REJANE SANTOS DE SOUZA	33447276SE	242	069023869D002	5	21/06/2025	2025
SAMYLLA KÍSSYLLA FERREIRA MUNIZ	157961209PR	223	069023869D002	1	17/06/2025	2025

CURITIBA, 30 de Junho de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): YASMIN TAYANE LOPES DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): N Ato: 01/2025 Data Ato: 08/05/2025
Nome do(a) Diretor(a): VALÉRIA LOPES TEIXEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2021

86473/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 32/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidora para exercer, interinamente, a função de chefe do Núcleo Regional de Educação – NRE de Ponta Grossa.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolo n.º 24.182.577-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora **Sandra de Lourdes Santos**, RG n.º 3.XXX.119-X PR, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer interinamente a função de chefe do Núcleo Regional de Educação – NRE de Ponta Grossa, no período de **7 a 17 de julho de 2025**, em substituição à titular do cargo, Luciana Aquiles Sleutjes, por motivo de fruição de férias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

86500/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Protocolo n.º 21.874.437-0

A **Secretaria de Estado da Educação – SEED** notifica Keli Cassiana dos Santos Ramos, RG n.º 10.25X.XXX-0 e CPF n.º 093.860.XXX-X7, residente no município de Enéas Marques/PR, para manifestação sobre a não restituição do valor de R$ 61,00 (sessenta e um reais), recebido indevidamente a título de bolsa-auxílio para realização do evento 87352 – Formação de Professores para o Programa AETE – Polo Francisco Beltrão, promovido pelo Departamento de Programas para a Educação Básica – DPEB em 10/05/2024. Fica a NOTIFICADA ciente de que a devolução do valor acima mencionado deve ocorrer em 10 (dez) dias corridos, a partir da publicação desta Notificação, via depósito bancário identificado ou transferência da própria conta do Banco do Brasil à conta supridora da bolsa-auxílio, a seguir relacionada, no valor exato (não arredondando o valor), utilizando a opção de "Depósito Identificado", sendo obrigatório informar CPF do devedor inscrito no evento, no campo identificador:
Banco: 001- Banco do Brasil, Agência: 3793-1, Conta corrente: 6592-7 - (Os campos identificadores 2 e 3 não aceitam nenhuma informação).
O comprovante deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: dpeb_aete@escola.pr.gov.br.
Fica a NOTIFICADA ciente de que a inadimplência poderá acarretar a inscrição do seu nome nos serviços especiais de proteção ao crédito.

Curitiba, 13 de junho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

79998/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

EXTRATO - 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 202300160
Protocolo n.º 24.223.758-7
Partícipes: Secretaria de Estado da Educação e a Associação Medianeirense de Atendiemento Especializado, Reabilitação e Assistencia à Criança e ao Ad, de Medianeira - PR.
Objeto – Aumento dos valores e alteração da forma de custeio do Termo de Colaboração, bem como a adequação do quadro de profissionais/docentes da Organização da Sociedade Civil.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

86325/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREG-e N° 373/2025 – GMS/SEED

Protocolo: 23.245.979-4
1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, de **n.º 373/2025 – SEED**, no valor global máximo de **R$ 6.663.806,39** (seis milhões seiscentos e sessenta e três mil oitocentos e seis reais e trinta e nove centavos), objetivando a a abertura de processo licitatório para Registro de Preços, que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, conforme Edital e Anexos.
2. Considerando o contido na Informação n.º 1.827/2025 – da Assessoria Técnica, com fundamento no art. 13, V, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e no artigo 1.º, §§ 3.º e 5.º do Decreto n.º 4.189/2016, **AUTORIZO** a realização da despesa e a instauração do procedimento licitatório.

Curitiba, 27 de junho de 2025
João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Resolução n.º 7.309/2023 GS/SEED

86379/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
ASSESSORIA TÉCNICA
COORDENAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA

DESPACHO SECRETARIAL
Protocolo n.º 22.799.275-1

Com fundamento no disposto na Lei n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e considerando o contido no protocolado em epígrafe, **autorizo** a indicação do servidor Eurico Amancio de Mello Junior, RG n.º 4.961.XXX-4, para exercer a função de Diretor Interino do Colégio Estadual Alfredo Moises Maluf, município e Núcleo Regional de Educação de Maringá, a partir da data de publicação deste Despacho Secretarial.

Curitiba, 23 de junho de 2025.
Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

86387/2025

RESOLUÇÃO N.º 3484/2025 – GS/SEED
Súmula: Afasta Diretores
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº. 21.648/2023, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023, de 19 de dezembro de 2023, e na Resolução n.º 599/2024 – GS/SEED, bem como no contido no Protocolado n.º 22.799.275-1, R E S O L V E

Art. 1.º Afastar definitivamente os servidores Geraldo Trabuco, RG n.º 1.430.XXX-7, QPM, LF 01 e 02, da função de Diretor; Luciana Andrea Calvi Brito, RG n.º 6.568.XXX-3, QPM, LF 01 e 02; e Josenei Aguinaldo Jacinto, RG n.º 5.043.XXX-0, QPM, LF 01, ambos da função de Diretores Auxiliares, no Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, do município e jurisdicionado ao Núcleo Regional de Maringá, com base no Art. 20 caput, da Resolução n.º 8.835/2023-GS/SEED.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,30 de junho de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

86389/2025

FUNDEPAR

PORTARIA Nº 0363/2025 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4390/2025 – FUNDEPAR celebrado com a empresa INCORPORADORA GRAN-PARÁ LTDA.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.143.608-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal do Contrato nº 4390/2025 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa INCORPORADORA GRAN-PARÁ LTDA., para a execução de serviços comuns de engenharia no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA Paranaguá, localizado no município de Paranaguá/PR:
I - Gestor Titular: Paulo Severino Penteado – RG: 9.xxx.108-0 - CPF: xxx.233.749-xx e Suplente: Vicente de Paulo de Sousa – RG: 8.xxx.781-1 – CPF: xxx.828.469-xx;
II - Fiscal Titular: Mayra Alves Donato – RG: 13.xxx.324-5 – CPF: xxx.201.619-xx - CREA/PR 184.700/D, e Suplente: Karine Pereira dos Santos de Oliveira – RG: 10.xxx.397-4 – CPF: xxx.537.629-xx - CREA/PR 187.472/D, ambas pertencentes ao Quadro do Fundepar;
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Geovana Beatriz Ojczenasz – CREA PR 184.156/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

85878/2025

PORTARIA Nº 0366/2025 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4392/2025 - Fundepar, celebrado com a empresa Itauba Construtora e Incorporadora Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.124.843-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 4392/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Itauba Construtora e Incorporadora Ltda, para a execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual José de Anchieta, localizado no município de Paranavaí/PR.
I - Gestor Titular: Adélia Paixão – RG 5.XXX.609-9- CPF XXX.476.779-XX e Suplente: Glaucia Leteia Fernandes Obici – RG 7.XXX.790-9 – CPF XXX.464.279-XX.
II - Fiscal Titular: Marcia Nunes Cordeiro de Souza – RG 10.XXX.231-6 – CPF XXX.386.929-XX - CREA/PR 179046/D, pertencente ao Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB e suplente Jony Mercis da Silva – RG 6.XXX.850-4 – CPF XXX.455.909-XX- CREA/PR 171925/D, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Paulo Alves de Almeida Junior - CREA PR-75433/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

85875/2025

PORTARIA Nº 0369/2025 - FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 4511/2025 – FUNDEPAR celebrado com a empresa INCORPORADORA GRAN-PARÁ LTDA.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 22.596.884-5,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal do Contrato nº 4511/2025 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa INCORPORADORA GRAN-PARÁ LTDA., para a execução de serviços comuns de engenharia no Colégio Estadual do Campo Professor Aniz Domingos, localizado no município de União da Vitória/PR:
I - Gestor Titular: Mario Francisco Dalgallo – RG: 6.xxx.559-4 - CPF: xxx.366.059-xx e Suplente: Teresa Cristina Chamee Pogogelski – RG: 6.xxx.499-1 – CPF: xxx.946.369-xx;
II - Fiscal Titular: Jair Ribeiro Junior – RG: 9.xxx.652-0 – CPF: xxx.001.386-xx - CREA/PR 137.305/D pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, e Suplente: Davi José de Grandi – RG: 12.xxx.525-0 – CPF: xxx.843.529-xx - CREA/PR 185.260/D, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE;
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Larissa Maria de Andrade – CREA/PR 131.403/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

86255/2025



Secretaria do Esporte

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO ESPORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE
CONSELHO ESTADUAL DO ESPORTE - CEE
Curitiba, 30 de junho de 2025.
PROTOCOLO | 24.234.060-4

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Esporte

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 9h (nove horas), nas dependências da Secretaria de Estado do Esporte e da Paraná Esporte, localizadas na Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, n.º 1020, Curitiba, Estado do Paraná, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Esporte, instituído pelos Decretos n.º 702, de 28 de abril de 1995; n.º 6.228, de 16 de outubro de 2012; e n.º 4.544, de 8 de janeiro de 2024, mediante convocação de seu Presidente, com a seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 3. Apreciação dos repasses automáticos para as ações continuadas; 4. Apresentação do cenário de solicitações de repasse para infraestrutura esportiva; 5. Relato da Câmara Temática sobre análise técnica e de mérito, com sugestão de classificação dos projetos; 6. Outros assuntos; 8. Encerramento. A reunião contou com a presença de quatorze conselheiros, conforme lista de presença anexa.

1. Abertura: Os trabalhos foram abertos pelo Secretário de Estado do Esporte, Sr. Hélio Renato Wirbiski, que agradeceu a presença dos conselheiros e enfatizou a relevância dos temas a serem discutidos, todos voltados ao aprimoramento das políticas públicas de esporte no Estado do Paraná.

2. Leitura e Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária: A leitura da ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de maio de 2025, foi dispensada pelos conselheiros, sendo sua aprovação ratificada por unanimidade.

3. Apreciação dos Repasses Automáticos para Ações Continuadas: O Diretor de Fomento e Promoção do Esporte, Sr. Clésio de Marins Prado, apresentou o panorama geral das transferências de recursos do Fundo Estadual do Esporte para ações continuadas no exercício de 2025, relembrando os critérios de distribuição estabelecidos com base na população dos municípios. Foram efetivados repasses a 54 (cinquenta e quatro) municípios, representando 13,53% do total do Estado e beneficiando mais de 3,9 milhões de cidadãos, o que corresponde a 34,40% da população paranaense. O valor total transferido foi de R$ 4.986.826,50 (quatro milhões novecentos e oitenta e seis mil reais e cinquenta centavos). Foi apresentado o quadro consolidado dos repasses, assim como em cada uma das regionais administrativas da Paraná Esporte, com o seguinte cenário.

	Protocolo	Município	Valor	Regional	População
1	23.661.250-3	Astorga	R$ 76.425,00	05 - Maringá	25475
2	23.787.912-0	Boa Esperança	R$ 31.906,00	07 - Campo Mourão	4558
3	23.917.472-8	California	R$ 60.970,00	04 - Londrina	8710
4	23.607.806-0	Cambé	R$ 107.208,00	04 - Londrina	111208
5	23.876.031-3	Campo Mourão	R$ 198.864,00	07 - Campo Mourão	103432
6	23.907.542-8	Chopinzinho	R$ 105.425,00	09 - Pato Branco	21085
7	23.719.278-8	Corbélia	R$ 87.350,00	08 - Cascavel	17470
8	23.888.651-1	Cruzeiro do Oeste	R$ 119.155,00	06 - Umuarama	23831
9	23.889.224-4	Cruzeiro do Sul	R$ 31.458,00	05 - Maringá	4494
10	23.909.121-0	Curitiba	R$ 443.429,50	01 - Curitiba	1829718
11	23.916.791-8	Fazenda Rio Grande	R$ 161.506,00	01 - Curitiba	160873
12	23.835.324-6	Formosa do Oeste	R$ 52.787,00	11 - Foz do Iguaçu	7635
13	23.648.536-6	Foz do Iguaçu	R$ 285.415,00	11 - Foz do Iguaçu	295415
14	23.710.159-6	Iretama	R$ 53.420,00	07 - Campo Mourão	10684
15	23.648.296-0	Jaboti	R$ 37.989,00	02 - Ponta Grossa	5427
16	23.588.709-6	Japira	R$ 34.804,00	02 - Ponta Grossa	4972
17	23.911.237-4	Loanda	R$ 116.125,00	13 - Paranavaí	23225
18	23.657.907-7	Lobato	R$ 32.606,00	05 - Maringá	4601
19	23.804.887-7	Mandaguari	R$ 183.580,00	05 - Maringá	36716
20	23.889.672-0	Marechal Candido Rondon	R$ 111.672,00	11 - Foz do Iguaçu	55836
21	23.623.149-6	Moreira Sales	R$ 55.875,00	07 - Campo Mourão	11175

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

22	23.629.406-4	Munhoz de Melo	R$ 27.657,00	05 - Maringá	3951
23	23.586.168-2	Nossa Senhora das Graças	R$ 25.683,00	05 - Maringá	3669
24	23.772.773-8	Nova Esperança	R$ 79.755,00	05 - Maringá	26585
25	23.807.422-3	Nova Londrina	R$ 65.940,00	13 - Paranavaí	12923
26	23.775.253-8	Ouro Verde do Oeste	R$ 42.252,00	11 - Foz do Iguaçu	6036
27	23.913.164-6	Paiçandu	R$ 137.886,00	05 - Maringá	45962
28	23.898.466-1	Palmas	R$ 144.741,00	14 - União da Vitória	48247
29	23.651.759-4	Paraiso do Norte	R$ 66.225,00	13 - Paranavaí	13245
30	23.910.121-6	Paranavaí	R$ 184.002,00	13 - Paranavaí	95001
31	23.912.456-9	Pato Branco	R$ 169.558,00	09 - Pato Branco	96836
32	23.639.212-0	Peabiru	R$ 66.730,00	07 - Campo Mourão	13346
33	23.764.878-1	Perobal	R$ 50.323,00	06 - Umuarama	7189
34	23.855.706-2	Pinhais	R$ 127.019,00	01 - Curitiba	131019
35	23.903.658-9	Pinhão	R$ 89.658,00	10 - Guarapuava	29886
36	23.900.905-0	Piraquara	R$ 118.730,00	01 - Curitiba	124730
37	24.072.626-2	Pitangueira	R$ 21.322,00	04 - Londrina	3046
38	23.889.126-4	Planaltina do Paraná	R$ 29.778,00	13 - Paranavaí	4070
39	23.917.337-3	Pontal do Paraná	R$ 85.587,00	01 - Curitiba	31425
40	23.916.823-0	Rebouças	R$ 72.570,00	10 - Guarapuava	14514
41	23.814.414-0	Rio Branco do Sul	R$ 97.191,00	01 - Curitiba	37558
42	23.882.981-0	Santa Mônica	R$ 26.950,00	13 - Paranavaí	3356
43	23.690.299-4	Santana do Itararé	R$ 38.598,00	02 - Ponta Grossa	5514
44	23.888.804-2	Santo Inácio	R$ 43.267,00	05 - Maringá	6181
45	23.901.040-7	São Jorge do Oeste	R$ 65.646,00	09 - Pato Branco	9378
46	23.737.655-2	São Manoel do Paraná	R$ 14.966,00	06 - Umuarama	2138
47	23.834.504-9	São Pedro do Paraná	R$ 18.627,00	13 - Paranavaí	2661
48	23..914.475-6	São Sebastião da Amoreira	R$ 56.441,00	03 - Cornélio Procópio	8063
49	23.884.840-7	Telêmaco Borba	R$ 150.084,00	02 - Ponta Grossa	75042
50	23.883.695-6	Terra Rica	R$ 74.210,00	13 - Paranavaí	14842
51	23.918.165-1	Município de Toledo	R$ 158.620,00	11 - Foz do Iguaçu	158470
52	23.708.583-3	Município de Tomazina	R$ 61.516,00	02 - Ponta Grossa	8426
53	23.903.057-2	Município de Umuarama	R$ 117.095,00	06 - Umuarama	117095
54	23.912.791-6	Uraí	R$ 70.230,00	03 - Cornélio Procópio	10406
			R$ 4.986.826,50		3937350

4. Apresentação do Cenário das Solicitações de Repasse para Infraestrutura Esportiva: Também pelo Diretor Clésio Prado, foram apresentadas informações referentes aos projetos de infraestrutura esportiva. Ao todo, 35 (trinta e cinco) municípios submeteram projetos, somando R$ 13.343.770,11 (treze milhões trezentos e quarenta e três mil setecentos e setenta reais) em investimentos solicitados. Desses, 32 (trinta e dois) projetos foram considerados aptos, 02 (dois) indeferidos por pendências documentais e 01 (um) indeferido por tratar-se de construção de sede administrativa. O Diretor apresentou gráficos ilustrando os tipos de demandas, como construção de quadras, ginásios, praças esportivas, entre outros.

5. Relato da Comissão Interna sobre a Análise Técnica e de Mérito: O Diretor passou a palavra ao membro representante da OAB, Sr. Rodrigo Fedatto, relator da Comissão Interna de Análise Técnica e de Mérito dos Projetos, que destacou os critérios utilizados na priorização dos projetos: contrapartida financeira, relevância do projeto, ausência de repasse em 2024, participação em eventos oficiais, desempenho esportivo, impacto regional e social, abrangência do público beneficiado e natureza da obra (impacto direto ou indireto).
Com base nesses critérios, os projetos foram assim classificados.

	Município	Objeto	Valor Total do Projeto	Valor Aprovado	Contrapartida Municipal
1	Moreira Sales	Aquisição de Piso Modular	R$ 307.200,00	R$ 276.480,00	R$ 30.720,00
2	Rio Branco do Sul	Construção de Quadra Coberta	R$ 650.000,00	R$ 450.000,00	R$ 200.000,00

2	Rio Branco do Sul	Construção de Quadra Coberta	R$ 650.000,00	R$ 450.000,00	R$ 200.000,00
3	Chopinzinho	Revitalização de Quadra Sintética	R$ 559.288,85	R$ 450.000,00	R$ 109.288,85
4	Piraquara	Melhoria da Quadra do Centro da Juventude e Ginásio Poliesportivo	R$ 499.999,00	R$ 449.999,10	R$ 49.999,90
5	Califórnia	Reforma da Quadra Poliesportiva Antônio Voltarelli,	R$ 300.000,00	R$ 250.000,00	R$ 50.000,00
6	Uraí	Modernização da Infraestrutura do Piso do Ginásio	R$ 296.084,00	R$ 251.671,40	R$ 44.112,60
7	Tomazina	Revitalização do Complexo Esportivo	R$ 677.691,57	R$ 500.000,03	R$ 177.691,54
8	Santo Inácio	Implementação de Piso Modular	R$ 330.800,00	R$ 297.720,00	R$ 33.080,00
9	Apucarana	Implementação de Piso Modular	R$ 224.250,00	R$ 201.825,00	R$ 22.425,00
10	Pinhão	Requalificação Funcional do Ginásio XV de Dezembro	R$ 294.912,00	R$ 264.912,00	R$ 30.000,00
11	Terra Rica	Modernização da Praça de Esportes	R$ 252.037,50	R$ 226.833,75	R$ 25.203,75
12	Campo Mourão	Adequação de Espaço Físico	R$ 499.500,00	R$ 450.050,00	R$ 49.450,00
13	Pontal do Paraná	Reforma de Praças Esportivas	R$ 500.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
14	Rolândia	Reforma de Ginásios	R$ 202.423,61	R$ 182.181,25	R$ 20.242,36
15	Corbélia	Revitalização de Quadra Sintética	R$ 580.089,57	R$ 500.000,00	R$ 80.089,57
16	Fazenda Rio Grande	Academia	R$ 471.399,89	R$ 424.259,90	R$ 47.139,99
17	Iretama	Revitalização do Ginásio de Esportes	R$ 530.888,34	R$ 500.000,00	R$ 53.088,83
18	Munhoz de Mello	Modernização do Ginásio	R$ 496.000,00	R$ 446.400,00	R$ 49.600,00
19	Ouro Verde do Oeste	Aquisição e Instalação de Cadeiras	R$ 250.524,75	R$ 225.472,27	R$ 25.052,48
20	Mandaguari	Aquisição de Cadeiras para Arquibancadas	R$ 490.000,00	R$ 441.000,00	R$ 49.000,00
21	Lobato	Aquisição e Instalação de Cadeiras no Ginásio	R$ 313.250,00	R$ 281.925,00	R$ 31.325,00
22	Santana do Itararé	Melhorias na Quadra Municipal	R$ 680.000,00	R$ 500.000,00	R$ 188.054,58
23	Boa Esperança	Climatização e Melhoria do Ginásio	R$ 391.418,74	R$ 352.277,00	R$ 39.141,74
24	Toledo	Aquisição e Instalação de Cadeiras no Ginásio	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 45.000,00
25	Paraíso do Norte	Iluminação de Campo e Cobertura de Arquibancada	R$ 456.778,88	R$ 411.100,99	R$ 45.677,89
26	Rio Bom	Reforma de Ginásio Municipal	R$ 499.999,00	R$ 450.000,00	R$ 49.999,00
27	Pinhais	Ampliação e Acessibilidade no Campo do Jd Cláudia	R$ 1.098.934,37	R$ 500.000,00	R$ 598.934,37
28	Astorga	Revitalização de Pintura do Ginásio	R$ 133.800,00	R$ 120.420,00	R$ 13.380,00
29	São Jorge D'oeste	Reforma do Centro Poliesportivo Egídio Veronesse	R$ 449.824,91	R$ 404.842,42	R$ 44.982,49
30	Peabiru	Aquisição de Climatizadores	R$ 416.000,00	R$ 374.400,00	R$ 41.600,00
31	Cambé	Revitalização de Quadra e Ginásio	R$ 460.000,00	R$ 360.000,00	R$ 100.000,00
32	Perobal	Reformas e Instalação de Piso Modular Indoor na Quadra Esportiva do Ginásio de Esporte Municipal	R$ 500.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00

A conselheira Sra. Márcia Tomadon, também membro da Comissão de análise de projetos, complementou destacando a importância dos projetos para inclusão social, especialmente no atendimento a crianças e à ampliação da acessibilidade ao esporte.

Colocada em discussão a proposta de classificação apresentada pela Câmara Temática esta foi **aprovada** sem ressalvas, com os seguintes encaminhamentos: a) os município serão atendidos observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária; b) em primeira convocação serão atendidos os primeiros treze projetos classificados, em atenção ao valor inicialmente previsto para repasses de R$ 4.743.449,84 (quatro milhões setecentos e quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), conforme ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Esporte de 05 de dezembro de 2024; c) os repasses somente serão efetuados após a comprovação do depósito da contrapartida municipal, com prazo limite de 30 (trinta) dias corridos após a publicação da ata, sendo facultada a solicitação de prorrogação de prazo por igual período, em uma única oportunidade; d) na hipótese de não atendimento do prazo ou qualquer outro motivo que impeça a transferência, haverá convocação sequencial dos municípios, de acordo com a classificação aprovada; e) poderão ocorrer novas convocação ainda no exercício de 2025, de acordo com eventuais desistências ou ampliação da disponibilidade orçamentária.

6. Outros Assuntos: O Diretor Clésio Prado apresentou o novo informativo elaborado para os municípios, que atuará como guia prático sobre os procedimentos pós recebimento do repasse via Fundo Estadual do Esporte. Reforçou, ainda, a obrigatoriedade do uso das logomarcas institucionais do Governo do Estado nas iniciativas contempladas com recursos do Fundo.

7. Encerramento: Em nome da Presidência do Conselho Estadual do Esporte, o Secretário Hélio Wirbiski agradeceu a presença e a valiosa contribuição dos conselheiros, ressaltando a importância da Conferência Estadual do Esporte, que orientará as diretrizes para os próximos anos. Reiterou o papel fundamental de todos os segmentos da sociedade na construção coletiva dessas decisões.

Nada mais havendo a tratar, a 9ª Reunião Ordinária foi encerrada às 10h50 (dez horas e cinquenta minutos).

Para constar, eu, Walmir da Silva Matos, Conselheiro Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos demais

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

presentes que assim o desejarem.

Hélio Renato Wirbiski
Secretário de Estado do Esporte
Presidente do Conselho Estadual do Esporte

Walmir da Silva Matos
Diretor Presidente da Paraná Esporte
Secretário Executivo

86478/2025

Secretaria da Fazenda

PORTARIA Nº 114 DTE/SEFA, de 25 de Junho de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 25 de Junho de 2025

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 114

ÓRGÃO 22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
UNIDADE GESTORA 220000

Fonte	1 - Pessoal e Encargos Sociais	Total	N. do Processo
500	20.000,00	20.000,00	2025FF000113
Total		**20.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 650000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
501	550.000,00	550.000,00	2025FF000113
Total		**550.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
754	5.000.000,00	5.000.000,00	2025FF000113
Total		**5.000.000,00**	

85861/2025

PORTARIA Nº 115 DTE/SEFA, de 26 de Junho de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 26 de Junho de 2025

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 115

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	1 - Pessoal e Encargos Sociais	Total	N. do Processo
500	50.000.000,00	50.000.000,00	2025FF000114
Total		**50.000.000,00**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 413300

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
550	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000114
Total		**1.000.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.150.000,00	1.150.000,00	2025FF000114
Total		**1.150.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453300

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	6.608,00	6.608,00	2025FF000114
Total		**6.608,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453400

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	500.000,00	500.000,00	2025FF000114
Total		**500.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 454600

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000114
Total		**1.000.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 653000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	160.000,00	160.000,00	2025FF000114
Total		**160.000,00**	

85862/2025

PORTARIA Nº 116 DTE/SEFA, de 27 de Junho de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 27 de Junho de 2025

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 116

ÓRGÃO 27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
UNIDADE GESTORA 270000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
799	234.645,08	234.645,08	2025FF000115
Total		**234.645,08**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453200

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	3.500.000,00	3.500.000,00	2025FF000115
Total		**3.500.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 653000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	60.000,00	60.000,00	2025FF000115
Total		**60.000,00**	

85864/2025

(Republicada)

RESOLUÇÃO SEFA Nº 484, DE 6 DE JUNHO DE 2025.

Aprova o Regimento Interno da Receita Estadual do Paraná.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como considerando o contido no Protocolo nº 21.045.421-7,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Receita Estadual do Paraná – REPR, na forma dos Anexos que integram a presente Resolução.

Art. 2º A Receita Estadual do Paraná deverá promover a revisão das normas legais afetadas, visando a implantação integral do Regimento Interno em até 12 (doze) meses da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 3º Revoga o Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, publicada na Edição nº 9999, de 2 de agosto de 2017, do Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de junho de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

TÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Art. 1º A Receita Estadual do Paraná – REPR é órgão de regime especial vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010, e inciso III do art. 3º e Anexos I e II da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º À Receita Estadual do Paraná – REPR compete:

I - o planejamento, a organização, a previsão, a direção, o registro, a coleta, a análise e o controle das receitas derivadas do estado do Paraná;

II - a tributação, a arrecadação e a fiscalização dos impostos de sua competência;

III - a execução das políticas fiscal e tributária do estado do Paraná;

IV - a articulação com outros órgãos, entidades ou entes federados, visando à integração e à troca de informações em matérias de sua competência;

V - a coordenação, a orientação, o acompanhamento e o controle das atividades das unidades regionais e locais, promovendo o fluxo constante de informações entre essas e as demais unidades da SEFA;

VI - a inscrição e o cancelamento de créditos do estado do Paraná em dívida ativa;

VII - o planejamento, a organização e a gestão dos serviços de inscrição, de registro e de controle dos créditos inscritos em dívida ativa;

VIII - a expedição de certidões sobre a situação dos débitos existentes no registro da dívida ativa;

IX - a decisão sobre os pedidos de parcelamento de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa;

X - a orientação fiscal e o atendimento às consultas dos contribuintes;

XI - a representação do estado do Paraná na Comissão Técnica Permanente do ICMS – Cotepe/ICMS, do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, e em outros fóruns tributários de caráter regional, nacional ou internacional;

XII - o assessoramento em matérias jurídico-tributárias à SEFA;

XIII - o acompanhamento das questões de interesse da SEFA, mediante sua representação no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais – SEFA/CCRF;

XIV - a análise e o preparo de minutas de convênios e de protocolos que versem sobre matéria tributária em que o estado seja parte, bem como o esclarecimento de dúvidas decorrentes de sua execução;

XV - a emissão de pareceres e de informações em processos que envolvam matéria de Direito Tributário;

XVI - a articulação com a SEFA em matérias e proposições concernentes à política fiscal;

XVII - o aperfeiçoamento do sistema normativo tributário do estado do Paraná, em função de sua conjuntura econômico-financeira;

XVIII - a elaboração e a revisão da legislação tributária do estado do Paraná, bem como a atualização periódica de sua coletânea;

XIX - a decisão, em primeira instância, sobre processos administrativos fiscais;

XX - a determinação de diligências e o despacho em processos que versem sobre pedidos de restituição de impostos;

XXI - a elaboração do plano de aplicação do Fundo Especial do Fisco – Funrefisco;

XXII - a administração de recursos humanos no âmbito da REPR, em coordenação com a respectiva unidade de atuação sistêmica da SEFA;

XXIII - o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação dos recursos, processos, serviços e sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC aplicáveis à Administração Tributária do Estado, em coordenação com a área de TIC da SEFA;

XXIV - a coordenação de programas e projetos afetos à Administração Tributária;

XXV - o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento da REPR e do Funrefisco, a autorização para a realização de licitações e para o pagamento de despesas no âmbito do órgão e do fundo especial.

XXVI - o desempenho de outras atividades correlatas.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Art. 3º A estrutura organizacional da REPR compreende as seguintes unidades:

I - Nível de Direção Superior:

a) Diretor da Receita Estadual do Paraná;

b) Direção-adjunta - DADJ;

Nível de Assessoramento:

a) Gabinete do Diretor – GAB;

b) Assessoria Técnica Institucional e de Pessoal – ATIP;

c) Unidade de Gestão Integrada de Planejamento, Projetos e Processos – UGIP;

d) Unidade de Integridade e *Compliance* – UNIC;

e) Unidade de Gestão do Atendimento e Relações com o Contribuinte – UGARC;

f) Unidade Administrativa e Financeira – UAF;

g) Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação – UTIC;

II - Nível de Gerência:

a) Coordenação de Tributação – CTR;

b) Coordenação de Arrecadação e Cobrança – CAC;

c) Coordenação de Fiscalização – CFI;

d) Coordenação de Informações Analíticas – CIA;

III - Nível de Execução Programática:

delegacias especializadas:

1. Delegacia do Simples Nacional – DSN;

2. Delegacia de Contribuintes Localizados em Outros Estados – DCOE;

3. Delegacia do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações, de Quaisquer Bens ou Direitos – DITCMD;

4. Delegacia de Julgamento – DJ;

unidades organizacionais vinculadas à Coordenação de Tributação:

1. Divisão Normativa Tributária – DNT;

2. Divisão de Administração da Base de Dados da Legislação Tributária – DALT;

3. Divisão Consultiva Tributária – DCT;

4. Divisão de Processo Administrativo Fiscal – DPAF;

5. Divisão de Processo de Natureza Tributária – DPNT;

6. Divisão de Representação da Cotepe/ICMS – DRC;

a) unidades organizacionais vinculadas à Coordenação de Arrecadação e Cobrança:

1. Divisão de Cadastro – DCAD;

2. Divisão de Apuração do ICMS e do Parcelamento – DAIP;

3. Divisão de Controle da Arrecadação – DCA;

4. Divisão de Dívida Ativa – DDA;

5. Divisão de Controle e Recuperação de Créditos – DCRC;

6. Divisão de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – DIPVA;

7. Divisão de Análise e Previsão da Receita – DAPR;

b) unidades organizacionais vinculadas à Coordenação de Fiscalização:

1. Divisão de Documentação Fiscal Eletrônica – DDFE;

2. Divisão de Programação Fiscal – DPF;

3. Divisão de Apoio Analítico à Fiscalização – DAAF;

4. Divisão de Tratamentos Tributários Diferenciados E Comércio Exterior – DTTDCE;

5. Divisão de Combustíveis – DCOM;

6. Divisão de Energia Elétrica e Comunicação – DEEC;

7. Divisão de Acompanhamento Setorial – DAS;

8. Divisão de Inteligência Fiscal – DIF;

unidades organizacionais vinculadas à Coordenação de Informações Analíticas:

9. Divisão de Administração e Integração de Dados – DAID;

10. Divisão de Soluções Analíticas de Negócio – DSAN;

11. Divisão de Governança de Dados Analíticos – DGDA;

Nível de Administração Regionalizada:

Delegacia da Receita Estadual – DRE:

12. Gabinete do Delegado – GABD;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

13. Coordenação Regional de Fiscalização – CRF;

14. Coordenação Regional de Cobrança e Arrecadação – CRCA;

15. Agência da Receita Estadual – ARE.

§ 1 As unidades pertencentes aos níveis de atuação de Direção Superior, de Assessoramento, de Gerência e de Execução Programática vinculadas às Coordenações, compõem a Administração Central da Receita Estadual do Paraná – REPR/AC.

§ 2 A DRE poderá implementar uma única Coordenação Regional em substituição às Coordenações Regionais previstas, com competência cumulativa, denominada Coordenação Regional de Fiscalização, Cobrança e Arrecadação – CRFCA.

TÍTULO III

DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

CAPÍTULO I

NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR

Seção I

Do Diretor da Receita Estadual do Paraná

Art. 4º Ao Diretor da REPR compete, além de outras atribuições legais:

I - planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades administrativas e técnicas da REPR;

II - supervisionar as atividades de tributação, de arrecadação e de fiscalização dos tributos estaduais;

III - adotar e implementar as medidas para o cumprimento da legislação tributária e coibir a sonegação e a fraude fiscal;

IV - promover, coordenar e disciplinar o intercâmbio de informações entre as unidades subordinadas;

V - propor a criação e a extinção de unidade administrativa, no âmbito de sua atuação;

VI - expedir atos normativos, pertinentes às atribuições da REPR;

VII - decidir sobre pedido de restituição de quantia indevidamente recolhida ao Estado, bem como sobre transferência de crédito de ICMS;

VIII - determinar a realização de fiscalização em contribuintes do Estado;

IX - assistir o Governador do Estado e o Secretário de Estado da Fazenda em assuntos relativos à Administração Tributária;

X - movimentar pessoal entre as unidades administrativas da REPR, inclusive por meio da realização de concurso de remoção, bem como entre as unidades organizacionais vinculadas diretamente à Direção Superior da REPR;

XI - designar e dispensar Auditor Fiscal – AF para o exercício de atividade interna e de função de confiança da estrutura da REPR;

XII - fazer indicações, ao Secretário de Estado da Fazenda, para o provimento de cargos em comissão e a designação para Função de Gestão Tributária – FGT, no âmbito de sua atuação;

XIII - dispor sobre o planejamento estratégico da REPR e sobre a elaboração do orçamento da REPR e do Funrefisco;

XIV - dispor sobre a execução orçamentária da REPR e do Funrefisco, autorizar a realização de licitações e o pagamento de despesas;

XV - representar a REPR;

XVI - conceder licenças no âmbito de sua competência, nos termos do inciso II do art. 67 da Lei Complementar nº 131, de 2010;

XVII - instaurar sindicância administrativa, nos termos do inciso II do art. 115 da Lei Complementar nº 131, de 2010;

XVIII - delegar competências, no âmbito das atribuições da REPR;

XIX - propor a realização de auditoria e de correição em serviços e unidades organizacionais da REPR;

XX - iniciar processo para a realização de concurso público para provimento de vagas na carreira de AF, na forma da legislação vigente;

XXI - indicar AF para atuar como Representante Fiscal no CCRF, na forma da legislação de regência;

XXII - desempenhar outras atividades correlatas.

Seção II

Da Direção-adjunta

Art. 5º À Direção-adjunta – DADJ compete:

I - a assistência ao Diretor no planejamento, na coordenação, na direção e no controle das atividades administrativas e técnicas da REPR;

XXIII - a substituição do Diretor nas suas ausências e impedimentos;

XXIV - o exercício de competências delegadas pelo Diretor;

XXV - o desempenho de outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

NÍVEL DE ASSESSORAMENTO

Seção I

Do Gabinete do Diretor

Art. 6º Ao Gabinete do Diretor – GAB compete:

I - a assistência ao Diretor no desempenho de suas atribuições e em compromissos oficiais;

II - a preparação de atos normativos pertinentes às atribuições da REPR;

III - a aprovação, o encaminhamento e o acompanhamento da tramitação de minutas de normas legais de assuntos pertinentes à REPR, preparadas pelas suas unidades organizacionais;

IV - a emissão de informações, de pareceres e de despachos em processos, em matéria relativa à competência do Gabinete;

V - o estudo, a instrução e a elaboração de minutas de atos do expediente e da correspondência oficial do Diretor;

VI - o encaminhamento da correspondência oficial recebida, recomendando prioridades para assuntos urgentes;

VII - a providência da publicação na imprensa oficial do Estado de documentos expedidos pelas unidades organizacionais da REPR;

VIII - a coordenação da agenda do Diretor.

Seção II

Da Assessoria Técnica Institucional e de Pessoal

Art. 7º À Assessoria Técnica Institucional e de Pessoal – ATIP compete:

I - o assessoramento ao Diretor em assuntos institucionais e de recursos humanos da REPR;

XXVI - o gerenciamento do processo de percepção do prêmio de produtividade em todas as suas etapas, conforme previsto na legislação de regência;

XXVII - a coordenação dos processos de avaliação de desempenho de pessoal da REPR;

XXVIII - a coordenação de estudos visando ao aperfeiçoamento das normas relativas à área de recursos humanos da REPR, especialmente em relação à avaliação e ao controle de produtividade e de desempenho;

XXIX - a atuação como interlocutora entre a REPR e as entidades sindicais nos assuntos relativos às carreiras dos servidores lotados no órgão;

XXX - a atuação como órgão consultivo e de orientação da REPR em assuntos institucionais de interesse da categoria do AF;

XXXI - a articulação com a unidade de atuação sistêmica da SEFA para coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos da REPR, especialmente no que concerne à carreira de AF;

XXXII - o fornecimento de informações, quando demandada, em assuntos relativos à organização e ao funcionamento do órgão, bem como quanto aos de interesse da carreira de AF;

XXXIII - a representação da REPR no âmbito da administração de pessoal.

Seção III

Da Unidade de Gestão Integrada de Planejamento, Projetos e Processos

Art. 8º À Unidade de Gestão Integrada de Planejamento, Projetos e Processos – UGIP compete:

I - a coordenação e a integração entre o planejamento estratégico da REPR, seu portfólio de projetos e seus processos;

II - a proposta de priorização dos projetos do portfólio da REPR;

III - a definição, a divulgação e o estímulo à utilização das melhores práticas de gestão de projetos e de processos;

IV - a elaboração do planejamento estratégico e o acompanhamento da execução programática da estratégia organizacional;

V - o incentivo à colaboração multidisciplinar favorável à inovação e ao fomento de geração de ideias e soluções para os problemas da organização.

Parágrafo único. A UGIP atuará em coordenação, no que couber, com a Assessoria de Modernização Fazendária – AMF da SEFA e com o Núcleo de Planejamento Setorial – NPS da SEFA.

Seção IV

Da Unidade de Integridade e *Compliance*

Art. 9º À Unidade de Integridade e Compliance – UNIC compete:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - a comunicação de expectativas da REPR ao público interno e externo com relação à integridade;

I - a elaboração e o monitoramento da Matriz de Risco e do Plano de Integridade;

II - a participação na identificação, na classificação e na elaboração das medidas de mitigação dos riscos relativos à Administração Tributária Estadual;

III - a avaliação dos controles internos de gestão exercidos nos diversos níveis de chefia da REPR, quanto à consistência, à qualidade e à suficiência;

IV - o acompanhamento e o monitoramento da implementação das recomendações, das ressalvas e das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

V - o recebimento, a avaliação e o processamento das demandas dos cidadãos e dos assuntos de ouvidoria;

VI - a viabilização do acesso à informação, na forma da lei;

VII - a execução das atividades relacionadas à transparência no âmbito da REPR.

Parágrafo único. A UNIC atuará em coordenação, no que couber, com o Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial – NICS da SEFA e com a Controladoria-Geral do Estado – CGE.

Seção V

Da Unidade de Gestão do Atendimento e Relações com o Contribuinte

Art. 10. À Unidade de Gestão do Atendimento e Relações com o Contribuinte – UGARC compete:

I - o gerenciamento, o controle e a avaliação do atendimento ao cidadão e ao contribuinte, realizado pela REPR, em todos os canais;

II - a gestão da base de conhecimento do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC;

III - o suporte técnico e operacional às unidades da REPR, visando à melhoria da qualidade no atendimento;

IV - o gerenciamento dos canais de comunicação com o cidadão e com o contribuinte, de forma a mantê-los atualizados, eficientes e transparentes;

V - a promoção da uniformização dos procedimentos de atendimento, seja presencial ou remoto;

VI - a análise das opiniões e percepções dos contribuintes, identificando oportunidades de melhoria no atendimento e nos serviços oferecidos.

Seção VI

Da Unidade Administrativa e Financeira

Art. 11. À Unidade Administrativa e Financeira – UAF compete:

I - o assessoramento à Direção da REPR em assuntos referentes às áreas administrativa e financeira, na política de investimentos e nas prestações de contas anuais do órgão e do Fundo Especial do Fisco - Funrefisco;

II - a coordenação das atividades relativas ao planejamento e à execução orçamentária e financeira, de suprimentos, de infraestrutura, de logística e de gestão dos contratos no âmbito da REPR e do Funrefisco;

III - a elaboração de previsões dos recursos orçamentários e financeiros necessários à manutenção da estrutura e suporte às atividades da REPR e do Funrefisco;

IV - a coordenação das atividades relativas ao planejamento e à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei Orçamentária Anual – LOA e do Plano Plurianual – PPA, no âmbito da REPR e do Funrefisco;

V - a submissão à apreciação do Conselho Diretor do Fundo Especial do Fisco – CD-Funrefisco do plano de execução orçamentária do fundo;

VI - o apoio à execução das atividades relacionadas com logística no âmbito da REPR;

VII - o planejamento, a avaliação e o apoio à execução das atividades de aquisição destinadas ao suprimento administrativo de bens, materiais e serviços da REPR;

VIII - o apoio à execução das atividades de administração do patrimônio da REPR;

IX - o planejamento, a coordenação e a avaliação das atividades referentes à manutenção de imóveis no âmbito da REPR;

X - a aprovação de pré-empenho no âmbito da REPR e do Funrefisco;

XI - a articulação com os núcleos sistêmicos e demais unidades especializadas da SEFA, no que couber, para fiel observância das disposições relativas ao acompanhamento e ao controle de resultados, à análise de custos e à execução orçamentária.

Seção VII

Da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação

Art. 12. À Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação – UTIC compete:

I - o assessoramento à Direção da REPR em assuntos referentes à área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;

II - a interlocução entre as unidades organizacionais da REPR e a SEFA/ATIC em assuntos referentes à área de TIC aplicada à Administração Tributária;

III - o acompanhamento e a avaliação dos serviços prestados pela SEFA/ATIC à REPR relativamente à administração dos recursos, processos, serviços e sistemas de TIC aplicáveis à Administração Tributária, visando à garantia de sua continuidade e qualidade;

IV - a coordenação da execução orçamentária, financeira e de custos dos recursos de TIC da REPR.

V - o monitoramento, o acompanhamento e o suporte às atividades de prototipagem e automação robótica de processos desenvolvidas pelas unidades organizacionais da REPR, em coordenação com a UGIP;

VI - a ação coordenada com a SEFA/ATIC nas atividades voltadas:

a) à promoção do constante alinhamento da TIC da REPR aos processos de negócio e ao planejamento estratégico da REPR;

b) à elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da REPR;

c) à prospecção, adequação e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias, de forma a agilizar e dinamizar as rotinas de trabalho da instituição;

d) ao estabelecimento de políticas e níveis de segurança, conscientização de usuários e gerenciamento de riscos, zelando pela segurança no âmbito da TIC da REPR;

e) ao planejamento das aquisições, contratações e respectivas renovações relativas à TIC no âmbito da REPR;

f) ao gerenciamento do portfólio e à priorização de projetos de TIC da REPR.

CAPÍTULO III

NÍVEL DE GERÊNCIA

Seção I

Da Coordenação de Tributação

Art. 13. À Coordenação de Tributação – CTR compete:

I - o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação dos processos relativos à normatização tributária do Estado;

VIII - a elaboração de minuta e a revisão de ato normativo de natureza tributária ou fiscal;

IX - o gerenciamento do processo relativo ao contencioso administrativo fiscal;

X - a resposta à consulta formulada por contribuinte ou órgão de representação e por repartição fazendária;

XI - o gerenciamento do processo de atualização e de disponibilização da coletânea de legislação tributária;

XII - a representação da SEFA na Cotepe/ICMS, coordenando a participação dos servidores da REPR nos diversos Grupos de Trabalho – GTs;

XIII - a assistência ao Secretário de Estado da Fazenda relativamente aos assuntos tratados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – e em outros fóruns de natureza tributária.

Seção II

Da Coordenação de Arrecadação e Cobrança

Art. 14. À Coordenação de Arrecadação e Cobrança – CAC compete:

I - o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação dos processos de arrecadação tributária e de cobrança administrativa de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, e os não tributários inscritos em dívida ativa, pela REPR;

II - o gerenciamento e o controle das relações entre a REPR e os estabelecimentos bancários autorizados a arrecadar receitas do Estado;

III - a inscrição, o cancelamento e o controle dos créditos tributários e não-tributários do Estado em dívida ativa;

IV - o gerenciamento dos processos relativos a:

a) cadastro;

b) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

V - a realização de análises estruturais e conjunturais com viés estatístico ou econômico, bem como de estudos e de previsões na área de arrecadação.

Seção III

Da Coordenação de Fiscalização

Art. 15. À Coordenação de Fiscalização – CFI compete:

I - o planejamento, a coordenação e a avaliação das atividades de fiscalização de tributos estaduais;

II - a definição de critérios e de parâmetros para a seleção de contribuintes sujeitos à fiscalização de tributos estaduais;

III - a elaboração e a submissão da programação estadual de fiscalização ao Diretor da REPR;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IV - a determinação da adoção de medidas objetivando o combate à sonegação e à fraude fiscal;

V - o planejamento, a coordenação, a avaliação e a execução de atividades de inteligência, de pesquisa e de investigação;

VI - a avaliação do comportamento fiscal dos contribuintes do estado do Paraná, por meio de ferramentas de informação, estabelecendo diretrizes para ação fiscalizadora em âmbito estadual;

VII - a promoção de estudos e a propositura de celebração de convênios para a execução de trabalhos de fiscalização;

VIII - a realização de fiscalização de tributo da competência da União ou do município, no caso de convênio ou delegação de competência;

IX - a determinação da conferência, na origem, de documento de crédito de ICMS, oriundo de outra Unidade da Federação - UF;

X - a elaboração, a coordenação, a avaliação e a execução de projetos específicos de fiscalização, submetendo-os ao Diretor da REPR;

XI - a propositura da movimentação de pessoal para atender à execução de plano ou de projeto especial de fiscalização;

XII - a organização da tabela de preços mínimos, nas situações em que a legislação tributária assim o exija, para a fixação da base de cálculo das operações tributadas;

XIII - a definição de base de cálculo de produtos sujeitos à substituição tributária, nas situações previstas na legislação tributária;

XIV - a análise do desempenho e do resultado das unidades da REPR, relativamente às atividades de fiscalização;

XV - a realização de estudos e a proposição da uniformização de procedimentos de fiscalização;

XVI - o credenciamento de servidores das administrações tributárias de outras UFs para a realização de auditorias ou de diligências em contribuintes paranaenses;

XVII - a coordenação, em colaboração com os diversos setores especializados da REPR, de estudo, de análise, de elaboração e de manutenção de indicadores fiscais.

Seção IV

Da Coordenação de Informações Analíticas

Art. 16. À Coordenação de Informações Analíticas – CIA compete:

I - a promoção do uso estratégico da análise de dados no âmbito da REPR;

II - o planejamento, a coordenação, o controle, a avaliação e a realização das atividades relativas à implementação e à sustentação do ambiente analítico da REPR, em todas as suas fases, incluindo a produção, a captação e o armazenamento de dados;

III - a definição e a implantação da arquitetura, da metodologia e dos padrões para a implementação do ambiente analítico da REPR;

IV - o gerenciamento da política de acesso aos dados inseridos e armazenados no ambiente analítico da REPR;

V - as atividades, em coordenação com a REPR/UTIC e a SEFA/ATIC, no que couber, voltadas ao planejamento das aquisições, contratações e respectivas renovações relativas ao ambiente analítico no âmbito da REPR;

VI - a garantia, em coordenação com a REPR/UTIC e a SEFA/ATIC, no que couber, do atendimento às necessidades de serviços e de infraestrutura de hardware e de software relativos ao ambiente analítico da REPR, para seu adequado desempenho;

VII - a realização, em coordenação com a REPR/UTIC e a SEFA/ATIC, no que couber, da especificação de hardware, de software e de serviços relacionados à extração, à carga, ao armazenamento, ao processamento, à análise, à exploração, à modelagem e à organização de dados do ambiente analítico da REPR, de forma a possibilitar a disponibilização eficiente de informações;

VIII - a participação na elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da REPR;

IX - o gerenciamento e a garantia da continuidade e da qualidade dos serviços prestados pela Coordenação a todas as unidades organizacionais da REPR;

X - a prospecção de novos processos, métodos e tecnologias analíticos.

§ 1 Para efeitos deste artigo, entende-se por ambiente analítico o conjunto de hardware, de software, de processos e de serviços relacionados a *data warehouse*, qualidade e integração de dados e *business intelligence* ou *business analytics*.

§ 3 A CIA poderá atender a demandas relativas a análise de dados oriundas das unidades organizacionais da SEFA.

CAPÍTULO IV

NÍVEL DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Seção I

Das Delegacias Especializadas

Subseção I

Da Delegacia do Simples Nacional

Art. 17. À Delegacia do Simples Nacional – DSN compete:

I - o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades relativas à Administração Tributária, em relação aos contribuintes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, em alinhamento com as diretrizes da REPR/AC;

II - a decisão sobre pedido de reconsideração do indeferimento da opção pelo Simples Nacional;

III - a decisão em segunda instância sobre impugnação de Termo de Exclusão do Simples Nacional;

IV - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação e do comportamento fiscal dos contribuintes do Simples Nacional;

V - a atuação coordenada com a REPR/CFI no desenvolvimento de projetos de fiscalização e de autorregularização de contribuintes do Simples Nacional;

VI - a recuperação das informações relativas a declarações e a pagamentos efetuados por contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

VII - a preparação para publicação de atos relativos a deferimento e a indeferimento de opção pelo Simples Nacional, e a exclusão de contribuintes optantes pelo regime diferenciado.

Subseção II

Da Delegacia de Contribuintes Localizados em Outros Estados

Art. 18. À Delegacia de Contribuintes Localizados em Outros Estados – DCOE compete:

I - o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades relativas à administração tributária, em relação aos contribuintes localizados em outras UFs, em alinhamento com as diretrizes da REPR/AC;

II - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação e do comportamento fiscal dos contribuintes localizados em outras UFs;

III - a indicação de contribuintes e a apresentação de projetos de fiscalização à apreciação da REPR/CFI, a fim de comporem a programação fiscal estadual;

IV - a execução de atividades de fiscalização dos contribuintes localizados em outras UFs;

V - o planejamento, a coordenação e o acompanhamento da execução de projetos especiais em relação aos contribuintes localizados em outras UFs;

VI - a decisão sobre processos e procedimentos de sua competência.

Subseção III

Da Delegacia do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações, de quaisquer Bens ou Direitos

Art. 19. À Delegacia do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações, de quaisquer Bens ou Direitos – DITCMD compete:

I - o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades relativas à Administração Tributária, no âmbito do ITCMD, em alinhamento com as diretrizes da REPR/AC;

II - a administração do processo de lançamento do ITCMD;

III - a definição de procedimentos para avaliação da base imponível do ITCMD;

IV - o lançamento de ofício do ITCMD;

V - a atuação, em coordenação com a REPR/CFI, no planejamento, na coordenação e na avaliação das atividades de fiscalização do ITCMD;

VI - o estabelecimento do valor venal de bens sujeitos ao ITCMD, quando necessário;

VII - a análise e a decisão sobre pedidos de avaliação contraditória, parcelamento de débitos, isenção, imunidade e dispensa legal, relativos ao ITCMD;

VIII - a decisão sobre processos e procedimentos de sua competência.

Subseção IV

Da Delegacia de Julgamento

Art. 20. À Delegacia de Julgamento – DJ compete:

I - a decisão, em primeira instância, do Processo Administrativo Fiscal – PAF;

II - a colaboração com a melhoria do procedimento de lançamento de ofício.

§ 1 A DJ será integrada pelo Julgador Tributário, um ou mais Assessores Tributários e Pareceristas Tributários, a critério do Diretor da REPR.

§ 4 O Parecerista Tributário ficará subordinado à DJ, com dedicação exclusiva.

§ 5 O Julgador Tributário poderá delegar a Assessor Tributário a competência prevista no inciso I do *caput*, em PAF cujo valor do crédito tributário lançado atenda aos limites de alçada constantes do art. 51 da Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016.

§ 6 Ato do Diretor da REPR disciplinará:

I - a substituição do Julgador Tributário, por Assessor Tributário, quando de seu impedimento ou ausência;

III - a quantidade de Pareceristas Tributários;

IV - os casos omissos.

§ 7 Ao Julgador Tributário compete, além de outras atribuições legais:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - julgar, em primeira instância, o processo administrativo fiscal;

II - determinar a realização de diligências necessárias ao saneamento dos processos submetidos à sua apreciação;

III - desempenhar as atividades de execução, de controle, de saneamento e de distribuição de processos administrativos fiscais;

IV - propor ao Diretor da REPR a designação, a dispensa e a substituição de Assessor Tributário e Parecerista Tributário;

V - propor medidas com vistas ao aperfeiçoamento dos julgamentos de processos administrativos fiscais;

VI - desempenhar outras atividades correlatas.

§ 8 Ao Assessor Tributário compete:

I - assistir o Julgador Tributário no desempenho de suas competências;

II - examinar, estudar e preparar os expedientes submetidos ao Julgador Tributário;

III - determinar a realização de diligências necessárias ao saneamento dos processos;

IV - propor modificações para o aprimoramento da metodologia de julgamento em processos administrativos fiscais;

V - substituir o Julgador Tributário nas suas ausências e impedimentos;

VI - desempenhar outras atividades correlatas.

§ 9 Ao Parecerista Tributário compete:

I - elaborar pareceres nos processos administrativos fiscais;

II - determinar a realização de diligências necessárias ao saneamento dos processos;

III - propor modificações para o aprimoramento da metodologia de julgamento em processos administrativos fiscais;

IV - desempenhar outras atividades correlatas.

Seção II

Das Unidades Organizacionais vinculadas à Coordenação de Tributação

Subseção I

Da Divisão Normativa Tributária

Art. 21. À Divisão Normativa Tributária – DNT compete:

I - a coordenação e a elaboração de minutas de legislação tributária e fiscal;

V - a sugestão de medidas para o aperfeiçoamento da legislação tributária;

VI - a emissão de parecer em projeto de lei que trate de legislação tributária;

VII - a emissão de parecer em pleito relativo a alteração da legislação tributária e a concessão de benefício fiscal.

Subseção II

Da Divisão de Administração da Base de Dados da Legislação Tributária

Art. 22. À Divisão de Administração da Base de Dados da Legislação Tributária – DALT compete:

I - o planejamento, a criação e o gerenciamento da base e do sistema informatizado da legislação tributária;

II - a atualização e a consolidação da legislação tributária na base de dados do sistema informatizado, bem como sua disponibilização para consulta aos públicos interno e externo;

III - a divulgação de normas e demais deliberações sobre matéria tributária;

IV - a organização de coletâneas de leis, de decretos, de resoluções, de instruções e de normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributo e relação jurídica a ele pertinente.

Subseção III

Da Divisão Consultiva Tributária

Art. 23. À Divisão Consultiva Tributária – DCT compete a elaboração de resposta a consulta que envolva matéria relativa a tributo de competência estadual.

Subseção IV

Da Divisão de Processo Administrativo Fiscal

Art. 24. À Divisão de Processo Administrativo Fiscal – DPAF compete:

I - o gerenciamento e a avaliação do processo relativo ao lançamento de ofício e ao contencioso administrativo fiscal;

V - a análise e a implantação das decisões administrativas e judiciais relativas a processos administrativos fiscais.

Subseção V

Da Divisão de Processo de Natureza Tributária

Art. 25. À Divisão de Processo de Natureza Tributária – DPNT compete:

I - a análise, a emissão de parecer e o acompanhamento de processo administrativo de natureza tributária, exceto o PAF;

II - a emissão de pareceres e de informações em processos judiciais de natureza tributária.

Subseção VI

Da Divisão de Representação na Cotepe/ICMS

Art. 26. À Divisão de Representação na Cotepe/ICMS – DRC compete:

I - a representação da SEFA na Cotepe/ICMS, coordenando a participação dos servidores da REPR nos diversos GTs;

II - a assistência ao Secretário de Estado da Fazenda relativamente aos assuntos tratados no âmbito do Confaz e em outros fóruns de natureza tributária;

III - auxiliar na elaboração de atos normativos decorrentes dos convênios, protocolos e ajustes celebrados no âmbito do Confaz.

Seção III

Das Unidades Organizacionais vinculadas à Coordenação de Arrecadação e Cobrança

Subseção I

Da Divisão de Cadastro

Art. 27. À Divisão de Cadastro – DCAD compete:

I - o gerenciamento dos processos relativos a cadastro de contribuintes do Estado;

II - a avaliação, o controle, a organização e a manutenção do cadastro de contribuintes e suas mutações, de forma a promover sua constante atualização;

III - a realização de verificações no cadastro e a propositura de correção, quando for o caso;

IV - a preparação para publicação de editais de reativação, paralisação, baixa, cancelamento e pré-cancelamento de contribuintes.

Subseção II

Da Divisão de Apuração do ICMS e do Parcelamento

Art. 28. À Divisão de Apuração do ICMS e do Parcelamento – DAIP compete:

I - a administração do processo de apuração do ICMS;

II - a realização, quando necessária, de alteração e de retificação na conta corrente fiscal do contribuinte;

III - o fechamento mensal da conta corrente do ICMS;

IV - o gerenciamento e o controle dos parcelamentos gerados em decorrência de programa de incentivo fiscal;

V - o gerenciamento dos procedimentos relativos ao parcelamento do ICMS e de dívidas ativas.

Subseção III

Da Divisão de Controle de Arrecadação

Art. 29. À Divisão de Controle da Arrecadação – DCA compete:

I - o gerenciamento dos processos de arrecadação, de repasse e de distribuição de receitas tributárias e não tributárias estaduais;

II - o acompanhamento de contratos com os agentes arrecadadores e o banco centralizador, autorizados a receber receitas tributárias e não tributárias;

III - o acompanhamento de contratos com as instituições prestadoras de serviços de meios de pagamento;

IV - o gerenciamento do cálculo e a divulgação dos indicadores econômicos utilizados pela SEFA;

V - o apoio administrativo para as Unidades Gestoras Arrecadadoras dos diversos órgãos participantes do Sistema Integrado de Arrecadação do estado do Paraná – SIA/PR;

VI - a interação com a SEFA relativamente ao reconhecimento contábil e financeiro das receitas tributárias e não tributárias.

Subseção IV

Da Divisão de Dívida Ativa

Art. 30. À Divisão de Dívida Ativa – DDA compete:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - a inscrição do crédito tributário e não tributário em dívida ativa;

VII - o controle dos registros dos créditos tributários inscritos em dívida ativa;

VIII - a retificação, o cancelamento, a compensação e a liquidação de crédito do estado do Paraná em dívida ativa;

IX - a promoção de alteração nos dados de dívida ativa no sistema informatizado, quando necessária, em decorrência de mudanças na legislação ou em cumprimento a decisões judiciais;

X - o gerenciamento do processo de emissão de certidão de débitos tributários e de dívida ativa estadual;

XI - o gerenciamento e a manutenção do processo de expedição do termo de inscrição em dívida ativa;

XII - a seleção e o encaminhamento das certidões de dívidas ativas à Procuradoria-Geral do Estado – PGE, para propositura das competentes providências judiciais e extrajudiciais.

Subseção V

Da Divisão de Controle e Recuperação de Créditos

Art. 31. À Divisão de Controle e Recuperação de Créditos – DCRC compete:

I - o planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação dos processos de arrecadação tributária e de cobrança administrativa de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, e os não tributários inscritos em dívida ativa, pela Receita Estadual;

II - o gerenciamento e a melhoria de ferramentas de recuperação de créditos pendentes e de redução da inadimplência;

III - a classificação de créditos tributários quanto à possibilidade de recuperação;

IV - a promoção da integração com a PGE e com o MP visando à maior efetividade na recuperação de ativos relevantes, por meio de medidas técnicas legais, judiciais e administrativas;

V - a prospecção e a investigação de patrimônios de devedores, objetivando a comprovação da existência de grupos econômicos, de sucessão empresarial, ocultação de patrimônio ou fraudes estruturadas que tenham como objetivo o não pagamento do imposto devido;

VI - a gestão dos processos de enquadramento no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento dos contribuintes considerados devedores contumazes.

Subseção VI

Da Divisão do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

Art. 32. À Divisão do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – DIPVA compete:

I - a administração do processo de lançamento anual do IPVA;

VII - a supervisão da elaboração e da aplicação da tabela de valor venal de veículos automotores, para cálculo do lançamento anual do imposto;

VIII - a organização e a manutenção atualizada do cadastro de veículos sujeitos ao IPVA;

IX - a coordenação dos convênios mantidos com órgãos que efetuam o registro e o controle de veículos automotores;

X - o gerenciamento dos procedimentos relativos à arrecadação e ao parcelamento do IPVA;

XI - a execução de tarefas voltadas à auditoria do IPVA;

XII - a análise e a decisão sobre pedidos de isenção ou não-incidência do IPVA;

XIII - a retificação de lançamentos tributários do IPVA;

XIV - a análise, o cálculo e o registro de repetição de indébito e de apropriação ou transferência de recolhimentos do IPVA.

Parágrafo único. Compete ainda à CAC\DIPVA a análise e a decisão sobre pedidos unificados de isenção ou não-incidência de ICMS, de IPVA e de ITCMD.

Subseção VII

Da Divisão de Análise e Previsão de Receita

Art. 33. À Divisão de Análise e Previsão da Receita – DAPR compete:

I - a elaboração mensal da análise e da previsão da receita tributária estadual;

II - a elaboração mensal de relatórios gerenciais da arrecadação do Estado;

III - o acompanhamento diário da arrecadação prevista e realizada, com a indicação da posição atualizada do caixa e do comportamento das receitas;

IV - a participação na discussão e na elaboração da LDO, da LOA e do PPA;

V - a realização de análises estruturais e conjunturais, com viés estatístico ou econômico, e a elaboração de estudos relativos à estimativa de renúncias tributárias e de impactos na arrecadação causados por alterações normativas;

VI - o apoio à REPR/CAC e suas divisões na exploração, extração e disponibilização de dados que auxiliem na tomada de decisões;

VII - a avaliação periódica da viabilidade e pertinência de criação de projetos que envolvam ciência de dados nas divisões da REPR/CAC;

VIII - a interface com a REPR/CIA para acompanhar assuntos nas divisões da REPR/CAC que envolvam ciência de dados;

IX - o assessoramento às demais divisões da REPR/CAC visando à melhoria de suas atividades por meio de ferramentas de ciência de dados;

X - o fomento da utilização de inteligência artificial e aprendizado de máquina no âmbito da REPR/CAC.

Seção IV

Das Unidades Organizacionais vinculadas à Coordenação de Fiscalização

Subseção I

Da Divisão de Documentação Fiscal Eletrônica

Art. 34. À Divisão de Documentação Fiscal Eletrônica – DDFE compete:

I - o gerenciamento dos processos e das rotinas de trabalho voltados a:

a) documentos fiscais eletrônicos;

b) livros fiscais e contábeis eletrônicos;

c) informações de meios de pagamento;

d) sistemas informatizados de natureza fiscal e seus fornecedores;

e) informações de produtores rurais;

XI - o gerenciamento do recebimento de informações de interesse fiscal, em meio digital, provenientes dos contribuintes e de órgãos ou de entidades externas.

Subseção II

Da Divisão de Programação Fiscal

Art. 35. À Divisão de Programação Fiscal – DPF compete:

I - o planejamento, a coordenação, a elaboração e a avaliação da programação fiscal estadual;

II - a análise e a avaliação de projetos e propostas de inclusão de contribuintes na programação fiscal, além das demais solicitações relativas à programação fiscal encaminhadas pelas Delegacias, no âmbito de suas atuações.

Subseção III

Da Divisão de Apoio Analítico à Fiscalização

Art. 36. À Divisão de Apoio Analítico à Fiscalização – DAAF compete:

I - a exploração e a análise de dados de interesse fiscal;

III - a quantificação do impacto arrecadatório decorrente de alterações na legislação e da concessão de benefícios fiscais;

IV - a promoção, em conjunto com os diversos setores especializados da REPR, de estudo, de análise, de elaboração e de manutenção das malhas fiscais;

V - a coordenação e a priorização do desenvolvimento de novas ferramentas de fiscalização e malhas fiscais, em alinhamento com REPR/UTIC e com a REPR/CIA;

VI - o subsídio à definição de estratégias, ao planejamento e à execução de ações fiscais;

VII - a proposição de adoção de novas tecnologias, processos e métodos de análise de dados úteis ao monitoramento do comportamento fiscal dos contribuintes e à identificação de possíveis irregularidades;

VIII - o gerenciamento de sistemas voltados ao controle da fiscalização, à análise fiscal da arrecadação e à autorregularização de contribuintes.

Subseção IV

Da Divisão de Tratamentos Tributários Diferenciados e Comércio Exterior

Art. 37. À Divisão de Tratamentos Tributários Diferenciados e Comércio Exterior – DTTDCE compete a gestão dos processos e das rotinas de trabalhos relativos:

I - ao controle da transferência e da utilização de créditos de ICMS acumulados;

II - às operações de comércio exterior;

III - às operações com a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa – e com Áreas e Zonas de Livre Comércio – AZLC;

IV - à concessão, à suspensão e à revogação de regimes especiais.

Subseção V

Da Divisão de Combustíveis

Art. 38. À Divisão de Combustíveis – DCOM compete:

I - o planejamento, a coordenação e a avaliação das atividades de fiscalização no setor de combustíveis;

I - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação e do comportamento fiscal dos contribuintes do setor de combustíveis;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II - a análise e a emissão de parecer em pedidos de concessão de incentivo ou de benefício fiscal, relativos ao setor de combustíveis, mensurando e avaliando o impacto na arrecadação;

III - a análise e a emissão de parecer em pedidos de concessão de inscrição estadual para estabelecimentos do setor de combustíveis;

IV - a execução de atividades de fiscalização dos contribuintes, no âmbito estadual e de outras UFs, do setor sucroalcooleiro e de combustíveis, inclusive de solventes, de nafta ou de outro produto apto a produzir ou formular combustível, biocombustível e lubrificante.

Subseção VI

Da Divisão de Energia Elétrica e Comunicação

Art. 39. À Divisão de Energia Elétrica e Comunicação – DEEC compete:

I - o planejamento, a coordenação e a avaliação das atividades de fiscalização dos setores de energia elétrica e comunicação;

II - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação e do comportamento fiscal dos contribuintes dos setores de energia elétrica e comunicação;

III - a análise e a emissão de parecer em pedidos de concessão de incentivo ou de benefício fiscal, relativos aos setores de energia elétrica e comunicação, mensurando e avaliando o impacto na arrecadação;

IV - a execução de atividades de fiscalização dos contribuintes dos setores de energia elétrica e comunicação, em âmbito estadual e de outras UFs.

Subseção VII

Da Divisão de Acompanhamento Setorial

Art. 40. À Divisão de Acompanhamento Setorial – DAS compete:

I - o planejamento, a coordenação e a avaliação das atividades de fiscalização nos diversos setores econômicos, à exceção dos setores de combustíveis, telecomunicações e energia elétrica;

II - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação e do comportamento fiscal dos contribuintes no âmbito de sua atuação;

III - o desenvolvimento de projetos, estratégias e políticas de fiscalização;

IV - a atuação na definição de base de cálculo de produtos sujeitos à substituição tributária, nas situações previstas na legislação tributária.

Subseção VIII

Da Divisão de Inteligência Fiscal

Art. 41. À Divisão de Inteligência Fiscal – DIF compete:

I - a realização de atividades próprias de inteligência fiscal, visando ao tratamento de dados e à prospecção e análise de informações sobre fatos e situações de imediata ou potencial lesividade ao erário, a fim de se obter a produção de conhecimentos e provas para subsidiar a proposição de representação fiscal, ações junto ao MP ou o planejamento e a programação de ações fiscais ou administrativas que visem à prevenção e ao combate a ilícitos ou elisões fiscais;

XXXIV - o monitoramento das atividades de contribuintes e do transporte de cargas específicas, apontados pelos diversos instrumentos de detecção de fraudes e de simulações, ou por demanda da instituição.

Seção V

Das Unidades Organizacionais vinculadas à Coordenação de Informações Analíticas

Subseção I

Da Divisão de Administração e Integração de Dados

Art. 42. À Divisão de Administração e Integração de Dados – DAID compete:

I - o gerenciamento e a implementação dos processos de extração, de transformação e de carga de dados no ambiente analítico da REPR;

II - a definição, o desenvolvimento e a administração dos modelos, dos mapeamentos e dos dicionários de dados do ambiente analítico da REPR;

III - a promoção da melhoria contínua da qualidade dos dados integrados ao ambiente analítico da REPR;

IV - o gerenciamento dos metadados do ambiente analítico da REPR;

V - a curadoria colaborativa de dados, em coordenação com os demais setores da instituição, para garantir a integridade, a consistência e a relevância das informações nos processos analíticos, promovendo um alinhamento com as necessidades institucionais e assegurando que os dados sejam adequadamente organizados, catalogados e acessíveis para suporte à tomada de decisões.

Subseção II

Da Divisão de Soluções Analíticas de Negócio

Art. 43. À Divisão de Soluções Analíticas de Negócio – DSAN compete:

I - o planejamento, a construção e a manutenção da arquitetura semântica dos dados analíticos;

II - o planejamento, o desenvolvimento, o apoio ao desenvolvimento e a implantação de soluções analíticas de inteligência de negócio, especialmente as relativas a cruzamentos de dados, análises exploratórias e análises preditivas;

III - a implantação e o apoio às iniciativas e aos projetos para desenvolvimento de relatórios, de painéis gerenciais e de documentos gerados por ferramenta institucional de análise de dados;

IV - a difusão de iniciativas, a prestação de apoio e a realização de treinamentos relativos ao uso eficiente de técnicas e de ferramentas de análise, de exploração, de extração e de organização de informações do ambiente analítico;

V - o mapeamento e a identificação das necessidades ou das oportunidades de implantação ou de melhorias de soluções analíticas.

Subseção III

Da Divisão de Governança de Dados Analíticos

Art. 44. À Divisão de Governança de Dados Analíticos – DGDA compete:

I - a coordenação e o disciplinamento da implantação e da execução de políticas de governança e de gestão de dados analíticos;

II - a administração dos bancos de dados analíticos;

III - a implantação, o fomento e a disponibilização de técnicas, de métodos e de tecnologias para aplicação de ciências de dados, com utilização de métodos e de tecnologias de análise avançada;

IV - a garantia, em coordenação com a REPR/UTIC e com a SEFA/ATIC, do atendimento das necessidades de infraestrutura de hardware e de software do ecossistema do ambiente analítico da REPR.

CAPÍTULO V

NÍVEL DE ADMINISTRAÇÃO REGIONALIZADA

Seção I

Da Delegacia da Receita Estadual

Art. 45. À Delegacia da Receita Estadual – DRE compete:

I - o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades relativas à Administração Tributária, no âmbito da região fiscal de sua competência, em alinhamento com as diretrizes da REPR/AC;

V - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação e do comportamento fiscal dos contribuintes de sua região fiscal;

VI - a adoção de providências para coibir a evasão fiscal e a inadimplência;

VII - a participação no processo de elaboração da programação fiscal estadual, sob a coordenação da REPR/CFI, inclusive com a indicação de contribuintes e apresentação de projetos de fiscalização elaborados no âmbito da DRE;

VIII - o atendimento aos contribuintes de sua área de atuação;

IX - a análise e o controle de resultados e desempenho das unidades subordinadas;

X - o planejamento, a coordenação e o acompanhamento da execução de projetos especiais no âmbito de sua região fiscal;

XI - a decisão em primeira instância sobre processo administrativo de exclusão do Simples Nacional;

Parágrafo único. A estrutura organizacional básica das Delegacias da Receita Estadual é composta pelo Gabinete do Delegado, pelas Coordenações Regionais, responsáveis pelo assessoramento técnico ao Delegado e, em nível local, por Agências da Receita Estadual.

Subseção I

Do Gabinete do Delegado

Art. 46. Ao Gabinete do Delegado – GABD compete:

I - a coordenação e a avaliação das atividades desenvolvidas pela DRE;

II - o assessoramento ao Delegado na execução e controle das atividades inerentes à DRE;

XII - a manutenção dos bens alocados no âmbito da DRE, bem como o suprimento de materiais e de serviços;

XIII - o controle da produtividade dos AFs lotados na DRE;

XIV - a execução na DRE, no que couber, das atividades relativas aos sistemas estruturantes de contabilidade, de planejamento, de finanças, de administração geral e de recursos humanos;

XV - a preparação de documentos cuja emissão seja de competência do Delegado;

XVI - a coordenação e o apoio à execução, no âmbito da DRE, dos assuntos referentes à área de tecnologia da informação e comunicação, incluindo a interlocução com a REPR/UTIC.

Subseção II

Da Coordenação Regional de Fiscalização

Art. 47. À Coordenação Regional de Fiscalização – CRF compete:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - a coordenação, a execução e a avaliação das atividades relativas à fiscalização e à tributação, no âmbito da região fiscal de competência da DRE, em alinhamento com as diretrizes da REPR/AC;

II - o monitoramento e a avaliação do comportamento fiscal dos contribuintes de sua área de atuação;

III - a adoção de providências para coibir a evasão fiscal;

IV - a participação no processo de elaboração da programação fiscal estadual, sob a coordenação da REPR/CFI, inclusive com a indicação de contribuintes e apresentação de projetos de fiscalização elaborados no âmbito da DRE;

V - a providência do arquivamento do PAF, bem como a sua guarda e, quando cabível, sua destruição;

VI - a orientação aos contribuintes sobre a correta aplicação da legislação tributária;

VII - o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relativas ao Cadastro de Produtor Rural – CADPRO, no âmbito da DRE;

VIII - o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relativas ao Índice de Participação dos Municípios – IPM, no âmbito da DRE.

Subseção III

Da Coordenação Regional de Cobrança e Arrecadação

Art. 48. À Coordenação Regional de Cobrança e Arrecadação – CRCA compete:

I - a coordenação, a execução e a avaliação das atividades de cobrança e arrecadação, no âmbito da região fiscal de competência da DRE, em alinhamento com as diretrizes da REPR/AC;

II - o monitoramento e a avaliação do desempenho da arrecadação dos contribuintes de sua área de atuação;

III - a adoção de providências para coibir a inadimplência;

IV - a execução de atividades de apoio, em coordenação com a CAC/DCRC, na investigação sobre a existência de grupos econômicos, sucessão empresarial, ocultação patrimonial ou fraudes estruturadas;

V - o monitoramento dos contribuintes enquadrados no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, considerados devedores contumazes;

VI - a orientação aos contribuintes sobre a correta aplicação da legislação tributária.

Subseção IV

Da Agência da Receita Estadual

Art. 49. À Agência da Receita Estadual – ARE compete:

I - o atendimento ao público;

II - a protocolização de documentos;

III - a produção de informações e de pareceres exigidos pela legislação fiscal e administrativa ou necessários ao trâmite de processos;

IV - a emissão de certidões e de termos de acordos de parcelamentos;

V - a adoção de providências para manter atualizado o cadastro de contribuintes da sua área de atuação;

VI - a realização das diligências previstas na legislação ou requeridas por órgão ou por autoridade competente;

VII - a manutenção, o controle e a conservação do patrimônio da ARE, quando localizada em endereço distinto ao da sede da DRE.

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS COMUNS

CAPÍTULO ÚNICO

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Art. 50. Às Unidades Organizacionais da REPR compete:

I - a assistência à Direção Superior e às demais unidades organizacionais da REPR em assuntos referentes à sua área de atuação;

II - a promoção do intercâmbio com outras áreas, órgãos, entes federados ou entidades públicas ou privadas, visando ao compartilhamento de informações e à melhoria e à uniformização normativa e procedimental, relativas à área de atuação da unidade organizacional, inclusive propondo a celebração de convênio;

III - a representação da REPR, da SEFA e do estado do Paraná, quando designadas, em fórum de caráter técnico, cujo assunto verse sobre a sua área de competência;

IV - a promoção do aperfeiçoamento do sistema normativo tributário do estado do Paraná, sugerindo a criação, a modificação e a revogação de legislação, inclusive de atos e de regimes especiais;

V - a promoção do constante aperfeiçoamento de pessoal, de processos e de rotinas de trabalho correlatos à área de atuação da unidade organizacional;

VI - a emissão de informações, de pareceres e de despachos em processos, em matéria relativa à competência da unidade organizacional;

VII - a definição, em conjunto com as unidades organizacionais competentes, das informações que deverão compor os bancos de dados úteis às atividades da unidade organizacional;

VIII - a orientação técnica dos contribuintes, das unidades organizacionais da REPR e da SEFA, e demais órgãos públicos e entidades, em relação aos assuntos inerentes à unidade organizacional, visando à uniformização de entendimento e de procedimentos;

IX - o fornecimento de informações em processos de natureza tributária, administrativos ou judiciais, em que seja parte a Fazenda Pública Estadual;

X - a elaboração, a coordenação e a avaliação da execução do plano anual de trabalho da respectiva unidade organizacional;

XI - a participação na elaboração, execução e avaliação do planejamento estratégico da REPR;

XII - o gerenciamento dos sistemas de informações relativos à área de atuação da respectiva unidade organizacional;

XIII - o desempenho de outras atividades correlatas às respectivas áreas de atuação.

TÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS DAS CHEFIAS

Art. 51. O chefe de unidade organizacional da REPR deve administrar em estreita observância às disposições legais e normativas, cabendo a ele também, além das atribuições relacionadas às competências específicas de cada unidade, as seguintes:

I - assessorar o Diretor da REPR em assuntos de competência de sua unidade;

XIV - propor ao Diretor da REPR a designação para FGT ou para atividade interna, no âmbito de sua unidade;

XV - delegar atribuições, quando for o caso, a assessores e demais chefes de sua unidade;

XVI - propiciar aos servidores a formação e o desenvolvimento de noções, de atitudes e de conhecimento a respeito dos objetivos da unidade organizacional a que pertencem;

XVII - promover o treinamento e o aperfeiçoamento dos servidores, orientando-os na execução de suas tarefas;

XVIII - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

DO DELEGADO

Art. 52. Ao Delegado da REPR compete, além de outras atribuições legais:

I - planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades administrativas e técnicas da DRE, conforme diretrizes estabelecidas pela REPR/AC;

II - adotar e implementar as medidas para o cumprimento da legislação tributária e coibir a sonegação e a fraude fiscal;

III - promover, coordenar e disciplinar o intercâmbio de informações entre as unidades subordinadas;

IV - expedir atos normativos, pertinentes às atribuições da DRE;

XIX - propor ao Diretor da REPR designação para FGT e para atividade interna, no âmbito da DRE;

XX - movimentar o pessoal, no âmbito da DRE;

XXI - decidir sobre processos de sua alçada;

XXII - representar a REPR em sua área de atuação, promovendo a integração com a comunidade local;

XXIII - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

DO AUDITOR FISCAL

Art. 53. Ao Auditor Fiscal da REPR compete, além de outras atribuições legais:

I - executar as atividades inerentes à Administração Tributária Estadual;

II - participar de comissões de sindicância e de procedimento administrativo disciplinar;

III - participar de grupos de trabalho, comissões e representação da REPR perante quaisquer órgãos ou fóruns, quando designado;

V - executar atividades de apoio em processos de natureza tributária, administrativos ou judiciais, em que seja parte a fazenda pública estadual;

VI - desempenhar outras atividades correlatas.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. Ato do Secretário de Estado da Fazenda definirá as DREs e as AREs, podendo classificá-las em categorias, obedecendo a critérios técnicos e objetivos.

Art. 55. A estrutura de assessoramento necessária a cada unidade organizacional será estabelecida por ato do Diretor da REPR, a partir de proposta apresentada pelos respectivos Coordenadores ou Delegados, conforme o caso.

Art. 56. O Auditor Fiscal da REPR poderá ser designado a atuar, dentro de sua competência legal, em subordinação a qualquer unidade organizacional da REPR, independentemente de sua lotação funcional, sem necessidade de remoção e por período determinado, mediante ato do Diretor da REPR.

Art. 57. As unidades constantes do presente Regimento Interno serão implantadas sistematicamente, devendo os serviços funcionarem continuamente, mantida, se necessário, a organização anterior até a efetiva reestruturação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

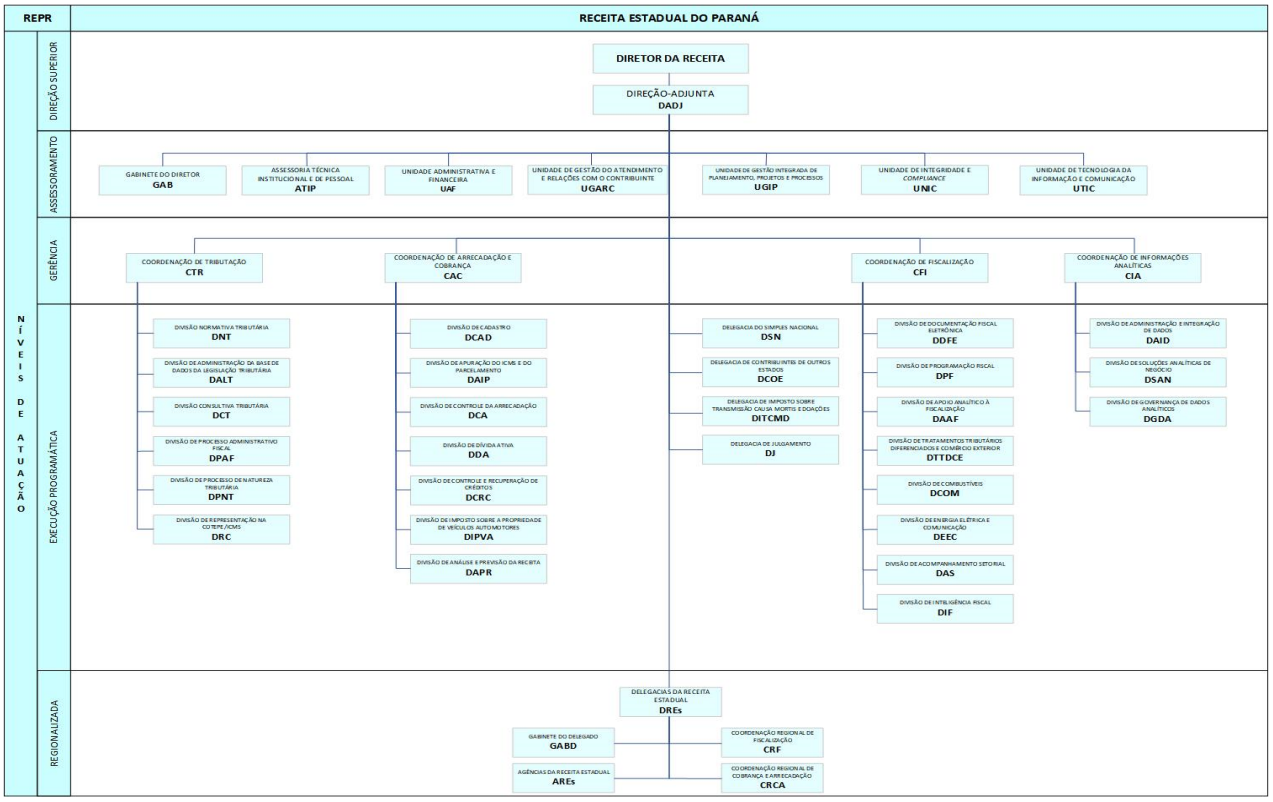
Parágrafo único. A reestruturação citada no *caput* deste artigo deverá ser efetivada num prazo de até doze meses a partir da entrada em vigor deste regimento, cabendo prorrogação.

Art. 58. Para garantir o bom desempenho das atribuições legais da REPR, suas unidades organizacionais deverão atuar de forma integrada e articulada para consolidar a permanente sinergia interna.

Art. 59. Cabe ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Diretor da Receita Estadual do Paraná, dentro de suas respectivas competências, resolver os casos omissos e esclarecer as dúvidas suscitadas na execução deste Regimento Interno, expedindo para tal fim os atos necessários.

ANEXO II

ORGANOGRAMA



86282/2025

RESOLUÇÃO SEFA Nº 551, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Designação de novo membro da Comissão de Classificação de Informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como considerando o contido no Protocolo nº 24.219.460-8,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Rebeca Carneiro de Mendonça Sanches**, RG nº 8.XXX.904-X, para integrar a Comissão de Classificação de Informação da Secretaria de Estado da Fazenda (CCI/SEFA), constituída pela Resolução SEFA nº 1.142, de 28 de outubro de 2020, em substituição à servidora **Viviane Aparecida Eloy Sangiorgi**, designada pela Resolução SEFA nº 1.018, de 14 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

86434/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 163/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701.XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete ad hoc do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a ANGELO RUSSO apresentada no protocolo

PRE2500348505.

Publique-se.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 164/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

MELIH ALTUNTURK, turco, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 053.XXX.XXX-63, residente e domiciliado em São Paulo-SP, tradutor e intérprete ad hoc do idioma turco para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma turco, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a ISIL BAKAN, apresentada no protocolo PRE2500351797.

Publique-se.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

86274/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 370/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 22.516.413-4, RESOLVE:

	Nome /Rg	Solicitação	Histórico
DESIGNAR	Ramirez Colodel Figueiredo Pereira, RG. 9.xxx.356-x	DT	Como **Gestor** do **Contrato nº 073/2025 – DT,** que tem como objeto, "Execução de serviços técnicos de supervisão e apoio à fiscalização da execução de obras de implantação, restauração e ampliação de capacidade de rodovias e obras de arte especiais, por produto, no âmbito da Superintendência Regional Campos Gerais do DER".
DESIGNAR	Thais Mazzure Pedroso, RG.12.xxx.885-x	DT	Como **Fiscal** do **Contrato nº 073/2025 – DT,** que tem como objeto, "Execução de serviços técnicos de supervisão e apoio à fiscalização da execução de obras de implantação, restauração e ampliação de capacidade de rodovias e obras de arte especiais, por produto, no âmbito da Superintendência Regional Campos Gerais do DER".

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

86190/2025

PORTARIA Nº 371/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458 de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 24.102.407-5, RESOLVE:

Designar como Agente da Autoridade de Trânsito deste Departamento de Estradas de Rodagem, os Policiais Militares abaixo nominados, em virtude de terem sidos lotados no DER/DOP/CMEIV e prestarem serviços junto ao DER, conforme aprovado pelo Decreto Estadual nº 7458, de 30 de setembro de 2024.

GRADUAÇÃO	NOME	RG
ST QPRR PM	Eliezer Marques de Almeida	3.xxx.586-x
ST QPRR PM	Sandro Márcio Gasques Oliera	4.xxx.328-x
ST QPRR BM	Jairo Alves Fernandes	4.xxx.807-x
ST QPRR BM	Antônio Sávio Tonon	4.xxx.186-x
ST QPRR PM	Marcos Antônio Bonadio	4.xxx.335-x
1º Sgt. QPRR BM	Adauto Ribeiro	5.xxx.446-x
1º Sgt. QPRR BM	Jair Santana Jorge	5.xxx.102-x
1º Sgt. QPRR PM	Pedro dos Santos da Silva	4.xxx.281-x
2º Sgt. QPRR PM	Paulo César Veiga	4.xxx.601-x
2º Sgt. QPRR PM	José Carlos Inácio Zacarias	5.xxx.160-x
2º Sgt. QPRR PM	Leandro Donato	5.xxx.875-x
2º Sgt. QPRR PM	Gilailton César da Silva	5.xxx.659-x
2º Sgt. QPRR PM	Ney Saldanha	5.xxx.266-x
2º Sgt. QPRR PM	Antônio Xavier França	3.xxx.629-x
3º Sgt. QPRR PM	Valdinei Aparecido Luiz	5.xxx.257-x
3º Sgt. QPRR BM	Alexandre Purcino	5.xxx.330-x
2º Sgt. QPRR PM	Sérgio Hernandes Santos	4.xxx.846-x
2º Sgt. QPRR PM	Edson Padilha	4.xxx.141-x
2º Sgt. QPRR PM	Reinaldo Ferreira de Freitas	4.xxx.138-x
2º Sgt. QPRR PM	Edir Antônio Campestrini	3.xxx.509-x
2º Sgt. QPRR PM	Sérgio Luís Rodrigues	4.xxx.343-x
2º Sgt. QPRR PM	Ismael Veiga Bisson	4.xxx.445-x
3º Sgt. QPRR PM	Luiz Carlos Sábio	1.xxx.217-x
3º Sgt. QPRR BM	Cláudio Roberto Dias Rodrigues	4.xxx.838-x
3º Sgt. QPRR PM	João Vicente Depa	3.xxx.543-x
3º Sgt. QPRR PM	Célio Amálio	3.xxx.911-x
3º Sgt. QPRR PM	Osías Pires	4.xxx.598-x
Cb. QPRR PM	Roger Carolino da Silva	4.xxx.839-x
Cb. QPRR PM	Adilson Roberto Rebelo	3.xxx.315-x
Cb. QPRR PM	Israel Lopes de Souza	3.xxx.996-x
Cb. QPRR PM	Márcio Luís Rodrigues	3.xxx.597-x
Cb. QPRR PM	Milton Sérgio Teixeira de Lima	4.xxx.301-x
ST QPRR PM	Orismar Adam Moro	4.xxx.042-x
ST QPRR PM	José Ivan Nunes de Souza	4.xxx.337-x
ST QPRR PM	Arthur Waldemiro de Souza Klug	3.xxx.527-x
ST QPRR PM	Sandro José Pieunoski Skodoski	5.xxx.162-x
ST QPRR PM	Edilson Marcel Fragoso	4.xxx.630-x
ST QPRR PM	Valdomiro José dos Santos	3.xxx.098-x
ST QPRR PM	Luiz Carlos Leszak	4.xxx.103-x
ST QPRR BM	Ércio José Joaquim Martins	4.xxx.784-x
2º Sgt. QPRR PM	Robival Bernardo Neto	4.xxx.115-x
2º Sgt. QPRR PM	Roberto Teylor da Silva	4.xxx.437-x
ST QPRR PM	Sidnei Viana	4.xxx.667-x
ST QPRR PM	Hélio Santana de Mello	3.xxx.231-x
ST QPRR PM	Sérgio Fischer	4.xxx.802-x
ST QPRR PM	Sérgio Mauro Nunes de Souza	5.xxx.748-x
ST QPRR BM	Maurício Nisti Borges	4.xxx.818-x
ST QPRR PM	Ataíde Alberto Ziele	4.xxx.494-x
1º Sgt. QPRR PM	João Carlos de Andrade Ribas	4.xxx.635-x
1º Sgt. QPRR PM	Nilton César Cordeiro	4.xxx.266-x
1º Sgt. QPRR PM	João Antônio Ribeiro de Cristo	5.xxx.118-x
1º Sgt. QPRR PM	Edinaldo Batista da Fonseca	4.xxx.853-x
1º Sgt. QPRR PM	Edson Willians	3.xxx.673-x
1º Sgt. QPRR BM	Bracedino Geraldo Andreis	4.xxx.225-x
1º Sgt. QPRR PM	Eliseu Tamarazzi da Silva	6.xxx.104-x
1º Sgt. QPRR PM	Edeneas Torres Cunha	5.xxx.841-x
ST QPRR PM	Luiz Carlos Borges de Meira	4.xxx.760-x
ST QPRR PM	João Carlos Alves de Souza	4.xxx.481-x
ST QPRR BM	Edgard Rafael Pacheco de Miranda Lima	6.xxx.405-x
ST QPRR PM	Antônio Wilson Balhuk	4.xxx.397-x
1º Sgt. QPRR PM	Marcelo Koslinski Koproski	5.xxx.176-x
1º Sgt. QPRR PM	Sebastião Luiz dos Santos	4.xxx.739-x
2º Sgt. QPRR PM	Marcos Aurélio Trombetta Amadiu	5.xxx.861-x
2º Sgt. QPRR PM	Claudemir Batista Olicheski	3.xxx.240-x
2º Sgt. QPRR PM	Paulo César Teixeira Stresser	5.xxx.587-x
2º Sgt. QPRR PM	Guiarone de Paula Junior	6.xxx.650-x
2º Sgt. QPRR PM	Marcos Antônio Serrato	4.xxx.774-x
2º Sgt. QPRR PM	Swami Levi de Andrade e Silva	5.xxx.566-x
2º Sgt. QPRR PM	Celso Luciano Maior	4.xxx.284-x
2º Sgt. QPRR PM	Sérgio Maurício Gaspar	6.xxx.702-x
ST QPRR PM	José Eduardo Antoniassi	3.xxx.273-x
ST QPRR PM	Juran Marcos Araújo Gonçalves	2.xxx.549-x
ST QPRR PM	Luiz Carlos Veríssimo	3.xxx.780-x
ST QPRR PM	Wanderley Veríssimo	4.xxx.697-x
ST QPRR PM	Vanderlei de Oliveira Ruis	4.xxx.316-x
ST QPRR PM	Antônio do Carmo Junior	4.xxx.147-x
ST QPRR BM	Joaquim Francisco de Souza	3.xxx.284-x
ST QPRR PM	Sidiney dos Santos Lemes	6.xxx.265-x
ST QPRR PM	Valdir Alves Ferreira	4.xxx.874-x
ST QPRR PM	Flávio Vieira dos Santos	7.xxx.512-x
1º Sgt. QPRR PM	Gilson Marcos Klutchkovski	4.xxx.631-x
1º Sgt. QPRR PM	João Pinheiro Cotrim	3.xxx.687-x
1º Sgt. QPRR PM	José Adilson Nazário de Oliveira	4.xxx.350-x

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1º Sgt. QPRR PM	Cláudio Pereira da Rocha	4.xxx.460-x
1º Sgt. QPRR PM	Antônio Carlos Azevedo	5.xxx.659-x
1º Sgt. QPRR PM	Antônio Pereira Machado Junior	4.xxx.979-x
2º Sgt. QPRR PM	Denilson Pereira da Silva	4.xxx.751-x
2º Sgt. QPRR PM	Claudeci Antônio dos Santos	4.xxx.707-x
ST QPRR PM	Nelson de Souza Filho	3.xxx.222-x
ST QPRR PM	Sidney Paulo Ribeiro	4.xxx.026-x
ST QPRR PM	Gilmar Martins	3.xxx.048-x
ST QPRR BM	Hélio Eurico Maia Benevente	4.xxx.485-x
ST QPRR PM	Edmar Aparecido Capitol	3.xxx.286-x
ST QPRR PM	José Roberto Pelisson	3.xxx.060-x
ST QPRR PM	Renaldo Ferreira de Araújo	4.xxx.935-x
ST QPRR PM	Marcos Antônio Borges	4.xxx.364-x
ST QPRR PM	Claudeniseo dos Santos	4.xxx.325-x
ST QPRR PM	Alcides Lopes da Silva	3.xxx.322-x
ST QPRR PM	Adenal Rodrigues de Mello	4.xxx.476-x
ST QPRR PM	Cleonir Galvan	5.xxx.278-x
ST QPRR PM	Wilson José dos Santos	5.xxx.204-x
1º Sgt. QPRR BM	Elias Esquissato	3.xxx.032-x
1º Sgt. QPRR PM	João Carlos Ortina	6.xxx.643-x
1º Sgt. QPRR BM	Cleodomir Paulo Pereira	5.xxx.316-x
1º Sgt. QPRR PM	Vilson Luiz Viapiana	4.xxx.628-x
1º Sgt. QPRR BM	Merquior Ferreira da Silva	4.xxx.923-x
2º Sgt. QPRR PM	Edivaldo Avance	4.xxx.076-x
2º Sgt. QPRR PM	Antônio do Carmo Pereira	5.xxx.689-x
2º Sgt. QPRR BM	José Gonçalves de Freitas	5.xxx.687-x
2º Sgt. QPRR PM	César Marques de Carvalho	4.xxx.708-x
3º Sgt. QPRR PM	José Nunes Rangel	4.xxx.467-x
3º Sgt. QPRR BM	Antoninho Valmir de Souza	4.xxx.516-x
3º Sgt. QPRR PM	Gilnei José Dieter	8.xxx.863-x
Cb. QPRR BM	Gilberto Ferreira de Souza	3.xxx.707-x
Cb. QPRR PM	Amilton Camargo	5.xxx.860-x
Cb. QPRR PM	Isaías Francisco de Barros	5.xxx.664-x
Cb. QPRR PM	Edson de Oliveira Martins	5.xxx.527-x
Cb. QPRR PM	Paulino Duarte da Dores	6.xxx.830-x
Cb. QPRR PM	Evandro Giongo de Souza	6.xxx.906-x
Cb. QPRR PM	Fernando Julkoski Babinski	6.xxx.191-x
Sd. QPRR	Emerson Melato Alves	5.xxx.322-x

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

86191/2025

PORTARIA Nº 372/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XXIII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido n° 24.220.626-6, RESOLVE:

Designar os servidores **José Victor Andreatta, RG nº 12.xxx.526-x (Presidente), Michelle Hasse Varela de Chaves, RG: n° 6.xxx.803-x (Membro), Érica Aurélia de Melo da Silva, RG: n° 6.xxx.081-x (Membro) e Everson Luiz Pedroso, RG: n° 3.xxx.305.x (Suplente),** para sob a presidência do primeiro, atuarem na comissão de contratação especificamente para fase externa do Processo Licitatório de **Concorrência com Regime de Contratação Integrada nº 04/2025- DER/DT – Protocolo nº 24.186.220-8,** que tem como objeto**,** Contratação Integrada para elaboração de projeto básico, executivo e execução das obras de pavimentação e adequação de capacidade da PR-436 no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o distrito Vila Guay, em Ibaiti, com uma extensão de aproximadamente 10,00 km.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)

Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

86192/2025

APPA

PORTARIA Nº 105/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, CONSIDERANDO as justificativas apresentadas no processo protocolado sob nº 23.536.845-5.
RESOLVE:
Art 1º AUTORIZAR a prorrogação do prazo por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos designados na Portaria nº 078/2025/APPA, a fim de apurar e aplicar as sanções cabíveis em razão de novos atrasos e não conformidades em relação aos prazos informados pelo Consórcio, bem como da necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 24 de junho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 106/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º EXONERAR LUCIANO DA CRUZ ROSINA, Matrícula 9800, do emprego de provimento em comissão de Gerente III, Símbolo CC 10, da Gerência de Desenvolvimento Empresarial, da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial, a partir de 24 de junho de 2025.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 24 de junho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 107/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, CONSIDERANDO o contido no processo protocolado sob nº 23.918.280-1.
RESOLVE:
Art 1º CONSTITUIR Comissão Técnica para atualização do Estatuto Social da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, estabelecido na Portaria nº 166-20.
MEMBROS:
FABRICIO MONFORT BARBOZA, Matrícula 2058;
RODRIGO LASCOSK BISCAIA, Matrícula 9813;
VINICIUS CORDEIRO, Matrícula 2202.
Art 2º Revoga-se a Portaria nº 074/2025/APPA, de 8 de maio de 2025.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 25 de junho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 108/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, CONSIDERANDO os fatos apresentados no processo protocolado sob nº 24.169.405-4.
RESOLVE:
Art 1º IMPLANTAR na folha de pagamento do empregado público do Quadro Efetivo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, a progressão funcional de que trata o Plano de Cargos e Salários – PCS, a partir de ABRIL DE 2025:

MATRÍCULA	NOME	DE NÍVEL	PARA NÍVEL
2028	RODRIGO DOS SANTOS VANHONI	500 – D	500 – E

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 25 de junho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 109/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020,
RESOLVE:
Art 1º CONSTITUIR Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da APPA (CIPA/ASSEDIO/APPA) para a Gestão 2025/2026, com abrangência sobre as instalações e empregados da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, objetivo, constituição, composição e atribuições na forma das disposições da NR 05 – Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego:
MEMBROS TITULARES ELEITOS PELOS EMPREGADOS:
ANDERSON CESAR MENDES, Matrícula 2190 (Vice-presidente);
NELSON ALVES RODRIGUES, Matrícula 2106.
MEMBROS SUPLENTES ELEITOS PELOS EMPREGADOS:
ALEXANDRE PAPOULIAS, Matrícula 1992;
CARLOS EDUARDO RODRIGUES CALIXTON, Matrícula 2165.
MEMBROS TITULARES INDICADOS PELO EMPREGADOR:
ANA PAULA PLINKOSKI VITALINO, Matrícula 2161 (Presidente);
SONIA REGINA DE ARAUJO, Matrícula 1377 (Secretária).
MEMBROS SUPLENTES INDICADOS PELO EMPREGADOR:

GUSTAVO WAGNITZ FANHA, Matrícula 9843;
JOSE VANDERLEI COELHO, Matrícula 2119.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 26 de junho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 110/2025/APPA
O Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 33 do Estatuto Social da APPA, aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020, CONSIDERANDO os fatos apresentados no processo protocolado sob nº 24.181.275-8.
RESOLVE:
Art 1º INSTAURAR Procedimento Averiguatório a ser conduzido pela Comissão Especial, com a finalidade de apurar os apontamentos formulados pela Justiça Federal em face das empresas GRANSOL TERMINAIS MARÍTIMOS LTDA e CENTRAL OPERAÇÕES PORTUÁRIAS LTDA, no âmbito do procedimento nº 5029448-56.2025.4.04.7000, inclusive quanto ao eventual descumprimento das obrigações inerentes ao operador portuário.
MEMBROS:
ADALBERTO DA CRUZ, Matrícula 9444;
ALESSANDRO CONFORTO, Matrícula 9837;
BRUNO DE PAULA GUIMARÃES, Matrícula 2177.
Art 2º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é de 30 (trinta) dias.
Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, em 26 de junho de 2025.

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente

86186/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Retificação - Resolução nº 54/2025 - SEI

Secretário de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, no uso das atribuições que lhe são inerentes e diante da identificação de erros meramente materiais, RETIFICA a **RESOLUÇÃO Nº 54/2025** do Protocolo nº 24.028.064-7, publicado no Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, do dia 17 de junho de 2025, conforme abaixo:

Onde se lê: Art. 3º Revogam-se as resoluções publicadas nº 14/2023; nº 32/2023; nº 45/2023; nº 02/2024; nº 05/2024; nº 33/2025;

Leia-se: Art. 3º Revogam-se as resoluções publicadas nº 52/2023; nº 106/2023; nº 117/2023; nº 03/2024; nº 06/2024;

Mantêm-se inalterados os demais itens.

Curitiba. 30 de junho de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

86444/2025

Resolução nº 62/2025 - SEIA

Súmula: Instaura Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR em desfavor da pessoa jurídica ALLK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 31.211.218/0001-19.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - SEIA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
Considerando o teor do protocolo nº 24.220.551-0, 22.952.126-8 e 21.296.544-8, compreendidos os respectivos apensos e anexos; e
Considerando a necessidade de aplicação dos princípios da ampla defesa, contraditório, da publicidade e da legalidade consubstanciado no artigo 5º, LV da Constituição Federal, Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual 10.086/2022.
Considerando o rito do processo administrativo para apuração de responsabilidade, regulamentado pelo art. 191 da Lei Estadual nº 20.656/2021, Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.;

RESOLVE

Art. 1º. Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE - PAAR em desfavor das pessoas jurídicas ALLK TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 31.211.218/0001-19.
Art. 2º Designar as servidoras públicas para compor a comissão e, sob a presidência da primeira nominada, procederem a todas as diligências necessárias à colheita de provas, com o objetivo de apurar eventual prática de faltas e irregularidades ocorridas no procedimento de inexigibilidade de licitação, protocolo nº 21.296.544-8, e descritos no protocolo 22.952.126-8:
I - ANA CLAUDIA PEREIRA BREDA;
II - DENISE DO ROCIO NASCIMENTO;
III - MERYNA THEREZINHA JULIANO ROSA.
Art. 3º Ficando comprovadas as práticas de irregularidades, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas pelo artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como eventuais cláusulas penais definidas em Edital e Contrato firmados entre a pessoa jurídica e o Estado do Paraná.
Art. 4º. Determinar o início das atividades no prazo de 3 (três) dias contados da publicação desta Resolução em Diário Oficial do Estado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

86415/2025

Resolução nº 63/2025 - SEIA

Súmula: Designa Gestor e Fiscal responsáveis dos Contratos de serviços contínuos pela Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.955/2024, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, e protocolo n° 24.028.064-7;

RESOLVE

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Resolução nº 56/2025, que passa a vigorar com a seguinte Redação: **"Art. 3º Revogam-se as resoluções publicadas nº 15/2023; nº 16/2023; nº 17/2023; nº 01/2024; nº 07/2024; nº 09/2024; nº 02/2025. "**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

86237/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ATO DE AUTORIZO n.º 119/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO: 24.220.562-6
ASSUNTO: Trata-se de solicitação de pagamento de diárias e despesas com transporte e traslado em favor de colaboradores eventuais (palestrante e grupo musical que participarão da 6ª Conferência de Igualdade Racial do Paraná – VI COEPIR), nos termos do Decreto Estadual n.º 6.358 de 28 de junho de 2024.
Considerando que o processo foi instruído com o Projeto Básico e informações suficientes ao pagamento;
Considerando declaração proveniente do Núcleo Fazendário Setorial, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes à consecução da demanda;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
Autorizo o pagamento de diárias e despesas com transporte e traslado, com fundamento no Decreto Estadual n.º 6.358 de 28 de junho de 2024, conforme descrito a seguir.
Objeto: Participação de palestrante e grupo musical na 6ª Conferência de Igualdade Racial do Paraná – VI COEPIR, a ser realizada de 15 a 17 de julho de 2025, em Foz do Iguaçu/PR.
Interessados:
NATANAEL DOS SANTOS – CPF n.º 849.XXX.108-XX
DANIEL ALBUQUERQUE – CPF n.º 144.XXX.628-XX
FELIPE BRAZ DOS SANTOS – CPF n.º 360.XXX.708-XX
ANDRÉ CARLOS DE SOUZA CONTELLI – CPF n.º 408.XXX.848-XX
RAQUEL SILVÉRIO DE ALMEIDA – CPF n.º 503.XXX.198-XX
DAVI AUGUSTO SANCHEZ ALBUQUERQUE – CPF n.º 478.XXX.728-XX
DORIVAL SILVA SANTOS – CPF n.º 113.XXX.888-XX
Valor total: R$ 16.804,34 (dezesseis mil oitocentos e quatro reais e trinta e quatro centavos).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

86324/2025

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROTOCOLO: 24.110.590-3
ASSUNTO: Trata-se de solicitação de contratação de serviço de saúde de emergência – ambulância de suporte básico, para as Conferências Estaduais dos Conselhos vinculados à Pasta, por meio de Dispensa de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Licitação na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, em atendimento a demanda da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.
Considerando o contido no Relatório da Dispensa n.º 90010/2025 (mov. 35);
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a faculdade prevista no art. 53, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Considerando o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a utilização de minuta padrão elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná;
Considerando a faculdade prevista no art. 54, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
HOMOLOGO o processo de contratação referente a Dispensa Eletrônica n.º 90010/2025, declarando como vencedora do certame a empresa FRAGAMED EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA., CNPJ 45.XXX.197/0001-XX, no valor de R$ 14.000,00 (catorze mil reais), e determino a sua publicação no sítio eletrônico oficial desta Secretaria de Estado, bem como em Diário Oficial do Estado, nos termos do contido no art. 54, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
DETERMINO, ainda, a divulgação do contrato formalizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da sua assinatura, nos termos do art. 94, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como a sua publicação no sítio eletrônico oficial desta Secretaria de Estado e do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

86326/2025

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 19.678.361-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 243/2024 – PCO/PGE, **celebrar o Termo Aditivo do Termo de** Convênio nº 235/2022, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Município de São José dos Pinhais inscrito no CNPJ/MF n.º 76.105.543/0001-35 com sede à Rua Passos de Oliveira nº 1101, de ora em diante denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representada por sua Prefeita Margarida Maria Singer, portadora da Cédula de Identidade n.º *.***.551-0 SSP/PR e do CPF n.º ***.***.539-0, tendo como partícipe o Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná/ COMESP, inscrito no CNPJ/MF nº 08.061.295/0001-18, sito à rua Da Paz, nº 260, na cidade de Curitiba – Pr., doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo sua Presidente Karime Fayad, portadora da Cédula de Identidade n.º *.***.093-0 SSP/PR, e do CPF n.º ***.***.599-04.

2. Para execução do aditivo, serão destinados recursos, serão destinados recursos, no valor de R$ 3.336.692,11 (três milhões. Trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e onze centavos), sendo R$ 3.171.105,87 (três milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinco reais e oitenta e sete centavos), que serão repassados pela SESA/ FUNSAUDE, provenientes da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde do Paraná CNPJ nº 08.597.121/0001-74, que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 4760.10301036.030.4440.4200 – Fonte 100 do Tesouro do Estado, R$ 64.716,45 (sessenta e quatro mil, setecentos e dezesseis reis e quarenta e cinco centavos), parcelas pelo Município a título de contrapartida extra, conforme declaração acostada do presente protocolado, utilização do saldo de economicidade no valor de R$ 1.285.392,68 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos) e utilização do saldo de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 100.869,79 (cem mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos).

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Lei n° 18.976/2017, Decreto nº 7265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº. 86/2020 e Decreto Estadual nº 11.180 de 23 de maio de 2022, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86388/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.605.544-2

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, ratificado em protocolo sob o nº 23.605.544-2, a formalização do **2º Termo de Registro de Apostilamento** ao Contrato nº 0306.2665/2023 ora celebrado entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a **Davita Rolândia / Davita Participações e Serviços de Nefrologia Rolândia,** localizada à Rua Martin Friedrich Mewes, n° 101, Bairro Roland Garten, no município de Rolândia, inscrita no CNPJ sob o nº 23.097.104/0011-33, CNES 7672136 objetivando a Prestação de Serviços Ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. O presente Termo de Registro de Apostilamento tem por objeto a suplementação dos valores dos procedimentos de hemodiálise e diálise em atendimento a Resolução SESA nº 383/2025 de 27/02/2025, que institui o cofinanciamento de procedimentos de Terapia Renal Substitutiva – TRS aos usuários do Sistema Único de saúde do Estado do Paraná, bem como à Portaria GM/MS nº 815, de 30 de junho de 2023 que altera valores de procedimentos de Terapia Substitutiva na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. Este Termo de Registro de Apostilamento inclui no Contrato nº 0306.2665/2023 o valor mensal estimado de R$ 379.999,08 (trezentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oito centavos), sendo R$ 235.734,48 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos) com recursos financeiros provenientes do Tesouro Geral do Estado – Fonte 500 referente ao quantitativo de procedimentos previstos na Ficha de Programação Orçamentária – FPO e R$ 144.264,60 (cento e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) com recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, em consonâncias com a Portaria Ministerial publicada.

4. Por se tratar de aporte financeiro a título de cofinanciamento e ajustes da Tabela do Sus, não há descaracterização do objeto contratado, mantendo as mesmas cláusulas e condições do contrato originário.

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei **Estadual nº 15.608/2007 e a Lei Federal n° 8.666/1993,** Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

85894/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.913.495-5

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 3.283/2024, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2025;

CONSIDERANDO a(s) Portaria(s) GM/MS nº 5.974/2024, a(s) qual(is) define(m) valores individualizados e habilita(m) especificamente o prestador SANTA CASA DE PARANAVAÍ, CNPJ 79.724.423/0001-04, CNES 2754738 a receber R$ 100.000,00 referente à Portaria GM/MS nº 5.974/2024 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas

de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 136/2023-PGE (fl. 88) e Parecer Referencial nº 10/2023-PGE (fl. 89-97) no processo nº 20.583.235-1, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **RECONHEÇO** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.2461/2022 DGS;

2. **AUTORIZO** a **celebração de Termo de Convênio** formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o SANTA CASA DE PARANAVAÍ, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 79.724.423/0001-04, em cumprimento ao objeto proposto de Conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2461/2022 SGS, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS n.º 5.974/2024, por meio da aquisição de insumos: material hospitalar, por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade ao(à) SANTA CASA DE PARANAVAÍ entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 99.990,00 proveniente da fonte 706 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86370/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.997.813-4

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 684/2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2022;

CONSIDERANDO a(s) Portaria(s) GM/MS nº 750/2022, a(s) qual(is) define(m) valores individualizados e habilita(m) especificamente o prestador ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES, CNPJ 07.070.735/0001-30, CNES 0018384 a receber R$ 100.000,00 (cem mil reais) referente à Portaria GM/MS nº 684/2022 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 136/2023-PGE (fl. 88) e Parecer Referencial nº 10/2023-PGE (fl. 89-97) no processo nº 20.583.235-1, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **RECONHEÇO** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.2715/2024 DGS;

2. **AUTORIZO** a **celebração de Termo de Convênio** formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.070.735/0001-30, em cumprimento ao objeto proposto de conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2715/2024 DGS, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS n.º 750/2022, por meio da aquisição de insumos previstos na rubrica de Material de Expediente., por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade ao(à) ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 99.998,50 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) proveniente da fonte 706 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86381/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 18.848.328-3 /24.133.614-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao Contrato nº **0306.2570/2022 DGS** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e oora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA e o **Hospital de Caridade São Francisco de Assis**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº **2554429**, CNPJ nº **80.759.111/0001-15**, localizado à Rua Coronel Hortêncio de Mello, nº 78, bairro Centro, município de Rio Azul.

2. O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº **0306.2570/2022 DGS**, como faculta o Art. 130, inciso II da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, dando reciprocamente aos signatários de forma irrevogável e irretratável ampla e geral quitação das obrigações assumidas entre as partes em razão do contrato rescindido, a partir da data de assinatura do distrato.

3. A celebração do Termo de Rescisão ao Contrato **0306.2570/2022 DGS** se justifica pelo fato de o Estabelecimento em tela ter participado do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

novo processo de Credenciamento por meio do Edital nº 036/2023 e ter realizado adesão ao Ato Convocatório nº 01/2023, sendo concomitantemente recontratado, conforme instrução do protocolo nº 22.969.728-5, não causando descontinuidade da prestação de serviços assistenciais.

4. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86368/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.484.488-1

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da Associação Beneficente de Saúde de Jesuítas / Hospital Jesuítas**, situado à Av. Padre Vieira, nº 443, bairro Centro, cidade de Jesuítas, inscrito no CNPJ nº 33.389.322/0001-23, CNES 2781751, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 56.385,17 (cinquenta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), sendo R$ 36.385,17 (trinta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos) com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, e, R$ 20.000,00 (vinte mil reais) com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor anual de R$ 676.622,04 (seiscentos e setenta e seis mil seiscentos e vinte e dois reais e quatro centavos).

5. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86537/2025

PORTARIA SESA Nº 322/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido do servidor, lotado no Hospital Adauto Botelho, em Pinhais.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 24.128.364-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação ao servidor CARLOS ADAN DA SILVA FERNANDES DE BARROS, RG nº 8.786.892-3/PR, Técnico Administrativo, lotado no Hospital Adauto Botelho, sede em Pinhais, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 1º de julho de 2025 referente ao período aquisitivo de 30 de outubro de 2017 a 29 de outubro de 2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

86397/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.051/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 389/2023, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 788/2023, que Altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

- considerando a Resolução SESA nº 633/2024, que altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 5º da Resolução SESA nº 389/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua

publicação.

Curitiba, 10 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.051/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS NO PARANÁ.

RS	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL	LOCAL
16ª RS	GRANDES RIOS	EQUIPAMENTOS	R$ 850.000,00	HOSPITAL MUNICIPAL

86245/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1132/2025

Designa servidores para exercerem atividade de Gestor e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 049/2024, protocolo nº 21.958.753-8, firmado entre o estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21352 de 01 de janeiro de 2023 Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando o Decreto Estadual nº 11.180 23 de maio de 2022, que dispõe sobre o novo Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados, em observância ao art. 17 do Decreto Estadual nº 11.180/2022, para exercerem atividade de fiscais do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – TED, nº 049/2024, protocolo nº 21.958.753-8, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

I - Fiscal Titular: Murilo Lourenço Ferminguez, RG nº 14.949.721-8, CPF nº 403.777.978-12, e-mail: murilo.ferminguez@sesa.pr.gov.br

II - Fiscal Suplente: Ernani Dini Dolinski, RG nº 6.168.729-7, CPF nº 022.477.969-90, e-mail: ernani.dolinski@sesa.pr.gov.br que atuará na ausência do fiscal titular

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 917/2024.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86425/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1133/2025

Designa servidores para exercerem atividade de Gestor e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 133/2025, protocolo nº 23.931.212-8, firmado entre o estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21352 de 01 de janeiro de 2023 Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando o Decreto Estadual nº 11.180 23 de maio de 2022, que dispõe sobre o novo Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados, em observância ao art. 17 do Decreto Estadual nº 11.180/2022, para exercerem atividade de fiscais do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA – TED, nº 133/2025, protocolo nº 23.931.212-8, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNOESTE.

I - Fiscal Titular: Dora Yoko Nozaki Goto, RG nº 3.104.542-8, CPF nº 541.224.579-04, e-mail: doragoto@sesa.pr.gov.br.

II - Fiscal Suplente: Marcello Zaia Oliveira, RG nº 25.382.710-3, CPF nº 147.466.588-89, e-mail: marcello.oliveira@sesa.pr.gov.br que atuará na ausência do fiscal titular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86193/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1135/2025

Dispõe sobre alteração na indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Diretor da Diretoria de Gestão de Sistemas de Saúde, no prédio central em Curitiba, durante a fruição de férias do titular.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual nº 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o contido no protocolado nº 24.091.814-5.

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o nome indicado para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Diretor, símbolo – CCE-DD, na Diretoria de Gestão e Sistemas de Saúde, prédio central com sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 07/07/2025 a 25/07/2025, em substituição, durante a fruição de férias do titular VINÍCIUS AUGUSTO FILIPAK, RG. nº 1.948.773.3/PR.

Art. 2º Alterar de JULIANA EGGERS, RG. nº 6.957.308-8/PR, Enfermeiro para LILIAN CRISTINA XAVIER DE LIMA, RG. nº 7.035.861-1/PR, Técnico Administrativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86392/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1136/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão no Laboratório Central do Estado em São José dos Pinhais, durante a Licença de Tratamento de Saúde da titular.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual nº 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o contido no protocolado nº 24.204.738-9.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor ERICO LUIS COSTA LUDTK, RG. nº 6.834.394-1/PR, Farmacêutico, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, Símbolo CCE-10, no Laboratório Central do Estado, sede em São José dos Pinhais, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 11/06/2025 a 25/06/2025, em substituição, durante a licença de tratamento de saúde da titular, LAVINIA NERY VILLA STANGLER AREND, RG. 6.128.559-8/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

86393/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.093/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 387/2023, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 823/2024, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 1505/2024, que altera o anexo I da Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução SESA nº 769/2019, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.093/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
ANAHY	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
ASSIS CHATEAUBRIAND	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
ASSIS CHATEAUBRIAND	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
ASSIS CHATEAUBRIAND	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	3	R$ 210.000,00
ASSIS CHATEAUBRIAND	MICRO-ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
BELA VISTA DA CAROBA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
BOM SUCESSO DO SUL	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
BOM SUCESSO DO SUL	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
CAPANEMA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	4	R$ 280.000,00
CAPANEMA	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
CAPANEMA	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
CHOPINZINHO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	2	R$ 500.000,00
CHOPINZINHO	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00

CHOPINZINHO	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
ENÉAS MARQUES	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	3	R$ 300.000,00
ENÉAS MARQUES	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	2	R$ 440.000,00
ENÉAS MARQUES	MOTOCICLETA	R$ 12.500,00	16	R$ 200.000,00
ENÉAS MARQUES	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
ENGENHEIRO BELTRAO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	2	R$ 500.000,00
GUARANIAÇU	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	4	R$ 400.000,00
GUARANIAÇU	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	4	R$ 280.000,00
HONÓRIO SERPA	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
HONÓRIO SERPA	VEÍCULO 7 LUGARES OU UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	4	R$ 400.000,00
LARANJAL	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
LARANJAL	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
LOBATO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
LOBATO	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
MARMELEIRO	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
MARMELEIRO	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
NOVA ESPERANÇA	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	5	R$ 500.000,00
NOVA PRATA DO IGUAÇU	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	7	R$ 700.000,00
NOVA PRATA DO IGUAÇU	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
NOVA PRATA DO IGUAÇU	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	2	R$ 500.000,00
NOVA PRATA DO IGUAÇU	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	6	R$ 420.000,00
PALMAS	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	2	R$ 1.400.000,00
PALMAS	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	2	R$ 500.000,00
PALMAS	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	3	R$ 300.000,00
PALMAS	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	2	R$ 440.000,00
PORTO BARREIRO	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
PORTO BARREIRO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
PORTO BARREIRO	VEÍCULO 7 LUGARES OU UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
VERÊ	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00

86234/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.137/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 387/2023, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- considerando a Resolução SESA nº 823/2024, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 1505/2024, que altera o anexo I da Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução SESA nº 769/2019, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.137/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
ALTAMIRA DO PARANÁ	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
ALVORADA DO SUL	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
ALVORADA DO SUL	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
ÂNGULO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
ÂNGULO	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
BARRA DO JACARÉ	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
BOA VENTURA DE SAO ROQUE	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
BOA VENTURA DE SAO ROQUE	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
BOA VENTURA DE SAO ROQUE	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
CAMPINA DA LAGOA	MICRO-ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
CAMPINA DA LAGOA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
CERRO AZUL	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
CONGONHINHAS	MICRO-ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
ESPERANÇA NOVA	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
FAROL	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
FAROL	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
FAXINAL	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	2	R$ 440.000,00
FAXINAL	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	4	R$ 260.000,00
FAXINAL	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
FÊNIX	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
FIGUEIRA	MICRO-ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
FIGUEIRA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
FIGUEIRA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	5	R$ 325.000,00
GUAIRAÇÁ	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
GUAPIRAMA	MICRO-ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
GUAPIRAMA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
ICARAÍMA	MICRO-ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
IGUARAÇU	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
IGUARAÇU	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
IGUARAÇU	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
INAJÁ	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
INAJÁ	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	2	R$ 200.000,00

IVATÉ	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
JABOTI	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
JANIÓPOLIS	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
JANIÓPOLIS	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
LIDIANÓPOLIS	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
LIDIANÓPOLIS	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
LUPIONÓPOLIS	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
LUPIONÓPOLIS	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
MANDAGUAÇU	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
MANOEL RIBAS	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
MARUMBI	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
MAUÁ DA SERRA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
MIRASELVA	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
NOVA OLÍMPIA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
NOVA OLÍMPIA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
NOVA OLÍMPIA	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
NOVA TEBAS	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
NOVA TEBAS	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	3	R$ 195.000,00
PARANACITY	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
PINHAO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
PITANGUEIRAS	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
PONTAL DO PARANÁ	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
PORECATU	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
PORTO VITÓRIA	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
PORTO VITÓRIA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
PORTO VITÓRIA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	3	R$ 195.000,00
PRADO FERREIRA	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
PRADO FERREIRA	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
PRADO FERREIRA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
PRIMEIRO DE MAIO	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
PRIMEIRO DE MAIO	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
RIO BRANCO DO IVAÍ	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
SALTO DO ITARARÉ	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
SANTANA DO ITARARÉ	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
SAO JERÔNIMO DA SERRA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	2	R$ 440.000,00
SAO JOAO DO CAIUÁ	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
SAO JORGE DO PATROCÍNIO	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
SAO JOSÉ DA BOA VISTA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
SAO JOSÉ DA BOA VISTA	VEÍCULO UTILITÁRIO	R$ 100.000,00	1	R$ 100.000,00
SAO MANOEL DO PARANÁ	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
SAO PEDRO DO IVAÍ	MICRO ÔNIBUS	R$ 450.000,00	1	R$ 450.000,00
SAO PEDRO DO IVAÍ	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
TERRA RICA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
TUNEIRAS DO OESTE	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	2	R$ 130.000,00
VENTANIA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 65.000,00	1	R$ 65.000,00
VIRMOND	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	2	R$ 500.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Segurança Pública

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
COMANDO-GERAL

PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 480, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

Anulação de promoção.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 22.354, de 15 de abril de 2025, considerando as disposições da Lei Estadual n° 5.940, de 08 de maio de 1969, no cumprimento de **Ordem Judicial** de **caráter provisório**, relativa aos **Autos nº 0023194-97.2023.8.16.0035 – 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de São José dos Pinhais/PR,** e em observância ao Despacho nº 1031/25- AT/PMPR (Protocolo 24.061.347-6), **RESOLVE**:

Art. 1º **Tornar sem efeito** o art. 17 da Portaria do Comando-Geral nº 040/2024, publicada no DIOE nº 11.644/2024 e no Boletim-Geral da PMPR nº 083/2024, que promoveu o policial militar **Wininton Pereira Temp – CPF XXX.289.220-XX** à graduação de **Cabo QP PM.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

Assinado Eletronicamente
Coronel QOEM PM Jefferson Silva,
Comandante-Geral da PMPR.

PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 479, DE 26 DE JUNHO DE 2025.

Promoção por ressarcimento de preterição.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 22.354, de 15 de abril de 2025, considerando as disposições da Lei Estadual n° 5.940, de 08 de maio de 1969, em conformidade com o Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, em decorrência das providências constantes no Despacho nº 745/25-AT (Protocolo 23.226.542-6), e de acordo com a Informação nº 129/2025 – CPP/PMPR (Protocolo 24.219.146-3), **RESOLVE:**

Art. 1º **Promover** em **ressarcimento de preterição**, à graduação de **3º Sgt. QP PM**, pelo critério de merecimento, o policial militar **Rodrigo Biss da Silva – CPF XXX.485.419-XX,** a contar de **12 de agosto de 2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado eletronicamente
Coronel QOEM PM Jefferson Silva,
Comandante-Geral da PMPR.

86293/2025

RESOLUÇÃO N° 354/2025

Alterar integrantes no Grupo de Trabalho Permanente para avaliação e atualização do Manual de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo nº 24.065.429-6,

Considerando a solicitação encaminhada no Ofício n° 3.095/2025 – GS/SEED, para substituição de representante do Grupo de Trabalho Intersetorial de atendimento de pessoas em situação de violência sexual.

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR os servidores abaixo no Grupo de Trabalho Permanente visando a avaliação e atualização do Manual de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual:

Função	Servidor
SEED	Titular Walquíria Onete Gomes, RG 3076276-2, walquiria.gomes@escola.pr.gov.br Suplente Delvana Lúcia de Oliveira, RG 4331389-4, CPF 604.007.069-20 elvana.oliveira@escola.pr.gov.br

Art. 2º INDICAR os servidores abaixo no Grupo de Trabalho Permanente visando a avaliação e atualização do Manual de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual:

Função	Servidor
SEED	Titular Delvana Lúcia de Oliveira, CPF XXX.007.069-XX delvana.oliveira@escola.pr.gov.br, Suplente Giovanna Osawa XXX.194.178-XX giovanna.osawa@educacao.pr.gov.br

Art. 3° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 30 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

86419/2025

RESOLUÇÃO N° 352/2025

Prorrogação de prazo para conclusão de PR em desfavor da empresa ALTA COMERCIAL LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 05.076.619/0001-01.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo nº 23.002.777-3,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PR n° 005/2024, instaurado pela Resolução nº 635/2024, de 1º de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11782, em 5 de novembro de 2024, a partir de 5 de junho de 2025.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 27 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

85877/2025

RESOLUÇÃO N° 353/2025

Instaura Processo de Responsabilização em face do Sr. Humberto Macedo de Medeiros, CPF n.° XXX.700.701-XX e nomeia Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo n.º 22.613.321-6,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar, nos termos do art. 201, do Decreto Estadual n.° 10.086/2022 Processo de Responsabilização – PR/SESP, em face do Sr. Humberto Macedo de Medeiros, inscrito no CPF n.° XXX.700.701-XX, sendo passível de aplicação da penalidade de multa, conforme preconiza o art. 156, incisos II da Lei Federal n.° 14.133/2021.

Art. 2º. Designar, para compor a Comissão Processante, os agentes públicos 1° Ten. QOPM Railane do Nascimento Guedes, CPF nº XXX.392.737-XX, como Presidente, e o Cb. QPMG 1-0 Bruna Martins Kaneko, CPF nº XXX.121.899-XX, como Secretária, sob a presidência da primeira, conforme disposto pelo art. 200, § 2°, do Decreto Estadual n.° 10.086/2022.

Art. 3°. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato.

Art. 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 27 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

86149/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 474 – DRH, 30 DE JUNHO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.042.032-7,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a servidora **Morgana Jaquis de Oliveira Muller, CPF XXX.637.079-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Assistente da Polícia Penal – simbologia FPP-7, da Direção da Polícia Penal, durante as férias do titular **Wilian Aparecido Vieira Boaventura, CPF XXX.195.199-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 30 de junho de 2025 a 13 de julho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

86580/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

O Senhor ALEX SANDRO MARCOS, RG: 588XXX39, que foi ocupante do cargo de Delegado de Polícia, DELP – QPPC, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 16 de junho de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

80653/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

O Senhor DIRCEU HORNE ALVES JÚNIOR, RG: 615XXX53, que foi ocupante do cargo de Agente Judiciário, APJ – QPPC, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 16 de junho de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

80667/2025

DECISÃO DA DIRETORA

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO PARANÁ, designada através do Decreto nº 7.160, de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no art. 4º, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução SESP nº 233, de 2016, combinada com a Resolução SESP nº 188, de 2015, em observação à Lei nº 20.656, de 2021, considerando a manifestação proferida às fls. 298 a 321, mov. 20, no Protocolo sob nº 20.484.189-6, Exarado pela Corregedora-Geral à época, o qual adoto como fundamento e razões de mérito para esta Decisão Administrativa, **DECIDO**:

I – AUTORIZAR, nos termos do art. 179 da Lei 20.656/2021, o sobrestamento do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD,** instaurado em desfavor do servidor **WEBER RODRIGO DOS SANTOS, CPF nº XXX.837.358-XX**, por meio da Portaria nº 013/2025–PAD, de 19 de maio de 2025, em razão de fato apresentado pela Comissão Processante, conforme Ofício nº 09/2025.

II – Restitua-se o protocolado à Corregedoria-Geral da Polícia Penal, para ciência da decisão e providências cabíveis.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

(datado e assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral – Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná

86222/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 45/2025

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

DETERMINA

O **arquivamento** da sindicância **nº 21.103.990-6**, acolhendo os trabalhos da comissão sindicante, que concluiu pela indeterminação de autoria.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

85896/2025

PORTARIA Nº 027/2025

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

SUSPENDER

A partir de 01/07/2025, a LICENÇA SEM VENCIMENTO do (a) servidor (a) **THIAGO LUIS RAVEDUTTI MARQUES RG. 5.980.293-3,** ocupante do cargo de **AGENTE DE POLICIA JUDICIARIA CLASSE ÚNICA** do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, desta Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, concedida através da Portaria 65 de 27/04/2023.

Curitiba, 30 de junho de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH

DELEGADO GERAL

PROTOCOLO 23.232.878-7

86409/2025

P O R T A R I A Nº 1053-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 1007-DPC, de 18/06/2025, que designou "***LEANDRO MARQUES HOFFMANN***, RG *10.XXX.207-X*, *Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA, da Divisão Policial do Interior, para responder como Delegado Adjunto pela referida unidade policial*",

ONDE SE LÊ: "para responder como Delegado Adjunto pela referida unidade policial",

LEIA-SE: "para responder como Delegado Adjunto e exercer a função privativa policial de Chefe Adjunto - FPP9 da referida unidade policial".

Curitiba, 18 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1054-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução nº 246/2023;

Considerando o protocolo nº 24.189.556-4, resolve,

D E S I G N A R

THAIS REGINA ZANATTA, RG 8.XXX.781-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegada Chefe no NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE CASCAVEL, da Divisão de Polícia Especializada, para exercer a função privativa policial de Chefe – FPP9 do referido núcleo, a qual entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1055-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução nº 246/2023;

Considerando o protocolo nº 24.189.556-4, resolve,

D I S P E N S A R

MARIANA ANTONIETA MANSO VIEIRA BADOTTI, RG 6.XXX.413-X, Delegada de Polícia de 2ª Classe, exercendo suas funções como Corregedora de Área na 7ª CORREGEDORIA DE POLÍCIA CIVIL – CASCAVEL, da Corregedoria Geral da Polícia Civil, de exercer a função privativa policial de Chefe – FPP9 do NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE CASCAVEL, da Divisão de Polícia Especializada, a qual entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1056-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.073.224-8, resolve,

D E S I G N A R

JADER ROBERTO FERREIRA FILHO, RG 16.XXX.199-X, Delegado de Polícia de 4.ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DELEGADO JOSÉ ANTÔNIO ZUBA DE OLIVA - PONTAL DO PARANÁ, da 1ª Subdivisão Policial de Paranaguá, da Divisão Policial do Interior, para, em caráter especial, instaurar e presidir inquérito policial para apurar os fatos noticiados no presente protocolado.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado digitalmente
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1057- DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 24.206.507-7, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

JOSE MAURICIO NISHIHARA PINTO, RG 13.XXX.960-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.

DO(A): DELEGACIA DA MULHER DE MARINGÁ, da Divisão de Polícia Especializada.

PARA: NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE MARINGÁ, da mesma Divisão.

MARCIO BONIFACIO LEITE, RG 2.XXX.953-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.

DO(A): NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE MARINGÁ, da Divisão de Polícia Especializada.

PARA: DELEGACIA DA MULHER DE MARINGÁ, da mesma Divisão.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1058-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 24.171.677-5, resolve,

D E S I G N A R

RODRIGO JOSÉ DOS SANTOS, RG 6.XXX.384-X, Agente de Polícia Judiciária, lotado no(a) DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS, para exercer a função de fiscal doS seguintes contratos:

Contrato nº 1041/2024 - Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.

Contrato nº 493/2024 - Tecprinters Tecnologia de Impressora Ltda.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1067-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposto no artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

PAULO EMÍLIO TERRA, RG 17.XXX.073-X, Delegado de Polícia 4ª classe, exercendo suas funções na 45.ª Delegacia Regional de Polícia de PITANGA, da 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, como Delegado Chefe pela referida unidade, bem como para responder cumulativamente pela Chefia das Delegacias de Polícia de Boa Ventura de São Roque, Mato Rico e Santa Maria do Oeste, *"conforme Memorando da Divisão Policial do Interior e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto/DPC, encartados no Protocolo Digital 24.126.695-8"*.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1068-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposto no artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

JULIO CESAR ANDRADE BIANCHI, RG 14.XXX.601-X, Delegado de Polícia 3ª classe, exercendo suas funções como delegado chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE CATANDUVAS, da 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente, como Delegado Chefe pelas Delegacias de Polícia de SANTA TEREZA DO OESTE e de LINDOESTE, *"conforme Ofício n. 1084/2025 da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, Memorando da Divisão Policial do Interior e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto/DPC, encartados no Protocolo Digital 24.148.654-0"*.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1069-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposto no artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D I S P E N S A R

RAIZA HELLEN MAZZON BEDIM, RG 10..XXX.841-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE POLÍCIA DE GUARANIAÇU, da 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, de responder cumulativamente como Delegada Chefe pelas Delegacias de Polícia de SANTA TEREZA DO OESTE e de LINDOESTE, *"conforme Ofício n. 1084/2025 da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, Memorando da Divisão Policial do Interior e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto/DPC, encartados no Protocolo Digital 24.148.654-0"*.

Curitiba, 27 de junho de 2025

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1070-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposto no artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D I S P E N S A R

ANDERSON SERGIO ROMÃO, RG 14..XXX.188-X, Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como delegado chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE MAMBORÊ, da 16.ª Subdivisão Policial de CAMPO MORÃO, da Divisão Policial do Interior, de responder cumulativamente pelas Delegacias de Polícia de IRETAMA e RONCADOR, *"conforme Memorando da Divisão Policial do Interior e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto/DPC, encartados no Protocolo Digital 24.142.559-2"*.

Curitiba, 27 de junho de 2025

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1071-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposto no

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

ISABELLE SOUSA FALCÃO, RG 17.XXX.032-X, Delegada de Polícia 4ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE POLÍCIA DE IRETAMA, da 16.ª Subdivisão Policial de CAMPO MOURÃO, da Divisão Policial do Interior, como Delegada Chefe da referida unidade, bem como para responder cumulativamente como Delegada Chefe da Delegacia de Polícia de RONCADOR, *"conforme Memorando da Divisão Policial do Interior e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto/DPC, encartados no Protocolo Digital 24.142.559-2"*.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1072-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposto no artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

RAFAEL MANDU, RG 9.XXX.268-X, Delegado de Polícia 4ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE POLÍCIA DE MANOEL RIBAS, da 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, como Delegado Chefe da referida unidade,*"conforme Memorando da Divisão Policial do Interior e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto/DPC, encartados no Protocolo Digital 24.126.695-8"*.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

85986/2025

PORTARIA Nº 001/2025 – PRES/FAASP

Designar o servidor JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS para atuar como Agente de Controle Interno da FAASP.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 9.430 de 02 de setembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 24.097.682-0, resolve:
Art. 1º Designar o servidor JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS, CPF XXX.513.879-XX, sem prejuízo das suas atribuições, para responder pelas atividades de Agente de Controle Interno junto a Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública - FAASP.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENAN BARBOSA LOPES FERREIRA
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública do Paraná – FAASP

PORTARIA Nº 002/2025 - PRES/FAASP

Designa Vitor Lobo para atuar como gestor financeiro e contábil.

O DIRETOR-PRESIDENTE, DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 9.430 de 02 de setembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o e-protocolo n.º 24.087.509-8, resolve:
Art. 1º Designar VITOR EDUARDO LOBO E SILVA, CPF XXX.449.968-XX, sem prejuízo das suas atribuições, para atuar como gestor financeiro e contábil, junto a Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública - FAASP.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENAN BARBOSA LOPES FERREIRA
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública do Paraná – FAASP

86299/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.009.840-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2021, na Resolução PGE nº 212/2023 e nos termos da Informação 1631/2025-AT/SESP, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.482.141/0001-13, com sede em Rio de Janeiro/RJ, em adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 90018/2024, cujo objeto é a aquisição de material de consumo odontológico, para uso nos consultórios sob responsabilidade do Centro Odontológico da Polícia Militar do Paraná – PMPR, no valor total de R$ 12.968,80 (doze mil novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), conforme item 5.2 da ata de registro de preços (fl. 70) e nota de empenho (fl. 159);
II. DECLARO, para os devidos fins que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos da autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Planejamento de Compras e Contratações.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

85999/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.037.356-4

I. AUTORIZO, com base no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, ainda aplicável em virtude do disposto no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/2021, e adotando os fundamentos da Informação nº 1620/2025-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do **Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 631/2022,** firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado, e a empresa **ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**., inscrita no CNPJ n° 02.531.343/0001-08, sediada no Município de São José/SC, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de assistente administrativo para atender as necessidades da Polícia Civil do Paraná – PCPR, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 01/08/2025 até 31/07/2026, mantendo-se o valor mensal do contrato, que é de R$ 269.843,05 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinco centavos), e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 176/177);
II. DECLARO que, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;
V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

86000/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 053/2025-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 3.186 de 28 de outubro de 2019, Resolução n.º 005 de 11 de janeiro de 2018 e Resolução nº 038/2024-SESP,

Considerando o previsto no art. 2º, incisos I e II, do Decreto nº 4.336 de 25 de fevereiro de 2009 alterado pelo Decreto 12.497 de 24 de outubro de 2022;

Considerando o contido no art. 18º, parágrafo 5º, do Decreto nº 2.819 de 14 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Avaliação de Inservibilidade ou Desnecessidade de Bens Móveis considerados inservíveis ou desnecessários à Administração Pública do Estado do Paraná, vinculada ao órgão Polícia Científica do Estado do Paraná:

- TPO PHILIPPE ALICIO DE CARVALHO, CPF XXX.397.429-XX

- TPO FLÁVIO DE LIMA DE OLIVEIRA, CPF XXX.917.249-XX

- TPO GEORGE BARBOSA DE LIMA, CPF XXX.337.673-XX.

Art. 2º São atribuições da Comissão:

I - Declarar a inservibilidade ou a desnecessidade de bens móveis;

II - Avaliar os bens móveis para fins de alienação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 060/2024-GAB.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leandro Cerqueira Lima
Diretor-Geral em exercício
Polícia Científica do Paraná

85891/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.390.457-0

Homologação: 1ª Parcial do processo

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo Menor preço, autuado sob n° PE nº 224/2025 – GMS/SESP, visando à Aquisição, através de procedimento licitatório de Cartão FTA Indicating Mini Card, conforme descrição abaixo:

Empresa 1 - Lote(s): 1, a empresa - QIAGEN Biotecnologia Brasil Ltda. - CNPJ 01.334.250/0003-92, apresentou proposta no valor total de R$ 347.600,00 (trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais).

II – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor preço, autuado sob n° PE nº 224/2025 – GMS/SESP, visando à Aquisição, através de procedimento licitatório de Cartão FTA Indicating Mini Card, conforme descrição abaixo:

Empresa 1 - Lote(s): 1, a empresa - QIAGEN Biotecnologia Brasil Ltda. - CNPJ 01.334.250/0003-92, apresentou proposta no valor total de R$ 347.600,00 (trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais).

Lotes Fracassados: Não houve.

Lotes Desertos: Não houve.

III - Totalizando o valor da homologação 1ª Parcial do processo em R$ 347.600,00 (trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais).

IV – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

V – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa ao órgão demandante para convocar(em) a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 27 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

85996/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.048.101-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2021 e nos termos da Informação nº 1626/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 02.482.141/0001-13, sediada na cidade de Rio de Janeiro/RJ, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 90005/2024, cujo objeto é a aquisição de equipamentos odontológicos, para atender as necessidades da Polícia Militar do Paraná - PMPR, no valor total de R$ 4.321,15 (quatro mil e trezentos e vinte e um reais e quinze centavos), conforme item 5.4 da ata de registro de preços (fl. 172) e nota de empenho (fl. 300);
II. DECLARO, para os devidos fins que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos da autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Planejamento de Compras e Contratações;

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

86001/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.975.368-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1653/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com a interveniência da Polícia Civil do Paraná, por meio do Instituto de Identificação do Paraná e, de outro lado, o Município de SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, inscrito no CNPJ/MF n° 01.613.052/0001-04, visando a instalação e manutenção em atividade do Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI), conforme Minuta do Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 26/34 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 35/39;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 30 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

86464/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 23.802.660-1
I. AUTORIZO, com fundamento no inciso I, do art. 12 da Lei nº 9.503/1997, na Resolução nº 145/2015 do CONTRAN, e com base na Informação nº 1650/2025-AT/SESP, o pagamento em favor do militar estadual **2ºSgt QPBM Mauricio Victorino de Moraes,** inscrito no CPF sob nº XXX.782.049-XX, no valor total de **R$ 140,00 (cento e quarenta reais)**, referente ao pagamento de taxa atinente ao exame toxicológico realizado pelo militar, indispensável ao exercício da função de condução de veículos de emergência, atendendo às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar – CBM;
II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 30 de junho de 2025
Ten.- Cel. QORR PM Marcos Roberto Arantes
Resp. interinamente pela DG/SESP
Resolução n.º 321/2025

86355/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.222.686-0

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 8;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 27 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

85994/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.222.737-9

I. AUTORIZO nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 09;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 27 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

86150/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.222.650-0

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 27 de junho de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

85993/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 23.386.343-2
I. RETIFICO o Despacho de Autorização de fl. 280, publicado no DIOE nº 11926, na data de 18/06/2025, em atendimento ao Despacho do Centro de Contratos e Convênios/SESP (fl. 298), nos termos a seguir:
II. ONDE SE LÊ:
I. AUTORIZO, com fundamento no inciso V, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com base na Informação nº 1536/2025 – AT/SESP, a celebração de **Contrato de Locação de Imóvel** a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Francisco Meira Aguiar, portador do CPF nº XXX.019.708-XX e Dalva de Lima Assunção Aguiar, portadora do CPF nº XXX.931.996-XX, residentes na cidade de Curitiba/PR, representados pela **IMOBILIÁRIA CONFRONTO LTDA.**, inscrita no CNPJ 00.334.281/0001-19, cujo objeto é o imóvel localizado na Rua Mateus Leme nº 2626, CEP 80530-010, Centro Cívico, Curitiba/PR, para abrigar o 4º Distrito Policial da Capital, no valor mensal de **R$ 21.203,00 (vinte e um mil e duzentos e três reais), pelo período de 60 (sessenta) meses**, perfazendo o valor total de **R$ 1.272.180,00 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil e cento e oitenta reais)**, conforme minuta de contrato apresentada às fls. 251/257;
III. LEIA-SE:
I. AUTORIZO, com fundamento no inciso V, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com base na Informação nº 1536/2025 – AT/SESP, a celebração de **Contrato de Locação de Imóvel** a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Francisco Meira Aguiar, portador do CPF nº XXX.019.708-XX e Dalva de Lima Assunção Aguiar, portadora do CPF nº XXX.931.996-XX, residentes na cidade de Curitiba/PR, representados pela **CONFRONTO GESTÃO IMOBILIÁRIA S/A, inscrita no CNPJ 55.536.645/0001-35**, neste ato representada por **Maria Tereza Cunico de Mendonça**, portadora do CPF nº XXX.265.259-XX, cujo objeto é o imóvel localizado na Rua Mateus Leme nº 2626, CEP 80530-010, Centro Cívico, Curitiba/PR, para abrigar o 4º Distrito Policial da Capital, no valor mensal de **R$ 21.203,00 (vinte e um mil e duzentos e três reais), pelo período de 60 (sessenta) meses**, perfazendo o valor total de **R$ 1.272.180,00 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil e cento e oitenta reais)**, conforme minuta de contrato apresentada às fls. 291/297;
IV. Permanecem inalterados os demais termos não abrangidos pela presente retificação;
V. REPUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Contratos e Convênios/SESP para as providências legais.

Curitiba-Paraná, 30 de junho de 2025
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

86386/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.020.892-0

I. INDENIZO, conforme os documentos contidos no protocolo em referência, tomando por base a Informação nº 1648/2025 – AT/SESP e sob os fundamentos do art. 149, da Lei 14.133/2021 e, do art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o débito em favor da empresa **GIRIPOCA AGROPECUÁRIA LTDA.**, CNPJ N º 10.333.834/0001-72, no valor de R$ 13.004,08 (treze mil, quatro reais e oito centavos), em razão do uso de imóvel situado na Rua Senador Atílio Fontana, n° 282, no Município de Toledo/PR, que abriga o barracão de veículos apreendidos no Município de Toledo/PR, sem cobertura contratual, no período de 06/05/2025 a 31/05/2025, após findo do prazo do Contrato nº 0145/2020 (fls. 03/18);

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 30 de Junho de 2025.

Ten.- Cel. PM Marcos Roberto Arantes,

Resp. interinamente pela DG/SESP.

Resolução n.º 321/2025.

86492/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 24.141.872-3

I. AUTORIZO, com fundamento no inciso I, do art. 12 da Lei nº 9.503/1997, na Resolução nº 145/2015 do CONTRAN, e com base na Informação nº 1641/2025-AT/SESP, o pagamento em favor do **1° SGT. QPBM SÉRGIO JOSÉ SOUZA**, inscrito no CPF sob nº XXX.825.669-XX, no valor total de R$ **145,00 (Cento e quarenta e cinco reais)**, referente a taxa paga para realização de exame toxicológico pelo militar, indispensável ao exercício da função de condutor de veículo de emergência, atendendo às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

Ten.- Cel. QORR PM Marcos Roberto Arantes
Resp. interinamente pela DG/SESP
Resolução n.º 321/2025

86347/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.026.554-0

I. INDENIZO, com base na Informação nº 1647/2025 AT/SESP, no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, em favor da empresa **SALA – SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.,** inscrita no CNPJ sob nº 26.042.987/0001-09, no valor de **R$ 10.908,34 (dez mil, novecentos e oito reais e trinta e quatro centavos)**, referente à prestação de atendimento na especialidade de Urologia no Hospital da Polícia Militar – PMPR, durante o período de 13 a 30 de abril de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06), sem cobertura contratual.

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 30 de Junho de 2025.

Ten.- Cel. PM Marcos Roberto Arantes,

Resp. interinamente pela DG/SESP.

Resolução n.º 321/2025.

86495/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.065.198-0

I. INDENIZO, conforme os documentos contidos no protocolo em referência, tomando por base a Informação nº 1642/2025 – AT/SESP e sob os fundamentos do art. 149, da Lei 14.133/2021 e do art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o débito em favor do locador **OSVALDO DO NATAL ALVES**, inscrito no CPF nº XXX.161.359-XX, no valor de R$ 2.550,83 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), em razão do uso de imóvel situado na Rua Miguel Maoski, n° 100, Município de Tijucas do Sul/PR, que abriga a sede da Delegacia de Tijucas do Sul, sem cobertura contratual, no período de 06/05/2025 a 26/05/2025, após findo do prazo do Contrato nº 212/2020;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 30 de Junho de 2025.

Ten.- Cel. PM Marcos Roberto Arantes,

Resp. interinamente pela DG/SESP.

Resolução n.º 321/2025.

86486/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.066.913-7

I. INDENIZO, conforme os documentos contidos no protocolo em referência, tomando por base a Informação nº 1652/2025 – AT/SESP e sob os fundamentos do art. 149, da Lei 14.133/2021 e, do art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o débito em favor dos locadores **KARIN KUCHENBUCH.,** inscrita no CPF nº XXX.141.389-XX, e **RODRIGO KUCHENBUCH,** inscrito no CPF n° XXX.652.999-XX, no valor de **R$ 7.686,50 (sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)**, em razão do uso de imóvel situado na Rua Ary Barroso, n° 377, no Município de Curitiba/PR, que abriga o 4º Distrito Policial do Município de Curitiba/PR, sem cobertura contratual, no período de 01/05/2025 a 31/05/2025, após findo do prazo do Contrato nº 0171/2020 (fls. 03/16);

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 30 de Junho de 2025.

Ten.- Cel. PM Marcos Roberto Arantes,

Resp. interinamente pela DG/SESP.

Resolução n.º 321/2025.

86499/2025

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 23/2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **14 DE JULHO DE 2025**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 15/2021/CSPC (009/2021/CGPC) – **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
ACUSADOS: THALLES PEDRO KUROSKI, Agente de Apoio e MÁRCIO MOREIRA, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. ANDRÉ LUIS ROMERO DE SOUZA - OAB/PR 50.530, DR. ALESSANDRO MAURICI – OAB/PR 30.024 e DR. GUILHERME OLIVEIRA DE ANDRADE – OAB/PR 41.678.
RELATORA: DRA. MARITZA MAIRA HAISI.

PROT. 141/2016/CSPC (948/2015/CGPC) – **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
ACUSADO: MARCELLO SOARES CEZÁRIO, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADO: DR. ANDRÉ LUIS ROMERO DE SOUZA - OAB/PR 50.530.
RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE.

PROT. 130/2023/CSPC (digital 22.396.061-8) – **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
ACUSADO: GILBERTO MANSILHA RAMOS, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. EDSON GONÇALVES - OAB/PR 38.291 e DR. DIVAL CARVALHO GOMES – OAB/PR 62.133.
RELATOR: DR. LANEVILTON THEODORO MOREIRA.

Curitiba, 25 de junho de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

85860/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 342/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.474.390-2

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 586 do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 412/2025-NFS/SETR (mov. 51), e na Informação nº 267/2025-AT/SETR (mov. 52) a formalização de Termo de Apostilamento para reajuste ao Contrato Administrativo nº 032/2021 (GMS Nº 2044/2021), o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de Medianeira,** formalizado junto à **TEREZA GRECHINSKI DE LUCA**, inscrito(a) no CPF nº *****.778.559-****, ou seu representante devidamente credenciado, **ARIOVALDO VICENTIN DE LUCA**, inscrito(a) no CPF nº *****.643.469-**,** no valor total de **R$ 3.516,15 (três mil, quinhentos e dezesseis reais e quinze centavos)** total **16 (dezesseis)** meses e **14 (quatorze)** dias, reajustando a partir da data de **10/02/2025**. O valor mensal do aluguel de **R$ 3.158,44 (três mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)** passa para **R$ 3.371,54 (três mil e trezentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do apostilamento, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

86203/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO SECRETARIAL nº 370/2025– SETR
Referente ao Protocolo nº 22.690.033-0

I. **REVOGA-SE**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e com fundamentos no art. 71, II e §2º, da Lei Federal 14.133/2021, art. 107, III e §1º, do Decreto nº 10.086/2022, com base no Despacho NAS/SETR, mov. 102, considerando a mudança de endereço da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, bem como, a incompatibilidade dos materiais inicialmente especificados e as necessidades da nova estrutura, a homologação do Dispensa Eletrônica nº 90.012/2024, do tipo menor preço global, para a aquisição de material para manutenção predial para atender às necessidades da Secretaria, revogando-se ainda o DESPACHO nº 1107/2024-SETR, mov. 64, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, quanto o processo de anulação/revogação do presente processo.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao SETR/NAS** para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025 – SETR/GS)

86272/2025

DESPACHO Nº 371/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.447.119-8

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 424/2025-NFS/SETR (mov. 134), e na Informação Técnica nº 298/2025 – AT/SETR (mov. 137), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 048/2019 – GMS Nº 2387/2019, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Sarandi, **referente ao período de 11/05/2025 a 10/06/2025, em benefício de MAURÍCIO SHIGUERU GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 639.***.68*-68, SIDNEIA COSTA GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 851.***.51*-20, MÁRCIA MITIKO GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 614.***.48*-00, EDSON KIYOSHI GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 019.***.60*-93, representados pelo senhor VALDIR GONGORA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 188.***.30*-72, no valor de TOTAL de R$ 4.735,05 (quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinco centavos)**, desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. **DETERMINO**, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. **Ao SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

86256/2025

DESPACHO Nº 372/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.628-6

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 437/2025-NFS/SETR (mov. 156), e na Informação Técnica nº 299/2025-AT/SETR (mov. 157) em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 009/2019 (GMS Nº 3417/2019), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* **o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Laranjeiras do Sul, referente ao período de 10/05/2025 a 09/06/2025, em benefício de em benefício de ELCY DE ALMEIDA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.725.949-**, LUIZ CARLOS DE ALMEIDA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.861.999-**, no valor de TOTAL de R$ 2.640,50 (dois mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. **DETERMINO**, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. **Ao SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR)

86249/2025

DESPACHO Nº 373/2025 – GS/SETR
Protocolo nº 23.474.649-9

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 37 do Decreto nº 10.086/2022, com fundamentos na **Informação nº 436/2025-SETR/NFS (mov. 130) e na Informação Técnica nº 247/2025-SETR/AT (mov. 131), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 015/2021 (GMS nº 677/2021),** bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE, **o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Siqueira Campos, referente ao período de 10.05.2025 a 09.06.2025, em benefício à MARCELO AUGUSTO MENDES, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.413.899-**, no valor total de R$ 1.606,79 (mil, seiscentos e seis reais e setenta e nove centavos),** em que pese a existência de pendências registradas em **Cadastro Informativo Estadual (CADIN)**, uma vez que houve a prestação dos serviços acima indicados.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei Federal de nº 16.595/2010.

V. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR)

86246/2025

DESPACHO Nº 374/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.721-5

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 435/2025-NFS/SETR (mov. 107), e na Informação Técnica nº 301/2025- AT/SETR (mov. 108), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 2125/2014, **bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,** o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Pontal do Paraná, **referente ao período de 12/05/2025 a 11/06/2025, em benefício de HOLDING PONTAL DO PARANA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 17.383.376/0001-25, no valor de TOTAL de R$ 2.407,77 (dois mil, quatrocentos e sete reais e setenta e sete centavos)**, em que pese a existência de **pendências registradas na Secretaria Municipal de Finanças do Município de Pontal do Paraná (mov. 99),** uma vez que houve a prestação dos serviços acima indicados.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025 - SETR/GS)

86243/2025

DESPACHO Nº 375/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.927-7

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 427/2025-NFS/SETR (mov. 116), e na Informação Técnica nº 302/2025- AT/SETR (mov. 117), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 104/2017 (GMS nº 3082/2017), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Antonina, **referente ao período de 27/04/2025 a 26/05/2025, em benefício de em benefício de EDSON CARLOS DE SOUZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.485.379-**, MARILDA RODRIGUES DE SOUZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.867.429-**, no valor de TOTAL de R$ 1.469,49 (um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos)**, desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR)

86235/2025

DESPACHO Nº 376/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 24.124.973-5

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 009/2025-SETR/DIPEQ/CPP (mov. 63), na Informação nº 420/2025-NFS/SETR (mov. 54) e a Informação nº 303/2025-AT/SETR (mov. 64), **o pagamento da subvenção econômica em benefício à empresa Frigodasko Indústria e Comércio de Carnes Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.916.434/0001-48**, **em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de padrão,** no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), em atendimento a 4 (quatro) aprendizes, no total de R$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais) referente a 15 (quinze) meses, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. À SETR/DIPEQ para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

86221/2025

DESPACHO Nº 378/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 23.315.371-0

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 582, 583, 584 e art. 585, ambos do Decreto nº 10.086/2022, e no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, com base na Informação nº 324/2025-NFS/SETR (mov. 60), na Informação Técnica nº 297/2025 - SETR (mov. 94) e no Termo de Referência (mov. 64), formalização de Contrato Administrativo de Locação, considerando as características do imóvel selecionado pelos setores técnicos da SETR e a necessidade de continuidade dos serviços prestados pela Rede SINE/PR, **o qual tem por objeto a locação do imóvel com 150,00 m² (área alugada) para funcionamento da Agência do Trabalhador de São João do Ivaí, pelo período de 12 meses, no valor mensal de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e anual (12 meses) de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em benefício à proprietária ELIZABETH MARCOS PRAISLER, inscrita no CPF sob o n.º ***.906.239-**,** desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II. RATIFICO a situação ensejadora de inexigibilidade de licitação, por tratar-se contrato de locação de imóvel, cujas características de instalação e de localização tornem necessária a sua escolha, observado o disposto no Manual da Rede do Sistema Nacional de Emprego – SINE/PR, conforme art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

III. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências;

IV. Ao NAS/SETR, para providências.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

86217/2025

DESPACHO Nº 379/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.903-0

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 442/2025-NFS/SETR (mov. 103), e na Informação Técnica nº 303/2025- AT/SETR (mov. 104), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 036/2019, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Quedas do Iguaçu, **referente ao período de 18/05/2025 a 17/06/2025, em benefício de PEDRO FERNANDO ALVES CARNEIRO, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.850.579-**, no valor de TOTAL de R$ 2.357,70 (dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR)

86211/2025

DESPACHO Nº 380/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 24.002.145-5

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 441/2025-NFS/SETR (mov. 50), e na Informação Técnica nº 305/2025-AT/SETR (mov. 51), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 008/2020 (GMS de n° 2112/2020), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE*, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Colorado, **referente ao período de 23.05.2025 a 22.06.2025, em benefício de Carlos Alberto Bezerra, inscrito(a) no CPF nº ***.478.149-**, no valor total de R$ 2.667,92 (dois mil e seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos,** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 – SETR/GS)

86205/2025

DESPACHO Nº 381/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 24.066.786-0

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 586 do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação de Disponibilidade Orçamentária nº 416/2025-NFS/SETR (mov. 46), e na Informação Técnica nº 290/2025-AT/SETR (mov. 47) a formalização de Termo de Apostilamento para reajuste ao Contrato GMS nº 2624/2024, o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de Porto Amazonas,** formalizado junto à **VITÓRIA RIFFERT DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF nº **044.***.949-**, representada por, e também locadora, **RAFAELA RIFFERT DE OLIVEIRA** inscrita no CPF nº **044.***.919-**,** no valor total de **R$ 1.753,92 (mil setecentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos)** no total **12 (doze)** meses, reajustando a partir da data de **10/05/2025**. O valor mensal do aluguel de **R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)** passa para **R$ 1.946,16 (mil, novecentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do apostilamento, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 27 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

86198/2025

DESPACHO Nº 354/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 24.102.470-9

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e nos artigos 5º e 8º, C/C §2º, da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 081/2024-SETR/CPP (mov. 227), na Informação nº 686/2024-NFS/SETR (mov. 222) e a Informação nº 740/2024-AT/SETR (mov. 228), **o pagamento da subvenção econômica em benefício ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

DOS PINHAIS, inscrito no CNPJ nº 76.105.543/0001-35, no valor (por jovem) de R$ 300,00 (trezentos reais), em atendimento a 5 (cinco) aprendizes, e no valor (por jovem) de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para aprendizes que se encaixem nas condições estabelecidas pelo §2º do art. 8º, da Lei Estadual nº 20.084/2019, em atendimento a 3 (três) aprendizes, totalizando o montante de R$ 43.650,00 (quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais), desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. À SETR/DIPEQ para providências.

Curitiba, 13 de junho de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

86238/2025

Receita Estadual do Paraná

PORTARIA REPR Nº 93/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.097.072-4, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
REMOVER A PARTIR DE **01.07.2025**	ADRIANA ELISSA NOTOYA RG nº 6.421.581-7 AF-H	Administração Central da Receita Estadual do Paraná – **REPR**, Coordenação de Fiscalização – **CFI**, Divisão de Combustíveis – **DCOM**.	Delegacia da Receita Estadual de **Cascavel – 13ª DRE**.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85829/2025

PORTARIA REPR Nº 94/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.137.912-4, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **09.7.2025 a 18.7.2025**	ARNALDO TELES SOBRAL RG nº 7.775.533-0 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "G", para responder cumulativamente pela chefia da **Divisão de Tratamentos Tributários Diferenciados e Comércio Exterior – DTTDCE**, da Coordenação de Fiscalização – CFI, em substituição ao titular José Cesar Sorgi Pinhaz, RG nº 7.253.535-9, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Divisão – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85831/2025

PORTARIA REPR Nº 95/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.155.745-6, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **09.7.2025 a 25.7.2025**	JAMES CORRADINI RG nº 4.246.986-6 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder cumulativamente pela chefia da **Coordenação Regional de Fiscalização – CRF**, da Delegacia da Receita Estadual de Umuarama – 11ª DRE, em substituição ao titular Zaqueu Coelho Barbosa, RG nº 5.397.971-8, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Assessor – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85834/2025

PORTARIA REPR Nº 96/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.160.322-9, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **14.7.2025 a 31.7.2025**	RENATO ROSSI PRADO RG nº 4.502.394-0 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder cumulativamente pela chefia da **Agência da Receita Estadual – ARE** de **Maringá**, da Delegacia da Receita Estadual de Maringá – 9ª DRE, em substituição ao titular Ronaldo Correa, RG nº 4.553.445-6, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Agência Sede – Símbolo "H"**, por motivo de férias.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85837/2025

PORTARIA REPR Nº 97/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 23.022.119-7, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **02.7.2025 a 16.7.2025**	ARAMIS BATISTA VIEIRA RG nº 1.697.503-6 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder cumulativamente pela chefia da **Agência da Receita Estadual – ARE** de **Curitiba**, da Delegacia da Receita Estadual de Curitiba – 1ª DRE, em substituição ao titular Márcio Pacheco dos Santos, RG nº 3.459.747-2, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Agência Sede – Símbolo "H"**, por motivo de férias.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85840/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA REPR Nº 98/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.160.814-0, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **07.7.2025 a 18.7.2025**	NIVALDO MARIN GOMES RG nº 6.565.119-0 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "G", para responder cumulativamente pela chefia da **Divisão de Inteligência Fiscal – DFI**, da Coordenação de Fiscalização – CFI, em substituição ao titular Albert Bauermeister, RG nº 7.229.271-5, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Divisão – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85841/2025

PORTARIA REPR Nº 99/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.164.710-2, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE / PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DISPENSAR EM **1º.7.2025**	CLEVERSON BARROS DOS SANTOS RG nº 5.664.103-3 AF-G	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assessor – Símbolo "F", de responder pela chefia da **Inspetoria Regional de Fiscalização – IRF**, da Delegacia da Receita Estadual de Londrina – 8ª DRE.
DESIGNAR A PARTIR DE **1º.7.2025**	ARTUR YOSHIHARU OTA RG nº 4.115.359-8 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "H", para responder pela chefia da **Coordenação Regional de Fiscalização – CRF**, da Delegacia da Receita Estadual de Londrina – 8ª DRE.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85842/2025

PORTARIA REPR Nº 100/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido nos protocolos nrsº 24.171.902-2 e 24.185.406-0, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **15.7.2025 a 24.7.2025** e de **05/8/2025 a 14/8/2025**	MARCOS FREITAS ESTELA RG nº 4.609.481-6 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assessor – Símbolo "F", para responder cumulativamente pela chefia da **Delegacia da Receita Estadual de Maringá – 9ª DRE**, em substituição ao titular José Edilson Paccagnella, RG nº 7.253.539-1, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Delegado da Receita – Símbolo "D"**, por motivo de férias.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85844/2025

PORTARIA REPR Nº 101/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, bem como, o contido no eProtocolo nº 24.169.592-1, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **1º.7.2025 a 13.7.2025**	RAFAEL CARLOS CASANOVA NETO RG nº 6.932.019-8 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assessor – Símbolo "E", para responder cumulativamente pela chefia da **Coordenação de Fiscalização – CFI**, da Receita Estadual do Paraná – REPR, em substituição ao titular Alexandre de Souza, RG nº 3.414.169-0, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Coordenador – Símbolo "C"**, por motivo de férias.
DESIGNAR DE **14.7.2025 a 18.7.2025**	GABRIEL VIEIRA DE OLIVEIRA RG nº 5.975.534-0 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assessor – Símbolo "E", para responder cumulativamente pela chefia da **Coordenação de Fiscalização – CFI**, da Receita Estadual do Paraná – REPR, em substituição ao titular Alexandre de Souza, RG nº 3.414.169-0, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Coordenador – Símbolo "C"**, por motivo de férias.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

85845/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 60/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

5ª DRR - Guarapuava

Auto de infração: **8006642-2**

Identificação: (*) Sujeito Passivo:

644.168.959-68 MAURO ANTONIO FRANDOLOZO

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006297-4**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
480.002.489-72 ROSE NEIDE APARECIDA ZESNIESKI BAY

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006674-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
072.041.739-29 EDEVANDRO LUIS FADEL JUNIOR

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006213-3**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
062.656.149-32 Andressa Schuster

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006625-2**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
07.144.456/0001-74 ITALIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

9ª DRR - Maringá
Auto de infração: **8006778-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
242.333.400-10 TABAJARA HERNANDES DOS SANTOS

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006298-2**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
81.874.265/0001-10 REVESTICAL EXTRACAO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006303-2**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
055.432.029-03 DENILSON STANCZAK

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006641-4**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
644.168.959-68 MAURO ANTONIO FRANDOLOZO

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006500-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
031.792.679-92 PAULO KAILER

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006501-9**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
063.824.739-01 SOLANGE MACHADO KUSKOSKI

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 30 de Junho de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

86329/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento
Edital n. 61/2025

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1º) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2º) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3º do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, combinado com o parágrafo 2º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2º, inciso III, c/c parágrafo 3º, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Para pagamento referente à decisão de 2ª Instância de autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional, cujos valores decorram de julgamentos de ofício interpostos por autoridade julgadora de 1ª Instância, o valor da multa será reduzido em trinta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso II, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, parágrafo 1º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas. No caso de parcelamento, sob as mesmas condições, o valor da multa será reduzido em vinte por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, parágrafo 1º), desde que parcelado até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

3ª DRR - Ponta Grossa
Auto de infração: **8006044-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
90888773-54 JMB INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA
028.237.841-36 MOISES AZEVEDO BITTENCOURT

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 30 de Junho de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

86332/2025

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 32/2025

Altera a Norma de Procedimento Fiscal nº 31, de 9 de abril de 2015, que estabelece procedimentos relativos ao SPR - Sistema Estadual do Produtor Rural.

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do caput do art. 9.º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e considerando o disposto no Ajuste SINIEF 01, de 25 de abril de 2024,

ESTABELECE:

Art. 1.º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Norma de Procedimento Fiscal nº 31, de 9 de abril de 2015:
I – O subitem 25-A.1 passa a vigorar com a seguinte redação:
"25-A.1. obrigatória nas operações interestaduais e de comércio exterior a partir das seguintes datas:"
II – o subitem 25-A.2 passa a vigorar com a seguinte redação:
"25-A.2. obrigatória nas operações internas praticadas pelos produtores a partir de 05 de janeiro de 2026.
III – Ficam revogados os itens 25-A.2.1 e 25-A.2.2

Art. 2.º Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 30 de junho de 2025.

Suzane A. Gambetta Dobjenski
DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

86494/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 103 DE 27/06/2025
ORGAO - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
CICERO JOSE PASSOS FERREIRA				90	21/12/2007	20/12/2012	02/07/2025	29/09/2025
43067303	1	NAXVIII	240404257					

86399/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 00026/2025

Nos termos do inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei n. 11580/96; art 43 da Lei n. 18.877/2016; art. 11-A e alínea ‘’a” , do inciso XI, do artigo 17 da Lei n. 14.260/2003; inciso III, do art. 35 da Lei n. 18.573/2015 e Lei n. 4.320/1964, notificamos os contribuintes abaixo relacionados para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação deste edital no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná, efetuem o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa, acrescidos de juros de mora, previstos no art. 38 da Lei n. 11.580/1996. Transcorrido o prazo acima mencionado, as certidões de dívida ativa estarão sujeitas a:
a) protesto extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art.1º, da Lei n. 9.492/97 e Provimento 230/12, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, com incidência de emolumentos e demais despesas;
b) execução fiscal, nos termos da Lei n. 6.830/80, com a cobrança de custas judiciais, honorários e penhora de bens;
c) inscrição no Cadastro Informativo Estadual - Cadin, nos termos da Lei n. 18.466/2015.

A BOAVENTURA SIQUEIRA - ELETROELETRONICOS - 37392678/0001-77 - 03666076-7 - ICMS - EPAF 80059485 - 1.882.416,20 - **ADRIANO BOAVENTURA SIQUEIRA - 055217679-67 -** 03666076-7 - ICMS - EPAF 80059485 - 1.882.416,20 - **ALECIO PEREIRA DA COSTA - 435112019-34 -** 03666034-1 - AGRICULTURA/ ADAPAR - AUTO 39238 - 1.737,97 - **ALESSANDRA BARRETO MOREIRA - 018993619-36 -** 03666097-0 - ITCMD - EPAF 80057490 - 15.468,79 - **ALIANCA INTERLIGACAO ELETRICA IVAI S.A - 28052123/0001-95 -** 03666045-7 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 47679 - 16.945,21 - **ANA CAROLINA DOS SANTOS CORREIA - 084080279-05 -** 03666030-9 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 37677 - 4.779,41 - **ANA PAULA DE OLIVEIRA - 026602389-44 -** 03666043-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0438/2024 - 5.358,43 - **ANDERSON DE GOSS - 097324669-36 -** 03666086-4 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.042.067-8 - 23.219,72 - **ANDREA GRACA CAMARGO - 918586159-68 -** 03666098-8 - ITCMD - EPAF 80057687 - 13.418,36 - **ANTONIO CARLOS DO AMARAL MARTINS - 051730299-35 -** 03666025-2 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0439/2024 - 5.358,43 - 03666031-7 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0132/2025 - 5.692,16 - **ARLETE MUNCHEN - 033158539-16 -** 03666094-5 - ITCMD - EPAF 80057725 - 12.937,53 - **ARQUIVOBRAS GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA. - 31006147/0001-12 -** 03666068-6 - CONTRATOS - PROTOCOLO 24.195.263-0 - 327,30 - **AURA CAVALCANTI PORTES ROCHA - 004716599-59 -** 03666064-3 - ICMS - EPAF 80055145 - 590,03 - **BELEZA.COM COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA E SERVICOS DE - 09905492-14 -** 03666079-1 - ICMS - PAF 6633838-0 - 65.903,13 - **CARINE MARIA JOSE BACIL - 072391239-44 -** 03666066-0 - ICMS - EPAF 80054998 - 590,03 - **CARLOS ALBERTO BAGGIO MACHUCA - 855936059-04 -** 03666104-6 - ITCMD - EPAF 80057636 - 14.062,54 - **CLAUDEMIR ROSA DE LIMA - 058011309-42 -** 03666087-2 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.042.153-4 - 27.989,05 - **CLAYTON SCHWAIDAK - 041951239-09 -** 03666058-9 - ICMS - EPAF 80055170 - 885,05 - **CLEMAIR APARECIDO DOS SANTOS - 044823899-35 -** 03666021-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00126905 - 25.625,49 - **CONDOR SUPER CENTER LTDA - 20112762-99 -** 03666077-5 - ICMS - PAF 6632742-6 - 58.718,21 - **DEVANIR JOSE DA ROCHA - 451760609-06 -** 03666027-9 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 103355 - 5.793,23 - **EDINEI RICKLI VENSKI - 983301449-68 -** 03666080-5 - ITCMD - EPAF 80056796 - 45.584,39 - **ELENILSON JOSE ESPANHOLO - 801866109-04 -** 03666028-7 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0462/2024 - 10.823,54 - **ELIEL HERNANDES ROQUE - 058437178-01 -** 03666019-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0464/2024 - 2.938,94 - **ELISON MARCELO SCERBO - 708196029-49 -** 03666035-0 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0442/2024 - 9.398,70 - **ERITON JUNIOR DE SOUZA - 103702809-03 -** 03666084-8 - PENA DE MULTA/FUPEN - PROTOCOLO 24.042.116-0 - 22.635,31 - **FABIO LUIZ ANDRADE - 004411199-13 -** 03666036-8 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0455/2024 - 12.088,22 - **FERNANDA DIORIO SILVADO - 035745609-23 -** 03666095-3 - ITCMD - EPAF 80057440 - 16.875,05 - **FERNANDO DULZ & CIA LTDA - 09250141/0001-37 -** 03666049-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00089986 - 23.358,12 - 03666050-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00089988 - 173.023,14 - 03666051-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00089987 - 103.813,88 - **FERNANDO HERMENEGILDO - 060983259-01 -** 03666099-6 - ITCMD - EPAF 80057776 - 12.656,28 - **FERNANDO VIEIRA - 073167199-66 -** 03666059-7 - ICMS - EPAF 80054971 - 737,54 - **G26 - 2 CEN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 90943963-92 -** 03666014-7 - ICMS - GIA 09/2023 - 14.441,06 - 03666015-5 - ICMS - GIA 10/2023 - 5.879,09 - **GERSON JOSEFI - 034524149-57 -** 03666063-5 - ICMS - EPAF 80051921 - 2.057,69 - **GLEICIANE ELLEN MACORIM SANTOS - 065265719-21 -** 03666103-8 - ITCMD - EPAF 80057890 - 11.250,03 - **HELEN DAMBROWSKI HAHN - 042808969-09 -** 03666038-4 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 24826 - 2.857,60 - **HERCULES SILVA DE ANFLOR - 686353970-53 -** 03666039-2 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 39427 - 6.705,66 - **HILTON WALTER DA SILVEIRA - 004733239-58 -** 03666065-1 - ICMS - EPAF 80055030 - 1.475,09 - **HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A - 90590790-58 -** 03666067-8 - ICMS - GIA 03/2024 - 847.021,58 - **INSTITUTO DE SAUDE DE DOIS VIZINHOS - ISDV - 08298687/0001-03 -** 03666088-0 - SAUDE - PROTOCOLO 22.015.842-0 - 2.009,75 - **INTERATIVA SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA - 05095582/0001-50 -** 03666090-2 - CONTRATOS - PROTOCOLO 15.032.504-8 - 16.781,35 - 03666091-0 - CONTRATOS - PROTOCOLO 15.032.504-8 - 23.988,34 - **IVANA PIGATTO KAMIL FARES - 444874879-00 -** 03666102-0 - ITCMD - EPAF 80057210 - 20.706,75 - **JOAO CARLOS GODOI - 171909679-15 -** 03666033-3 - FUNREJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0041639-48.2025 - 3.876,21 - 03666041-4 - FUNREJUS NAO TRIBUTARIO - PROC. ADM.TJ 0041616-05.2025 - 3.605,54 - **JOAO MARIA IZEBIO DE LIMA - 740132389-34 -** 03666047-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00130329 - 8.733,46 - **JOAO PEDRO VIEIRA MONEGATE - 516461459-68 -** 03666062-7 - ICMS - EPAF 80053576 - 1.041,83 - **JORGE PIETROSKI - 755486079-87 -** 03666023-6 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 43692 - 7.129,05 - **JOSE SLOBODA - 529333009-82 -** 03666017-1 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0460/2024 - 5.372,67 - **JOSIANE MARIA ORCHESKI - 82355090/0001-06 -** 03666018-0 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 15401 - 2.896,61 - **JUAREZ ROSSI - 689672769-15 -** 03666029-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00149540 - 32.979,36 - **LAERCIO ASSIS MOREIRA DOS SANTOS - 069857969-07 -** 03666060-0 - ICMS - EPAF 80050364 - 901,99 - **LEIDIANE MARI - 042979729-05 -** 03666022-8 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 33528 - 1.339,63 - **LEONARDO LUIZ ASSONI - 047726239-22 -** 03666073-2 - ICMS - EPAF 80059477 - 503.416,81 - **LEONARDO LUIZ ASSONI - 34424482/0001-29 -** 03666073-2 - ICMS - EPAF 80059477 - 503.416,81 - **LOUGAS CERILO ANZOLIN - 067299199-30 -** 03666046-5 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 26732 - 2.172,46 - **LOURIVAL EZIQUIEL DE SOUZA - 511611099-00 -** 03666024-4 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 43582 - 13.324,44 - **LUCIANA LOPES DE CAMARGO - 031786529-30 -** 03666044-9 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0459/2024 - 16.154,85 - **LUIZA MARIN BERNARDI - 087341999-50 -** 03666106-2 - ITCMD - EPAF 80057547 - 14.906,28 - **MAIRA DOMBROSKI NEME - 069483359-26 -** 03666100-3 - ITCMD - EPAF 80057130 - 24.961,29 - **MARCIA HELENA AGNER BUSATO - 033865639-10 -** 03666089-9 - ITCMD - PAF 6629720-9 - 78.180,13 - **MAURO ALBERTO SLONGO - 911587459-15 -** 03666037-6 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0468/2024 - 14.808,61 - **MAURO CARLOS BUSATO - 060900529-49 -** 03666089-9 - ITCMD - PAF 6629720-9 - 78.180,13 - **MICHEL BUENO DE MELLO - 035567379-73 -** 03666075-9 - ICMS - EPAF 80059299 - 705.174,02 - **MICHEL BUENO DE MELLO - 08543628/0001-45 -** 03666075-9 - ICMS - EPAF 80059299 - 705.174,02 - **MISAEL LUIZ DA SILVA - 075597839-02 -** 03666020-1 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 16636 - 3.498,67 - **NATEK - NATUREZA E TECNOLOGIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE - 05234897/0001-31 -** 03666082-1 - CONTRATOS - PROTOCOLO 24.204.529-7 - 232,13 - **PAMELA TOURINHO BRITO DUARTE - 43109155/0001-73 -** 03666083-0 - CONTRATOS - PROTOCOLO 24.203.157-1 - 327,30 - **RAFAEL COLNAGHI PROSDOCIMO - 070213719-77 -** 03666101-1 - ITCMD - EPAF 80057520 - 15.419,85 - **ROBERTA HESS MARINS DE SOUZA - 045760819-69 -** 03666093-7 - ITCMD - EPAF 80056672 - 26.718.838,31 - **RODRIGO DOMINICO RIBAS - 006848009-18 -** 03666026-0 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 38139 - 1.425,81 - **ROGERIO CAPPELLAZZO SOUTO - 028143229-58 -** 03666081-3 - ITCMD - EPAF 80056966 - 29.918,99 - **ROSANE GERBER - 546138339-49 -** 03666105-4 - ITCMD - EPAF 80056850 - 40.781,37 - 03666107-0 - ITCMD - EPAF 80057644 - 14.059,01 - **RUBENS FERNANDES LEAL - 548970929-49 -** 03666042-2 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 35469 - 3.572,01 - **SALATIEL ANTONIO GREGORIO CIVA - 012479739-30 -** 03666061-9 - ICMS - EPAF 80053479 - 893,00 - **SILVELENE PEREIRA DA SILVA - 027298649-62 -** 03666092-9 - ITCMD - EPAF 80057334 - 17.718,80 - **TALLES AUGUSTO CRAVEIRO XAVIER - 202665248-18 -** 03666040-6 - AGRICULTURA/ ADAPAR - AUTO 26712 - 1.158,64 - **TIMOTEO LIMA DOS SANTOS - 143426261-87 -** 03666048-1 - AGRICULTURA/ADAPAR - AUTO 97798 - 1.428,80 - **VAGNER SOUZA DA SILVA - 263354788-54 -** 03666096-1 - ITCMD - EPAF 80057423 - 16.875,05 - **VANDER EMANOEL DIAS COELHO - 027250189-19 -** 03666032-5 - DESAPROVACAO/ CONTAS - CET. T. CONTAS 0436/2024 - 10.716,88 - **VIAGRO VIDOTTI AGRO AEREA LTDA - 75138057/0001-50 -** 03666016-3 - IAP - AUTO INFRACAO 90006761 - 191.964,30 .

Curitiba, 29 de junho de 2025.

Thiago Boaventura Grandchamp Serafim
Inspetor Geral de Arrecadação.

86187/2025

Autarquias

AGEPAR

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
Protocolo nº 15.186.201-2
Auto de Infração nº 001/2018-DFQS/CF

Autuador: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar.
CNPJ nº 16.984.997/0001-80

Autuado: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER/PR.

Ementa: (i) Deixar de prestar informações aos usuários conforme no Artigo 3º da Lei Estadual Nº 18.696/2016, infração sujeita a advertência escrita conforme Resolução Nº 008/2016- AGEPAR, Artigo 3º, inciso II; e (ii) deixar de cumprir obrigação não sujeita a multa, prevista em ato normativo regulatório, qual seja: Resolução 003/2017-AGEPAR, em especial, seus Artigos 1º e 11, considerada a prorrogação de prazo concedida, infração sujeita a advertência escrita conforme Resolução Nº 008/2016, Artigo 3º, inciso IV.

Sanção administrativa prevista: Advertência.

Fundamentação: (i) Lei Estadual Nº 18.696/2016, Artigo 3º; (ii) Resolução nº 003/2017-AGEPAR, Artigo 1º e 11.

Enquadramento: Resolução nº 008/2016-AGEPAR, Artigo 3º, incisos II e IV; c/c a Resolução nº 009/2016-AGEPAR, Art. 3º.

Decisão da Comissão Julgadora: subsistência do Auto de Infração, com aplicação da sanção administrativa de Advertência ao DER/PR, sem prejuízo das providências impostas ao autuado pela Agepar, mencionadas no auto de infração.

Curitiba/PR, datado eletronicamente

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

86450/2025

PORTARIA Nº 38/2025-AGEPAR

Aprova o Plano de Trabalho 2025 da Ouvidoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, e o art. 24, incisos II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar),

Considerando o disposto no art. 7º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 3º do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho da Ouvidoria da Agepar para o ano de 2025, na forma do Anexo Único desta portaria

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de junho de 2025

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto n.º 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA N.º 38, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Plano de Trabalho 2025 da Ouvidoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná, a ser visualizado no site da Agepar: https://shre.ink/xZ4d e na aba Institucional e na aba Leis e Atos da Agepar – Portarias https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Leis-e-Atos-2

85871/2025

Empresas Públicas

TECPAR

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR
DELIBERAÇÃO Nº 077/2025 – PRE

O Diretor-Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), no uso de suas atribuições legais, facultadas no Estatuto do TECPAR, Considerando o Ofício Nº 058/2025, de 24 de março de 2025, da UNESPAR – Campus de Paranaguá, **RESOLVE:**
Art. 1º Autorizar a cessão funcional do empregado RENATO RAU, matrícula Nº 500, para prestar serviços na Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaguá, de 1º de julho a 31 de dezembro de 2025, conforme protocolo Nº 23.543.249-8, com ônus para a origem.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua assinatura.
Curitiba, 26 de junho de 2025.
CELSO ROMERO KLOSS - Diretor-Presidente

86527/2025

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR
RESOLUÇÃO Nº 016/2025 - Exonera o Diretor Presidente, Diretor de Administração e Finanças e, Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais do Tecpar.

O Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Tecnologia do Paraná (CAD), no uso de suas atribuições legais, com base no Estatuto do Tecpar, inciso I, art. 31, aprovado pela 21ª Assembleia Geral Extraordinária, de 24 de abril de 2023 e, considerando:
A Informação nº 067/2025 emitida pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais – CCEE, emitida em 26 de junho de 2025, Protocolo nº 24.110.294-7;
O contido no Parecer nº 017/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025;
O contido no Parecer nº 018/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025;
O contido no Parecer nº 019/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025. **RESOLVE:**
Art. 1º Exonerar Celso Romero Kloss, RG nº xxx.606-x, do cargo de Diretor Presidente;
Art. 2º Exonerar Giovani Antonio Soares de Brito, RG nº 13.xxx.101-x, do cargo de Diretor de Administração e Finanças,
Art. 3º Exonerar Lindolfo Luiz Silva Junior, RG nº 2.xxx.260-x, do cargo de Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01/07/25.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
JOSÉ LÚCIO CIONI
Presidente do Conselho de Administração

86522/2025

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR
RESOLUÇÃO Nº 017/2025 - Nomeia e reconduz membros para compor a Diretoria Executiva do Tecpar.

O Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Tecnologia do Paraná (CAD), no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, inciso I, e art. 62, do Estatuto Social do Tecpar, aprovado na 21ª Assembleia Geral Extraordinária, de 24 de abril de 2023 e,
Considerando o contido no Parecer nº 017/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025;
Considerando o contido no Parecer nº 018/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025;
Considerando o contido no Parecer nº 019/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025;
Considerando o contido no Parecer nº 020/2025 do CAD/TECPAR, deliberado na 46ª Reunião Extraordinária do CAD, em 30 de junho de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear EDUARDO MARAFON SILVA, RG nº 7.xxx372-x, para o cargo de Diretor Presidente, com mandato unificado até 10/01/2027;
Art. 2º Nomear ERLAND MANYS, RG nº 7.xxx.836-x para o cargo de Diretor de Administração e Finanças, com mandato unificado até 10/01/2027;
Art. 3º Nomear CELSO ROMERO KLOSS, RG nº xxx.606-x, para o cargo de Diretor de Novos Negócios e Relações Institucionais, com mandato unificado até 10/01/2027;
Art. 4º Reconduzir os membros para compor a Diretoria Executiva do Tecpar, com mandato unificado até 10/01/2027:
I – IRAM DE REZENDE, RG nº 13.xxx.084-x, para o cargo de Diretor Industrial da Saúde;
II – LANES RANDAL PRATES MARQUES, RG nº 1.xxx.964-x, para o cargo de Diretor de Tecnologia e Inovação;
Art. 5º Fica revogada a Resolução Nº 001/2025, de 09 de janeiro de 2025;
Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2025.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
JOSÉ LÚCIO CIONI - Presidente do Conselho de Administração

86524/2025